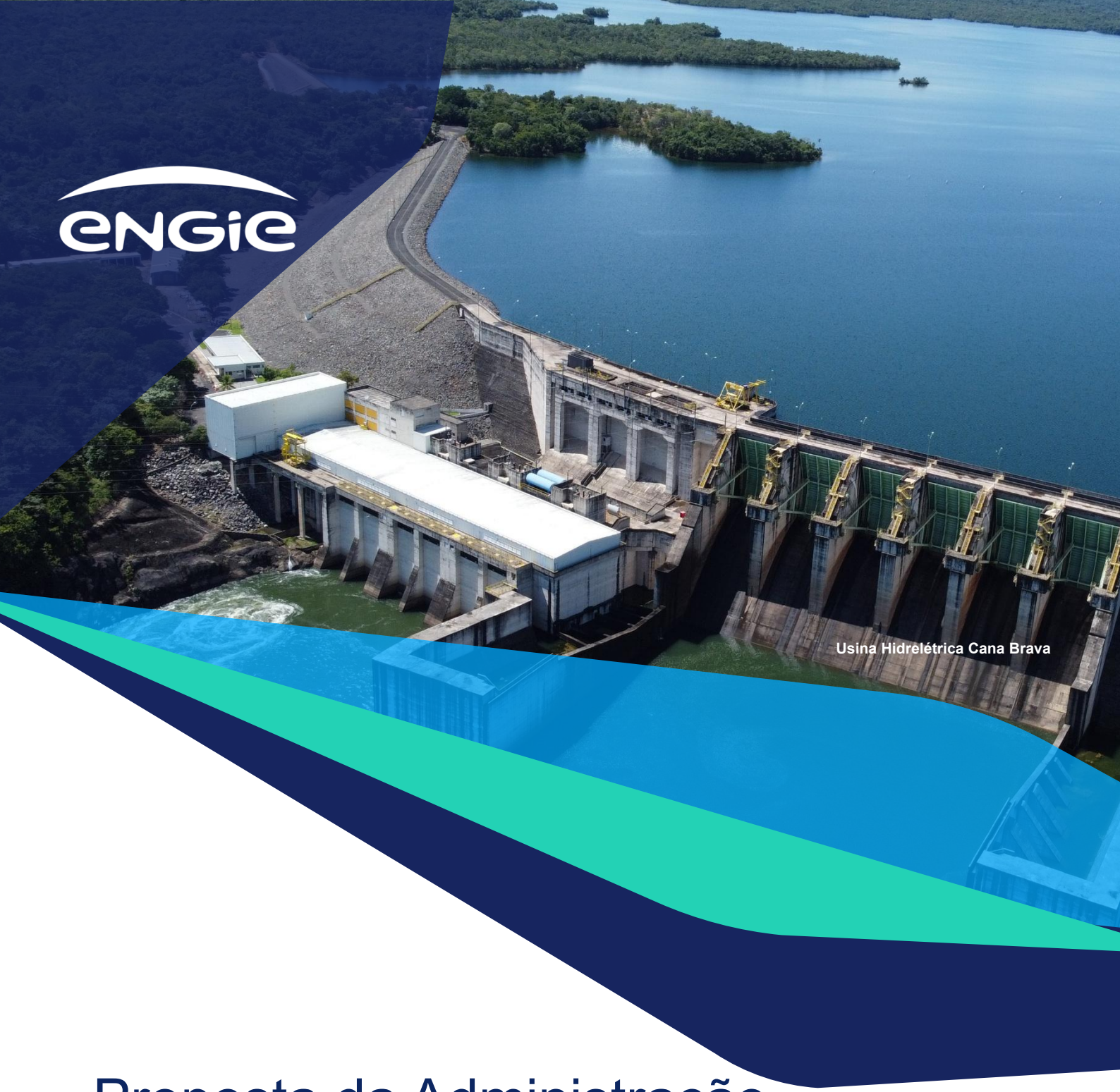


Usina Hidrelétrica Cana Brava

Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 24.04.2026

ENGIE Brasil Energia S.A.
CNPJ: 02.474.103/0001-19
NIRE: 42 3 0002438-4

R. Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064
Agronômica - Florianópolis – SC
CEP 88025-255

SUMÁRIO

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO 3
ANEXO I – COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES 7
ANEXO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO 54
ANEXO III – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL 59
ANEXO IV – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES 75
ANEXO V – POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS 99
ANEXO VI – LAUDO DE AVALIAÇÃO 100
ANEXO VII – AQUISIÇÃO DE CONTROLE 173
ANEXO VIII – INFORMAÇÕES SOBRE AVALIADORES 178

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 24 DE ABRIL DE 2026, EM ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) Nº 81, DE 29 DE MARÇO DE 2022 (RCVM 81/2022), E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES

A Administração da ENGIE BRASIL ENERGIA S.A. ("Companhia") vem apresentar aos Senhores Acionistas a proposta a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada de modo exclusivamente digital nos termos da RCVM 81/2022, conforme Edital de Convocação.

Segundo o artigo 10 da RCVM 81/2022, a Companhia deve fornecer, até 1 (um) mês antes da data marcada para realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), os seguintes documentos e informações a seguir:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras (Incisos I e II do artigo 10 da RCVM 81/2022)

As Demonstrações Financeiras Anuais Completas, que incluem o Relatório da Administração, foram arquivadas na CVM e B3 no dia 25.02.2026 e foram publicadas no Jornal Notícias do Dia, em versão online e de forma resumida no jornal físico, observado o Parecer de Orientação CVM n.º 39, de 20 de dezembro de 2021 e o artigo 289, I e II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, no dia 24.03.2026. Esse documento pode ser acessado na página de Relações com Investidores da Companhia (www.engie.com.br/investidores/informacoes-financeiras), bem como nos sites da CVM (sistemas.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm).

Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência (Inciso III do artigo 10 da RCVM 81/2022)

Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no Anexo I deste documento.

Parecer do Comitê de Auditoria, se houver (Parágrafo único, inciso III do artigo 10 da RCVM 81/2022)

O Parecer do Comitê de Auditoria está contemplado nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas da Companhia.

Relatório dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 10 da RCVM 81/2022)

O Relatório dos Auditores Independentes está contemplado nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas da Companhia.

Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver (Inciso V do artigo 10 da RCVM 81/2022)

O Parecer do Conselho Fiscal está contemplado nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP (Parágrafo único, inciso I do artigo 10 da RCVM 81/2022)

O formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) foi publicado pela Companhia no dia 25.02.2026, na mesma data da entrega do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Anuais Completas. Esse documento pode ser acessado na página de Relações com Investidores da Companhia (www.engie.com.br/investidores/informacoes-financeiras), bem como nos sites da CVM (sistemas.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm).

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo A da RCVM 81/2022 (Parágrafo único, inciso II do artigo 10 da RCVM 81/2022)

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2025 está disponível no Anexo II deste documento.

Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para eleger Administradores ou membros do Conselho Fiscal, a Companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações (artigo 11 da RCVM 81/2022):

No mínimo, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados pela Administração ou pelos acionistas controladores (artigo 11, inciso I, da RCVM 81/2022)

Os mencionados dados estão apresentados no Anexo III deste documento. Na AGOE será proposta a eleição dos membros do Conselho Fiscal, em razão de seu caráter permanente, sendo que os integrantes indicados pela Administração são aqueles listados no referido Anexo III.

O artigo 30 do Estatuto Social da Companhia, conforme alterado pela deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2025, estabelece que o Conselho Fiscal terá funcionamento permanente, sendo constituído por no mínimo 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato de 1 (um) ano. A assembleia geral responsável por eleger os membros do Conselho Fiscal fixará a respectiva remuneração, observado o mínimo legal.

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3, o Conselho de Administração da Companhia atestou que os(as) Conselheiros(as) indicados(as) como independentes atendem aos critérios de independência ali previstos, conforme deliberado na 290ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de março de 2026.

Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações (artigo 13 da RCVM 81/2022):

Informações relativas à proposta de remuneração dos Administradores baseadas no item 8 do Formulário de Referência (artigo 13, incisos I e II, da RCVM 81/2022)

As informações baseadas no item 8 do Formulário de Referência, relativas à proposta de remuneração dos Administradores estão disponíveis no Anexo IV deste documento.

Informações relativas à proposta de participação dos empregados nos resultados do exercício de 2025

A proposta de participação dos empregados nos resultados está disponível no Anexo V deste documento.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Proposta de ratificação da aquisição do controle acionário da empresa Companhia Energética do Jari – CEJA ("CEJA"), inscrita no CNPJ sob o nº 03.581.989/0001-62, pela Companhia, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado em 21 de março de 2025, entre a Companhia, a EDP Energias do Brasil S.A. ("EDP") e a China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("CTG") (EDP e CTJ conjuntamente denominadas "Vendedores"), conforme Fato Relevante divulgado em 13.08.2025, nos termos do artigo 256 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.").

Esta Proposta, conforme previsto no Fato Relevante divulgado em 13.08.2025, visa à ratificação, pela assembleia geral da Companhia, nos termos do artigo 256, inciso I, da Lei das S.A., da aquisição do controle acionário da empresa Companhia Energética do Jari – CEJA. Conforme previsto no artigo em epígrafe, a aquisição, por companhia aberta, do controle de qualquer sociedade mercantil, depende de aprovação ou ratificação por assembleia geral de acionistas da compradora, especialmente convocada para tal fim, quando verificada uma das seguintes hipóteses: (i) o preço de compra constituir, para a compradora, investimento relevante – isto é, se o preço total de compra pago pela empresa cotada em bolsa em contrapartida por uma participação de controle na empresa-alvo for igual ou superior ao montante correspondente a 10% do patrimônio líquido da empresa cotada em bolsa, aplica-se a aprovação dos acionistas prevista no artigo 256 –, conforme definido no parágrafo único do artigo 247 da Lei das S.A.; ou (ii) o preço médio de cada ação ou quota da sociedade adquirida pago pela compradora ultrapassar uma vez e meia o maior dos 3 valores a seguir indicados: (a) cotação média das ações da sociedade adquirida em bolsa ou no mercado de balcão organizado, durante os 90 dias anteriores à data da contratação; (b) valor do patrimônio líquido (art. 248) da ação ou quota da sociedade adquirida, avaliado o patrimônio a preços de mercado (art. 183, §1º); ou (c) valor do lucro líquido da ação ou quota da sociedade adquirida, que não poderá ser superior a 15 vezes o lucro líquido anual por ação (art. 187 n. VII) ou quota da sociedade adquirida nos 2 últimos exercícios sociais, atualizado monetariamente.

A operação representa um investimento relevante, na visão da Companhia, conforme item (i) acima.

Em 13.08.2025 a Companhia divulgou Fato Relevante ao mercado para informar que foi concluída a operação de aquisição, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da Companhia Energética do Jari - CEJA ("CEJA"), anteriormente detida por EDP e CTG, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado entre a Companhia e os Vendedores em 21 de março de 2025.

A Companhia informa que contratou a Forvis Mazars Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 22.536.119/0001-34 para elaboração de Laudo de Avaliação Econômico-Financeiro da empresa CEJA ("Laudo 256"), em conformidade com o previsto no §1º do artigo 256 da Lei das S.A. O Laudo 256 está disponível (i) no Anexo VI à presente proposta e (ii) na página de Relações com Investidores da Companhia (www.engie.com.br/investidores/ > Investidores > Outros Arquivamento CVM), bem como nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (sistemas.cvm.gov.br/).

O Laudo 256, datado de 28.11.2025, concluiu que a operação não confere aos acionistas dissidentes da Companhia o direito de recesso previsto no §2º do artigo 256 da Lei das S.A., uma vez que (i) o valor do lucro líquido por ação da empresa CEJA representa valor superior ao valor de patrimônio líquido a preços de mercado (não sendo aplicável a comparação entre tais valores com o valor da cotação média das ações das empresas alvo em bolsa ou em mercado de balcão organizado, uma vez que a empresa alvo não tem ações negociadas em bolsa ou em mercado de balcão organizado); e (ii) o valor pago por ação da empresa representa apenas 0,95 vezes o valor do lucro líquido por ação, não ultrapassando, portanto, 1,5 vezes o referido valor, conforme requerido pelo §2º do artigo 256 da Lei das S.A. Por este motivo, a Companhia também não apresenta o Anexo H previsto no artigo 21 da RCVM 81/2022, tendo em vista não ser aplicável.

Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para deliberar sobre aquisição do controle de outra sociedade, a Companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações (artigo 20 da RCVM 81/2022):

As informações indicadas no Anexo G da RCVM 81/2022, relativas à aquisição do controle da empresa Companhia Energética Jari – CEJA, estão disponíveis no Anexo VII deste documento.

Proposta de ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada Forvis Mazars Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda., sociedade devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 22.536.119/0001-34, responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação do artigo 256 da Lei nº 6.404/1976.

Com base nos esclarecimentos constantes deste documento e nos termos da Lei de Sociedades por Ações e da regulamentação aplicável, propõe-se que seja ratificada a nomeação e contratação da empresa especializada Forvis Mazars Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda. ("Avaliador") para elaborar o laudo de avaliação dos procedimentos aplicáveis ao artigo 256 da Lei nº 6.404/76, nos termos da lei ("Laudo de Avaliação").

O Avaliador é especializado na prestação de serviços de avaliação econômico-financeira, PPA (*Purchase Price Allocation*), mensuração de valor justo de ativos tangíveis e intangíveis, testes de *impairment* e modelagem financeira, de acordo com as normas aplicáveis e os procedimentos de auditoria.

Demais informações sobre a contratação do Avaliador são fornecidas no Anexo VII dessa Proposta, nos termos do artigo 25 da RCVM nº 81/22.

Proposta de aprovação do Laudo de Avaliação do artigo 256 da Lei nº 6.404/1976, elaborado pela empresa especializada Forvis Mazars Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda, em atendimento às normas, critérios e exigências contábeis e legais.

Com base nos esclarecimentos constantes neste documento e nos termos da Lei de Sociedades por Ações e da regulamentação aplicável, propõe-se que seja aprovado o Laudo de Avaliação dos procedimentos aplicáveis ao artigo 256 da Lei nº 6.404/1976, elaborado pelo Avaliador, conforme aplicável, em atendimento às normas, critérios e exigências contábeis e legais, o qual se encontra anexo à presente Proposta no Anexo VI.

Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para deliberar sobre a escolha de avaliadores, a Companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações (artigo 25 da RCVM 81/2022):

As informações indicadas no Anexo L da RCVM 81/2022, relativas aos avaliadores da incorporação da Companhia Energética Jari – CEJA, estão disponíveis no Anexo VIII deste documento.

ANEXO I – COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES

Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia baseados no item 2 do Formulário de Referência

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações contábeis contidas neste *Anexo I – Comentários dos Diretores* devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, bem como suas respectivas notas explicativas as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM. Ainda, as informações neste *Anexo I – Comentários dos Diretores*, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhões de Reais).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentados, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras e as informações trimestrais da Companhia para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de exercício para exercício; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores, com base nos indicadores de liquidez e endividamento expostos abaixo, entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a execução dos planos de expansão de capital e de investimento, bem como para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em R$ milhões, exceto %)	**2025**	**2024**	**2023**
(+) Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não circulante)	15.173	13.843	12.420
(+) Debêntures (Circulante e Não Circulante)	13.486	9.805	7.686
(+) Ações Preferenciais Resgatáveis (Circulante e Não Circulante)	489	487	571
(+) Resultado de operações com derivativos - *hedges* (Circulante e Não Circulante)	181	307	228
Dívida Bruta[1]	**29.329**	**24.442**	**20.905**
(+) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados	(3.815)	(4.316)	(5.570)
Dívida líquida[2]	**25.514**	**20.126**	**15.335**
Patrimônio líquido	13.914	12.280	9.816
Grau de alavancagem[3]	**64,7%**	**62,1%**	**61,0%**

(1) Dívida Bruta: consiste no resultado da soma de Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante), Debêntures (Circulante e Não Circulante) e Ações Preferenciais Resgatáveis (Circulante e Não Circulante), líquidos dos efeitos dos hedges.
(2) Dívida Líquida: consiste no resultado da soma de Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante), Debêntures (Circulante e Não Circulante), Ações Preferenciais Resgatáveis (Circulante e Não Circulante), líquidos dos efeitos dos hedges e Caixa e equivalentes de caixa depósitos vinculados.
(3) Grau de alavancagem: consiste no resultado da divisão da Dívida Líquida pelo (Dívida Líquida + Patrimônio líquido).

Para informações adicionais sobre as medições não contábeis e suas respectivas reconciliações, vide item 2.5 deste *Anexo I – Comentários dos Diretores*.

- Em 31 de dezembro de 2025, a dívida bruta total consolidada, representada, por empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais resgatáveis, líquidos dos efeitos de operações de hedge, totalizava R$ 29.329 milhões — aumento de 20,0% (R$ 4.887 milhões) comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2024. O prazo médio de vencimento da dívida no fim do ano era de 7,2 anos. A variação no endividamento da Companhia está relacionada, principalmente, à combinação dos seguintes fatores, ocorridos no ano de 2025: (i) R$ 4.085 milhões de ingresso pela 14ª e 15ª emissões de debêntures da Companhia; (ii) geração de R$ 3.116 milhões em encargos incorridos a serem pagos e variação monetária; (iii) R$ 4.129 milhões em amortizações de empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais resgatáveis; (iv) R$ 1.006 milhões de ingresso por aquisição de subsidiárias e (v) 809 milhões de saques junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB), para a construção de novos projetos.
- Em 31 de dezembro de 2024, a dívida bruta total consolidada, representada, principalmente, por empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais resgatáveis, líquidos dos efeitos de operações de hedge, totalizava R$ 24.442 milhões — aumento de 16,9% (R$ 3.537 milhões) comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2023. O prazo médio de vencimento da dívida no fim do ano era de 7,6 anos. A variação no endividamento da Companhia está relacionada, principalmente, à combinação dos seguintes fatores, ocorridos no ano de 2024: (i) R$ 1.209 milhões de ingresso por aquisição de subsidiárias; (ii) R$ 1.089 milhões de saques junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco da Amazônia (BASA), para a construção de novos projetos; (iii) R$ 2.928 milhões da 12ª e 13ª emissões de debêntures da Companhia; (iv) geração de R$ 2.151 milhões em encargos incorridos a serem pagos e variação monetária; e (v) R$ 3.840 milhões em amortizações de empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais.
- Em 31 de dezembro de 2023, a Dívida Bruta total consolidada, representada, principalmente, por empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais resgatáveis, líquidos dos efeitos de operações de hedge, totalizava R$ 20.905 milhões — aumento de 15,2% (R$ 2.755 milhões)

comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2022. O prazo médio de vencimento da dívida no fim de 2023 era de 7,4 anos. O Grau de Alavancagem representava 61,0%. A variação no endividamento da Companhia está relacionada, principalmente, à combinação dos seguintes fatores, ocorridos no ano de 2023: (i) R$ 2.447 milhões da 11ª emissão de debêntures da Companhia; (ii) R$ 1.003 milhões de saques junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a construção dos Conjuntos Eólicos Santo Agostinho e Assuruá; (iii) geração de R$ 1.934 milhões em encargos incorridos a serem pagos e variação monetária; (iv) R$ 2.618 milhões em amortizações de empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais; e (v) R$ 11 milhões de transferência de financiamentos e debêntures de subsidiárias reclassificadas para Ativo Mantido para Venda.

b. Estrutura de capital

A tabela abaixo apresenta todo o valor utilizado pela Companhia para financiar suas operações (capitalização total), segregado entre capital de terceiros (passivo circulante e não circulante) e capital próprio (patrimônio líquido), expresso tanto em termos reais quanto em termos percentuais:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em R$ milhões, exceto %)	**2025**	**2024**	**2023**
Capital de Terceiros (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	41.398	37.832	32.408
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	13.914	12.280	9.816
Capitalização Total (Capital de Terceiros + Capital Próprio)	**55.312**	**50.112**	**42.224**
Parcela de capital de terceiros (% da Capitalização Total)	74,8%	75,5%	76,8%
Parcela de capital próprio (% da Capitalização Total)	25,2%	24,5%	23,2%

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

O negócio da Companhia apresenta uma elevada geração operacional de caixa, principalmente em função de sua elevada margem, resultado da característica intensiva em capital da atividade de geração e transmissão de energia e dos rígidos controles de custos e despesas realizados pela Administração da Companhia.

A Administração acredita que a estrutura de capital (medida pela relação entre os passivos e patrimônio líquido da Companhia) mostrou-se equilibrada nos respectivos períodos apresentados.

Capital de Terceiros

- Em 31 de dezembro de 2025, o total de passivos circulantes e não circulantes somavam R$ 41.398 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2024, o total de passivos circulantes e não circulantes eram de R$ 37.832 milhões, não representando, portanto, variação significativa entre ambos os exercícios.
- Em 31 de dezembro de 2024, o total de passivos circulantes e não circulantes somavam R$ 37.832 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2023, o total de passivos circulantes e não circulantes somavam R$ 32.408 milhões, aumento decorrente, principalmente, de novas captações de empréstimos e emissões de debêntures para a construção de novos projetos e para formação de capital de giro para financiar a implementação do plano de negócios da Companhia.
- Em 31 de dezembro de 2023, o total de passivos circulantes e não circulantes somavam R$ 32.408 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2022, o total de passivos circulantes e não circulantes eram de R$ 29.747 milhões, não representando, portanto, variação significativa entre ambos os exercícios.

Capital Próprio

- Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R$ 13.914 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R$ 12.280 milhões, não representando, portanto, variação significativa entre ambos os exercícios.

- Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R$ 12.280 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R$ 9.816 milhões, variação oriunda, substancialmente, da constituição de reserva de retenção de lucros proveniente do lucro líquido de 2024.

- Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R$ 9.816 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R$ 8.440 milhões, não representando, portanto, variação significativa entre ambos os exercícios.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia, considerando o seu perfil de endividamento e a sua posição de liquidez, em situações normais de mercado, acreditam que a Companhia possui plenas condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos hoje existentes, bem como para continuar expandindo seus investimentos.

Os Diretores da Companhia entendem ainda que, em condições normais de mercado, a sólida geração de caixa confere à Companhia margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

Neste quadro estão listados os principais indicadores de capacidade de pagamento da dívida utilizados pela Companhia.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em R$ milhões, exceto %)	**2025**	**2024**	**2023**
EBITDA Ajustado	7.640	7.367	7.270
Despesa financeira	(2.754)	(1.843)	(1.813)
Resultado financeiro	(2.642)	(1.976)	(1.963)
Dívida Bruta	29.329	24.442	20.905
Dívida Líquida	25.514	20.126	15.335
Dívida Bruta/ EBITDA Ajustado	3,8	3,3	2,9
Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado	3,3	2,7	2,1
EBITDA Ajustado / Despesa financeira	(2,8)	(4,0)	(4,0)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.346	4.154	4.586

Para informações adicionais sobre as medições não contábeis e suas respectivas reconciliações, vide item 2.5 deste *Anexo I – Comentários dos Diretores*.

No último exercício social a Companhia honrou suas obrigações assumidas com terceiros, tais como fornecedores, dividendos, dívidas, concessões a pagar, entre outros.

Ainda, caso se entenda necessário, a Companhia possui estrutura e capacidade de contrair novos empréstimos para financiar os investimentos e a sua operação.

- A Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 25.514 milhões e corresponde a 3,3 vezes o EBITDA ajustado pelos recebimentos previstos no acordo de venda da subsidiária Pampa Sul, ocorrida em 2023, apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, de R$ 7.640 milhões. Adicionalmente, a Companhia gerou um caixa líquido pelas atividades operacionais de R$ 3.346 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

- A Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 20.126 milhões e corresponde a 2,7 vezes o EBITDA ajustado pelos custos de aquisição de subsidiárias, reversão de *impairment* líquido, alienação de subsidiária, alienação de participação societária em controlada em conjunto (TAG) e indenização de seguros apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, de R$ 7.367 milhões. Adicionalmente, a Companhia gerou um caixa líquido pelas atividades operacionais de R$ 4.154 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

- A Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 15.335 milhões e corresponde a 2,1 vezes o EBITDA ajustado pelo *impairment*, alienação de subsidiária e indenização de seguros apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de R$ 7.270 milhões.

Adicionalmente, a Companhia gerou um caixa líquido pelas atividades operacionais de R$ 4.586 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Com base nos resultados apresentados e no plano de negócios da Companhia, os Diretores da Companhia reforçam a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Fitch Ratings atribui à Companhia *Rating* Nacional de Longo Prazo como 'AAA(bra)', com perspectiva estável, e em escala global 'BB+(bra)', com perspectiva estável, um nível acima do *rating* soberano. Os *ratings* estão diretamente relacionados à captura de linhas de crédito atrativas, ampliando a competitividade da Companhia no desenvolvimento de novos projetos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza linhas de crédito em instituições financeiras de primeira linha, com a finalidade de suprir uma eventual necessidade de caixa de curto e médio prazos.

Para os projetos de investimento da Companhia, além da utilização de parte de sua geração de caixa, são utilizados os recursos disponíveis por bancos de fomento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), diretamente e/ou por meio de seus Bancos Repassadores, o Banco da Amazônia ("BASA") e o Banco do Nordeste ("BNB"). Estas instituições financeiras usualmente oferecem taxa de juros e prazos de pagamento compatíveis com o retorno dos projetos da Companhia.

Caso o projeto de investimento não seja elegível para financiamento por algum dos bancos de fomento, por questões de custo do financiamento ou por questões de limites na disponibilidade dos créditos, a Companhia pode recorrer a outras fontes de financiamento, como ao mercado de capitais, por meio da emissão de debêntures ou outras fontes de financiamento, visando à manutenção de uma estrutura de capital e liquidez adequada. A Companhia avalia constantemente as alternativas de financiamento de suas operações.

Em 2025, a Companhia utilizou como principais fontes de financiamento recursos do BNDES, BNB e recursos oriundos de emissão de debêntures.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em que pese os Diretores não prevejam qualquer situação de deficiência de liquidez, a Companhia possui linhas de crédito previstas (capital de giro, financiamento de longo prazo e fiança bancária) perante instituições financeiras de primeira linha.

Em caso de necessidade de financiamento para capital de giro, a Companhia pretende utilizar prioritariamente linhas de crédito disponíveis no mercado junto a instituições financeiras de primeira linha, ou emissões de debêntures. Para fins de financiamento de ativos não circulantes, a Companhia pretende utilizar prioritariamente recursos de financiamentos de longo prazo diretamente junto aos bancos de fomento ou por meio de emissão de debêntures.

Além disso, em razão do elevado rating atribuído pela agência de classificação de risco *Fitch Ratings*, a Companhia tem acesso tempestivo ao mercado de capitais para eventuais necessidades de levantamento de recursos financeiros.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

As principais informações sobre as dívidas contratadas com Instituições Financeiras, em 31 de dezembro de 2025, estão descritas a seguir:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

		Condições de Pagamento			Saldo Devedor (em R$ milhões)
Companhia	**Remuneração**	**Encargos**	**Principal**	**Vencimento**	**31.12.2025**
Moeda nacional					
BNDES - Assuruá	IPCA + 6,70% a.a.	Mensais a partir de 01.2026	Mensais a partir de 01.2026	12.2046	1.829
BNDES - Assu Sol	IPCA + 8,16% a.a.	Mensais a partir de 06.2026	Mensais a partir de 06.2026	09.2048	90
BNDES - Assu Sol	9,54% a.a.	Mensais a partir de 06.2026	Mensais a partir de 06.2026	09.2040	228
Moeda estrangeira (dólar)					
Scotiabank IV	2,00% a.a. com *swap* para CDI + 1,35% a.a.	Semestrais	07.2026	12.2046	556

		Condições de Pagamento			Saldo Devedor (em R$ milhões)
Controladas	**Remuneração**	**Encargos**	**Principal**	**Vencimento**	**31.12.2025**
Ferrari					
BNDES Ampliação	TJLP + 1,76% a.a.[1]	Mensais a partir de 02.2017	Mensais a partir de 02.2017	07.2032	32
Assú V					
BNB	IPCA + 1,76% a.a.	Trimestrais a partir de 01.2019; Mensais a partir de 08.2023	Mensais a partir de 08.2023	07.2038	73
BNB Ampliação	IPCA médio 12 meses + 4,41% a.a.	Trimestrais a partir de 08.2022; Mensais a partir de 09.2024	Mensais a partir de 09.2024	08.2039	8
Conjunto Eólico Campo Largo - Fase I					
BNDES	TJLP + 2,52% a.a.[1]	Mensais a partir de 07.2019	Mensais a partir de 07.2019	06.2035	313
BNDES	TJLP + 1,82% a.a.[1]	Mensais a partir de 07.2019	Mensais a partir de 07.2019	06.2035	365
Conjunto Eólico Umburanas - Fase I					
BNDES	IPCA + 3,91% a.a.	Mensais a partir de 12.2019	Mensais a partir de 12.2019	12.2038	1.192
Gralha Azul					
BNDES	IPCA + 3,83% a.a.	Mensais a partir de 10.2023	Mensais a partir de 10.2023	03.2044	1.953
Conjunto Eólico Campo Largo - Fase II					
BNDES	IPCA + 4,23% a.a.	Mensais a partir de 09.2021	Mensais a partir de 09.2021	12.2039	1.311
Novo Estado					
BNDES	IPCA + 4,67% a.a.	Mensais a partir de 11.2022	Mensais a partir de 11.2022	05.2044	2.193
BASA	IPCA + 1,4452% a.a.	Mensais a partir de 11.2022	Mensais a partir de 11.2022	08.2044	720

Santo Agostinho					
BNDES	IPCA + 6,16% a.a.	Mensais a partir de 01.2024	Mensais a partir de 01.2024	11.2045	1.436
Floresta					
BNDES	TJLP + 2,15% a.a.	Mensais a partir de 06.2019	Mensais a partir de 06.2019	10.2036	213
Paracatu					
BNDES	IPCA + 4,98% a.a.	Mensais a partir de 11.2018	Mensais a partir de 11.2018	10.2038	480
Gavião Real					
BASA	IPCA médio 12 meses + 4,91% a.a.(2)	Mensais a partir de 03.2024	Mensais a partir de 05.2027	10.2047	58
Juazeiro					
BNB	IPCA + 1,85% a.a.(2)	Trimestrais a partir de 03.2018; Mensais a partir de 04.2020	Mensais a partir de 04.2020	03.2038	221
Solar Barreiras					
BNB	IPCA + 1,85% a.a.(2)	Trimestrais a partir de 12.2018; Mensais a partir de 01.2021	Mensais a partir de 01.2021	12.2038	173
Sol do Futuro					
BNB	IPCA + 1,77% a.a.(2)	Trimestrais a partir de 06.2018; Mensais a partir de 08.2020	Mensais a partir de 08.2020	07.2038	122
Lar do Sol					
BNB	IPCA + 2,68% a.a.(2)	Mensais a partir de 12.2023	Mensais a partir de 12.2023	11.2045	401
Assu Sol					
BNB - Assu Sol 01	IPCA médio 12 meses + 4,27% a.a.(2)	Trimestrais a partir de 09.2024; Mensais a partir de 07.2027	Mensais a partir de 07.2027	06.2044	72
BNB - Assu Sol 01	IPCA + 11,00% a.a.	Semestrais a partir de 04.2025	Semestrais a partir de 10.2026	04.2034	5
BNB - Assu Sol 02	IPCA médio 12 meses + 4,27% a.a.(2)	Trimestrais a partir de 09.2024; Mensais a partir de 07.2027	Mensais a partir de 07.2027	06.2044	72
BNB - Assu Sol 02	IPCA + 11,00% a.a.	Semestrais a partir de 04.2025	Semestrais a partir de 10.2026	04.2034	5
BNB - Assu Sol 03	IPCA médio 12 meses + 4,27% a.a.(2)	Trimestrais a partir de 10.2024; Mensais a partir de 08.2027	Mensais a partir de 08.2027	07.2044	73
BNB - Assu Sol 03	IPCA + 11,00% a.a.	Semestrais a partir de 04.2025	Semestrais a partir de 10.2026	04.2034	5
BNB - Assu Sol 05	IPCA médio 12 meses + 4,27% a.a.(2)	Trimestrais a partir de 10.2024; Mensais a partir de 08.2027	Mensais a partir de 08.2027	07.2044	73
BNB - Assu Sol 05	IPCA + 11,00% a.a.	Semestrais a partir de 04.2025	Semestrais a partir de 10.2026	04.2034	5

BNB - Assu Sol 08	IPCA médio 12 meses + 4,40% a.a.[2]	Trimestrais a partir de 01.2025; Mensais a partir de 11.2027	Mensais a partir de 11.2027	10.2040	63
BNB - Assu Sol 08	IPCA + 11,00% a.a.	Semestrais a partir de 04.2025	Semestrais a partir de 10.2026	04.2034	5
Cachoeira Caldeirão					
BNDES	TJLP + 2,12%	Mensais a partir de 11.2017	Mensais a partir de 11.2017	10.2037	530
Jari					
BNDES	TJLP + 1,86%	Mensais a partir de 06.2015	Mensais a partir de 06.2015	05.2031	299

(1) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.
(2) Taxa resultante da aplicação do Bônus de Adimplemento, que é a condição de redução pelo fator 0,85 aplicada aos juros incorridos nas parcelas do serviço da dívida pagas em dia. Condição prevista para os financiamos por receberem recursos do Fundo Constitucional.

Informações adicionais sobre os contratos de empréstimos e financiamentos de valores mais relevantes da Companhia e de suas controladas

- **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES):**

Os financiamentos foram utilizados principalmente para implantação dos Projetos Assuruá e Assu Sol.

- **Financiamentos contratados pelas Controladas:**

Os financiamentos contratados pelas Controladas consolidadas na Companhia são na modalidade *Project Finance*. Para tal, foram constituídas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) para a implantação dos respectivos projetos.

- **Empréstimos tomados em moeda estrangeira**

Em 31 de dezembro de 2025, permanecia vigente a contratação de empréstimo em moeda estrangeira com o banco Scotiabank, originalmente realizada com a finalidade de compor capital de giro da Companhia.

A Companhia mantém contrato de operação de swap com subsidiária brasileira da mesma instituição financeira a qual contratou empréstimo em dólar, a fim de proteger fluxos futuros de pagamentos de principal e juros, contra a flutuação da taxa cambial. Esta operação foi designada como instrumento de *hedge*, convertendo o empréstimo em dólar para real e a taxa fixa para uma taxa flutuante (CDI).

O vencimento do principal e a amortização dos juros do empréstimo e do hedge ocorrerá exatamente na mesma data. É válido destacar que a Política de Investimentos e Derivativos da Companhia estabelece que a utilização de instrumentos financeiros derivativos fica restrita à proteção de riscos (*hedge*) e deve ser mantida correlação estreita quanto ao perfil da dívida, volumes e prazos.

A principal condição do empréstimo e da operação de derivativo contratado foi a seguinte:

	Valor		**Empréstimo e posição ativa do *swap* e NDF**	**Posição passiva do *swap* e NDF**	
Bancos	**US$ milhões**	**R$ milhões**	**US$ + Juros (a.a.)**	**Condição**	**Vencimento**
Scotiabank IV	102	530	2,00% a.a.	CDI + 1,35% a.a.	Julho de 2026

Garantias dos empréstimos e financiamentos

As garantias dos empréstimos e financiamento visam assegurar ao credor o pagamento dos serviços das dívidas, emitidas pela Companhia e por suas controladas, conforme previsto nos instrumentos contratuais. A Companhia e suas Controladas mantêm garantias para os empréstimos e financiamentos a seguir descritos.

- **Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**

  (i) Financiamento de empreendimentos de geração eólica: (a) cessão dos direitos emergentes das autorizações; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (d) penhor de bens e equipamentos relativos aos projetos; (e) contas reserva em montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida; (f) contas reserva em montante equivalente a 3 meses das despesas de operação e manutenção; e (g) fiança corporativa;

  (ii) Financiamento de empreendimentos de geração fotovoltaica: (a) cessão dos direitos emergentes das autorizações; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (d) penhor de bens e equipamentos relativos aos projetos; (e) contas reserva em montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida; e (f) contas reserva em montante equivalente a 3 meses das despesas contratuais de operação e manutenção;

  (iii) Financiamento de empreendimentos de geração hidrelétrica: (a) cessão dos direitos emergentes das concessões; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (d) contas reserva em montante equivalente a 3 ou 6 meses do serviço da dívida; e (e) fiança corporativa;

  (iv) Financiamento de empreendimento de transmissão: (a) cessão dos direitos emergentes das concessões; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (d) conta reserva em montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida; e (e) fiança corporativa.

- **Banco da Amazônia (BASA)**

  (i) Financiamento de empreendimento de transmissão: (a) cessão dos direitos emergentes das concessões; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (d) contas reserva em montante equivalente a 6 meses do serviço da dívida; e (e) fiança corporativa ou fiança bancária.

- **Banco do Nordeste do Brasil (BNB)**

  (i) **Financiamento de empreendimento de geração fotovoltaica:** (a) cessão dos direitos emergentes das autorizações; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor de bens e equipamentos relativos aos projetos; (d) contas reserva em valor mínimo entre 2,50% no período pré baixa das fianças bancárias e até 8,18% no período pós baixa das fianças bancárias, do saldo devedor total do financiamento; (e) contas reserva em valor mínimo equivalente a 25% das despesas contratuais anuais de operação e manutenção dos projetos (em alguns financiamentos está previsto um valor fixo); e (f) fiança corporativa ou fiança bancária.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Debêntures

São representadas pelas debêntures emitidas pela Companhia e pelas controladas Jaguara, Miranda, São Pedro II, São Pedro IV e Cachoeira Caldeirão. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas Controladas possuíam as seguintes emissões vigentes:

				Condições de Pagamento			Saldo Devedor (em R$ milhões)
	Quantidade	Remuneração	Garantia	Encargos	Principal	Vencimento	31.12.2025
Companhia							
6ª Emissão – 2ª série	353.400	IPCA + 6,2515% a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 07.2017	3 Parcelas anuais a partir de 07.2024	07.2026	190
7ª Emissão – 2ª série	231.257	IPCA + 5,9033% a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 07.2019	3 parcelas anuais a partir de 07.2026	07.2028	346
9ª Emissão – 1ª série	576.095	IPCA + 3,7000% a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 07.2021	2 parcelas anuais a partir de 07.2025	07.2026	414
9ª Emissão – 2ª série	539.678	IPCA + 3,9000% a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 07.2021	3 parcelas anuais a partir de 07.2027	07.2029	775
9ª Emissão – 3ª série	378.827	IPCA + 3,6000% a.a.	Sem garantia	Semestrais a partir de 07.2021	2 parcelas anuais a partir de 07.2025	07.2026	272
9ª Emissão – 4ª série	105.400	IPCA + 3,7000% a.a.	Sem garantia	Semestrais a partir de 07.2021	3 parcelas anuais a partir de 07.2027	07.2029	151
10ª Emissão – Série Única	400.000	IPCA + 5,7158% a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 09.2022	Anuais a partir de 09.2023	09.2046	451
11ª Emissão – 1ª série	1.085.600	IPCA + 5,9325 % a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 11.2024	3 parcelas anuais a partir de 11.2031	11.2033	1.172
11ª Emissão – 2ª série	96.278	IPCA + 6,0691 % a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 11.2024	3 parcelas anuais a partir de 11.2036	11.2038	102
11ª Emissão – 3ª série	318.122	10,90% a.a. com swap para CDI + 0,378% a.a.	Sem garantia	11.2028	11.2028	11.2028	364
11 ª Emissão – 4ª série	900.000	CDI + 1,0000% a.a.	Sem garantia	Semestrais a partir de 05.2024	2 parcelas anuais a partir de 11.2027	11.2028	913
11 ª Emissão – 5ª série	100.000	CDI + 1,1000% a.a.	Sem garantia	Semestrais a partir de 05.2024	2 parcelas anuais a partir de 11.2029	11.2030	101

12ª Emissão – 1ª série	863.239	12,4974% a.a. com swap para CDI + 0,155% a.a.	Sem garantia	Semestrais a partir de 12.2024	Na data de vencimento	08.2029	834
12ª Emissão – 2ª série	636.761	IPCA + 6,7766% a.a. com swap para CDI + 0,43% a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 06.2025	3 parcelas anuais a partir de 2032	06.2034	640
12ª Emissão – 4ª série	500.000	CDI +0,55% a.a.	Sem garantia	Na data de vencimento	Na data de vencimento	06.2026	606
13ª Emissão – Série Única	1.500.000	12,2372% a.a. com swap para CDI - 0,11% a.a.	Sem garantia	Semestrais a partir de 03.2025	Na data de vencimento	09.2030	1.471
14ª Emissão – 1ª série	1.000.000	14,3509% a.a. com swap para CDI - 0,29% a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 01.2027	2 parcelas anuais a partir de 01.2031	01.2032	1.134
14ª Emissão – 2ª série	1.000.000	IPCA + 7,5568% a.a. com swap para CDI - 0,23% a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 01.2027	2 parcelas anuais a partir de 01.2031	01.2032	1.067
15ª Emissão – 1ª série	750.000	12,8775% a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 06.2027	3 parcelas anuais a partir de 06.2033	06.2035	780
15ª Emissão – 2ª série	1.450.000	IPCA + 6,8555% a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 06.2027	2 parcelas anuais a partir de 06.2034	06.2035	1.466
Controladas							
Jaguara							
1ª Emissão – 2ª série	634.000	IPCA + 6,4962% a.a.	Garantia real	Semestrais a partir de 12.2018	Semestrais a partir de 06.2020	06.2027	300
Miranda							
1ª Emissão – 2ª série	386.000	IPCA + 6,4962% a.a.	Garantia real	Semestrais a partir de 12.2018	Semestrais a partir de 06.2020	06.2027	208
São Pedro II							
1ª Emissão – Série Única	113.205	IPCA + 4,4000% a.a.	Garantia real	Semestrais a partir de 06.2020	Semestrais a partir de 06.2020	12.2034	104
São Pedro IV							
1ª Emissão – Série Única	95.518	IPCA + 4,4000% a.a.	Garantia real	Semestrais a partir de 06.2020	Semestrais a partir de 06.2020	12.2034	89
Cachoeira Caldeirão							
3ª Emissão – Série Única	15.650	IPCA + 7,2743% a.a.	Garantia Real	Semestrais a partir de 12.2017	Semestrais a partir de 12.2017	06.2030	141

Garantias das debêntures

(i) **Debêntures das controladas Jaguara e Miranda:** (a) cessão dos direitos emergentes das autorizações; (b) cessão de direitos creditórios; (c) alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social; e (d) fiança corporativa.

(ii) **Debêntures das controladas São Pedro II e São Pedro IV:** (a) cessão dos direitos emergentes das autorizações; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor de bens e equipamentos relativos aos projetos; (d) alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social; (d) contas reserva em montante equivalente ao próximo pagamento do serviço da dívida. Em 29/12/2025, foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas nas quais os debenturistas aprovaram: (a) Inclusão de fiança corporativa da Companhia como garantia fidejussória; e (b) Liberação dos valores depositados nas contas reservas. A efetivação das alterações está condicionada à celebração de aditivo aos documentos das emissões em 2026.

(iii) **Debêntures da controlada Cachoeira Caldeirão:** (a) cessão dos direitos emergentes das concessões; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (d) contas reserva em montante equivalente ao próximo pagamento do serviço da dívida; e (e) fiança corporativa. As garantias reais são compartilhadas com o BNDES.

Ações preferenciais resgatáveis

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de agosto de 2020, aprovou a emissão de ações preferenciais resgatáveis da controlada indireta Novo Estado Participações ("NEP"), todas escriturais, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, no montante total de R$ 500 milhões (R$ 477 milhões, líquido de custos de emissão). A emissão ocorreu em 01 de setembro de 2020. As ações dão direito de participar dos dividendos declarados e distribuídos pela NEP de forma prioritária e cumulativa. A partir do semestre imediatamente posterior à entrada em operação do Sistema de Transmissão, os dividendos serão destinados semestralmente, não estando a NEP obrigada a distribuir dividendos antes deste evento.

A quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 95.446.379, subdivididas em 12 classes, com diferentes prazos de resgate, sendo o prazo de resgate da última classe 31 de outubro de 2034. Os valores de emissão e de resgate por ação, estão demonstrados a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Novo Estado Participações S.A.	5,2385	2,6192	2,6192

Para efeitos societários na NEP, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R$ 250 milhões, e parte como reserva de capital, no montante de R$ 250 milhões. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, essa transação foi considerada como um instrumento de dívida, portanto, o valor total da emissão foi registrado como passivo não circulante.

			Condições de Pagamento			Saldo Devedor (em R$ milhões)
	Remuneração	Garantia	Encargos	Principal	Vencimento	31.12.2025
APR Itaú	CDI + 1,05% a.a.	Sem garantia	Semestrais a partir de Outubro de 2023	Anuais a partir de Outubro de 2023	Outubro de 2034	489

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

O grau de subordinação das dívidas está demonstrado a seguir: (i) financiamentos com garantia real; (ii) empréstimos com garantia quirografária e (iii) títulos de dívida com garantia quirografária.

São consideradas dívidas com garantia real todas as dívidas garantidas por garantia real, assim entendidas o penhor, dentre outras garantias reais.

São consideradas dívidas quirografárias todas as dívidas que não possuem garantia ou que possuem garantia fidejussória, assim entendidas a garantia de aval e a fiança, dentre outras garantias fidejussórias.

Adicionalmente, em caso de uma eventual situação de recuperação judicial, a Companhia adotará os preceitos da Lei n° 11.101/05, e suas alterações posteriores, para compor a ordem de preferência em concurso universal de credores.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Empréstimos e financiamentos

A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2025, estavam sujeitas aos seguintes compromissos contratuais (*covenants*) – índices e limites financeiros – estabelecidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos:

Dívida	***Covenants***	**Medição em 31.12.2025**
Controladora		
Scotiabank	(i) EBITDA / Despesas Financeiras ≥ 2,0	(i) 2,77
	(ii) Dívida Bruta / EBITDA ≤ 4,5	(ii) 3,84
Controladas[1]		
BNDES e BASA	ICSD[2] ≥ 1,1 ou ≥ 1,20 ou ≥ 1,25 ou ≥ 1,3 dependendo da controlada e ICP[3] ≥ 20% ou ≥ 25% dependendo da controlada	Nenhum *covenant* gerou inadimplemento nos respectivos contratos.
BNB	Comprometimento da capacidade de pagamento[4] ≤ 70%	Nenhum *covenant* gerou inadimplemento nos respectivos contratos.

(1) Covenants referentes as dívidas das controladas da Companhia.
(2) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.
(3) Índice de capitalização ou Índice de capital próprio: Patrimônio líquido / Ativo total.
(4) Comprometimento da Capacidade de Pagamento: Geração de caixa da atividade / Amortizações de principal.

Os financiamentos contratados junto ao BNDES são formalizados mediante a celebração de contratos de financiamento por meio da abertura de linha de crédito e estão sujeitos às disposições aplicáveis aos contratos do BNDES.

Nos termos dessas disposições, adicionalmente aos *covenants* financeiros descritos na tabela anteriormente apresentada, as controladas tomadoras de empréstimo não podem, sem a prévia autorização do BNDES: (i) conceder preferência a outros créditos; (ii) realizar amortização de ações; (iii) emitir debêntures; (iv) assumir novas dívidas, observadas as ressalvas expressamente previstas nas disposições aplicáveis aos contratos do BNDES; (v) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente; e (vi) distribuir dividendos superiores ao mínimo obrigatório, em algumas controladas.

Adicionalmente, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato, e exigir imediatamente a dívida, nas hipóteses de inadimplemento das obrigações assumidas perante o mesmo pela empresa beneficiária do crédito, suas subsidiárias, intervenientes, ou entidade integrante do grupo econômico ao qual a empresa pertença. Outra hipótese de vencimento antecipado é quando ocorre modificações do controle efetivo, direto ou indireto da empresa beneficiária do crédito sem a autorização prévia do banco, salvo casos aprovados previamente dentro dos contratos de financiamento. Além destes, outros eventos que afetem a capacidade de operação do projeto, ou que afetem as garantias cedidas ao banco, habitualmente são também hipóteses de vencimento antecipado.

Ainda, itens mais abrangentes como sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente também são situações que implicam em vencimento antecipado destes tipos de instrumentos financeiros.

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos, financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia e suas controladas, com exceção: (i) das subsidiárias dos Conjuntos Fotovoltaicos Floresta e Paracatu, as quais não atingiram os respectivos limites mínimos do ICSD estabelecidos em seus contratos de financiamento firmados com o BNDES, no exercício findo em 31.12.2025. Contudo, durante o ano de 2025, o BNDES formalizou previamente às medições, que o referido descumprimento não acarretaria o vencimento antecipado dos financiamentos; e (ii) a subsidiária Cachoeira Caldeirão, a qual não atingiu o limite mínimo do ICSD estabelecido no contrato de financiamento com o BNDES, no exercício findo em 31.12.2025. Contudo, o descumprimento não caracteriza item de vencimento antecipado, acarretando apenas a necessidade de duplicar o saldo da conta reserva (o qual já vem preenchido de anos anteriores).

Os compromissos são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos, exceto os contratos da controladora, os quais são apurados trimestralmente.

Debêntures

Dívida	*Covenants*	Medição em 31.12.2025
Companhia		
6ª, 7ª e 9ª emissões	(i) EBITDA / Despesas Financeiras ≥ 2,0 (ii) Dívida bruta /E BITDA ≤ 4,5	(i) 2,77 (ii) 3,84
Controladas(1)		
Jaguara 1ª emissão	ICSD(2) ≥ 1,10	2,00
Miranda 1ª emissão	ICSD(2) ≥ 1,10	1,80
São Pedro II 1ª emissão	ICSD(2) ≥ 1,20	0,84(4)
São Pedro IV 1ª emissão	ICSD(2) ≥ 1,20	1,43
Cachoeira Caldeirão 3ª emissão	ICSD(1) ≥ 1,20 e ICP(4) ≥ 20%	0,89(5) e 32%

(1) *Covenants* referentes as dívidas das controladas da Companhia são medidos anualmente em 31 de dezembro.
(2) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.
(3) Nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures, apenas o descumprimento do ICSD por 2 anos consecutivos ou 3 anos alternados num intervalo de 5 anos, configura inadimplemento contratual.
(4) Índice de capitalização ou Índice de capital próprio: Patrimônio líquido / Ativo total.
(5) Nos termos da Escritura de Debêntures, o descumprimento do ICSD não configura evento de vencimento antecipado.

Os compromissos financeiros estabelecidos nas escrituras de emissão de debêntures estão sendo cumpridos pela Companhia e suas controladas, com exceção: (i) da subsidiária São Pedro II, a qual não atingiu o limite mínimo do ICSD estabelecido na escritura de emissão de debêntures pelo 2º ano consecutivo, no exercício findo em 31.12.2025 (o que passa a ser considerado um inadimplemento contratual). Contudo, durante o ano

de 2025, os debenturistas, em AGD, formalizaram previamente à medição, que o referido descumprimento não acarretaria o vencimento antecipado não automático da dívida; e (ii) a subsidiária Cachoeira Caldeirão, a qual não atingiu o limite mínimo do ICSD estabelecido na escritura de emissão de debêntures, no exercício findo em 31.12.2025. Contudo, o descumprimento não caracteriza item de vencimento antecipado, acarretando apenas a necessidade de duplicar o saldo da conta reserva (o qual já vem preenchido de anos anteriores).

Além dos *covenants* usuais utilizados em operações de mercado de capitais, as dívidas da Companhia e de suas Controladas possuem os seguintes *covenants* que poderão dar causa à declaração de vencimento antecipado das dívidas mencionadas acima:

Não pagamento, vencimento antecipado de dívidas e/ou protesto de títulos	Não pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias que não sejam decorrente das escrituras de emissão, e/ou vencimento antecipado de dívidas e/ou protesto de títulos da Companhia ou qualquer de suas controladas relevante (conforme definido nas escrituras de emissão) cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R$ 120 milhões para a Companhia, R$ 50 milhões para as controladas Jaguara e Miranda, R$ 5 milhões para as controladas São Pedro II e São Pedro IV, e R$ 35 milhões para a controlada Cachoeira Caldeirão, observados os *carve-outs* e prazos de curas aplicáveis, conforme descritos nas respectivas escrituras de emissão.
Liquidação, extinção e/ou dissolução	liquidação, extinção ou dissolução da Companhia e/ou das controladas relevantes (conforme definido nas escrituras de emissão) (ou qualquer forma de reorganização societária dessas controladas relevantes), exceto se a(s) sociedade(s) sucessória(s) forem, também, controladas, direta ou indiretamente, por empresa do grupo econômico no qual a Companhia está inserida e seus ativos sejam mantidos no grupo econômico da Companhia e cumulativamente não acarrete em redução da classificação de risco da Companhia abaixo de AA (duplo A), em escala local, pela Standard & Poor´s Fitch, ou nota equivalente pela Moodys.
Reorganização societária	Cisão, fusão, incorporação ou qualquer tipo de reorganização societária da Companhia, exceto se: (i) a alteração for aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas; (ii) for garantido o direito de resgate aos debenturistas que não concordarem com a reorganização; ou (iii) a sociedade sucessora for controlada, direta ou indiretamente, por empresa do mesmo grupo econômico da Companhia e seus ativos sejam mantidos no grupo econômico da Companhia e cumulativamente não acarrete em redução da classificação de risco da Companhia abaixo de AA (duplo A), em escala local, pela Standard & Poor´s Fitch, ou nota equivalente pela Moodys.
Medidas constritivas e/ou protetivas	(i) alienação, inoperância ou paralisação prolongada ou qualquer outra forma de disposição, pela Companhia, de ativos permanentes que representem, de forma individual ou agregada, desde a data de emissão até a data de vencimento das debêntures, de mais de 25% da capacidade de geração de energia elétrica da Companhia, que comprovadamente afete a capacidade econômico-financeira da Companhia, e que não acarrete em redução da classificação de risco abaixo de AA (duplo A), em escala local, pela *Standard & Poor´s*, *Fitch*, ou nota equivalente pela *Moodys*; (ii) intervenção ou perda da concessão/autorização da Companhia que represente mais de 25% de sua capacidade instalada, tomando-se por base a capacidade instalada da Emissora na data de emissão da 6ª Emissão de Debêntures da EBE, e que comprovadamente afete a capacidade econômico financeira da Companhia para as emissões da Companhia e perda de Contratos de Concessão, observados os *carve-outs* e prazos aplicáveis, conforme descritos nas respectivas escrituras de emissão; (iii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorização, concessões, subvenções, alvarás ou licenças necessárias para o exercício das atividades da Companhia que implique na interrupção ou suspensão de 25% da capacidade de geração da Companhia e cause um efeito significativo na capacidade da Companhia cumprir com as obrigações advindas das escrituras de emissão das debêntures, observados os *carve-outs* e prazos aplicáveis, conforme descritos nas respectivas escrituras de emissão; e/ou (iv) caso a Companhia sofra arresto, sequestro ou penhora de bens de seu ativo que representem, de forma individual ou agregada, 25% ou mais de sua capacidade de geração de energia elétrica, observados os *carve-outs* e prazos aplicáveis, conforme descritos nas respectivas escrituras de emissão.
Decisões Judiciais	Não cumprimento de qualquer decisão judicial, administrativa ou sentença judicial, transitada em julgado e que não caiba recurso, ou sentença arbitral não sujeita a recurso, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R$ 120 milhões para a Companhia, R$ 50 milhões para as controladas Jaguara e Miranda, R$ 5 milhões para as controlada São Pedro II e São Pedro IV, e e R$ 75 milhões para a controlada Cachoeira Caldeirão.
Rating	Não manutenção de classificação de risco corporativo da Companhia, igual ou superior a AA, em escala local, pela *Standard & Poor's, Fitch* ou nota equivalente pela *Moody's*.
Contratos de Mútuos e/ou Empréstimos	Concessão, pela Companhia, a partir da data de emissão da dívida, de mútuos e/ou empréstimos para quaisquer sociedades, observados os *carve-outs* aplicáveis, conforme descritos nas respectivas escrituras de emissão.
Objeto Social	Alteração do objeto social da Companhia, exceto se (i) previamente autorizado em Assembleia Geral de Debenturista; ou (ii) permanecer no objeto social da Companhia, atividades relacionadas à geração, transmissão ou comercialização de energia elétrica; ou (iii) decorrente de determinação da Aneel ou outra autoridade governamental competente.
Controle Acionário	Alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia, exceto se o controle indireto final for mantido pela ENGIE S.A. e tal alteração não acarretar redução da classificação de risco da Companhia abaixo de AA (duplo A), em escala local, pela Standard & Poor´s, Fitch, ou nota equivalente pela Moodys.

Os *covenants* financeiros e restrições estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

Os contratos de debêntures, empréstimo e financiamento relevantes que possuem cláusula de vencimento antecipado cruzado (*cross-default* ou *cross acceleration*), são os listados abaixo:

Emissor	Contrato	Credor	*Threshold*	Observações
Companhia				
ENGIE Brasil Energia S.A.	6ª Emissão 7ª Emissão 9ª Emissão	Debenturistas	R$ 120 milhões	Cross-default acionado em caso de inadimplemento de obrigação pecuniária da Companhia ou de suas Controladas Relevantes, cross-acceleration acionado em caso de vencimento antecipado.
ENGIE Brasil Energia S.A.	10ª Emissão	Debenturistas	R$ 250 milhões	Threshold atualizado pelo IPCA a partir de setembro de 2021. Cross-default acionado em caso de inadimplemento de obrigação pecuniária da Companhia ou de suas Controladas Relevantes e cross-acceleration acionado em caso de vencimento antecipado.
ENGIE Brasil Energia S.A.	11ª Emissão	Debenturistas	R$ 290 milhões	Threshold atualizado pelo IPCA a partir de novembro de 2023. Cross-default acionado em caso de inadimplemento de obrigação pecuniária da Companhia ou de suas Controladas Relevantes e cross-acceleration acionado em caso de vencimento antecipado.
ENGIE Brasil Energia S.A.	12ª Emissão	Debenturistas	R$ 300 milhões	Threshold atualizado pelo IPCA a partir de junho de 2024. Cross-default acionado em caso de inadimplemento de obrigação pecuniária da Companhia ou de suas Controladas Relevantes e cross-acceleration acionado em caso de vencimento antecipado.
ENGIE Brasil Energia S.A.	13ª Emissão	Debenturistas	R$ 300 milhões	Threshold atualizado pelo IPCA a partir de setembro de 2024. Cross-default acionado em caso de inadimplemento de obrigação pecuniária da Companhia ou de suas Controladas Relevantes e cross-acceleration acionado em caso de vencimento antecipado.
ENGIE Brasil Energia S.A.	14ª Emissão	Debenturistas	R$ 310 milhões	Threshold atualizado pelo IPCA a partir de fevereiro de 2025. Cross-default acionado em caso de inadimplemento de obrigação pecuniária da Companhia ou de suas Controladas Relevantes e cross-acceleration acionado em caso de vencimento antecipado.
ENGIE Brasil Energia S.A.	15ª Emissão	Debenturistas	R$ 310 milhões	Threshold atualizado pelo IPCA a partir de junho de 2025. Cross-default acionado em caso de inadimplemento de obrigação pecuniária da Companhia ou de suas Controladas Relevantes e cross-acceleration acionado em caso de vencimento antecipado.
Controladas				
Jaguara	1ª Emissão	Debenturistas	R$ 50 milhões	Cross-default e cross acceleration acionado em caso de inadimplemento.
Miranda	1ª Emissão	Debenturistas	R$ 50 milhões	Cross-default e cross acceleration acionado em caso de inadimplemento.
São Pedro II	3ª Emissão	Debenturistas	R$ 5 milhões	Cross-default não-automático, cross acceleration automático acionado em caso de inadimplemento.
São Pedro IV	1ª Emissão	Debenturistas	R$ 5 milhões	Cross-default não-automático, cross acceleration automático acionado em caso de inadimplemento.
Cachoeira Caldeirão	3ª Emissão	Debenturistas	R$ 35 milhões	Cross-default não-automático, cross acceleration automático acionado em caso de inadimplemento.

Empréstimo

Emissor	Contrato	Credor	*Threshold*	Observações
Companhia				
ENGIE Brasil Energia S.A.	4131 - Scotia - 2021.07 (5y) - Loan	Scotiabank	US$ 100 milhões	Cross-default acionado em caso de inadimplemento pela Companhia ou suas controladas. Em caso de vencimento antecipado de obrigação pecuniária não há *threshold*.

Financiamentos

Emissor	Contrato	Credor	*Threshold*	Observações
Companhia				
ENGIE Brasil Energia S.A.	Assuruá	BNDES	Qualquer valor	Cross-default acionado em caso de inadimplemento pela Companhia ou suas controladas. Em caso de vencimento antecipado de obrigação pecuniária não há *threshold*.
ENGIE Brasil Energia S.A.	Assu Sol	BNDES	Qualquer valor	Cross-default acionado em caso de inadimplemento nas dívidas do Grupo Econômico junto ao BNDES.
Controladas				
Assu Sol	N/A	BNB	Qualquer valor	Cross-default acionado em caso de inadimplemento nas dívidas do Emitente junto ao BNB.
Assú V	N/A	BNB	Qualquer valor	Cross-default acionado em caso de inadimplemento nas dívidas do Emitente junto ao BNB.
CLWP Fase 1	N/A	BNDES	Qualquer valor	Cross-default acionado em caso de inadimplemento nas dívidas do Grupo Econômico junto ao BNDES.
CLWP Fase 2	N/A	BNDES	Qualquer valor	Cross-default acionado em caso de inadimplemento nas dívidas do Grupo Econômico junto ao BNDES.
Barreiras	N/A	BNB	Qualquer valor	Cross-default acionado em caso de inadimplemento nas dívidas do Emitente junto ao BNB.
Floresta	N/A	BNDES	Qualquer valor	Cross-default acionado em caso de inadimplemento nas dívidas do Grupo Econômico junto ao BNDES.
Gavião Real	N/A	BASA	R$ 10 milhões	Threshold atualizado pelo IPCA a partir de setembro de 2023. Cross-default acionado em caso de inadimplemento.
Gralha Azul	N/A	BNDES	Qualquer valor	Cross-default acionado em caso de inadimplemento nas dívidas do Grupo Econômico junto ao BNDES.
Novo Estado	N/A	BNDES	Qualquer valor	Cross-default acionado em caso de inadimplemento nas dívidas do Grupo Econômico junto ao BNDES.
Novo Estado	N/A	BASA	Qualquer valor	Cross-default acionado em caso de inadimplemento nas dívidas do Grupo Econômico junto ao BASA.
Paracatu	N/A	BNDES	Qualquer valor	Cross-default acionado em caso de inadimplemento nas dívidas do Grupo Econômico junto ao BNDES.
Santo Agostinho Fase 1	N/A	BNDES	Qualquer valor	Cross-default acionado em caso de inadimplemento nas dívidas do Grupo Econômico junto ao BNDES.
Umburanas Fase 1	N/A	BNDES	Qualquer valor	Cross-default acionado em caso de inadimplemento nas dívidas do Grupo Econômico junto ao BNDES.
Lar do Sol	N/A	BNB	Qualquer valor	Cross-default acionado em caso de inadimplemento nas dívidas das SPEs junto ao BNB.
Ferrari	N/A	BNDES	Qualquer valor	Cross-default acionado em caso de inadimplemento nas dívidas do Grupo Econômico junto ao BNDES.
Juazeiro	N/A	BNB	Qualquer valor	Cross-default acionado em caso de inadimplemento nas dívidas das SPEs junto ao BNB.
Sol do Futuro	N/A	BNB	Qualquer valor	Cross-default acionado em caso de inadimplemento nas dívidas das SPEs junto ao BNB.

Adicionalmente, vale ressaltar que, considerando os respectivos *thresholds* e especificações previstas nos contratos, 93,8% do endividamento consolidado da Companhia está sujeito a vencimento antecipado cruzado (*cross-default* ou *cross acceleration*).

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em novembro de 2021, a Companhia, por meio das controladas indiretas que compõem o Conjunto Eólico Santo Agostinho – Fase I, contratou financiamento com o BNDES, no valor total de R$ 1.473 milhões, tendo ocorrido, em maio de 2025, o cancelamento de crédito do financiamento de R$ 65 milhões, resultando em um novo valor total da operação de R$ 1.408 milhões. Em 2022 foi liberado o montante de R$ 606 milhões, em abril de 2023 foi liberado o montante de R$ 323 milhões e em maio de 2025 foi liberado o montante de R$ 407 milhões totalizando 94,9% do volume total do crédito. Os recursos foram destinados ao financiamento da construção das centrais geradoras eólicas do conjunto. O prazo para a liberação do saldo remanescente dos recursos é junho de 2026.

Em dezembro de 2022, a Companhia contratou financiamento com o BNDES no valor total de R$ 1.500 milhões. Em junho de 2023 foi liberado o montante de R$ 708 milhões, em janeiro de 2024 foi liberado o montante de R$ 200 milhões, e em julho de 2024 foi liberado o montante de R$ 587 milhões, totalizando 99,7% do volume total do crédito, restando um desembolso residual de R$ 5 milhões a ser realizado em 2026. Os recursos foram destinados ao financiamento da construção do Conjunto Eólico do Assuruá. O prazo para liberação da totalidade dos recursos é janeiro de 2026.

Em junho de 2024, a Companhia, por meio das controladas indiretas Assú Sol 1, 2, 3 e 5, contratou financiamentos com o BNB, no valor total de R$ 308.000. Em dezembro de 2025 todo o recurso já havia sido desembolsado. Os recursos foram destinados ao financiamento da construção das usinas do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol.

Em setembro de 2024, a Companhia, por meio da controlada indireta Assú Sol 8, contratou financiamento com o BNB, no valor total de R$ 67.000. Em dezembro de 2025 todo o recurso já havia sido desembolsado. Os recursos foram destinados ao financiamento da construção das usinas do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol.

Em novembro de 2024, a Companhia, contratou financiamento com o BNDES no valor total de R$ 700.000. Em maio de 2025 foi liberado o montante de R$ 300 milhões, totalizando 42,9% do volume total do crédito. Os recursos já desembolsados foram totalmente destinados ao financiamento da construção das usinas do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol. O prazo para liberação da totalidade dos recursos é maio de 2026.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				31.12.2025 x 31.12.2024
(Em R$ milhões, exceto %)	2025	AV[1]	2024	AV[1]	AH[2]
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**12.860**	**100,0%**	**11.219**	**100,0%**	**14,6%**
CUSTOS OPERACIONAIS	**(6.854)**	**-53,3%**	**(5.112)**	**-45,6%**	**34,1%**
LUCRO BRUTO	**6.006**	**46,7%**	**6.107**	**54,4%**	**-1,7%**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(69)	-0,5%	(65)	-0,6%	6,2%
Despesas gerais e administrativas	(450)	-3,5%	(443)	-3,9%	1,6%
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	0,0%	45	0,4%	-100,0%
Alienação de participação societária em controlada em conjunto	-	0,0%	1.336	11,9%	100,0%
Alienação de subsidiária	20	0,2%	16	0,1%	25,0%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	74	0,6%	(28)	-0,2%	-364,3%
	(425)	**-3,3%**	**861**	**7,7%**	**-149,4%**
Resultado de Participações Societárias					
Equivalência patrimonial	**687**	**5,3%**	**714**	6,4%	**-3,8%**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**6.268**	**48,7%**	**7.682**	**68,5%**	**-18,4%**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	729	5,7%	622	5,5%	17,2%
Despesas financeiras	(2.754)	-21,4%	(1.843)	-16,4%	49,4%
Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público)	(617)	-4,8%	(755)	-6,7%	-18,3%
	(2.642)	**-20,5%**	**(1.976)**	**-17,6%**	**33,7%**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**3.626**	**28,2%**	**5.706**	**50,9%**	**-36,5%**
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(768)	-6,0%	(1.403)	-12,5%	-45,3%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**2.858**	**22,2%**	**4.303**	**38,4%**	**-33,6%**

(1) Análise Vertical (AV): representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações da Companhia.
(2) Análise Horizontal (AH): índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras da Companhia ao longo de um período.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida passou de R$ 11.219 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, para R$ 12.860 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, ou seja, aumento de R$ 1.641 milhões (14,6%). Essa variação foi reflexo dos seguintes fatores: (i) aumento de R$ 1.130 milhões (74,3%) no segmento de transmissão especialmente pela evolução das obras nos Sistemas de Transmissão Asa Branca e Graúna; (ii) acréscimo na geração e venda de energia do portfólio de R$ 369 milhões (3,9%), motivado pelos seguintes efeitos positivos: (ii.i) crescimento de R$ 550 milhões na receita com contratos de venda de

energia nos ambientes regulado e livre, resultado da combinação das variações de quantidade de energia vendida e do preço médio líquido de vendas; (ii.ii) acréscimo de R$ 20 milhões nas transações realizadas no mercado de curto prazo, principalmente na Câmara de Comercialização de Energia (CCEE); e (ii.iii) aumento de R$ 62 milhões com receitas de serviços prestados e outras receitas. Esses efeitos foram parcialmente atenuados pela (ii.iv) redução de R$ 255 milhões nas indenizações reconhecida em 2024; e (ii.v) decréscimo de R$ 8 milhões na remuneração dos ativos financeiros de concessão correspondentes à parcela do pagamento pela outorga das concessões das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda referente à energia destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), pela redução da inflação entre os anos analisados. Adicionalmente, ocorreu (iii) aumento de R$ 142 milhões (49,3%) no segmento de *trading* oriundo, principalmente, das elevações da receita das operações realizadas.

Custos operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os custos operacionais atingiram R$ 6.854 milhões, superiores em R$ 1.742 milhões (34,1%) aos custos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, de R$ 5.112 milhões. Esta variação foi reflexo da combinação dos seguintes fatores: (i) acréscimo de R$ 1.046 milhões (191,6%) nos custos do segmento de transmissão, substancialmente pelo aumento dos custos de construção dos Sistemas de Transmissão Asa Branca e Graúna; (ii) acréscimo de R$ 563 milhões (13,2%) no segmento de geração e venda de energia do portfólio; e (iii) aumento de R$ 133 milhões (45,1%) nos custos de operações de *trading* de energia.

Receitas (despesas) operacionais

- **Despesas com vendas, gerais e administrativas:** A Companhia apresentou aumento nas despesas com vendas, gerais e administrativas, no montante de R$ 11 milhões entre 2025 e 2024. As principais variações entre os anos analisados, decorrem do aumento de R$ 24 milhões no segmento de geração, e uma redução de R$ 15 milhões no segmento de transmissão. No segmento de geração, a variação deve-se, substancialmente, aos seguintes eventos: (i) aumento nas despesas com pessoal, em decorrência do reajuste anual da remuneração e benefícios dos colaboradores e das contratações entre os períodos comparativos; (ii) aumento nas despesas com serviços de TI e digitalização; e (iii) aumento nas despesas relacionadas as aquisições de direito de exploração de projetos eólicos. Adicionalmente, a variação no segmento de transmissão decorre (i) da redução de despesas com serviços de engenharia relacionadas ao leilão de 2024; e (ii) da redução das despesas com pessoal.

- **Reversão (provisão) para redução ao valor recuperável de ativos, líquida:** Em 2024 a Companhia reconheceu R$ 14 milhões de reversão referente ao *impairment* anteriormente registrado em decorrência do sinistro ocorrido no Conjunto Fotovoltaico Paracatu, em abril de 2023. Esta reversão ocorreu em virtude da baixa dos ativos, os quais foram reembolsados pela seguradora. Durante o ano de 2024, a reversão citada acima totalizou R$ 45 milhões, o que representa a reversão do restante do montante anteriormente provisionado. Ressalta-se que a baixa de ativos, somada ao reembolso da seguradora, não trouxe impactos ao resultado da Companhia.

- **Alienação de subsidiária:** Em 2024 a Companhia registrou uma receita de alienação no montante de R$ 25 milhões oriunda de ajuste de preço da venda da subsidiária Pampa Sul, ocorrida em 2023. Este ajuste de preço provém de obrigações condicionadas para o recebimento. A Companhia registrou no ano de 2025, R$ 20 milhões, referente a recebimentos previstos no acordo de venda da subsidiária Pampa Sul, concluído em 2023.

  Em 28 de junho de 2024, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída a operação de venda da participação societária que a Companhia possuía na subsidiária Lages Bioenergética Ltda. (“Lages”). Nesta data, a sociedade deixou de ser controlada pela Companhia, passando também a não ser

consolidada. O resultado com a alienação do ativo, líquido dos custos de venda, foi negativo em R$ 9 milhões, em 2024.

- **Alienação de participação societária em controlada em conjunto:** Em 10 de janeiro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes, foi concluída a operação de alienação de 15% da participação societária detida pela Companhia na TAG, mediante transferência das ações e liquidação do preço, nos termos do contrato de compra e venda de ações e outras avenças celebrado em 28 de dezembro de 2023, entre a Companhia, na qualidade de vendedora, pela TAG, na qualidade de interveniente anuente, e pelo CDPQ, por meio de sua subsidiária integral CDP Groupe Infrastructure Inc., na qualidade de compradora. O preço de fechamento de venda foi de R$ 2.780 milhões, montante apurado após os ajustes de preço previstos no contrato de compra e venda.

  A Companhia permanece acionista da TAG, sendo titular de ações representativas de 17,5% do capital social total da TAG, permanecendo o Grupo ENGIE com 50% do capital social total da TAG, ambos vinculados ao acordo de acionistas da TAG, mantendo o grupo de controle atual. O resultado com a alienação, líquido dos custos de venda, foi positivo em R$ 1.336 milhões.

- **Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas**: Em 2025, a Companhia apresentou aos coletivos sindicais a proposta de acordo para o Plano de Demissão Voluntária (PDV), voltado prioritariamente aos empregados aposentados ou que venham a se aposentar nos próximos anos. Após deliberação em assembleia entre sindicatos e colaboradores, a aprovação da proposta foi formalmente comunicada à Companhia e as adesões ao programa tiveram início em julho de 2025 e seguirão até dezembro de 2028, com data limite de desligamento em 31.12.2028.

  Ao final de 2025 a Companhia registrou o montante de R$ 22 milhões, tendo em vista a manifestação de interesse dos empregados ao programa.

  Em 2024 a Companhia reconheceu, no segmento de geração, o montante de R$ 22 milhões referente a baixa de ativos, sendo que R$ 14 milhões referem-se ao Conjunto Fotovoltaico Paracatu, em decorrência dos fortes ventos na região em abril de 2023. Em 2024, o total de baixas de ativos totalizou R$ 57 milhões, sendo R$ 45 milhões relativos ao Conjunto Fotovoltaico Paracatu. Adicionalmente, no acumulado de 12 meses, foram reconhecidos R$ 84 milhões (R$ 25 milhões em 2024) no segmento de transmissão. O reconhecimento se deu no grupo de outras despesas/receitas operacionais, com efeito positivo no resultado, em contrapartida do ativo de contrato. Este resultado decorre, principalmente, da expectativa de revisão da estrutura de investimentos realizados e da taxa de remuneração de capital, resultando em modificações nos valores das RAP futuras.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Entre os anos comparados, o resultado de equivalência patrimonial reduziu R$ 27 milhões (3,8%), passando de R$ 714 milhões para R$ 687 milhões, respectivamente.

Em relação à redução do resultado da TAG, a variação foi consequência, substancialmente: (i) da reversão do *impairment* do Projeto GASFOR II em 2024; (ii) da revisão da vida útil da mais valia realizada em 2024 - considerando que inicialmente era limitada ao prazo de concessão dos contratos legados e, após a Nova lei do Gás, foi revisada para o mesmo tempo de vida útil de seus ativos; (iii) do aumento da despesa financeira líquida, devido, principalmente, a variação cambial e juros sobre a dívida; e (iv) pelo aumento da depreciação dos novos ativos imobilizados e pela reavaliação de bens como OPEX; suavizado (v) pela atualização com efeito positivo das tarifas de transporte, em decorrência da variação do IGPM, IPCA e dólar; e (vi) pela redução imposto de renda e contribuição social, em razão da redução do lucro antes dos impostos e efeitos positivos de incentivos fiscais.

Resultado financeiro

- **Receitas financeiras:** no comparativo entre os anos, as receitas financeiras aumentaram R$ 107 milhões (17,2%), passando de R$ 622 milhões em 2024 para R$ 729 milhões em 2025, em virtude, principalmente, do acréscimo da receita com aplicações financeiras no montante de R$ 104 milhões. O aumento foi motivado, substancialmente, pela elevação da média dos saldos de aplicações financeiras entre os anos, em conjunto ao aumento do CDI.

- **Despesas financeiras:** as despesas aumentaram de R$ 1.843 milhões em 2024 para R$ 2.754 milhões em 2025, ou seja, R$ 911 milhões (49,4%), principalmente pelo acréscimo de R$ 709 milhões sobre dívida, entre os anos analisados, em razão, principalmente, do (i) acréscimo de R$ 646 milhões de juros sobre a dívida, em virtude das 13ª, 14ª e 15ª emissões de debêntures da Companhia, ocorridas em outubro de 2024, março de 2025 e julho de 2025, respectivamente e do crescimento do CDI e da TJLP entre os períodos; e (ii) R$ 63 milhões de atualização monetária devido ao ingresso de novas dívidas atreladas à inflação.

- **Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público):** na comparação entre os anos, houve redução de R$ 138 milhões, ou seja 18,3%, passando de R$ 755 milhões em 2024 para R$ 617 milhões em 2025, resultado, substancialmente, da redução de R$ 130 milhões de atualização monetária, motivada, principalmente, pelo decréscimo do IPCA e do IGPM entre os anos.

Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e diferido)

No acumulado do ano, imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) reduziram R$ 635 milhões (45,3%), passando de R$ 1.403 milhões em 2024 para R$ 768 milhões em 2025. A variação foi motivada, principalmente, pela alienação de participação societária em controlada em conjunto, ocorrida em 2024.

Lucro Líquido

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 2.858 milhões, comparado a R$ 4.303 milhões apresentados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um decréscimo de R$ 1.445 milhões ou 33,6%.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				31.12.2024 x 31.12.2023
(Em R$ milhões, exceto %)	2024	AV[1]	2023	AV[1]	AH[2]
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**11.219**	**100,0%**	**10.748**	**100,0%**	**4,4%**
CUSTOS OPERACIONAIS	**(5.112)**	**-45,6%**	**(4.841)**	**-45,0%**	**5,6%**
LUCRO BRUTO	**6.107**	**54,4%**	**5.907**	**55,0%**	**3,4%**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(65)	-0,6%	(58)	-0,5%	12,1%
Despesas gerais e administrativas	(443)	-3,9%	(374)	-3,5%	18,4%
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável de ativos	45	0,4%	1.198	11,1%	-96,2%
Alienação de participação societária em controlada em conjunto	1.336	11,9%	-	0,0%	100,0%
Alienação de subsidiária	16	0,1%	(1.287)	-12,0%	-101,2%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(28)	-0,2%	(19)	-0,2%	47,4%
	861	**7,7%**	**(540)**	**-5,0%**	**-259,4%**
Resultado de Participações Societárias					
Equivalência patrimonial	**714**	**6,4%**	**993**	9,2%	**-28,1%**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**7.682**	**68,5%**	**6.360**	**59,2%**	**20,8%**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	622	5,5%	449	4,2%	38,5%
Despesas financeiras	(1.843)	-16,4%	(1.813)	-16,9%	1,7%
Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público)	(755)	-6,7%	(599)	-5,6%	26,0%
	(1.976)	**-17,6%**	**(1.963)**	**-18,3%**	**0,7%**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**5.706**	**50,9%**	**4.397**	**40,9%**	**29,8%**
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(1.403)	-12,5%	(968)	-9,0%	44,9%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**4.303**	**38,4%**	**3.429**	**31,9%**	**25,5%**

(1) Análise Vertical (AV): representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações da Companhia.
(2) Análise Horizontal (AH): índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras da Companhia ao longo de um período.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida passou de R$ 10.748 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, para R$ 11.219 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, ou seja, aumento de R$ 471 milhões (4,4%). Essa variação foi reflexo, principalmente, dos seguintes fatores: (i) aumento de R$ 386 milhões (34,0%) no segmento de transmissão;(ii) acréscimo na geração e venda de energia do portfólio de R$ 236 milhões (2,6%), motivado, substancialmente, pelos seguintes efeitos positivos: (ii.i) aumento de R$ 250 milhões nas indenizações; (ii.ii) acréscimo de R$ 96 milhões nas transações realizadas no mercado de curto prazo, principalmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); e (ii.iii) crescimento de R$ 31 milhões na remuneração dos ativos financeiros de concessão correspondentes à parcela do pagamento pela outorga das concessões das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda referente à energia destinada ao Ambiente

de Contratação Regulada (ACR), pelo aumento da inflação entre os anos analisados. Esses efeitos foram parcialmente atenuados pela (ii.iv) queda de R$ 146 milhões na receita com contratos de venda de energia nos ambientes regulado e livre, resultado da combinação das variações de quantidade de energia vendida e do preço médio líquido de vendas. Adicionalmente, ocorreu (iii) redução de R$ 151 milhões (34,4%) no segmento de trading oriundo, principalmente, das reduções da receita das operações realizadas.

Custos operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os custos operacionais atingiram R$ 5.112 milhões, superiores em R$ 271 milhões (5,6%) aos custos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de R$ 4.841 milhões. Esta variação foi reflexo da combinação dos seguintes fatores: (i) acréscimo de R$ 236 milhões (76,1%) nos custos do segmento de transmissão, substancialmente pelo aumento dos custos de construção dos Sistemas de Transmissão Asa Branca e Gavião Real; (ii) acréscimo de R$ 175 milhões (4,3%) no segmento de geração e venda de energia do portfólio; e (iii) redução de R$ 140 milhões (32,2%) nos custos de operações de *trading* de energia.

Receitas (despesas) operacionais

- **Despesas com vendas, gerais e administrativas:** a Companhia apresentou acréscimo nas despesas com vendas, gerais e administrativas, no montante de R$ 76 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A principal variação decorre do segmento de geração, no montante de R$ 58 milhões, a qual foi impactada, substancialmente, pelos seguintes eventos: (i) aumento dos serviços gerais de informática; (ii) aumento nas despesas com pessoal, em decorrência do reajuste anual da remuneração e benefícios dos colaboradores e das contratações no período; e (iii) custos de aquisição dos Conjuntos Fotovoltaicos, com a contratação de serviços de assessoria.

- **Reversão de provisão para redução ao valor recuperável de ativos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu R$ 45 milhões de reversão referente ao *impairment* anteriormente registrado em decorrência do sinistro ocorrido no Conjunto Fotovoltaico Paracatu, em abril de 2023. Esta reversão ocorreu em virtude da baixa dos ativos, os quais foram reembolsados pela seguradora. Ressalta-se que a baixa de ativos, somada ao reembolso da seguradora, não trouxe impactos ao resultado da Companhia. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registrou o montante de R$ 1.243 milhões de reversão de *impairment*, em decorrência alienação da subsidiária Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. e o montante de R$ 45 milhões de provisão para redução ao valor recuperável, referente ao sinistro do Conjunto Fotovoltaico Paracatu.

  A Companhia possui cobertura contra perdas por lucro cessante, causadas por sinistros que originem interrupção de produção de energia, causada por falha ou indisponibilidade das unidades geradoras.

- **Alienação de subsidiária:** durante o exercício social de 2024, a Companhia registrou uma receita de alienação no montante de R$ 16 milhões oriundas de ajuste de preço da venda da subsidiária Pampa Sul, ocorrida em 2023, este ajuste de preço provém de obrigações condicionadas para o recebimento. Em junho de 2024, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída a operação de venda da participação societária que a Companhia possuía na subsidiária Lages Bioenergética Ltda. Nesta data, a sociedade deixou de ser controlada pela Companhia, passando também a não ser consolidada. O resultado com a alienação do ativo, líquido dos custos de venda, foi negativo em R$ 9 milhões, em 2024. Em 31 de maio de 2023, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída a operação de venda da participação societária que a Companhia possuía na subsidiária Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. Referida sociedade deixou de ser controlada pela Companhia, passando também a não ser

consolidada. O resultado com a alienação do ativo, líquido dos custos de venda (R$ 1.296 milhões negativos) e reversão do *impairment* (R$ 1.243 milhões), foi negativo em R$ 53 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente à esta operação, a Companhia registrou uma receita de alienação no montante de R$ 9 milhões oriundas de ajuste de preço da venda da subsidiária Diamante, ocorrido em 2021 – tal ajuste de preço provém de obrigações condicionadas para o recebimento.

- **Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas**: no exercício social de 2024, a Companhia reconheceu baixas de ativos, que totalizaram R$ 57 milhões, sendo R$ 45 milhões relativos ao Conjunto Fotovoltaico Paracatu, em decorrência dos fortes ventos na região, em abril de 2023. Adicionalmente, durante o ano de 2024, no segmento de transmissão, houve o reconhecimento no grupo de outras despesas/receitas operacionais do montante de R$ 25 milhões com efeito positivo no resultado em contrapartida do ativo de contrato. A Companhia reconheceu no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no segmento de geração, o montante de R$ 45 milhões, a título de indenização de seguros em decorrência do sinistro ocorrido no Conjunto Fotovoltaico Paracatu, os quais foram registrados na rubrica de outras receitas operacionais. Adicionalmente, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, houve o reconhecimento no segmento de transmissão do montante de R$ 64 milhões com efeito negativo no resultado a título de revisão tarifária periódica em contrapartida do ativo de contrato.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Entre os anos comparados, o resultado de equivalência patrimonial reduziu R$ 279 milhões (28,1%), passando de R$ 993 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R$ 714 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação foi consequência, substancialmente, da redução do percentual de participação da Companhia, atenuado pelo aumento do lucro líquido da TAG.

Resultado financeiro

- **Receitas financeiras:** no comparativo entre os exercícios sociais, as receitas financeiras aumentaram R$ 173 milhões (38,5%), passando de R$ 449 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R$ 662 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em virtude, principalmente, do acréscimo receita com aplicações financeiras no montante de R$ 151 milhões. O aumento foi motivado, substancialmente, pela elevação da média dos saldos de aplicações financeiras entre os anos e suavizado pela redução do CDI.
- **Despesas financeiras:** as despesas aumentaram de R$ 1.813 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R$ 1.843 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, ou seja, R$ 30 milhões (1,7%), resultado da combinação, principalmente, dos seguintes efeitos: (i) acréscimo de R$ 108 milhões sobre dívida, entre os anos analisados, em razão, principalmente, do aumento de R$ 139 milhões de atualização monetária, pelo crescimento da inflação; e atenuado (ii) pelo resultado positivo de R$ 104 milhões no ajuste a valor de mercado dos instrumentos de dívidas, líquido de hedge, registrados na rubrica de outras despesas financeiras, líquidas. Ressalta-se que os montantes de juros de dívida se mantiveram estáveis entre os anos observados, em virtude do aumento de R$ 244 milhões (111,4%) na capitalização no ativo imobilizado, decorrente do avanço das obras do Conjunto Eólico Serra do Assuruá e Conjunto Fotovoltaico Assú Sol, ocorrido durante o ano de 2024 – de R$ 219 milhões em 2023 para R$ 463 milhões em 2024.
- **Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público):** na comparação entre os anos, houve acréscimo de R$ 156 milhões, ou seja 26,0%, passando de R$ 599 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023 de para R$ 755 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, resultado substancialmente do acréscimo de R$ 152 milhões de atualização monetária motivada, principalmente, pelo crescimento do IPCA e do IGPM entre os anos.

Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e diferido)

O valor apurado de imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido), no acumulado do ano, aumentou R$ 435 milhões (44,9%), passando de R$ 968 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R$ 1.403 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação foi motivada, principalmente, pelo aumento do lucro antes do IR e CSLL entre os anos observados.

Lucro Líquido

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 4.303 milhões, comparado a R$ 3.429 milhões apresentados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um acréscimo de R$ 874 milhões ou 25,5%.

ANÁLISE DOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os exercícios indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em R$ milhões)	**2025**	**2024**	**2023**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.346	4.154	4.586
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(3.680)	(5.910)	(2.042)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(266)	459	476
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	(600)	(1.297)	3.020

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R$ 3.346 milhões, R$ 4.154 milhões, e R$ 4.586 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024, e 2023 respectivamente. A redução de R$ 808 milhões observada entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é decorrente, principalmente: (i) do menor lucro apresentado; e (ii) aumento do pagamento de juros sobre dívidas, líquido de *hedge*. A redução de R$ 432 milhões observada entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é decorrente, principalmente: (i) do aumento de pagamento de imposto de renda e contribuição social; e (ii) aumento do pagamento de juros sobre dívidas, líquido de *hedge*.

Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento foi de R$ 3.680 milhões, R$ 5.910 milhões, e R$ 2.042 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024, e 2023 respectivamente. A redução no valor de R$ 2.230 milhões observado entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é decorrente, principalmente: (i) da redução na aplicação de imobilizado e intangível; e atenuada (iii) pelo recebimento em 2024 da alienação de participação societária em controlada em conjunto (TAG). O aumento líquido no valor de R$ 3.868 milhões observado entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é decorrente, principalmente: (i) do aumento na aplicação de imobilizado e intangível; (ii) da aquisição de subsidiárias; e atenuada pelo (iii) recebimento da alienação de participação societária em controlada em conjunto (TAG).

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R$ 266 milhões, R$ 459 milhões, e R$ 476 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024, e 2023 respectivamente. A redução líquida de R$ 725 milhões observada entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de

2025 e 2024 é decorrente, principalmente: (i) pelo aumento de pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio; e atenuado (ii) pelo ingresso de novos instrumentos de dívida. A redução líquida de R$ 17 milhões observada entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é decorrente, principalmente: (i) do aumento de pagamento de instrumentos de dívida, líquido de *hedge*; (ii) do aporte de capital de acionistas minoritários, líquido dos custos de emissão realizado em 2023; e atenuada (iii) pela redução do pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A composição da receita operacional líquida da Companhia é a seguinte:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
(Em R$ milhões, exceto %)	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Receita operacional bruta						
Ambiente de Contratação Regulado[1]	4.763	37,04%	4.457	39,73%	4.501	41,88%
Ambiente de Contratação Livre[2]	4.652	36,18%	4.305	38,37%	4.435	41,27%
Transações de energia no mercado de curto prazo	550	4,28%	533	4,75%	426	3,96%
Operações de trading	474	3,69%	315	2,81%	483	4,49%
Serviços prestados	296	2,30%	270	2,41%	197	2,27%
Indenizações	32	0,25%	287	2,56%	37	0,34%
Outras receitas	76	0,59%	33	0,29%	80	0,30%
	10.843	**84,32%**	**10.200**	**90,92%**	**10.159**	**94,52%**
Deduções da receita operacional	**(1.018)**	**-7,92%**	**(914)**	**-8,15%**	**(947)**	**-8,81%**
Outras						
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	1.510	11,74%	499	4,45%	237	2,21%
Remuneração de ativo de contrato	1.034	8,04%	935	8,33%	831	7,73%
Remuneração de ativo financeiro de concessão	491	3,82%	499	4,45%	468	4,35%
	3.035	**23,60%**	**1.933**	**17,23%**	**1.536**	**14,29%**
Receita operacional líquida	**12.860**	**100,00%**	**11.219**	**100,00%**	**10.748**	**100,00%**

(1) Distribuidoras de energia elétrica.
(2) Consumidores livres e comercializadoras de energia elétrica.

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita operacional líquida entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A receita operacional líquida passou de R$ 11.219 milhões em 2024 para R$ 12.860 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, ou seja, acréscimo de R$ 1.641 milhões (14,6%). Essa variação foi reflexo, principalmente, dos seguintes fatores:

- **Transações de energia no mercado regulado e livre**

O preço médio de venda de energia, líquido dos encargos sobre a receita e operações de *trading*, foi de R$ 213,18/MWh em 2025, 3,4% inferior ao praticado em 2024, que foi de R$ 220,79/MWh. A redução do preço entre os períodos em análise foi motivada, substancialmente, (i) pelos menores preços de mercado históricos ao longo de 2023 e 2024, os quais impactaram negativamente as condições do mercado livre para 2025; (ii) pela manutenção dos ressarcimentos decorrentes da entrega de energia eólica e solar em quantidades inferiores às contratadas no ambiente regulado, com reflexos diretos sobre o preço líquido reportado; (iii) em decorrência do ingresso dos contratos vinculados à aquisição das usinas hidrelétricas Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão; e parcialmente atenuada pela (iv) maior participação dos Conjuntos Fotovoltaicos adquiridos em 2024, ativos com energia contratada a preços superiores à média do portfólio, que passaram a contribuir para o ciclo completo em 2025 (versus 9 meses em 2024), e continuaram contribuindo positivamente para o mix de preços; e pela (vi) atualização monetária dos contratos de longo prazo vigentes, que atuou no sentido de sustentar parcialmente os preços médios.

A quantidade de energia vendida em contratos, líquida de operações de *trading*, atingiu 39.933 GWh (4.559 MW médios), contra 36.064 GWh (4.106 MW médios) registrados em 2024, incremento de 3.869 GWh (453 MW médios) ou 11,0%. O aumento na quantidade de energia vendida foi motivado, substancialmente, pelo aumento das vendas no mercado livre, decorrente do acréscimo da capacidade instalada própria ao longo do ano e da maior participação dos Conjuntos Fotovoltaicos adquiridos em 2024, com operação integral em 2025, sendo essa evolução parcialmente compensada pela estabilidade do volume vendido às distribuidoras, quando comparado ao ano anterior, considerando a recomposição gradual do portfólio regulado da Companhia. As variações nos volumes e nos preços médios de venda, ocasionaram, em conjunto, um aumento de R$ 550 milhões na receita operacional líquida da Companhia no acumulado do ano.

- **Transações no mercado de curto prazo**

Em 2025, houve acréscimo de R$ 20 milhões (4,1%) na receita das transações de curto prazo em relação ao ano anterior, passando de R$ 484 milhões em 2024 para R$ 504 milhões em 2025.

- **Operações de *Trading***

Em 2025, houve acréscimo de R$ 159 milhões (32,9%) na receita com operações de *trading* em relação ao ano anterior, passando de R$ 315 milhões em 2024 para R$ 474 milhões em 2025.

- **Indenizações**

A variação observada entre os períodos em comparação, deve-se, principalmente, ao registro no ano de 2024 do montante de R$ 262 milhões, oriundo de indenizações por descumprimentos de condições contratuais incorridos pelo fornecedor responsável pela construção do Conjunto Eólico Santo Agostinho, principalmente relacionadas ao atraso na conclusão da obra. Esse valor foi apurado de forma a compensar a Companhia pela receita não auferida em consequência do adiamento do cronograma da entrada em operação.

- **Receita de construção de infraestrutura de transmissão**

Aumento de R$ 1.011 milhões (110,5%) na receita de construção, oriundo, principalmente, do avanço das obras dos Sistemas de Transmissão Asa Branca e Graúna.

- **Remuneração de ativo de contrato**

Acréscimo de R$ 99 milhões (61,5%) na remuneração dos ativos de concessão, ocasionado, especialmente, pela evolução das obras nos Sistemas de Transmissão Asa Branca e Graúna.

- **Remuneração de ativo financeiro de concessão**

A remuneração dos ativos financeiros de concessões passou de R$ 499 milhões em 2024 para R$ 491 milhões em 2025. A variação foi motivada, substancialmente, pela redução do IPCA entre os períodos em comparação.

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita operacional líquida entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

A receita operacional líquida passou de R$ 10.748 milhões em 2023 para R$ 11.219 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, ou seja, acréscimo de R$ 471 milhões (4,4%). Essa variação foi reflexo, principalmente, dos seguintes fatores:

- **Transações de energia no mercado regulado e livre**

O preço médio de venda de energia, líquido dos encargos sobre a receita e operações de *trading* foi de R$ 220,79/MWh, 2,5% inferior ao praticado em 2023, que foi de R$ 226,42/MWh. A redução do preço entre os períodos em análise foi motivada, substancialmente: (i) pela melhora no cenário hidrológico ocorrida nos últimos anos, combinada com o aumento de oferta de energias renováveis e com o crescimento da geração distribuída, a qual impacta no decréscimo dos preços de energia do mercado livre, composto pelos Consumidores Livres e Comercializadoras. Adicionalmente, não foram realizadas operações significativas durante a piora do cenário hidrológico ocorrido desde o início de 2024, devido ao bom nível de contratação do portfólio; (ii) pelo acréscimo dos ressarcimentos anteriormente citados; e (iii) pela alienação da subsidiária UTE Pampa Sul, ocorrida em maio de 2023, que vendia energia por preços acima do preço médio do restante do portfólio da Companhia; parcialmente atenuada pela (iv) aquisição dos Conjuntos Fotovoltaicos Juazeiro, São Pedro, Sol do Futuro, Sertão Solar e Lar do Sol ("Conjuntos Fotovoltaicos"), ativos com energia contratada a preços superiores à média do restante do portfólio da Companhia; e (v) atualização monetária dos contratos de longo prazo vigentes. Desconsiderando-se os efeitos da venda de Pampa Sul, os preços médios de venda teriam reduzido 1,8%, entre os anos analisados.

A quantidade de energia vendida em contratos, líquida de operações de *trading*, foi de 36.064 GWh (4.106 MW médios) em 2024, contra 35.816 GWh (4.088 MW médios) registrados em 2023, incremento de 248 GWh (18 MW médios) ou 0,4%. O aumento na quantidade de energia vendida observado no ano foi motivada, substancialmente, pela aquisição dos Conjuntos Fotovoltaicos e pelo aumento de venda no ambiente livre, ocasionado pelo acréscimo da capacidade instalada própria entre os períodos analisados e, suavizada pelo decréscimo do volume de venda às distribuidoras, em decorrência da alienação da subsidiária Pampa Sul. As variações nos volumes de vendas e nos preços médios de venda, ocasionaram redução de R$ 146 milhões, na receita operacional líquida da Companhia. Desse montante, R$ 300 milhões referem-se à alienação da subsidiária Pampa Sul, ocorrida no segundo trimestre de 2023.

- **Transações no mercado de energia de curto prazo**

Em 2024, a receita auferida no mercado de curto prazo foi de R$ 484 milhões, acréscimo de R$ 96 milhões (24,7%) frente à observada em 2023, no valor de R$ 388 milhões.

- **Receita de construção de infraestrutura de transmissão**

Aumento de R$ 262 milhões (110,5%) na receita de construção, oriundo, principalmente, do avanço das obras do Sistema de Transmissão Asa Branca.

- **Remuneração de ativo de contrato**

Acréscimo de R$ 104 milhões (12,5%) na remuneração dos ativos de concessão, ocasionado, especialmente, pelo aumento dos saldos dos ativos de contrato e pelo acréscimo dos índices inflacionários.

- **Remuneração de ativo financeiro de concessão**

A remuneração dos ativos financeiros de concessões sofreu um aumento de R$ 31 milhões (6,6%) entre os anos analisados, passando de R$ 468 milhões em 2023 para R$ 499 milhões em 2024, motivada, substancialmente, pelo aumento do IPCA.

- **Indenizações**

Durante o ano de 2024, a Companhia registrou o montante de R$ 262 milhões, oriundo de indenizações por descumprimentos de condições contratuais incorridos pelo fornecedor responsável pela construção do Conjunto Eólico Santo Agostinho, principalmente relacionadas ao atraso na conclusão da obra. Esse valor foi apurado de forma a compensar a Companhia pela receita não auferida em consequência do adiamento do cronograma da entrada em operação. Já os demais valores divulgados nesta rubrica, nos anos em análise, são oriundos de multas contratuais por indisponibilidade referentes aos contratos de O&M para os parques integrantes dos Conjuntos Eólicos Campo Largo, Campo Largo II, Trairi e Umburanas.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, estão mencionados a seguir. Informações complementares sobre eles foram detalhadas nos itens 2.1.h e 2.2.a.(i).

2025

(i) aumento do volume de vendas de energia, combinada com a redução de compras de energia;
(ii) aumento no resultado bruto do segmento de transmissão de energia;
(iii) aumento nos custos com depreciação e amortização; e
(iv) aumento no resultado financeiro.

2024

(i) aumento no resultado bruto do segmento de transmissão de energia;
(ii) alienação de participação societária em controlada em conjunto – TAG;
(iii) aumento nas receitas de indenizações;
(iv) redução do volume de compras de energia;
(v) aumento nos custos com depreciação e amortização; e
(vi) reconhecimento de reversão de *impairment*.

2023

(i) redução do volume de compras de energia;
(ii) recuperação de custos de energia, haja vista a repactuação do risco hidrológico;
(iii) redução dos custos com combustível próprio;
(iv) aumento no resultado bruto do segmento de transmissão de energia;
(v) maior resultado de participação societária em controlada em conjunto – TAG; e
(vi) reconhecimento de reversão de *impairment*, líquido.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de venda da Companhia são suportadas por contratos com cláusulas de reajuste de preço, em grande parte, pelo IPCA e IGP-M. A receita da Companhia não possui exposição a taxas de câmbio que afete significativamente seu resultado e não foi, substancialmente, afetada pela introdução de novos produtos e serviços.

Na operação de *trading* de energia, a Companhia atua visando auferir resultados por meio de transações direcionais de compra e venda de energia no mercado de curto prazo, dentro de limites de risco e de contrapartes pré-estabelecidos pela Administração da Companhia.

As principais variações das receitas da Companhia em decorrência de modificação de preço e alteração de volume estão explicadas no item 2.2.a (i) acima.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

c.1) Inflação e variação de preços nos custos de venda de energia elétrica

Compras de energia para gerenciamento de portfólio: estas transações normalmente são realizadas por meio de contratos de médio e longo prazo, os quais possuem seus preços reajustados pelo IPCA e IGP-M. Os impactos médios negativos referentes ao reajuste de preço pelos índices de inflação foram de R$ 13 milhões, R$ 27 milhões e R$ 68 milhões, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente.

Encargos de uso de rede elétrica e conexão: são calculados pela multiplicação do montante de uso da rede, em kW, pela tarifa estabelecida anualmente pela Aneel, com base no rateio dos custos totais de conexão e de transmissão observados, e esperados, para todo sistema, e nos índices de reajustes dos contratos de transmissão e conexão vigentes – IPCA e IGP-M. O efeito da variação desses indicadores de inflação no custo da Companhia foi de R$ 14 milhões, R$ 11 milhões e R$ 17 milhões, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (*royalties*): o valor corresponde a 7,0% sobre a quantidade de energia elétrica produzida, valorada por uma Tarifa Anualizada de Referência ("TAR") definida pela Aneel, com base no custo de aquisição de energia pela distribuidora, revisto a cada 4 anos.

Para o exercício de 2025, a TAR teve uma variação de 17,0%, com impacto negativo no resultado da Companhia de, aproximadamente, R$ 47 milhões. Para o exercício de 2024, a TAR teve uma variação de 5,2%, com impacto negativo no resultado da Companhia de, aproximadamente, R$ 13 milhões. Para o exercício de 2023, a TAR teve uma variação de 7,2%, com impacto negativo no resultado da Companhia de, aproximadamente, R$ 16 milhões.

c.2) Impactos do câmbio, da inflação e da taxa de juros no resultado financeiro da Companhia.

Exposição ao câmbio

As informações referentes à exposição ao câmbio estão descritas no item 2.1.f (i) deste *Anexo I – Comentários dos Diretores*. A Companhia não possui nenhum compromisso financeiro em moeda estrangeira cuja variação cambial não esteja integralmente protegida por operação de *hedge*.

Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes

Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, a Companhia estava exposta à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP, taxa DI, do IPCA e do IGP-M. Os impactos dos juros e da variação monetária no resultado financeiro da Companhia nos períodos acima mencionados foram estes:

	Em 31 de dezembro de		
(Em R$ milhões)	**2025**	**2024**	**2023**
Juros e variação monetária sobre:			
Debêntures	1.413	948	624
Empréstimos e financiamentos	771	668	743
Hedge de valor justo sobre empréstimos	231	101	219
Ações preferenciais resgatáveis	76	65	88
Total de juros e variação monetária	**2.491**	**1.782**	**1.674**
Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público)	**617**	**756**	**599**

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 não contêm opiniões modificadas ou ênfases presentes no relatório dos auditores independentes da Companhia.

2.4 Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não ingressou em novos segmentos e não houve alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição de Usinas Hidrelétricas

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de março de2025, aprovou a assinatura do contrato de aquisição pela Companhia de dois ativos hidrelétricos. No mesmo dia, a Companhia, a EDP Energia do Brasil S.A. e a China Three Gorges Energia S.A. celebraram contrato de compra e venda de ações que regula a aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia Energética do Jari e da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., que englobam a Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão e a Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari. Em 13.08.2025 após a confirmação do cumprimento das condições precedentes a que estava sujeita, foi concluída a operação da aquisição. O preço de aquisição total foi de R$ 2.316.139.

Os ativos adquiridos compreendem, participações integrais em empreendimentos de geração hidrelétricas localizados no Estado do Amapá. A Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, localizada no Rio Jari, entre os municípios de Laranjal do Jari (Amapá) e Almeirim (Pará), conta com 393 MW de capacidade instalada e 211 MW médios de capacidade comercial. A usina iniciou sua operação comercial em 2014 e a concessão vence em

outubro de 2045. Sua energia está totalmente contratada no ACR em dois contratos: 190 MW médios no 11º leilão de Energia Nova em 2010 e 20,9 MW médios no 15º leilão de Energia Nova em 2012.

Complementarmente, a Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, localizada no Rio Araguari, no município de Ferreira Gomes (Amapá), possui capacidade instalada de 219 MW e capacidade comercial de 123 MW médios. O início da operação comercial ocorreu em 2016 com outorga até agosto de 2048. A contratação de 130 MW médios ocorreu no 15º leilão de Energia Nova em 2012.

c. Eventos ou operações não usuais

O principal evento não usual que impactou o resultado da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi a receita de alienação de subsidiária no montante de R$ 20 milhões oriundas de ajuste de preço da venda da subsidiária Pampa Sul.

2.5 Medições não contábeis

a. Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156") que revogou a Instrução CVM 527/2012, conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social, e pelas despesas e custos de depreciação e amortização.

O EBITDA sugere o patamar de geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido do exercício adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, emitidas pelo IASB, não representam os fluxos de caixa dos exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores de desempenho operacional e/ou liquidez, como substitutos dos fluxos de caixa ou base para distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medida com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias.

O EBITDA e a Margem EBITDA são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA do exercício, conforme o caso, ajustado somente por itens não operacionais, não recorrentes ou de operações descontinuadas, neste caso, (i) custos de aquisição de subsidiárias, (ii) reversão de *impairment* líquido; (iii) alienação de subsidiária; (iv) alienação de participação societária em controlada em conjunto (TAG); e (v) indenização de seguros

A Margem EBITDA Ajustada é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, emitidas pelo IASB, não possui um significado padrão e pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado elaborado por outras empresas. O EBITDA Ajustado apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, e não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados isoladamente ou como substitutos para o lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez da Companhia. A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado para avaliar seu resultado sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros resultados não operacionais e/ou itens extraordinários.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em R$ milhões, exceto %)	**2025**	**2024**	**2023**
EBITDA	7.660	8.754	7.285
Margem EBITDA	59,6%	78,0%	67,8%
EBITDA Ajustado	7.640	7.367	7.270
Margem EBITDA Ajustada	59,4%	65,7%	67,6%

Dívida Bruta

A Dívida Bruta da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos instrumentos de dívida (empréstimos e financiamentos, debêntures e ações preferenciais resgatáveis - circulante e não circulante), líquidos dos efeitos de *hedge*. A Dívida Bruta não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, emitidas pelo IASB, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Bruta elaborada por outras empresas. A Companhia utiliza Dívida Bruta como medida para monitorar o cumprimento de suas obrigações contratadas com instituições financeiras líquidas de seus derivativos.

Dívida Bruta/EBITDA Ajustado

A Dívida Bruta/EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como Dívida Bruta dividida pelo EBITDA Ajustado. A Dívida Bruta/EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, emitidas pelo IASB, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Bruta/EBITDA Ajustado elaborada por outras empresas.

Dívida Líquida

A Dívida líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos instrumentos de dívida (empréstimos e financiamentos, debêntures e ações preferenciais resgatáveis - circulante e não circulante), líquidos dos efeitos de hedge (“Dívida Bruta”), somado de caixa e equivalente de

caixa e depósitos vinculados. A Dívida Líquida não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, emitidas pelo IASB, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Líquida elaborada por outras empresas. A Companhia utiliza Dívida Líquida para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital.

Dívida Líquida/EBITDA Ajustado

A Dívida Líquida/EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado. A Dívida Líquida/EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, emitidas pelo IASB, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Líquida/EBITDA Ajustado elaborada por outras empresas.

Grau de Alavancagem

O Grau de Alavancagem, uma medida também não contábil, é apurado pela fórmula: Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido). O Grau de Alavancagem não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, emitidas pelo IASB, não possui um significado padrão e pode não ser comparável o Grau de Alavancagem elaborado por outras empresas. Seguem abaixo os saldos de referidas medições não contábeis:

	Em 31 de dezembro de		
(Em R$ milhões, exceto %)	**2025**	**2024**	**2023**
Dívida Bruta	29.329	24.442	20.905
Dívida Bruta/ EBITDA Ajustado	3,8	3,3	2,9
Dívida Líquida	25.514	20.126	15.335
Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado	3,3	2,7	2,1
Grau de Alavancagem	64,7%	62,1%	61,0%

Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada

O Lucro Líquido Ajustado da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliado com as demonstrações financeiras da Companhia, o qual é composto pelo saldo do lucro líquido do exercício, líquido dos efeitos não recorrentes. A Companhia considera como efeitos não recorrentes, (i) custos de aquisição de subsidiárias, (ii) reversão de *impairment* líquido; (iii) alienação de subsidiária; (iv) alienação de participação societária em controlada em conjunto (TAG); e (v) indenização de seguros. A Margem Líquida Ajustada é calculada dividindo o Lucro Líquido Ajustado pela Receita Operacional Líquida.

O Lucro Líquido Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. A Companhia apresenta a seguinte medida não contábil referente ao Lucro Líquido Ajustado:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em R$ milhões, exceto %)	**2025**	**2024**	**2023**
Lucro líquido Ajustado	2.845	3.372	3.421
Margem Líquida Ajustada	22,1%	30,1%	31,8%

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do EBITDA e Margem EBITDA

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em R$ milhões, exceto %)	**2025**	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	2.858	4.303	3.429
(+) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	768	1.403	968
(+) Resultado financeiro	2.642	1.976	1.963
(+) Depreciação e amortização	1.392	1.072	925
EBITDA[1]	**7.660**	**8.754**	**7.285**
Receita Operacional Líquida	12.860	11.219	10.748
Margem EBITDA[2]	**59,6%**	**78,0%**	**67,8%**

(1) EBITDA: Lucro Líquido do Exercício adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social, pelas despesas financeiras líquidas e pelas despesas com depreciação e amortização.
(2) Margem EBITDA: é calculada pela divisão do EBITDA pela Receita Operacional Líquida da Companhia.

Memória de cálculo do EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em R$ milhões, exceto %)	**2025**	**2024**	**2023**
EBITDA	**7.660**	**8.754**	**7.285**
(+) Alienação de subsidiária[1]	(20)	(16)	1.287
(+) Alienação de participação societária em controlada em conjunto[2]	-	(1.336)	-
(+) (Reversão) provisão de *Impairment*, líquido[3]	-	(45)	(1.198)
(+) Custos de aquisição de subsidiárias[4]	-	10	-
(+) Indenização de seguros [5]	-	-	(104)
EBITDA Ajustado[6]	**7.640**	**7.367**	**7.270**
Receita Operacional Líquida	12.860	11.219	10.748
Margem EBITDA Ajustada[7]	**59,4%**	**65,7%**	**67,6%**

(1) Alienação de Subsidiária: Operação de venda de empresas controladas, não sendo mais consolidada pelo controlador
(2) Alienação de participação societária em controlada em conjunto: Operação de venda de 15% da participação societária detida pela Companhia na TAG.
(3) *Impairment*: Resultado entre o valor recuperável menos o valor contábil líquido.
(4) Custos de aquisição de subsidiárias: Custos oriundos da aquisição dos Conjuntos Fotovoltaicos Juazeiro, São Pedro, Sol do Futuro, Sertão Solar e Lar do Sol.
(5) Indenização de Seguros: Indenização de seguros em decorrência do sinistro ocorrido no Conjunto Fotovoltaico Paracatu.
(6) EBITDA Ajustado: consiste no EBITDA ajustado pelos itens acima definidos. A Companhia entende que os ajustes realizados refletem operações não recorrentes. Ressalta-se que o evento de Repactuação do risco hidrológico (R$ 115 milhões no ano de 2023) não foi excluído no cálculo do EBITDA Ajustado, tendo em vista que a Companhia não o considerou não-recorrente.
(7) Margem EBITDA Ajustada: é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela Receita Operacional Líquida da Companhia.

Reconciliação da Dívida Bruta, Dívida Líquida, Dívida Bruta/EBITDA Ajustado, Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e Grau de Alavancagem

	Em 31 de dezembro de		
(Em R$ milhões, exceto %)	**2025**	**2024**	**2023**
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	15.173	13.843	12.420
Debêntures (circulante e não circulante)	13.486	9.805	7.686
Ações preferenciais resgatáveis (circulante e não circulante)	489	487	**571**
Resultado de operações com derivativos - *hedge* (circulante e não circulante)	181	307	228
Dívida Bruta[(1)]	**29.329**	**24.442**	**20.905**
(+) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados	(3.815)	(4.316)	(5.570)
Dívida Líquida[(2)]	**25.514**	**20.126**	**15.335**
Dívida Bruta/EBITDA Ajustado	**3,8**	**3,3**	**2,9**
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	**3,3**	**2,7**	**2,1**
Patrimônio líquido	**13.914**	**12.280**	**9.816**
Grau de alavancagem[(3)]	**64,7%**	**62,1%**	**61,0%**

(1) Dívida Bruta: é composta pelo saldo dos instrumentos de dívida (empréstimos e financiamentos, debêntures e ações preferenciais resgatáveis - circulante e não circulante), líquidos dos efeitos de hedge.
(2) Dívida Líquida: é composta pela Dívida Bruta somada do caixa e equivalente de caixa e depósitos vinculados.
(3) Grau de Alavancagem: Dívida Líquida dividida pela soma da Dívida Líquida e do Patrimônio Líquido.

Reconciliação do Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
(Em R$ milhões, exceto %)	**2025**	**2024**	**2023**
Lucro Líquido do Exercício	**2.858**	**4.303**	**3.429**
Alienação de subsidiária[(1)]	(20)	(16)	1.287
Alienação de participação societária em controlada em conjunto[(2)]	-	(1.336)	-
(Reversão) provisão de *Impairment*, líquido[(3)]	-	(45)	(1.198)
Custos de aquisição de subsidiárias[(4)]	-	10	-
Indenização de seguros [(5)]	-	-	(104)
Imposto de renda e contribuição social dos efeitos acima	7	456	7
Lucro Líquido Ajustado[(6)]	**2.845**	**3.372**	**3.421**
Receita Operacional Líquida	**12.860**	**11.219**	**10.748**
Margem Líquida[(7)]	**22,2%**	**38,4%**	**31,9%**
Margem Líquida Ajustada[(8)]	**22,1%**	**30,1%**	**31,8%**

(1) Alienação de Subsidiária: Operação de venda de empresas controladas, não sendo mais consolidada pelo controlador.
(2) Alienação de participação societária em controlada em conjunto: Operação de venda de 15% da participação societária detida pela Companhia na TAG.
(3) *Impairment*: Resultado entre o valor recuperável menos o valor contábil líquido.
(4) Custos de aquisição de subsidiárias: Custos oriundos da aquisição dos Conjuntos Fotovoltaicos Juazeiro, São Pedro, Sol do Futuro, Sertão Solar e Lar do Sol.
(5) Indenização de Seguros: Indenização de seguros em decorrência do sinistro ocorrido no Conjunto Fotovoltaico Paracatu.
(6) Lucro Líquido Ajustado: o qual é composto pelo saldo do lucro líquido do exercício, líquido dos efeitos não recorrentes. Ressalta-se que o evento de Repactuação do risco hidrológico (R$ 115 milhões no ano de 2023) não foi excluído no cálculo do Lucro Líquido Ajustado, tendo em vista que a Companhia não o considerou não-recorrente.
(7) Margem Líquida: é calculada pela divisão do Lucro Líquido do Exercício pela Receita Operacional Líquida da Companhia.
(8) Margem Líquida Ajustada: é calculada pela divisão do Lucro Líquido Ajustado pela Receita Operacional Líquida da Companhia.

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza tais medições por entender que elas representam as métricas usualmente utilizadas por investidores em geral para diagnosticar e analisar as operações da Companhia. Além disso, utiliza tais métricas para guiar as ações da Administração da Companhia com o intuito de maximizar a sua performance financeira e operacional, bem como a lucratividade da participação dos acionistas da Companhia.

EBITDA, EBITDA Ajustado, Lucro Líquido Ajustado, Margem EBITDA, e Margem EBITDA Ajustada

A Companhia utiliza os indicadores para avaliar seu resultado sem a influência de sua estrutura de capital e de efeitos tributários.

Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social (corrente e diferido), a depreciação e amortização, e as operações não recorrentes, a Companhia entende que o EBITDA Ajustado é o indicador mais apropriado para fins de análise, uma vez que funciona como uma medida geral de desempenho por se aproximar da geração de caixa de sua atividade econômica. Consequentemente, o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada, no entanto, apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

A Companhia entende que a Margem EBITDA Ajustada é uma medição apropriada para a compreensão da sua condição financeira, pois mede a lucratividade operacional da Companhia.

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Grau de Alavancagem

A Companhia entende que as medições são apropriadas para a compreensão da sua condição financeira, uma vez que medem o nível de alavancagem financeira, elemento primordial para execução da estratégia de crescimento dos negócios da Companhia.

Dívida Bruta/EBITDA Ajustado, Dívida Líquida/EBITDA Ajustado

A Companhia utiliza os indicadores para mensurar tempo para quitação de quaisquer empréstimos, financiamentos e debêntures com sua geração de caixa operacional.

2.6 Eventos subsequentes as Demonstrações Financeiras

Dividendos adicionais propostos

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 25 de fevereiro de 2026, encaminhou para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, a proposta de distribuição de dividendos adicionais sobre o lucro ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de R$ 525.9 milhões, ou R$ 0,46037849391 por ação. Tal proposta deverá ser ratificada pela AGO, a quem caberá definir as condições de pagamento dos dividendos.

Entrada em operação de Assú Sol

Em 31 de dezembro de 2025 a capacidade instalada em operação comercial do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol totalizava 171,6 MWac. Em fevereiro de 2026, o Conjunto Fotovoltaico Assú Sol alcançou sua operação comercial plena, incorporando 753 MWac de capacidade instalada total ao portfólio da Companhia.

2.7 Destinação de resultados

	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023
(a) Regras sobre retenção de lucros	Os lucros são retidos para a realização de investimentos, conforme estabelecido no orçamento de capital da Companhia. Além das reservas previstas na legislação societária, a Companhia não possui outras reservas reguladas no Estatuto.
(a.i) Valores das Retenções de Lucros	**2025** **Reserva legal:** no valor de R$ 129.142.029,36. **Reserva de incentivos fiscais:** no valor de R$ 1.459.640,67. **Reserva de retenção de lucros:** no valor de R$ 1.126.601.671,90. **2024** **Reserva legal:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não houve destinação de lucros, em virtude do atingimento do limite de 20% do capital social, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/1976. **Reserva de incentivos fiscais:** no valor de R$ 552.802,45. **Reserva de retenção de lucros:** no valor de R$ 2.435.111.849,49. **2023** **Reserva legal:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não houve destinação de lucros, em virtude do atingimento do limite de 20% do capital social, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/1976. **Reserva de incentivos fiscais:** no valor de R$ 8.734.328,98. **Reserva de retenção de lucros:** no valor de R$ 1.559.990.391,47.
(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	**2025** **Reserva legal:** O valor destinado para reserva legal equivale a 5% do lucro líquido do exercício. **Reserva de incentivos fiscais:** 0,06% do lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos e juros sobre o capital próprio. **Reserva de retenção de lucros:** 45,00% do lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos e juros sobre o capital próprio. **2024** **Reserva legal:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não houve destinação de lucros, em virtude do atingimento do limite de 20% do capital social, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/1976. **Reserva de incentivos fiscais:** 0,02% do lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos e juros sobre o capital próprio. **Reserva de retenção de lucros:** 70,57% do lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos e juros sobre o capital próprio. **2023** **Reserva legal:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não houve destinação de lucros, em virtude do atingimento do limite de 20% do capital social, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/1976. **Reserva de incentivos fiscais:** 0,30% do lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos e juros sobre o capital próprio. **Reserva de retenção de lucros:** 45,00% do lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(b) Regras sobre distribuição de dividendos	Conforme o disposto no art. 31, § 1°, do Estatuto Social da Companhia, em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo não inferior a 30% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da assembleia geral. Além disso, nos termos do mesmo artigo, § 2° do referido documento, a Companhia poderá levantar balanços a qualquer tempo e, mediante deliberação do Conselho de Administração, distribuir dividendos intermediários e intercalares com base em tais balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital previstas em Lei. Também mediante deliberação do Conselho de Administração, conforme autorizado pelo art. 31, § 5°, do Estatuto Social, a Companhia poderá pagar juros remuneratórios sobre capital próprio. A Companhia possui uma política indicativa de distribuição de dividendos no valor equivalente a 55% do lucro líquido ajustado do exercício, sendo as distribuições realizadas semestralmente. Poderá ocorrer distribuição em valor inferior a 55% do lucro líquido ajustado quando exigido por disposição legal ou por condições financeiras da Companhia.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Como descrito no item "b" acima, os dividendos são distribuídos em bases semestrais desde que seja apurado lucro no período em questão, sendo permitida, pelo Estatuto Social, a distribuição de dividendos intercalares, mediante deliberação do Conselho de Administração, com base em balanços levantados durante o exercício. Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.
(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não há restrições à distribuição de dividendos impostas pela legislação, regulamentação, contratos, ou quaisquer decisões judiciais, administrativas ou arbitrais, exceto a restrição de distribuição de dividendos nos termos das hipóteses de vencimento antecipado das debêntures da 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª e 15ª emissões, que restringem tais pagamentos na hipótese em que a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures, ressalvado o mínimo obrigatório previsto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Conforme o disposto no art. 31, § 1°, do Estatuto Social da Companhia, em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo não inferior a 30% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da assembleia geral. Ademais, conforme aprovação em Reunião de Conselho de Administração de 14 de novembro de 2005, a Companhia possui uma política indicativa de distribuição de dividendos no valor equivalente a 55% do lucro líquido ajustado do exercício, sendo as distribuições realizadas semestralmente. Poderá ocorrer distribuição em valor inferior a 55% do lucro líquido do exercício ajustado quando exigido por disposição legal ou por condições financeiras da Companhia, O Estatuto Social da Companhia está disponível para consulta na página de Relações com Investidores da Companhia (www.engie.com.br/investidores/ > Investidores > Estatuto Social, Códigos e Políticas) e no site da CVM (sistemas.cvm.gov.br/).

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet* itens)

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 2025, 2024 e 2023.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia possui registrado em seu balanço patrimonial os contratos futuros de compra e venda de energia, designados como derivativos. Os contratos de compra de produtos e/ou serviços de longo prazo, não necessitam estar registrados, todavia estão evidenciados em nota explicativa das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

(iii) Contratos de construção não terminada

Os contratos de compra de construções não terminadas, não necessitam estar registrados, todavia estão evidenciados em nota explicativa das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 2025, 2024 e 2023.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 2025, 2024 e 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, considerando que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 2025.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, considerando que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 2025.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, considerando que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 2025.

2.10 Planos de negócios

a. Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Transmissão de energia:

Em relação aos investimentos relacionados à expansão em transmissão, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, destacam-se os seguintes marcos:

i. **Asa Branca Transmissora de Energia**: Em 24 de junho de 2025, foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) a Licença Prévia para os trechos LT 500kV Poções III - Medeiros Neto II - João Neiva 2 - Viana 2 e subestações associadas. Durante o terceiro trimestre de 2025 foi protocolado o pedido de Licença de Instalação neste mesmo órgão, que segue em trâmite. Ao fim de 2025, as obras do trecho LT 500kV Morro do Chapéu II – Poções III, de 334 quilômetros de extensão, foram concluídas e as instalações foram energizadas com sucesso em 26 de novembro de 2025. O prazo máximo para início da operação completa é março de 2029.

ii. **Graúna Transmissora de Energia**: Em 18 de julho de 2025, a Companhia assumiu a operação do trecho *brownfield* do projeto, composto por 162 quilômetros de extensão e duas subestações, localizados nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A Receita Anual Permitida (RAP) desse trecho é de R$ 14,0 milhões, correspondente a aproximadamente 5% do total do projeto. Ao fim de 2025, foram concluídas as negociações de contratos principais de fornecimento. No âmbito de licenciamento ambiental, foram realizadas as vistorias em campo no trecho delegado ao Órgão Ambiental do Estado do Paraná, assim como as audiências públicas relacionadas a esse processo de Licença Prévia. Também, no trecho delegado ao Órgão Ambiental do Estado de Minas Gerais, foram realizadas vistorias em campo. Ainda, destacam-se as atividades de liberação fundiária, com avanço das negociações e liberações para construção, com as atividades de topografia e sondagem em fase final, além do avanço no desenvolvimento de projetos executivos. O prazo máximo para conclusão das obras é de 60 meses, com possibilidade de antecipação. O projeto apresenta sinergias locacionais relevantes com a Gralha Azul Transmissora de Energia e outros ativos do portfólio da Companhia, favorecendo ganhos operacionais e estratégicos.

Geração de energia:

Em relação aos investimentos relacionados à expansão em geração, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, destacam-se os seguintes marcos:

iii. **Conjunto Fotovoltaico Assú Sol**: Ao fim de 2025, as atividades de implantação foram concluídas. Estão em execução exclusivamente algumas atividades de correções em drenagens já implantadas, além dos testes de confiabilidade e performance de algumas unidades fotovoltaicas. A entrada em operação em testes das primeiras unidades fotovoltaicas ocorreu em outubro de 2024. Em 25 de fevereiro de 2026, os últimos parques que se encontravam em testes entraram em operação comercial, resultando em 100% do projeto em operação comercial.

iv. **Conjunto Eólico Assuruá**: Composto por 24 parques eólicos em implantação em fase única no município de Gentio do Ouro, na Bahia, o projeto possui outorga emitida pela Aneel, capacidade instalada prevista de 846 MW e capacidade comercial estimada em 410,2 MW médios. A energia produzida será totalmente direcionada para o Ambiente de Contratação Livre, podendo inclusive atender clientes no mercado de autoprodução de energia. Ao fim de 2025, todos os aerogeradores estavam em operação comercial.

Os investimentos da ENGIE no ano de 2025 totalizaram R$ 6.040 milhões, distribuídos da seguinte forma: (i) R$ 2.931 milhões destinados a aquisições e ajustes de participações societárias, compreendendo (i.i) R$ 2.944 milhões na conclusão da aquisição das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão, sendo R$ 2.286 milhões pagos ao vendedor no fechamento da operação como preço de compra ajustado e assunção de R$ 658 milhões de dívida líquida (dívida total descontado caixa e depósitos vinculados); (i.ii) redução de R$ 16 milhões correspondentes ao ajuste do valor final na aquisição das usinas fotovoltaicas, após conclusão do laudo de incorporação; e (i.iii) R$ 3 milhões de complemento na aquisição de participação societária do Conjunto Eólico Serra do Assuruá; (ii) R$ 2.773 milhões aplicados na construção dos novos projetos e aquisição de participações societárias, sendo (ii.i) R$ 1.204 milhões no Sistema de Transmissão Asa Branca, (ii.ii) R$ 712 milhões no Conjunto Fotovoltaico Assú Sol, (ii.iii) R$ 527 milhões na implantação do Conjunto Eólico Assuruá, (ii.iv) R$ 161 milhões na expansão da Usina Fotovoltaica de Paracatu IV, (ii.v) R$ 144 milhões no Sistema de Transmissão Graúna, (ii.vi) R$ 38 milhões na execução do reforço da Subestação de Ponta Grossa, parte do Sistema de Transmissão Gralha Azul, e (ii.vii) diminuição de R$ 13 milhões no Sistema de Transmissão Novo Estado, resultado de baixas de depósitos judiciais devido a êxito em ação tributária, ocasionando redução do custo total de construção do projeto; (iii) R$ 255 milhões destinados à revitalização do parque gerador, principalmente das usinas hidrelétricas e solares; e (iv) R$ 82 milhões destinados à modernização de ativos, sendo (iv.i) R$ 68 milhões destinados à modernização das Usina Hidrelétrica Jaguara, (iv.ii) R$ 10 milhões destinados à modernização da Usina Hidrelétrica Salto Osório e (iv.iii) R$ 4 milhões destinados à modernização da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra.

A ENGIE segue dedicada a colaborar com a construção de um ambiente de negócios que favoreça investimentos, inovação e competitividade, e que faça frente ao incremento da demanda por energia no país. Dessa forma, a Companhia continuará focando seus investimentos na modernização, manutenção e ampliação do seu parque gerador e implantação dos sistemas de transmissão.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os projetos desenvolvidos e implantados pelas controladas da ENGIE geralmente contam com captação de recursos de terceiros na ordem de 50% a 80% do investimento total. O montante remanescente é coberto com recursos próprios, os quais, usualmente, resultam de aportes de capital da controladora (ENGIE Brasil Energia) para as suas controladas. A Companhia, por sua vez, capta recursos por meio de empréstimos e financiamentos bancários ou emissões junto ao mercado de capitais que, usualmente, são destinados aos referidos aportes, além da sua utilização para capital de giro.

Financiamento com (Em R$ milhões)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2025	**2024**	**2023**
Dívida	5.329	5.747	3.642
Aporte de acionistas minoritários	-	-	1.000
Capital próprio[(1)]	711	3.917	(1.788)
Total	**6.040**	**9.664**	**2.854**

(1) O valor negativo do capital próprio previsto para 2023 refere-se ao montante da dívida captada o qual será investido nos anos seguintes.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos na data desta Proposta da Administração.

b. Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Aquisição das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão

Para mais informações sobre a Aquisição das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão, ver item 2.4 deste *Anexo I – Comentários dos Diretores*.

c. Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

O Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação ("PDI") da Aneel representa um dos mecanismos mais relevantes para a prática da inovação na ENGIE Brasil Energia. Ao todo, a Companhia já investiu mais de R$ 270 milhões em cerca de 200 projetos executados por meio de parcerias com empresas, universidades e instituições de pesquisa, fomentando o modelo *open innovation*. Em 2025, a Companhia investiu em: (i) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) Ministério de Minas e Energia (MME), para custeio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); (iii) conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para custeio da modicidade tarifária; e (iv) projetos de PDI.

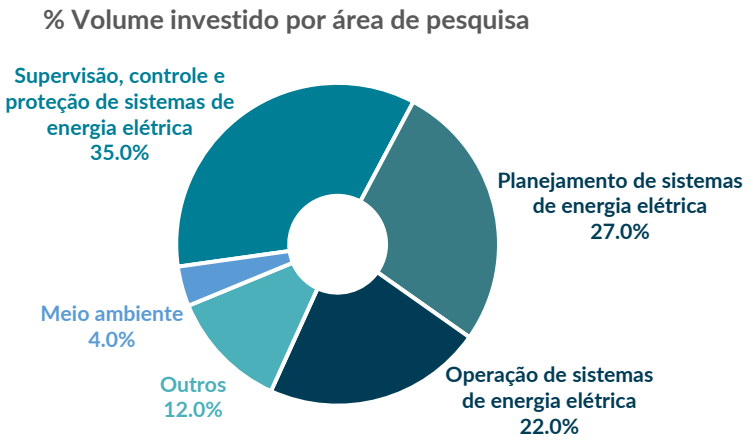
(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2025, foram destinados mais de R$ 57,3 milhões ao Programa, distribuídos da seguinte forma:

- R$ 22,9 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT);
- R$ 11,4 milhões ao Ministério de Minas e Energia (MME), para custeio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE);
- R$ 6,8 milhões à conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para custeio da modicidade tarifária; e
- R$ 16 milhões a serem aportados em projetos de PDI.
-

O portfólio da ENGIE no ano de 2025 é composto por 17 projetos, dos quais 15 contaram com investimentos provenientes do saldo disponível para PDI Aneel. Em 2025, os aportes nesses projetos somaram mais de R$ 21,4 milhões, distribuídos nas áreas de pesquisa conforme gráfico a seguir. Se considerarmos o valor despendido desde o início de cada um dos projetos em vigência, o montante passa de R$ 50,4 milhões.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados



A Companhia apresenta abaixo os projetos do portfólio executados no exercício social de 2025:

Código do Projeto	Descrição
PD-00063-3071/2020	Assistente Virtual para Centros de Operação
PD-00068-0057-2022	Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico – SIASE módulo Transmissão
PD-00403-0051/2020	Desenvolvimento e Aplicação De Ferramentas Genéticas no Monitoramento Da Ictiofauna De Reservatórios De Usinas Hidrelétricas
PD-00403-0053/2021	Metodologias para a Identificação de Restrições Operacionais em Sistemas com Alta Penetração de Fontes de Energia Renováveis Variáveis
PD-00403-0054/2022	Impactos das mudanças do clima e do uso da terra no setor elétrico brasileiro
PD-00403-0055/2022	Valoração dos Serviços de Usinas Hidroelétricas e Proposições Comerciais
PD-00403-0056/2023	Ferramenta computacional para detecção, identificação e quantificação de perdas energéticas em usinas fotovoltaicas
PD-00403-0057/2023	Equipamento não invasivo para detecção de falhas em geradores síncronos através do campo magnético externo – Lote Pioneiro e Inserção no Mercado
PD-00403-0058/2024	Rotas tecnológicas para produção de combustíveis sintéticos
PD-00403-0059/2024	Elevação dos níveis de segurança no processo executivo de linhas de transmissão
PD-00403-0060/2024	Lote Pioneiro e Inserção de Mercado do Transformador Eletrônico de Corrente Óptico - TECO-MR
PD-0403-0063/2025	Desenvolvimento de Hardware Eletrônico para Dispositivo Analisador de Fuga de Corrente Elétrica a Terra - ARATACA
PD-00403-0064/2025	Desenvolvimento de um sistema autômato de limpeza de fazendas solares - SOLARBOT
PD-00403-0065/2025	Validação e Aprimoramento de Sistema de Detecção de Desalinhamento de Yaw em Aerogeradores utilizando LiDARs em ambiente relevante
PD-00403-0066/2025	IA para Diagnóstico e Prognóstico de Estado de Buchas Capacitivas Equipadas com Monitoramento On-Line - IA BUCHAS
PD-00403-0067/2025	Estudo de Algoritmos e Comparação de Metodologias de Inspeção para Detecção de Desalinhamento de Pitch
GPPDI-00403/2024-2028	Ação de Gestão de Portfólio de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação — Projeto destinado para atividades da equipe de gestão, prospecção, gestão do portfólio, eventos sobre PDI, entre outros

As informações sobre os projetos e seus objetivos estão disponíveis na página de Inovação da Companhia (www.engie.com.br/ > ENGIE > Inovação na ENGIE > Projetos de P&D).

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2025, a Companhia destinou R$ 7,4 milhões ao desenvolvimento de novos produtos, incluindo, entre outros:

- software com IA para analisar comunicações e apoiar decisões operacionais;
- software com IA para monitoramento de buchas de transformadores;
- equipamento de identificação de falhas em geradores por meio do campo magnético;
- equipamento eletrônico para monitorar e detectar correntes de fuga;
- transformador óptico para medição de corrente elétrica; e
- robô de limpeza a seco de painéis solares.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A atividade principal da Companhia é a geração de energia a partir de fontes renováveis, comercialização e transmissão de energia, o que significa que o compromisso com a sustentabilidade ambiental é inerente ao seu plano de negócios. Por meio da utilização de fontes renováveis (hidrelétrica, biomassa, eólica, solar), a Companhia contribui para a redução das emissões de carbono e para a diversificação da matriz energética, alinhando-se com os objetivos globais de combate às mudanças climáticas. Além disso, a geração de energia renovável representa uma fonte estável e sustentável de receita, especialmente em um cenário de transição energética, no qual há uma crescente demanda por esse tipo de energia. Já a transmissão de energia representa um elo relevante na estratégia de transição energética e descarbonização, ampliando a integração dos recursos renováveis e a confiabilidade do sistema.

A Companhia também possui em seu portfólio soluções para apoiar outras organizações em sua jornada de descarbonização. Para isso, a ENGIE oferece ao mercado Produtos Verdes: Créditos de Carbono (MDL), Contratos de Energia Renovável (ENGIE-REC) e Certificados de Energia Renovável (I-RECs), produtos estes que servem para neutralizar e/ou compensar as emissões de GEE dos Escopos I, II e III dos Inventários de Emissões Corporativos.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Emissões de debêntures

A Companhia emitiu debêntures com o objetivo de formação de capital de giro para financiar a implementação do plano de negócios da Companhia. Em 14 de março de 2025, ocorreu a liquidação financeira da 14ª emissão de debêntures simples pela Controladora, no valor total de R$ 2.000 milhões, em 2 séries. E, concomitantemente, foram contratadas operações de proteção (swap), com o intuito de proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros de ambas as séries.

Em 20 de junho de 2025, a Companhia realizou, de forma inédita, a emissão de debêntures verdes, alinhada ao seu *Green Finance Framework* e validada por parecer independente especializado (SPO). A 15ª emissão totalizou R$ 2.200 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, distribuídas em duas séries. Os recursos provenientes dessa emissão de debêntures serão destinados à execução do plano de investimentos da Companhia e à formação de capital de giro. A liquidação financeira ocorreu em 14 de julho de 2025. Concomitantemente, com o intuito de proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros de ambas as séries, foram contratadas operações de proteção (swap). Para mais informações sobre a emissão, vide item 12.3 deste Formulário de Referência.

Início da entrada em operação do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol

Em 08 de janeiro de 2025, a Companhia recebeu autorização na Aneel para iniciar a operação comercial do primeiro parque do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol, com 40,5 MWac. Em 31 de dezembro de 2025, a capacidade instalada em operação comercial do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol totalizava 171,6 MWac. Em fevereiro de 2026, o Conjunto Fotovoltaico Assú Sol alcançou sua operação comercial plena, incorporando 752MWac de capacidade instalada total ao portfólio da Companhia.

Aquisição de ativos hidrelétricos

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de março de 2025, aprovou a assinatura do contrato de aquisição pela Companhia de dois ativos hidrelétricos. No mesmo dia, a Companhia, a EDP Energia do Brasil S.A. e a China Three Gorges Energia S.A. celebraram contrato de compra e venda de ações que regula a aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia Energética do Jari e da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., que englobam a Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão e a Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari. Em 13 de agosto de 2025, após a confirmação do cumprimento das condições precedentes a que estava sujeita, foi concluída a operação da aquisição.

Os ativos adquiridos compreendem, participações integrais em empreendimentos de geração hidrelétricas localizados no Estado do Amapá. A Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, localizada no Rio Jari, entre os municípios de Laranjal do Jari (Amapá) e Almeirim (Pará), conta com 393 MW de capacidade instalada e 211 MW médios de capacidade comercial. A usina iniciou sua operação comercial em 2014 e a concessão vence em outubro de 2045. Sua energia está totalmente contratada no ACR em dois contratos: 190 MW médios no 11° leilão de Energia Nova em 2010 e 20,9 MW médios no 15° leilão de Energia Nova em 2012.

Complementarmente, a Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, localizada no Rio Araguari, no município de Ferreira Gomes (Amapá), possui capacidade instalada de 219 MW e capacidade comercial de 123 MW médios. O início da operação comercial ocorreu em 2016 com outorga até agosto de 2048. A contratação de 130 MW médios ocorreu no 15° leilão de Energia Nova em 2012.

Incorporação de controlada

Em 22 de setembro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a incorporação da Companhia Energética Estreito ("CEE"), sociedade de capital fechado e controlada diretamente pela ENGIE Brasil Energia, conforme Protocolo e Justificação aprovado pela Diretoria Executiva em 07 de maio de 2025. O patrimônio líquido da CEE, apurado com base no valor contábil e em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, totalizou R$ 1.692 milhões, sendo o total de ativos incorporados R$ 1.979 milhões e os passivos assumidos R$ 287 milhões.

Entrada em operação comercial de sistemas de transmissão

Trecho brownfield de Graúna

Em 18 de julho de 2025, a Companhia assumiu a operação do trecho brownfield do projeto Graúna, referente ao Lote 1 do Leilão de Transmissão Aneel 02/2024. O trecho inclui quatro linhas de transmissão, totalizando 162 km, e duas subestações próprias, localizadas em MG e ES. A Receita Anual de Energia (RAP) deste trecho é de R$ 14 milhões, correspondente a aproximadamente 5% da RAP total do projeto.

Operação comercial parcial do sistema de transmissão Asa Branca

O Sistema de Transmissão Asa Branca, obteve autorização para o início da operação comercial do trecho Morro do Chapéu II – Poções III, a partir de 26 de novembro de 2025. Localizado no centro-sul do estado da Bahia, este trecho representa 33% da RAP do projeto, caracterizando o marco do início da operação. O trecho contempla a implantação de uma linha de transmissão de 500kV com 334km de extensão, além da ampliação de duas subestações associadas.

ANEXO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

Destinação do lucro líquido do exercício

Em atendimento ao Anexo A da RCVM 81/2022, a Companhia informa:

1. Informar o lucro líquido do exercício

R$ 2.583 milhões.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Montante global dos dividendos no valor de R$ 1.377 milhões (considera os valores de R$ 719 milhões e R$ 100 milhões, relativos a dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, respectivamente, indicados no item 6.a, e os valores de R$ 32 milhões e R$ 526 milhões, relativos a dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais propostos, indicados no item 5.a), equivalente a 55% do lucro líquido distribuível, e correspondente a R$ 1,20542677239 por ação ordinária.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Equivalente a 55% do lucro líquido ajustado. O lucro líquido ajustado corresponde ao lucro líquido do exercício, deduzido das Reservas Legal, de Incentivos Fiscais e de Lucros, ajustado pela realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído do ativo imobilizado, conforme orientação estabelecida no CPC 27 e ICPC 10), pelos dividendos e juros sobre capital próprio prescritos, reconhecidos na conta “Lucros Acumulados”.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

(i) Dividendos mínimos obrigatórios e complementares do exercício de 2024 no valor de R$ 715 milhões, correspondentes a R$ 0,87648135220 por ação, pagos em 23.12.2025; e

(ii) Juros sobre capital próprio, referentes ao período de 1° de janeiro a 31 de dezembro de 2024, no valor de R$ 250 milhões, correspondentes a R$ 0,30639968191 por ação, pagos em 07.02.2025.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

R$ 558 milhões de dividendos mínimos obrigatórios e adicionais propostos, para ações ordinárias, correspondente a R$ 0,48828975686 por ação.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

A ser submetido à aprovação da Diretoria Executiva, conforme deliberado pelo Conselho de Administração.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data considerada para identificação dos acionistas que terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios e adicionais é dia 04.05.2026, sendo a data-ex dia 05.05.2026.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Os dividendos intercalares totalizaram R$ 719 milhões, correspondentes a R$ 0,88143194897 por ação. Considerando o aumento de capital com emissão de novas ações em 2025, o valor por ação dos dividendos intercalares seria de R$ 0,62959424927. Adicionalmente, a Companhia aprovou o valor de R$ 100 milhões de crédito de juros sobre o capital próprio, correspondentes a R$ 0,08754276626 por ação.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

O pagamento dos dividendos intercalares ocorreu em 23.12.2025, e a data de pagamento dos juros sobre capital próprio será definida pela Diretoria Executiva.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Ano	Lucro líquido por ação ordinária[1]
2025	R$ 2,2610900982
2024	R$ 3,7462606317
2023	R$ 3,0023272265
2022	R$ 2,3313326236

(1) Considerando o total de 1.142.298.836 ações.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Ano	Dividendo e Juro sobre o capital próprio por ação ordinária[1]
2024	R$ 2,3261275249
2023	R$ 2,3367938476
2022	R$ 3,3162954344

(1) Considerando o total de 815.927.740 ações.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Em 2025 a Companhia destinou R$ 129 milhões à reserva legal.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto Social da Companhia (artigo 31 e parágrafos) prevê que em cada exercício será obrigatória a distribuição de dividendos não inferiores a 30% (trinta por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da Assembleia Geral.

A Companhia levantará balanço semestral podendo, o Conselho de Administração, declarar dividendos intercalares com base nele.

A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos intercalares em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o §1° do artigo 182 da Lei n° 6.404/1976, conforme alterada.

O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros remuneratórios sobre o capital próprio, observando, para tanto, a legislação aplicável. As importâncias pagas ou creditadas pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio poderão ser imputadas, nos termos da legislação aplicável, ao valor dos dividendos obrigatórios.

Prescreve em 3 (três) anos a ação para pleitear dividendos, os quais, não reclamados oportunamente, reverterão em benefício da Companhia.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

R$ 1.127 milhões.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital para retenção de lucros

Fontes de recursos *(Em milhares de R$)*	**2026**	**2027**	**2028**	**Total**
Retenção de lucros do exercício de 2025[(1)]	1.127	-	-	**1.127**
Capital de terceiros e geração interna de caixa	1.293	2.946	285	**4.524**
Total das fontes	**2.420**	**2.946**	**285**	**5.651**

(1) Artigo 196 da Lei das S.A.

Aplicação dos recursos *(Em milhares de R$)*	**2025**	**2026**	**2027**	**Total**
Sistema de Transmissão de Energia Graúna	1.184	1.877	37	**3.098**
Sistema de Transmissão Asa Branca	774	777	3	**1.554**
Manutenção do parque gerador	231	164	146	**541**
Modernização de Jaguara	139	126	99	**364**
Modernização de Ponte de Pedra	28	-	-	**28**
Conjunto Fotovoltaico Assu Sol	25	1	-	**26**
Conjunto Eólico Serra do Assuruá	19	1	-	**20**
Reforço da subestação de Ponta Grossa - Gralha Azul	20	-	-	**20**
Total das aplicações	**2.420**	**2.946**	**285**	**5.651**

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado a reserva

R$ 1 milhão.

b. Explicar a natureza da destinação

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia ("Sudam") e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("Sudene"). Esse benefício corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pelas usinas detentoras do benefício – Usinas Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito, com base no Art. 626 do Decreto n° 9.580/2018.

No exercício de 2025, o resultado apurado a título de lucro da exploração apresentou valor negativo, o que impossibilitou a utilização do incentivo fiscal previsto nos programas Sudam/Sudene. O montante destinado a reserva em 2025, é referente ao ajuste do incentivo do ano de 2024.

ANEXO III – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

7.3 Em relação a cada um dos administradores do emissor, indicar, em forma de tabela:

Conselho de Administração (candidatos indicados)

Nome	Data de nascimento	Órgão Administração	Data da eleição	Membro independente
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Indicado pelo controlador
Outros cargos ou funções exercidas			Prazo do mandato	Data de início do primeiro mandato
Maurício Stolle Bähr	17.09.1957	Conselho de Administração	24.04.2026	Não
748.528.847-49	Engenheiro	Presidente do Conselho de Administração	24.04.2026	Sim
-			AGO 2028	29.09.1998
Paulo Jorge Tavares Almirante[1]	24.08.1964	Conselho de Administração	24.04.2026	Não
C621425	Engenheiro	Vice Presidente do Conselho de Administração	24.04.2026	Sim
-			AGO 2028	14.07.2016
Gil de Methodio Maranhão Neto	18.01.1963	Conselho de Administração	24.04.2026	Não
734.574.937-15	Engenheiro	Conselho de Administração (Efetivo)	24.04.2026	Sim
-			AGO 2028	26.04.2006
Pierre Jean Bernard Guiollot[1]	21.04.1968	Conselho de Administração	24.04.2026	Não
12CE76848	Engenheiro	Conselho de Administração (Efetivo)	24.04.2026	Sim
-			AGO 2028	14.04.2016
Sophie Brigitte Sylviane Angrand Quarré de Verneuil[1]	29.05.1980	Conselho de Administração	24.04.2026	Não
719.253.721-70	Geógrafa	Conselho de Administração (Efetivo)	24.04.2026	Sim
-			AGO 2028	12.09.2024
Karin Koogan Breitman	18.04.1969	Conselho de Administração	24.04.2026	Sim
375.914.877-87	Engenheira	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	24.04.2026	Sim
-			AGO 2028	11.04.2018
Manoel Eduardo Lima Lopes	07.07.1943	Conselho de Administração	24.04.2026	Sim
046.227.237-00	Contador	Conselho de Adm. Independente (Efetivo) – Eleito p/ Minor. Ordinaristas	24.04.2026	Não
-			AGO 2028	17.07.2020
Paulo Maurício Mantuano de Lima	03.11.1954	Conselho de Administração	24.04.2026	Sim
314.812.137-68	Economista	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	24.04.2026	Sim
-			AGO 2028	24.04.2026
Carlos Aberto Vieira	23.12.1954	Conselho de Administração	24.04.2026	Não
288.477.179-49	Contador	Conselho de Administração (Efetivo) – Eleito p/ Empregados	24.04.2026	Sim
-			AGO 2028	25.04.2024

Nome	Data de nascimento	Órgão Administração	Data da eleição	Membro independente
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Indicado pelo controlador
Outros cargos ou funções exercidas			Prazo do mandato	Data de início do primeiro mandato
Eduardo Antonio Gori Sattamini	08.02.1965	Conselho de Administração	24.04.2026	Não
821.111.117-91	Economista	Conselho de Administração (Suplente)	24.04.2026	Sim
-			AGO 2028	15.08.2025
Sylvie Marie Vicente ep. Credot	16.11.1976	Conselho de Administração	24.04.2026	Não
21CK23382	Advogada	Conselho de Administração (Suplente)	24.04.2026	Sim
-			AGO 2028	23.09.2021
Márcio Daian Neves	24.04.1976	Conselho de Administração	24.04.2026	Não
021.952.369-06	Engenheiro	Conselho de Administração (Suplente)	24.04.2026	Sim
-			AGO 2028	24.04.2026
Pierre Auguste Gratien Leblanc	06.08.1967	Conselho de Administração	24.04.2026	Não
020.852.737-00	Administrador	Conselho de Administração (Suplente)	24.04.2026	Sim
-			AGO 2028	25.02.2025
Gustavo Henrique Labanca Novo	05.03.1968	Conselho de Administração	24.04.2026	Não
000.674.107-07	Engenheiro	Conselho de Administração (Suplente)	24.04.2026	Sim
-			AGO 2028	09.09.2019
Maria Cláudia Guimarães	18.09.1965	Conselho de Administração	24.04.2026	Sim
000.109.237-56	Engenheira	Conselho de Adm. Independente (Suplente)	24.04.2026	Sim
-			AGO 2028	24.04.2026
Raquel da Fonseca Cantarino	16.10.1972	Conselho de Administração	24.04.2026	Sim
025.407.357-38	Administrador	Conselho de Adm. Independente (Suplente) – Eleito p/ Minor. Ordinaristas	24.04.2026	Não
-			AGO 2028	09.09.2019
Antonio Alberto Gouvêa Vieira	31.08.1955	Conselho de Administração	24.04.2026	Sim
338.907.227-68	Advogado	Conselho de Adm. Independente (Suplente)	24.04.2026	Sim
-			AGO 2028	26.04.2006
Marcos Roberto Castanheira	08.11.1970	Conselho de Administração	24.04.2026	Não
499.646.231-00	Engenheiro	Conselho de Administração (Suplente) – Eleito p/ Empregados	24.04.2026	Sim
-			AGO 2028	24.04.2026

[1] Em conformidade com a Política de Indicação da ENGIE Brasil Energia S.A., que prevê a apresentação de justificativa na Proposta da Administração quando da indicação à reeleição de membros do Conselho de Administração que tenham registrado frequência mínima inferior a 75% nas reuniões, a Companhia informa que os 3 (três) conselheiros titulares enquadrados nessa situação tiveram, na maior parte de suas ausências, a representação assegurada por seus respectivos suplentes.

Experiência Profissional dos Candidatos ao Conselho de Administração (Efetivo)

Maurício Stolle Bähr

Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Gama Filho (RJ) e em Análise de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Concluiu MBA pela COPPEAD - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e *Corporate Finance* pela Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos da América (EUA). Foi Diretor Financeiro da Serra da Mesa Energia S.A., Diretor Financeiro da Nacional Energética S.A. e Diretor Presidente da ENGIE Brasil Participações Ltda. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da Companhia, da Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) e da Jirau Energia S.A.

Firmará declaração que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Paulo Jorge Tavares Almirante

Formado em Engenharia com mestrado em Engenharia Mecânica pela Universidade Técnica de Lisboa, diplomado em estudos de gestão pela Universidade Católica de Lisboa e participou do programa global de desenvolvimento de liderança da London Business School. Possui mais de 25 anos de experiência nas indústrias de energia elétrica e gás. De 2005 a 2013, foi diretor de PLC internacional da região ibérica, responsável pela gestão executiva de negócios em Portugal e Espanha; de 2013 até o início de 2016, foi CEO da Trustenergy, responsável pela gestão executiva dos negócios da ENGIE Europa em Portugal, e CEO da Portgás, concessionária para a implantação de uma rede de gás natural em 29 municípios portugueses; de 2016 a 2018, foi CEO da *Business Unit Generation Europe* e de 2018 a 2021 foi Diretor de Operações do Grupo ENGIE. Atualmente é Vice-Presidente Executivo Sênior encarregado de atividades renováveis – Gestão de Energia & Nuclear na ENGIE. Ainda, foi membro do comitê consultivo regulador de energia de Portugal e é Vice-Presidente da associação portuguesa de indústria de energia elétrica.

Firmará declaração que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Gil de Methodio Maranhão Neto

É Engenheiro Civil formado pela Veiga de Almeida, possui MBA em finanças pelo IBMEC. É membro do Comitê Executivo da ENGIE no Brasil, responsável pelas áreas de Comunicação, Meio Ambiente, Responsabilidade Social Corporativa e Carbono. Atua também na coordenação dessas áreas no hub regional da ENGIE da América do Sul. Juntou-se à ENGIE em 1996, quando ingressou na Tractebel Energy and Gas International, empresa com sede na Bélgica, como o gerente delegado para o Brasil. Trabalhou em diversas outras atividades, como desenvolvimento de negócios, fusões e aquisições, inovação, estratégia e relações comerciais e institucionais, além de conselhos de empresas da ENGIE no Brasil. Atualmente é suplente do Conselho de Administração da ENGIE Brasil Energia. É também membro eleito do Conselho de Administração da International Hydropower Association, membro do Conselho da Cidade do Rio de Janeiro, e Oficial da Ordem do Rei Leopoldo da Bélgica.

Firmará declaração que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Pierre Jean Bernard Guiollot

Graduado em Serviços Públicos pela Sciences Po Paris. Iniciou sua carreira como Auditor na KPMG. Ingressou na ENGIE em 1997, onde de 2004 até 2012 atuou como Head contábil na ENGIE S.A. Em 2013, tornou-se Diretor Financeiro da divisão internacional de energia da ENGIE S.A. e tornou-se Diretor Financeiro Adjunto do Grupo ENGIE em 2016. Em julho de 2021, foi nomeado Diretor Financeiro da Unidade de Negócios Globais de Renováveis da ENGIE. Ele também é membro do Conselho da GTT, uma entidade listada na França e Presidente do Comite de Auditoria da ENGIE Global Market SAS.

Firmará declaração que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Sophie Brigitte Sylviane Angrand Quarré de Verneuil

Geógrafa, iniciou sua carreira em 2004 como consultora de gestão na Capgemini Consulting, encarregada de projetos de transformação de Recursos Humanos para grandes grupos como BP, o grupo naval francês DCN e o Ministério da Defesa francês. Ela ingressou no Grupo ENGIE em 2008 como Chefe de Planejamento de RH. Depois de contribuir durante cinco anos para a transformação das atividades BtoC na França, principalmente como Diretora de Atendimento ao Cliente, retornou à linha de RH em 2019, combinando as responsabilidades de Diretora de Recursos Humanos e Comunicação para BU France Networks. Em janeiro de 2020, ingressou na ENGIE Solutions como Diretora de Transformação, também responsável pela estratégia e comunicação. Em 2021, ela foi nomeada Diretora de Recursos Humanos, Comunicação e Saúde e Segurança para GBU Networks (Unidade Global de Negócios de Infraestrutura) e, em maio de 2023, assumiu seu cargo atual como VP de RH para a América do Sul e Chefe de RH no Brasil. Foi Diretora de Pessoas & Cultura da ENGIE Brasil Participações Ltda., e Diretoria de Recursos Humanos da Companhia.Atualmente é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

Firmará declaração que não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Karin Koogan Breitman

Formada em Engenharia Elétrica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Engenharia de Software pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutora em Ciências da Computação pela Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ao longo de sua carreira, foi professora de Ciência da Computação na PUC-Rio, onde liderou projetos em conjunto com a NASA, HP, IBM e Microsoft. Mais tarde, ela se juntou à EMC e atuou como cientista-chefe no centro de P&D por um período de quatro anos. Autora de mais de cem livros, artigos científicos e patentes (Microsoft e Dell-EMC). Coordena o Presidential Task Force in Globalization da Asociation for Computing Machinery e já atuou como especialista na Comissão Europeia e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. É membro da Sociedade Brasileira de Computação, ACM e IEEE. Foi Diretora na Rio Tinto e atualmente atua no Conselho Consultivo Técnico da Research Data Alliance e da COPPEAD, e ocupa o cargo de Diretora Técnica no Google.

Firmará declaração que não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Declara, ainda, que atende todos os critérios previsto no Regulamento do Novo Mercado, conforme definido no artigo 16, parágrafos 1º e 2º, para seu enquadramento como Conselheira Independente.

Manoel Eduardo Lima Lopes

Formado em Ciências Contábeis e Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi Auditor Geral e Superintendente de Contabilidade e Controle no Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (BANERJ), consultor e diretor do Banco Clássico S.A. e Gerente de Controle da IRB – Brasil Resseguros S.A. Foi membro do Conselho Fiscal da Companhia até abril de 2020. Atualmente é diretor do Banco Clássico S.A. e membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia do Gás do Rio de Janeiro. É membro do Comitê de Auditoria Estatutário da ENGIE Brasil Energia S.A. desde maio de 2020.

Firmará declaração que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Declara, ainda, que atende todos os critérios previsto no Regulamento do Novo Mercado, conforme definido no artigo 16, parágrafos 1º e 2º, para seu enquadramento como Conselheiro Independente.

Paulo Maurício Mantuano de Lima

Graduado em Economia pela Universidade Gama Filho desde 1981. Possui Pós-graduação no programa de MBA Executivo pela COPPEAD e MBA em Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas. Participou do programa de desenvolvimento de conselheiros da Fundação Dom Cabral. Possui certified financial planner pela planejar e certificação de conselheiro fiscal pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Iniciou sua trajetória profissional no mercado financeiro no Banco Nacional S.A., onde assumiu posições gerenciais. Foi sócio diretor na Premium Distribuidora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda. e entre os anos de 1998 e 2018 atuou no setor elétrico nas posições de Gerente de Finanças na ENGIE Brasil Energia S.A. e de Diretor Administrativo e Financeiro na Jirau Energia S.A. Foi também Diretor de Investimentos e Diretor Superintendente na Previg. Foi membro do Conselho Fiscal da Neoenergia e da Renova Energia e do Conselho Fiscal da Companhia. Desde 2019 é Presidente do Conselho Fiscal da TAG.

Firmará declaração que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Declara, ainda, que atende todos os critérios previsto no Regulamento do Novo Mercado, conforme definido no artigo 16, parágrafos 1º e 2º, para seu enquadramento como Conselheiro Independente.

Carlos Aberto Vieira

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bacharel em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL com Pós- graduação em Direito Previdenciário pela Unicuritiba - Instituição de Ensino Superior em Curitiba - Paraná. Iniciou carreira na Eletrosul, no ano de 1977, como contabilista. Em 1998, com a migração para a Gerasul, no quadro do Departamento de Contabilidade e oportunamente na área de Planejamento Tributário, como Analista Processos Fiscais, função que exerceu na companhia até 2024, ano de sua aposentadoria. Durante este período foi Juiz Classista representante dos empregados junto ao TRT 12 - Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina. Foi também membro titular do Conselho Deliberativo da Previg - Sociedade de Previdência Complementar, entidade patrocinada pela ENGIE Brasil Energia, além de ter sido coordenador da Intersindical dos Engenheiros, Técnicos Industriais, Administradores, Economistas e Contabilistas até fevereiro de 2024. Atuou como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, eleito no processo de representantes dos empregados para o mandato 2024 a 2026.

Firmará declaração que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Experiência Profissional dos Candidatos ao Conselho de Administração (Suplente)

Eduardo Antonio Gori Sattamini

Formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde também completou o Mestrado de Administração de Empresas, com especialização em Finanças. Obteve o Grau de Mestre em Gestão (Master in Management) pela University of London onde cursou o Sloan Fellowship Master Programme, da London Business School. Trabalhou na área naval tendo exercido várias funções gerenciais em empresas de navegação, estaleiros e apoio marítimo, entre elas a de Diretor Superintendente da Metalnave S.A. e Diretor Financeiro das Indústrias Verolme-Ishibras S.A. Iniciou na ENGIE em 2000, onde atuou na área de gestão, desenvolvimento de negócios e finanças. Ocupou os cargos de Diretor Financeiro da Energia Sustentável do Brasil, Diretor para LATAM da Tractebel Gás Engineering GmbH, Diretor de Óleo e Gás da Leme Engenharia Ltda., Gerente Sênior de Desenvolvimento de Negócios da GDF Suez Internacional, entre outros. Em 21 de dezembro de 2009, foi eleito Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da ENGIE Brasil Energia. É membro titular do Conselho de Administração da Itá Energética S.A. e da Usina Hidrelétrica de Jirau. Exerce o cargo de Diretor-Presidente da ENGIE Brasil Energia S.A desde julho de 2016 e desde abril de 2025 assumiu a posição de CEO do Grupo ENGIE no Brasil e de Diretor Geral de Renováveis na América Latina. No Grupo ENGIE, foi também *Managing Director Brazil for Renewables and FlexGen business units*.

Firmará declaração que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Sylvie Marie Vicente ep. Credot

Formada em Direito com aprovação ao equivalente exame da Ordem dos Advogados em Paris em 2003. De 2013 a 2018, Conselheira Geral e Diretora de Ética, Secretária Corporativa e Diretora de RH da Storengy, sociedade responsável pela atividade de Armazenamento Subterrâneo de Gás do Grupo ENGIE. De 2018 a julho de 2021, Conselheira Geral e Diretora de Ética da ENGIE GBS Legal. Foi Diretora Jurídica e de Ética da Unidade de Negócios Globais de Renováveis do Grupo ENGIE até o início de 2025, e recentemente assumiu a posição de Diretora Jurídica e de Ética, Suprimento e Gestão de Energia do Grupo ENGIE.

Firmará declaração que não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Márcio Daian Neves

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com 25 anos de experiência no setor de energia, possui sólida formação executiva, incluindo MBAs em Gestão Empresarial e em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas, Executive MBA pela Fundação Dom Cabral e especialização em Gestão de Pessoas. Construiu carreira na Companhia desde 2000, inicialmente na operação de usinas termelétricas e, posteriormente, liderando a estruturação das primeiras usinas a biomassa e parques eólicos do grupo no Brasil. A partir de 2012, assumiu posições estratégicas na implantação de projetos, conduzindo com sucesso empreendimentos eólicos, de biomassa e o primeiro projeto de transmissão da empresa. Em 2021, tornou-se Diretor de Implantação da Companhia, liderando simultaneamente a construção de novos ativos e a modernização de infraestrutura de geração e transmissão de energia. Em 2022, ampliou seu escopo como Vice-Presidente de Projetos da GBU Renováveis para toda a América Latina. Desde 2024 também se tornou membro do Conselho de Administração da ENGIE Peru. Atualmente, lidera globalmente a execução de projetos renováveis e geração térmica, bem como as áreas de compras, saúde & segurança, qualidade e sustentabilidade na ENGIE GBU Renewables & Flex. Sua trajetória é marcada pela atuação eficaz em ambientes complexos e globais, pela liderança de equipes multidisciplinares, pela condução de negociações de alta complexidade e pela gestão de *stakeholders* em cenários desafiadores, sempre com foco em performance, governança e geração de valor.

Firmará declaração que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Pierre Auguste Gratien Leblanc

Formado em Administração pela Bordeaux Business Management, França. Em 1991 foi Auditor na KPMG. A partir de 1995 exerceu alguns cargos na CARGILL e em 1999 tornou-se Diretor Financeiro. Em 2004 foi chefe da auditoria interna da GAZ DE FRANCE. Em 2008 desempenhou diversos cargos na GDF SUEZ e assumiu em 2012 o cargo de Vice-presidente de performance e tecnologia da informação. Em 2014 foi para a ENGIE B2C e foi Diretor Financeiro e Chefe de B2C. Em 2016 foi para a GBS e atuou como Chefe Global das finanças da GBS. Atualmente é Diretor Presidente e Financeiro da ENGIE Brasil Participações Ltda., membro suplente do Conselho de Administração e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia.

Firmará declaração que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Gustavo Henrique Labanca Novo

Formado em Engenharia Eletrônica pela Universidade Gama Filho, com MBA Executivo pela COPPEAD (UFRJ), Pós-Graduação em Avaliação de Empresas e Projetos pela FGV-RJ, e MBA em Engenharia Nuclear pela ABDAN / ABDIB / COPPE (UFRJ). Ingressou na ENGIE em 1998. De junho de 2019 até março de 2025 foi o CEO da TAG, tendo assumido o cargo de Managing Director Power Networks Brazil no Grupo ENGIE. Em julho de 2021 assumiu o cargo de Chefe de Operações Brasil para GBU Networks (Unidade Global de Negócios de Infraestrutura) na ENGIE. Foi Diretor de Desenvolvimento de Negócios da ENGIE Brasil, responsável pelo crescimento orgânico (greenfield projects) e inorgânico (M&A). Antes disso, ocupou os cargos de Gerente de Desenvolvimento de Negócios, Analista Financeiro, Gerente Financeiro Sênior, VP de Finanças e AIFA (Aquisição, Investimentos e Consultoria Financeira) e VP de Desenvolvimento de Negócios da ENGIE. Atualmente ocupa o cargo de membro suplente do Conselho de Administração e de Diretor de Transmissão de Energia da Companhia.

Firmará declaração que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Maria Cláudia Guimarães

Formada em Engenharia e possui MBA Executivo pelo COPPEAD/UFRJ, além de formação contínua em Filosofia pelo Institut Catholique de Paris e pela Université Aix-Marseille, com ênfase em ética, lógica e julgamento. Iniciou sua carreira no BankBoston nos anos 1980 como analista/associada de investment banking. Depois, como Managing Director no Bank of America Merrill Lynch e no ING Bank, liderou operações de mercado de capitais, project finance e M&A, incluindo privatizações do setor elétrico e reestruturações pós-crise de 2001–2002. A partir da década de 2010, passou a atuar mais intensamente na governança corporativa, integrando conselhos e presidindo comitês de auditoria, segurança, meio ambiente e saúde em empresas como Petrobras e Constellation Oil Services, participando de processos de reestruturação financeira e estabilização operacional.

Firmará declaração que não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Declara, ainda, que atende todos os critérios previsto no Regulamento do Novo Mercado, conforme definido no artigo 16, parágrafos 1º e 2º, para seu enquadramento como Conselheiro Independente.

Raquel da Fonseca Cantarino

Formada em Direito pela Universidade Estácio de Sá e em Administração de Empresas pela Universidade Bennett, com Pós-Graduação em Gestão Financeira pela FGV. De 1991 a 1997 foi Analista de O&M na Federal de Seguros S.A. Atualmente é Diretora Vice-Presidente do Banco Clássico S.A., acompanhando e controlando as operações financeiras de compra e venda de papéis, renda fixa, bolsa de valores e fundo de investimento, obedecendo à política operacional determinada pela Presidência.

Firmará declaração que não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Declara, ainda, que atende todos os critérios previsto no Regulamento do Novo Mercado, conforme definido no artigo 16, parágrafos 1º e 2º, para seu enquadramento como Conselheiro Independente.

Antonio Alberto Gouvêa Vieira

Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, cursou pós-graduação em Administração de Empresas pela mesma universidade. Sócio do Gouvêa Vieira Advocacia, participou nos Conselhos de Administração das empresas: Companhia Vidraria Santa Marina (Saint Gobain), de 1992 a 2003; Alcatel Telecomunicações S.A., de 1990 a 2002; Sociedade Francesa e Brasileira de Ensino - Lycée Moliere de 1995 a 2021; Eternit S.A., de 1996 a 2000; da Leroy Merlin Cia Brasileira de Bricolagem de 1996 a 2021; Telesp Celular Participações S.A., de 1998 a 2001; e Acesita S.A. (ArcelorMittal Inox Brasil), de 1999 a 2008, e do Conselho Fiscal da Companhia de Bebidas das Américas (Ambev), de 2000 a 2001, foi Presidente do Conselho Consultivo do Banco Calyon Brasil S.A., de 2000 a 2007. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Boa Esperança S.A., do Conselho Curador da Fundação Getúlio Vargas e do Conselho de Administração da Câmara de França-Brasil-RJ e Vice-Presidente desta.

Firmará declaração que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Declara, ainda, que atende todos os critérios previsto no Regulamento do Novo Mercado, conforme definido no artigo 16, parágrafos 1º e 2º, para seu enquadramento como Conselheiro Independente.

Marcos Roberto Castanheira

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), com 29 anos de experiência no setor elétrico, na área de construção, manutenção e operação de usina hidrelétrica. Iniciou sua carreira na Ansaldo Coemsa em 1997, atuando inicialmente como Engenheiro de campo, responsável pela montagem e comissionamento de gerador e turbina da UHE Salto Caxias no Estado do Paraná. Posteriormente, como Engenheiro III na reforma do gerador 03 da UHE de Rosana no Estado de São Paulo. Posteriormente realizou atividades na UHE Questa Del Vento na Argentina e na UHE Mussion na República Dominicana. A partir de 2001 ingressou na ENGIE, na UHE Cana Brava, realizando atividade de acompanhamento da montagem eletromecânica da turbina, geradores e equipamentos auxiliares. Posteriormente foi promovido como Gerente da UHE Cana Brava, onde foi o responsável pela operação de manutenção da usina. Em 2011 assumiu a posição de Gerente Regional das usinas hidrelétricas do rio Tocantins (UHE Cana Brava, UHE São Salvador e UHE Estreito), conduzindo toda área de Operação, Manutenção, Administrativo, Segurança e Meio Ambiente, função que exerce desde então.

Firmará declaração que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Conselho Fiscal (candidatos indicados)

Nome	Data de nascimento	Órgão Administração	Data da eleição	Membro independente
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Indicado pelo controlador
Outros cargos ou funções exercidas			Prazo do mandato	Data de início do primeiro mandato
Carla Carvalho de Carvalho	18.12.1965	Conselho Fiscal	24.04.2026	Não
863.499.377-91	Advogada	C.F. (Efetivo) - Indicado p/ Controlador	24.04.2026	Sim
-			AGO 2027	25.04.2025
Marcelo Cardoso Malta	15.08.1968	Conselho Fiscal	24.04.2026	Não
001.323.137-58	Contador	C.F. (Efetivo) - Indicado p/ Controlador	24.04.2026	Sim
-			AGO 2027	25.04.2025
Anderson Paiva Martins	31.03.1979	Conselho Fiscal	24.04.2026	Sim
077.424.247-70	Contador	C.F. (Efetivo) – Indicado p/ Minor. Ordinaristas	24.04.2026	Não
-			AGO 2027	26.04.2019
Paulo de Resende Salgado	02.07.1945	Conselho Fiscal	24.04.2026	Sim
161.008.917-00	Economista	C.F. (Suplente da Carla Carvalho de Carvalho) – Indicado p/ Controlador	24.04.2026	Sim
-			AGO 2027	11.04.2018
Manoel Eduardo Bouzan de Almeida	03.04.1952	Conselho Fiscal	24.04.2026	Não
269.006.377-87	Contador	C.F. (Suplente do Marcelo Cardoso Malta) – Indicado p/ Controlador	24.04.2026	Sim
-			AGO 2027	24.04.2006
Alexandre Holanda Barbosa	28.02.1992	Conselho Fiscal	24.04.2026	Sim
147.512.207-13	Sistemas da Informação	C.F. (Suplente do Anderson Paiva Martins) – Indicado p/ Minor. Ordinaristas	24.04.2026	Não
-			AGO 2027	24.04.2026

Experiência Profissional dos Candidatos ao Conselho Fiscal (Efetivo)

Carla Carvalho de Carvalho

Formada em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), pós-graduada em Direito Tributário pela Universidade Estácio de Sá, MBA Executivo pela COPPEAD-UFRJ e pós-graduada em Direito Civil pela Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), RJ. Foi advogada no Banco Nacional S.A., assessorando as Áreas de Mercado Financeiro, Mercado de Capitais e Corporate Finance do Banco Nacional S.A.; Coordenadora Jurídica Tributária, assessorando a Controladoria do Banco Boa Vista; Assessora jurídica da Serra da Mesa Energia S.A., e Superintendente Jurídica da GDF Suez Energy Brasil Ltda, além de membro do Comitê de Meio Ambiente da Câmara França Brasil, tendo atuado ainda no Conselho Fiscal da ENGIE Brasil Energia e do Comitê de Auditoria Estatutária da ENGIE Brasil Energia. Foi membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia e atualmente é Presidente do Conselho Fiscal da Companhia.

Firmará declaração que não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Marcelo Cardoso Malta

Bacharel em Ciências Contábeis, formado em 1992 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira profissional em 1989 como auditor na Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, onde permaneceu até julho de 2005. Durante esse período, ocupou diversos cargos de liderança, alcançando a posição de Diretor de Auditoria em 2000. Em agosto de 2005, ingressou na ENGIE Brasil Energia S.A. como Gerente de Contabilidade, função que exerceu até 2019. Entre 2015 e 2016, atuou também como Gerente de Planejamento Financeiro e Controle da empresa. Entre 2008 e 2019, foi Presidente do Conselho Deliberativo da PREVIG. Também exerceu a função de Diretor Financeiro da Itá Energética S.A. entre 2015 e 2023 e foi membro do Conselho de Administração da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. entre 2020 e 2023. Em 2019, foi nomeado Diretor Financeiro da ENGIE, cargo que ocupou até maio de 2023. Em seguida, assumiu a posição de Diretor-Presidente da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, entidade de previdência das empresas do Grupo ENGIE no Brasil, cargo que ocupa até o momento.

Firmará declaração que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Anderson Paiva Martins

Bacharel em Ciências Contábeis, formado em 2016 na Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio, e Bacharel em Administração de Empresas, formado em 2013 no Centro Universitário da Cidade. Trabalhou na empresa Mega Models de 1999 a 2008, onde exerceu o cargo de Coordenador de Planejamento Financeiro. De 2008 a 2015 trabalhou na empresa Agency Models, onde exerceu o cargo de Assistente Financeiro. De 2015 até a presente data é Contador do Banco Clássico S.A e Conselheiro Fiscal Suplente na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro (CEG).

Firmará declaração que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Experiência Profissional dos Candidatos ao Conselho Fiscal (Suplente)

Paulo de Resende Salgado

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro, possui pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em Executivo Financeiro, MBA Programa de Desenvolvimento Gerencial e Capital Market FGV-AID-EUA. Foi Vice-Presidente do Citibank, Superintendente de Investimento no Banco Econômico de Investimentos S.A., Diretor de Underwriting e Privatização no Banco Nacional S.A., onde participou do projeto de privatização da Light e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Atuou, também, como Diretor da Nacional Energética S.A. e da IVEN S.A, e como Diretor Financeiro da Nacional Energética S.A.; como Consultor Econômico da Agenda Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.; e como membro do Conselho Fiscal da Companhia. Atualmente é coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia.

Firmará declaração que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Manoel Eduardo Bouzan de Almeida

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdades Integradas Simonsen, no Rio de Janeiro. Trabalhou no ramo da indústria de 1969 a junho de 1995 exercendo diversas funções administrativas, chegando ao cargo de gerente administrativo e contábil. No segundo semestre de 1995 foi convidado para exercer as funções de contador no projeto energético de Serra da Mesa, da empresa Serra da Mesa S.A., permanecendo até junho de 1998, onde se transferiu para o Grupo ENGIE, para trabalhar na *holding* como contador, onde permaneceu até a sua aposentadoria, no final de junho de 2011.

Firmará declaração que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Alexandre Holanda Barbosa

Bacharel em Sistemas da Informação pela Universidade Estácio de Sá. Atuou de 2013 a 2018 na Agro Imobiliária Primavera S.A, como assistente administrativo. Desde 2019 atua como Assistente Administrativo no Banco Clássico S.A e desde 2024 é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro (CEG).

Firmará declaração que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) a condenação criminal; (ii) a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP; (iii) a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Nome (Órgão Administração)	
Tipo comitê	Data da eleição
Tipo auditoria	Data de posse
Cargo ocupado	Prazo do mandato
Descrição de outros comitês	Foi eleito pelo controlador
Descrição de outro cargo/função	Data de início do primeiro mandato
Eduardo Antonio Gori Sattamini	
Outros Comitês	12.09.2016
N/A	12.09.2016
Coordenador do Comitê Estratégico	Indeterminado
Comitê Estratégico	Não
Diretor Presidente e responsável pela área de Auditoria Interna	12.09.2016
Gustavo Henrique Labanca Novo	
Outros Comitês	05.05.2016
N/A	05.05.2016
Membro do Comitê (Efetivo)	Indeterminado
Comitê Estratégico	Não
N/A	05.05.2016
Manoel Eduardo Lima Lopes	
Comitê de Auditoria	07.05.2024
Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	07.05.2024
Membro do Comitê (Efetivo)	06.05.2026
N/A	Sim
N/A	05.05.2022
Maurício Stolle Bähr	
Outros Comitês	25.06.1999
N/A	25.06.1999
Membro do Comitê (Efetivo)	Indeterminado
Comitê Estratégico	Não
N/A	25.06.1999
Paulo de Resende Salgado	
Comitê de Auditoria	07.05.2024
Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	07.05.2024
Outros	06.05.2026
N/A	Sim
Coordenador do Comitê de Auditoria	14.05.2020
Paulo Jorge Tavares Almirante	
Outros Comitês	24.07.2016
N/A	24.07.2016
Membro do Comitê (Efetivo)	Indeterminado
Comitê Estratégico	Não
N/A	24.07.2016

Nome (Órgão Administração)	
Tipo comitê	Data da eleição
Tipo auditoria	Data de posse
Cargo ocupado	Prazo do mandato
Descrição de outros comitês	Foi eleito pelo controlador
Descrição de outro cargo/função	Data de início do primeiro mandato
Pierre Auguste Gratien Leblanc	
Outros Comitês	26.06.2025
N/A	26.06.2025
Membro do Comitê (Efetivo)	Indeterminado
Comitê de Sustentabilidade	Não
N/A	26.06.2025
Pierre Jean Bernard Guiollot	
Outros Comitês	05.05.2016
N/A	05.05.2016
Membro do Comitê (Efetivo)	Indeterminado
Comitê Estratégico	Não
N/A	05.05.2016
Sophie Brigitte Sylviane Angrand Quarré de Verneuil	
Outros Comitês	08.08.2023
N/A	08.08.2023
Membro do Comitê (Efetivo)	Indeterminado
Comitê Estratégico	Não
N/A	08.08.2023

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores do emissor, (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas, e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Não há qualquer relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre qualquer dos administradores, indicados pelo Acionista Controlador; entre administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; entre administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia; e entre administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Exercício Social 31/12/2024 e Exercício Social 31/12/2023			
Administrador do Emissor			
EDUARDO ANTONIO GORI SATTAMINI	821.111.117-91	-	
Diretor Presidente	-	Brasileiro(a)	
Pessoa Relacionada			
TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. (TAG)	06.248.349/0001-23	Controle	Controlada direta
Membro do Conselho de Administração	-	Brasileiro(a)	
Observação			
A Companhia é controladora em conjunto da TAG, na qual detém 17,50% de participação em seu capital social.			
Pessoa Relacionada			
ITÁ ENERGÉTICA S.A. (ITASA)	01.355.994/0001-21	Controle	Controlada direta
Membro do Conselho de Administração	-	Brasileiro(a)	
Observação			
A Companhia é controladora em conjunto da Itasa, na qual detém 48,75% de participação em seu capital social.			
Exercício Social 31/12/2025, Exercício Social 31/12/2024 e Exercício Social 31/12/2023			
Administrador do Emissor			
GUSTAVO HENRIQUE LABANCA NOVO	000.674.107-07	-	
Diretor de Transmissão de Energia (desde 01.07.2025) e Membro Suplente do Conselho de Administração	-	Brasileiro(a)	
Pessoa Relacionada			
TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. (TAG)	06.248.349/0001-23	Controle	Controlada direta
Diretor Presidente (até 02.04.2025) Membro do Conselho de Administração (desde 03.04.2025)	-	Brasileiro(a)	
Observação			
A Companhia é controladora em conjunto da TAG, na qual detém 17,50% de participação em capital social.			
Exercício Social 31/12/2025 e Exercício Social 31/12/2024			
Administrador do Emissor			
MÁRCIO DAIAN NEVES	021.952.369-06	-	
Membro Suplente do Conselho de Administração	-	Brasileiro(a)	
Pessoa Relacionada			
ENGIE S.A.	-	Controle	Controlador indireto
Chief Industrial Projects and Procurement Officer (desde 01.10.2024)	-	Estrangeiro(a) - França	
Observação			
N/A			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Exercício Social 31/12/2025, Exercício Social 31/12/2024 e Exercício Social 31/12/2023			
Administrador do Emissor			
MAURÍCIO STOLLE BÄHR	748.528.847-49	-	
Presidente do Conselho de Administração	-	Brasileiro(a)	
Pessoa Relacionada			
TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. (TAG)	06.248.349/0001-23	Controle	Controlada direta
Presidente do Conselho de Administração	-	Brasileiro(a)	
Observação			
A Companhia é controladora em conjunto da TAG, na qual detém 17,50% de participação em capital social.			
Pessoa Relacionada			
ENGIE BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.	01.370.013/0001-15	Controle	Controlada direta
Diretor Presidente (até 01.04.2025)	-	Brasileiro(a)	
Observação			
N/A			
Exercício Social 31/12/2025, Exercício Social 31/12/2024 e Exercício Social 31/12/2023			
Administrador do Emissor			
PAULO JORGE TAVARES ALMIRANTE	-	-	
Vice-Presidente do Conselho de Administração	CC963390	Estrangeiro(a) - Portugal	
Pessoa Relacionada			
ENGIE S.A.	-	Controle	Controlador indireto
Vice-Presidente Executivo de Renováveis	-	Estrangeiro(a) - França	
Observação			
N/A			
Exercício Social 31/12/2025 e Exercício Social 31/12/2024			
Administrador do Emissor			
PIERRE AUGUSTE GRATIEN LEBLANC	020.852.737-00	-	
Membro Suplente do Conselho de Administração e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (desde 01.07.2025)	-	Estrangeiro(a) - França	
Pessoa Relacionada			
ENGIE BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.	01.370.013/0001-15	Controle	Controlada direta
Diretor Presidente e Financeiro (desde 01.04.2025) Diretor Financeiro (até 31.03.2025)	-	Brasileiro(a)	
Observação			
N/A			
Exercício Social 31/12/2025, Exercício Social 31/12/2024 e Exercício Social 31/12/2023			
Administrador do Emissor			
PIERRE JEAN BERNARD GUIOLLOT	-	-	
Membro titular do Conselho de Administração	12CE76848	Estrangeiro(a) - França	
Pessoa Relacionada			
ENGIE S.A.	-	Controle	Controlador indireto
Diretor Financeiro Unidade de Negócios de Renováveis	-	Estrangeiro(a) - França	
Observação			
N/A			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Exercício Social 31/12/2025 e Exercício Social 31/12/2024			
Administrador do Emissor			
SOPHIE BRIGITTE SYLVIANE ANGRAND QUARRÉ DE VERNEUIL	719.253.721-70	-	
Membro titular do Conselho de Administração e Diretora de Recursos Humanos	-	Estrangeiro(a) - França	
Pessoa Relacionada			
ENGIE BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.	01.370.013/0001-15	Controle	Controlada direta
Diretora de Pessoas & Cultura da Sociedade	-	Brasileiro(a)	
Observação			
N/A			
Exercício Social 31/12/2025, Exercício Social 31/12/2024 e Exercício Social 31/12/2023			
Administrador do Emissor			
SYLVIE MARIE VICENTE EP. CREDOT	-	-	
Membro suplente do Conselho de Administração	21CK23382	Estrangeiro(a) - França	
Pessoa Relacionada			
ENGIE S.A.	-	Controle	Controlador indireto
Diretora Jurídica e de Ética da Unidade de Negócios Globais de Renováveis do Grupo ENGIE (desde 01.03.2025) Diretora Jurídica e de Ética, Suprimento e Gestão de Energia do Grupo ENGIE (até 28.02.2025)	-	Estrangeiro(a) - França	
Observação			
N/A			

ANEXO IV – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Informações relativas à proposta de remuneração dos Administradores baseadas no item 8 do Formulário de Referência

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia segue as diretrizes do Grupo ENGIE e as referências de remuneração obtidas por meio de pesquisas salariais realizadas por consultorias especializadas. A prática de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e dos Comitês visa atrair e reter profissionais e executivos alinhados às diretrizes de negócios, valores e cultura da Companhia. A prática considera a análise do mercado, os conhecimentos exigidos para o exercício da função, a complexidade das atividades e os resultados esperados que são baseados nos objetivos empresariais.

Adicionalmente, os membros dos Comitês que integram o quadro de pessoal da Companhia não fazem jus a remuneração adicional pelo exercício de tais funções, ressalvadas as hipóteses previstas na Política de Remuneração, em especial no caso dos membros do Comitê Independente de Transações com Partes Relacionadas que já ocupem cargos na Companhia, os quais poderão receber remuneração adicional, conforme descrito no item 8.1 (c) a seguir.

A Política de Remuneração de Conselheiros, Diretores e Membros de Comitês ("Política de Remuneração"), aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2024, está disponível na página de Relações com Investidores da Companhia (www.engie.com.br/investidores/ > Investidores > Estatuto Social, Códigos e Políticas), bem como nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (sistemas.cvm.gov.br/).

b. Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da diretoria:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;

Os montantes da remuneração são propostos pela controladora direta da Companhia, ENGIE Brasil Participações Ltda., conforme critérios estabelecidos em nível global pelo Grupo ENGIE e posteriormente aprovados na Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404/1976. Tal montante não é alterado durante o exercício, pois é definido para cada ano conforme limites aprovados.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;

A remuneração fixa utiliza como referência a mediana do mercado brasileiro, conforme pesquisas salariais de mercado realizadas anualmente junto a consultorias especializadas, com o objetivo de permitir comparações entre o valor pago aos executivos por empresas de porte e faturamento semelhantes, bem como com a observância da consistência interna no Grupo ENGIE.

A remuneração variável objetiva fornecer níveis de remuneração competitivos em relação aos praticados pelo mercado, retribuir os esforços na construção dos resultados e valores gerados pela Companhia, por meio de

uma bonificação atrelada ao seu desempenho e motivar o cumprimento dos objetivos empresariais e estratégicos, refletindo a cultura e os valores da Companhia e do Grupo ENGIE.

(iii) com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

Eventualmente a Companhia reavalia a aderência da Política de Remuneração com as necessidades identificadas e qualquer alteração ou atualização deve ser obrigatoriamente aprovada pelo Conselho de Administração, e tempestivamente comunicada à CVM e à B3.

c. Composição da remuneração

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles

- ***Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor.***

Dependendo da função exercida pelo executivo, este pode receber remuneração fixa mensal, remuneração variável anual e/ou incentivo de longo prazo, além de cesta de benefícios sociais, conforme descrito a seguir:

a) A remuneração fixa se refere ao pagamento mensal de um montante fixo ao executivo e representa uma compensação financeira pelos seus esforços. É definida de acordo com a natureza e responsabilidades de cada cargo, com base em pesquisas de mercado realizadas periodicamente por consultorias especializadas.

b) A remuneração variável poderá ser paga anualmente conforme resultados financeiros, operacionais, de saúde e segurança da Companhia, cumprimento de objetivos negociados previamente e aspectos gerenciais e comportamentais do executivo. Dessa forma, representa uma bonificação atrelada diretamente ao desempenho no exercício anterior.

Os indicadores financeiros utilizados são definidos anualmente e podem envolver evolução do EBITDA da Companhia, geração de caixa livre, resultado líquido da Companhia, entre outros.

Os indicadores não financeiros utilizados podem englobar o cumprimento de objetivos corporativos, resultados operacionais e de saúde e segurança. Complementando os indicadores não financeiros, pelos quais os executivos são avaliados anualmente, estão também as questões comportamentais e gerenciais.

c) O incentivo de longo prazo ("ILP") é baseado em um plano de *Phantom Shares* que envolve um bônus diferido específico com contrato de duração de três anos, pago em valores monetários, no quarto ano, após a data de concessão atrelado ao atingimento de indicadores financeiros e um programa de *Performance Shares* vinculado aos resultados futuros do Grupo ENGIE.

d) Os benefícios sociais são concedidos aos executivos como forma de garantir condições sociais e de saúde necessárias à posição que ocupam na Companhia e englobam assistência à recuperação da saúde, check-up médico anual, auxílio à alimentação, seguro de vida e previdência complementar.

Cada órgão possui uma composição de remuneração em vigor, conforme segue:

Conselho de Administração

- Todos os membros percebem Remuneração Fixa, com diferenciação entre membros titulares e suplentes, paga em 13 parcelas iguais durante o exercício.

- Os membros do Conselho de Administração não fazem jus aos benefícios sociais, exceto o Presidente e os membros eleitos pelos colaboradores da Companhia.

- Os membros titulares ou suplentes do Conselheiro de Administração eleitos pelos colaboradores, se empregados da Companhia, manterão seu contrato de trabalho ativo, com o recebimento normal das remunerações fixa e variável e, em adição, passarão a receber também os honorários de conselheiro titular ou suplente, conforme aplicável.

- A parcela variável do Presidente do Conselho é calculada de acordo com critérios estipulados pela ENGIE Brasil Participações Ltda., com base nos resultados alcançados pela Companhia, apresentados no item 8.2 deste Formulário de Referência.

Os honorários individuais praticados aos membros do Conselho de Administração não superam a remuneração individual dos membros da Diretoria Estatutária.

Diretoria Estatutária

- Os membros recebem remuneração fixa, paga em 13,33 parcelas durante o exercício e remuneração variável.

- O valor da remuneração variável é mensurado de acordo com o cargo do executivo, cumprimento de objetivos coletivos e individuais, resultados da Companhia e, em menor percentual, com o resultado do Grupo Econômico, que pode oscilar entre 34% e 90% da remuneração anual fixa do executivo.

- Benefício pós-emprego: A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, no modelo de Contribuição Definida, administrado pela PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, no qual o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados, limitada a um teto conforme regulamento do plano.

- Remuneração baseada em ações: A controladora direta da Companhia, ENGIE Brasil Participações Ltda., oferece à Diretoria Estatutária um Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) atrelado ao desempenho de *Phantom Shares* e indicadores corporativos, ao final de 3 anos e, também, às *Performance Shares*, conforme descrito no item 8.19 deste *Anexo IV – Remuneração dos Administradores*.

Diretoria Não Estatutária

A partir de 01.07.2025 a Companhia reformulou a sua estrutura organizacional alinhando-se ao modelo operacional global do Grupo ENGIE, com foco na aceleração da atuação em renováveis e transmissão com excelência operacional, e ao plano estratégico global do Grupo ENGIE. Para sustentar esta reestruturação, foram consolidadas quatro Diretorias Funcionais (não estatutárias), composta pelo quadro de empregados próprios da Companhia, quais sejam: Diretoria de Novos Negócios, Diretoria de Implantação, e Diretoria de Operação, que respondem diretamente para a Vice-presidência de Energias Renováveis e Armazenamento, e a Diretoria Jurídica para Implantação e Operação, respondendo diretamente para a Vice-presidência Jurídica e de Ética. A remuneração dos Diretores Funcionais é administrada conforme o nível interno dos cargos e não compõe os números e valores da Diretoria Estatutária apresentados nos próximos itens deste documento.

Conselho Fiscal

Todos os membros percebem remuneração fixa, com diferenciação entre membros titulares e suplentes, paga em 13 parcelas iguais durante o exercício em forma de pró-labore, cujo montante é aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas. O pró-labore dos membros titulares não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da média da remuneração mensal dos diretores estatutários, sem considerar benefícios e remuneração variável. Os membros do Conselho Fiscal não percebem remuneração variável e não fazem jus à cesta de benefícios.

Comitê de Auditoria Estatutário

A remuneração do Comitê de Auditoria Estatutário é definida pelo controlador direto, sendo que todos os membros recebem remuneração fixa, paga em 13 parcelas iguais durante o exercício.

Membros do Comitê de Auditoria Estatutário que exercem outras atribuições junto ao Conselho de Administração da Companhia, perceberão cumulativamente os honorários como membro do Conselho de Administração e como membro do Comitê de Auditoria Estatutário.

Comitê Especial Independente para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas

A remuneração do Comitê é definida pelo Conselho de Administração por projeto, não superior a 1 (uma) remuneração adicional por mês aos integrantes que já ocuparem cargo na Companhia. Na convocação, o Conselho de Administração deve definir o prazo de funcionamento do Comitê e pagamento da remuneração.

Nos últimos 3 exercícios e no exercício social corrente não ocorreram pagamentos a título de remuneração para os participantes deste Comitê.

Comitê Estratégico

Os membros do Comitê Estratégico não percebem remuneração adicional para participação no Comitê, exceto nos casos em que houver membros representantes do Conselho de Administração nesses órgãos, cuja remuneração (ou não) será definida pelo próprio Conselho e que atualmente corresponde à mesma remuneração definida para os membros suplentes do Conselho de Administração.

Comitê de Ética e Comitê de Sustentabilidade

Os demais Comitês da Companhia são compostos por membros que já recebem a remuneração de acordo com suas respectivas funções e cargos na Companhia. Não existe remuneração adicional pela participação nesses órgãos.

- ***Proporção de cada elemento na remuneração total em relação aos 3 últimos exercícios***

A participação da remuneração fixa, da remuneração variável e dos benefícios reconhecidos, em relação à remuneração total, está representada pelos percentuais a seguir:

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2025					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	100,00%	48,20%	100,00%	100,00%	62,70%
Benefícios direto e indireto	0,00%	7,88%	0,00%	0,00%	5,68%
Participações em comitês	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações fixas					
Remuneração variável					
Bônus	0,00%	20,59%	0,00%	0,00%	14,83%
Participação de resultados	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	2,40%
Participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações variáveis					
Benefício pós-emprego	0,00%	4,79%	0,00%	0,00%	3,45%
Benefícios motivados pela cessação do cargo	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%
Baseada em ações	0,00%	15,20%(2)	0,00%	0,00%	10,95%
Total da remuneração(1)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Conforme Ofício Circular Anual CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo "benefício de qualquer natureza", não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.
(2) Em 2025 houve o pagamento de dois exercícios relacionados a Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP), baseado em ações, devido a alteração de prazo dos programas. Um dos pagamentos se refere ao programa de 2021, cujo prazo previsto era de 4 anos, o segundo está relacionado ao programa de 2022 (programa vigente), cujo prazo previsto foi reduzido para 3 anos.

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2024					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	93,92%	52,37%	100,00%	100,00%	62,48%
Benefícios direto e indireto	0,15%	7,45%	0,00%	0,00%	5,67%
Participações em comitês	3,43%	0,00%	0,00%	0,00%	0,85%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações fixas					
Remuneração variável					
Bônus	0,48%	14,47%	0,00%	0,00%	11,06%
Participação de resultados	0,79%	10,95%	0,00%	0,00%	8,47%
Participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações variáveis					
Benefício pós-emprego	1,23%	4,97%	0,00%	0,00%	4,06%
Benefícios motivados pela cessação do cargo	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%
Baseada em ações	0,00%	9,80%	0,00%	0,00%	7,41%
Total da remuneração[1]	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Conforme Ofício Circular Anual CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo "benefício de qualquer natureza", não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2023					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	91,65%	57,86%	100,00%	100,00%	68,76%
Benefícios direto e indireto	0,57%	7,20%	0,00%	0,00%	5,13%
Participações em comitês	4,79%	0,00%	0,00%	0,00%	1,16%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável					
Bônus	0,68%	8,23%	0,00%	0,00%	5,87%
Participação de resultados	1,57%	16,57%	0,00%	0,00%	11,87%
Participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	0,74%	5,03%	0,00%	0,00%	3,67%
Benefícios motivados pela cessação do cargo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em ações	0,00%	5,10%%	0,00%	0,00%	3,54%
Total da remuneração[1]	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Conforme Ofício Circular Anual CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo "benefício de qualquer natureza", não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.

- ***Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração***

A remuneração é definida de acordo com a natureza e responsabilidades de cada cargo, com base em pesquisas de mercado realizadas periodicamente por consultorias especializadas.

- ***Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG***

No posicionamento da remuneração dos Administradores em relação ao mercado são utilizados indicadores quantitativos e qualitativos, grau de contribuição aos resultados, desempenho geral e experiência.

A remuneração variável da Diretoria da Companhia está diretamente relacionada a metodologia de cálculo aplicada pelo Grupo ENGIE, que considera os resultados de desempenho coletivos e individuais, sendo estes:

- Indicadores financeiros: atrelados a objetivos financeiros como evolução do EBIT, Fluxo de caixa livre e outros indicadores financeiros;

- Indicadores individuais: atrelados a metas individuais de gestão; e

- Indicadores ASG: atrelados a objetivos não financeiros, com duas temáticas com igual peso, saúde e segurança do trabalho (SST) e diversidade de gênero no quadro funcional

Além disso, cinco indicadores são utilizados para apurar os resultados de desempenho propostos no âmbito da remuneração variável de longo prazo (ILP): TSR (retorno total para o acionista); ROACE (retorno sobre o capital médio empregado) do Grupo ENGIE; Metas de emissão de gases de efeito estufa (GEE); Mulheres em papéis de liderança; e Capacidade em renováveis.

A metodologia da remuneração variável contempla também penalidades de até 20% nos casos de: queda significativa nos resultados de Saúde e Segurança do Trabalho, descumprimento dos valores relacionados à ética e à conformidade, e comportamento gerencial inadequado.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A Política de Remuneração dos Administradores, aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2024, tem como finalidade estabelecer as diretrizes de compensação dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Estatutária e Comitês da Companhia. Baseada nas práticas de mercado e visa atrair e reter profissionais e executivos compatíveis com as necessidades da Companhia.

(iii) existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não aplicável, tendo em vista que não há membros não remunerados no Conselho de Administração, na Diretoria Estatutária, no Conselho Fiscal, e nos Comitês de Assessoramento, pela Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração paga por subsidiárias, controladas ou controladores em razão do cargo exercido na Administração da Companhia, exceto pelo pagamento da remuneração do Presidente do Conselho de Administração em função do cargo que ocupa na controladora direta e paga por esta, conforme descritas nos itens 8.1.(c) acima e 8.20 deste *Anexo IV – Remuneração dos Administradores*.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável à Companhia, tendo em vista que não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente, a ser encerrado em 31.12.2026 – Valores Anuais em R$					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Nº total de membros	18,00	9,00	6,00	3,00	36,00
Nº de membros remunerados	12,00	9,00	6,00	3,00	26,00
Esclarecimentos	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado conforme o Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP, com base na previsão da Companhia para o exercício corrente de 2026, conforme requerido.				
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	9.706.201,41	18.516.279,02	1.022.186,14	977.981,58	30.222.648,16
Benefícios direto ou indireto	0,00	1.711.817,66	0,00	0,00	1.711.817,66
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável					
Bônus	0,00	3.825.449,85	0,00	0,00	3.825.449,85
Participação de resultados	0,00	3.554.638,71	0,00	0,00	3.554.638,71
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefício pós-emprego	0,00	1.862.255,40	0,00	0,00	1.862.255,40
Benefícios motivados pela cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.607.985,32	0,00	0,00	2.607.985,32
Observações	Nos termos do referido Ofício, encargos sociais a cargo do empregador não integram os valores de remuneração global ou individual apresentados nas tabelas deste item. Para mais informações sobre encargos, vide item 8.20. Adicionalmente, em linha com os itens 8.1(c)(i), 8.1(d) e 8.20, a partir de 2025 a prática de reembolso à controladora para a posição do Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente na ENGIE Brasil Participações Ltda., ocupada até 31.03.2025 pela mesma pessoa, deixou de ser executada e não compõem os valores apresentados neste item 8.2.				-
Total	**9.706.201,41**	**32.078.425,96**	**1.022.186,14**	**977.981,58**	**43.784.825,09**

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2025 – Valores anuais em R$					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Nº total de membros	18,00	9,00	6,00	3,00	36,00
Nº de membros remunerados	12,00	5,00	6,00	3,00	26,00
Esclarecimentos					
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	6.248.657,19	9.948.559,99	915.922,26	861.741,24	17.974.880,68
Benefícios direto ou indireto	0,00	1.627.256,08	0,00	0,00	1.627.256,08
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável					
Bônus	0,00	4.250.535,85	0,00	0,00	4.250.535,85
Participação de resultados	0,00	686.983,91	0,00	0,00	686.983,91
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefício pós-emprego	0,00	989.458,77	0,00	0,00	989.458,77
Benefícios motivados pela cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.137.916,00	0,00	0,00	3.137.916,00
Observações	Nos termos do referido Ofício, encargos sociais a cargo do empregador não integram os valores de remuneração global ou individual apresentados nas tabelas deste item. Adicionalmente, em linha com os itens 8.1(c)(i), 8.1(d) e 8.20, a partir de 2025 a prática de reembolso à controladora para a posição do Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente na ENGIE Brasil Participações Ltda., ocupada até 31.03.2025 pela mesma pessoa, deixou de ser executada e não compõem os valores apresentados neste item 8.2. Em 2025 houve o pagamento de dois exercícios relacionados a Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP), baseado em ações, devido a alteração de prazo dos programas. Um dos pagamentos se refere ao programa de 2021, cujo prazo previsto era de 4 anos, e o segundo está relacionado ao programa de 2022 (programa vigente), cujo prazo previsto foi reduzido para 3 anos.				-
Total	**6.248.657,19**	**20.640.711,60**	**915.922,26**	**861.741,24**	**28.667.031,29**

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2024 – Valores anuais em R$					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Nº total de membros	18,00	8,00	6,00	3,00	35,00
Nº de membros remunerados	12,33	8,00	6,00	3,00	29,33
Esclarecimentos					
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	6.148.403,67	10.483.266,32	572.299,15	(-) 664.779,49	16.539.189,65
Benefícios direto ou indireto	9.955,30	1.490.607,94	0,00	0,00	1.500.563,24
Participações em comitês	224.539,08	0,00	0,00	0,00	224.539,08
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável					
Bônus	31.263,44	2.896.739,37	0,00	0,00	2.928.002,81
Participação de resultados	51.642,14	2.191.397,30	0,00	0,00	2.243.039,44
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefício pós-emprego	80.318,91	994.673,30	0,00	0,00	1.074.992,21
Benefícios motivados pela cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.960.998,06	0,00	0,00	1.960.998,06
Observações	Nos termos do referido Ofício, encargos sociais a cargo do empregador não integram os valores de remuneração global ou individual apresentados nas tabelas deste item. Adicionalmente, em linha com os itens 8.1(c)(i), 8.1(d) e 8.20, a remuneração do Presidente do Conselho de Administração é paga pela Controladora, ENGIE Brasil Participações Ltda., com a qual mantém vínculo empregatício, sendo 40% do valor, incluídos encargos, reembolsados pela Companhia, proporcionalmente à sua dedicação, e incluídos nos montantes anuais informados neste item 8.2. A remuneração ao Comitê de Auditoria Estatutário apresentou valor negativo decorrente de provisão de honorários que foi revertida no exercício social de 2024.				-
Total	**6.546.122,54**	**20.017.682,29**	**572.299,15**	**(-) 664.779,49**	**26.471.324,49**

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2023 – Valores anuais em R$					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Nº total de membros	18,00	8,00	6,00	3,00	35,00
Nº de membros remunerados	13,00	8,00	6,00	3,00	30,00
Esclarecimentos					
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	5.649.972,23	10.185.679,75	856.241,96	771.323,55	17.463.217,49
Benefícios direto ou indireto	35.110,98	1.266.815,68	0,00	0,00	1.301.926,66
Participações em comitês	295.222,44	0,00	0,00	0,00	295.222,44
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável					
Bônus	41.677,04	1.449.384,35	0,00	0,00	1.491.061,39
Participação de resultados	96.923,34	2.917.458,18	0,00	0,00	3.014.381,52
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefício pós-emprego	45.693,97	886.136,13	0,00	0,00	931.830,10
Benefícios motivados pela cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	898.440,73	0,00	0,00	898.440,73
Observações	Nos termos do referido Ofício, encargos sociais a cargo do empregador não integram os valores de remuneração global ou individual apresentados nas tabelas deste item. Adicionalmente, em linha com os itens 8.1(c)(i), 8.1(d) e 8.20, a remuneração do Presidente do Conselho de Administração é paga pela Controladora, ENGIE Brasil Participações Ltda., com a qual mantém vínculo empregatício, sendo 40% do valor, incluídos encargos, reembolsados pela Companhia, proporcionalmente à sua dedicação, e incluídos nos montantes anuais informados neste item 8.2.				-
Total	**6.164.600,00**	**17.603.914,82**	**856.241,96**	**771.323,55**	**25.396.080,33**

8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Previsto para exercício social corrente (2026) (Valores em R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Número total de membros	18,00	9,00	6,00	3,00	36,00
Número de membros remunerados	0,00	9,00	0,00	0,00	9,00
Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	N/A	-
Em Relação ao Bônus					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.825.449,85	0,00	0,00	3.825.449,85
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	2.185.971,34	0,00	0,00	2.185.971,34
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Relação à Participação no resultado					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.241.990,60	0,00	0,00	3.241.990,60
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	2.593.592,48	0,00	0,00	2.593.592,48
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social em 31.12.2025 (Valores em R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Número total de membros	18,00	9,00	6,00	3,00	36,00
Número de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	0,00	8,00
Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	N/A	-
Em Relação ao Bônus					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.633.941,15	0,00	0,00	3.633.941,15
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	2.076.537,80	0,00	0,00	2.076.537,80
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	7.388.451,85	0,00	0,00	7.388.451,85
Em Relação à Participação no resultado					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.079.690,89	0,00	0,00	3.079.690,89
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	2.463.752,71	0,00	0,00	2.463.752,71
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	686.983,91	0,00	0,00	686.983,91

Exercício Social em 31.12.2024 (Valores em R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Número total de membros	18	8,00	6,00	3,00	35,00
Número de membros remunerados	0,33	8,00	0,00	0,00	8,33
Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	N/A	
Em Relação ao Bônus					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	58.154,00	3.426.086,55	0,00	0,00	3.484.240,56
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	38.769,34	1.957.763,74	0,00	0,00	336.786,44
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	31.263,44	2.896.739,37	0,00	0,00	2.928.002,81
Em Relação à Participação no resultado					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	121.154,18	2.880.332,68	0,00	0,00	3.001.486,85
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	96.923,34	2.304.266,14	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	51.642,14	2.191.397,30	0,00	0,00	2.243.039,44

Exercício Social em 31.12.2023 (Valores em R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Número total de membros	18	8,00	6,00	3,00	35,00
Número de membros remunerados	1,00	8,00	0,00	0,00	9,00
Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	N/A	
Em Relação ao Bônus					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	52.338,60	6.779.172,67	0,00	0,00	6.831.511,27
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	34.892,40	3.389.586,34	0,00	0,00	3.424.478,74
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	41.677,04	1.449.384,35	0,00	0,00	1.491.061,39
Em Relação à Participação no resultado					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	109.038,76	917.458,18	0,00	0,00	1.026.496,94
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	87.231,01	2.917.458,18	0,00	0,00	3.004.689,19
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	96.923,34	2.917.458,18	0,00	0,00	3.014.381,52

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia oferece aos seus Administradores Plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP") mantido por seu acionista controlador direto, ENGIE Brasil Participações Ltda.

a. termos e condições gerais

Conforme descrito nos itens 8.1, 8.5, 8.6, 8.7 e 8.8, para objetivos de médio e longo prazos, a controladora direta da Companhia, ENGIE Brasil Participações Ltda., oferece à Diretoria Estatutária um ILP baseado em ações fantasma (*Phantom Shares*) da Companhia. Informações sobre o plano de "*Performance Shares*" do Grupo ENGIE estão reportadas no item 8.19 deste *Anexo IV – Remuneração dos Administradores*.

b. Data de aprovação e órgão responsável

O Plano de ILP é aprovado pela CEO do Grupo ENGIE, Catherine MacGregor, e o último plano foi aprovado em 2022, com previsão de outorga anual aos executivos.

c. Número máximo de ações abrangidas

Não há número máximo de ações abrangidas. O número máximo de *Phantom Shares* a serem distribuídas corresponde ao somatório do valor máximo individual conforme descrito no item "d" abaixo dividido pelo valor das ações.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme descrito no item "e" abaixo, o valor do ILP (% do salário anual convertido em *Phantom Shares*) está limitado a 130% da faixa salarial da Companhia para o cargo do executivo somada ao ILP definido para aquele cargo na data de outorga. O salário base anual somado ao ILP ajustado não pode ultrapassar este limite.

e. Condições de aquisição de ações

O ILP é destinado aos executivos da Companhia e do acionista controlador direto, ENGIE Brasil Participações Ltda., que mantenham contrato de Administração e cargo na Diretoria Executiva das empresas. O acionista controlador determina anualmente quais executivos serão elegíveis ao ILP.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O valor de mercado das *Phantom Shares* é calculado através da média simples da cotação de fechamento da ação EGIE3 nos 3 meses anteriores à data de outorga. Ao término dos 3 anos do plano, o valor de mercado destas ações fantasma (novamente calculadas através da média do fechamento da EGIE3 nos 3 meses anteriores à data do término) será a base do valor da premiação a ser paga pelo atingimento das metas. A data de término será dia 15 do mês de maio seguinte ao 3º ano do plano, após o fechamento dos resultados do exercício anterior.

g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O ILP estabelece que a duração do plano será de 3 anos, com pagamento no ano subsequente, conforme última revisão realizada em 2022– vide item 8.4 (b) deste *Anexo IV – Remuneração dos Administradores*.

h. Forma de liquidação

O plano envolve um bônus diferido específico, pago em dinheiro, após um período de *vesting d*e 3 anos. O pagamento do ILP aos Diretores Estatutários é realizado pela Companhia.

i. Restrições à transferência das ações

Tendo em vista que o ILP prevê o pagamento de um bônus diferido específico baseado em ações fantasma (*Phantom Shares*), não é possível a transferência das ações.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O acionista controlador direto, ENGIE Brasil Participações Ltda., tem a prerrogativa de, a qualquer momento com ou sem comunicado prévia, modificar, alterar, corrigir, inserir ou eliminar as condições do ILP, assim como optar pela decisão do cancelamento para futuras concessões, independentemente de justificativa.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Os executivos que deixarem a Companhia antes do término do prazo de 3 anos de carência previsto no ILP estarão automaticamente renunciando ao direito a qualquer pagamento dentro do plano. Exceções serão aplicadas se ocorrer: término do vínculo com a Companhia para exercer atividades em outras empresas do Grupo ENGIE, para fins de aposentadoria por tempo de serviço ou invalidez, para adesão a programas de desligamento voluntário, em razão de desligamento sem justa causa por decisão da Companhia, em decorrência de falecimento do executivo ou por mera liberalidade do Grupo ENGIE.

8.5 Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não outorga opções de compra de ações e, por essa razão, não houve, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, qualquer reconhecimento no resultado relacionado a esse tipo de remuneração. As informações anteriormente reportadas neste item, referentes ao plano de *Phantom Shares* (conforme descrito no item 8.4 acima), estão detalhadas nos itens 8.9 a 8.11 deste *Anexo IV – Remuneração dos Administradores*.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não outorga opções de compra de ações e, por essa razão, não houve, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, qualquer reconhecimento no resultado relacionado a esse tipo de

remuneração. As informações anteriormente reportadas neste item, referentes ao plano de *Phantom Shares* (conforme descrito no item 8.4 acima), estão detalhadas nos itens 8.9 a 8.11 deste *Anexo IV – Remuneração dos Administradores*.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não outorga opções de compra de ações e, por essa razão, não houve, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, qualquer reconhecimento no resultado relacionado a esse tipo de remuneração. As informações anteriormente reportadas neste item, referentes ao plano de *Phantom Shares* (conforme descrito no item 8.4 acima), estão detalhadas nos itens 8.9 a 8.11 deste *Anexo IV – Remuneração dos Administradores*.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não outorga opções de compra de ações e, por essa razão, não houve, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, qualquer reconhecimento no resultado relacionado a esse tipo de remuneração. As informações anteriormente reportadas neste item, referentes ao plano de *Phantom Shares* (conforme descrito no item 8.4 acima), estão detalhadas nos itens 8.9 a 8.11 deste *Anexo IV – Remuneração dos Administradores*.

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Ações entregues – Previsto para exercício social corrente (2026)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	18,00	9,00[2]
Número de membros remunerados	0,00	5,00[2]
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários[1]	N/A	N/A

Ações entregues – Exercício social encerrado em 31.12.2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	18,00	9,00[2]
Número de membros remunerados	0,00	4,00[2][3]
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários[1]	N/A	N/A

Ações entregues – Exercício social encerrado em 31.12.2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	18,00	8,00
Número de membros remunerados	0,00	8,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários[1]	N/A	N/A

Ações entregues – Exercício social encerrado em 31.12.2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	18,00	8,00
Número de membros remunerados	0,00	8,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários[1]	N/A	N/A

(1) Não há diluição em potencial em razão de ter havido a entrega de *Phantom shares*.
(2) A partir de 01.07.2025 a Companhia alterou o corpo de Diretores Estatutários, onde 4 posições atualmente fazem parte do quadro da Controladora ENGIE Brasil Participações Ltda., assumindo integralmente a remuneração.
(3) Em 01.10.2025 a Companhia completou o corpo de Diretores Estatuários com a admissão.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

As informações sobre o Plano ILP de outorga de ações fantasmas (*Phantom shares)* são apresentadas nas tabelas a seguir:

Ações Fantasmas (*Phantom shares*) – Prevista para o exercício social corrente (2026)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	18,00	9,00
Número de membros remunerados	0,00	5,00
Data de outorga	N/A	15.03.2026
Quantidade de ações outorgadas	N/A	26.600
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	15.03.2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R$ 36,37
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R$ 967.442,00

Ações Fantasmas (*Phantom shares*) – Exercício social encerrado em 31.12.2025	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	18,00	9,00
Número de membros remunerados	0,00	4,00
Data de outorga	N/A	15.03.2025
Quantidade de ações outorgadas	N/A	24.200
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	15.03.2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R$ 36,37
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R$ 880.154,00

Ações Fantasmas (*Phantom shares*) – Exercício social encerrado em 31.12.2024	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	18,00	8,00
Número de membros remunerados	0,00	8,00
Data de outorga	N/A	15.03.2024
Quantidade de ações outorgadas	N/A	41.000
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	15.03.2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R$ 40,67
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R$ 1.667.470,00

Ações Fantasmas (*Phantom shares*) – Exercício social encerrado em 31.12.2023	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	18,00	8,00
Número de membros remunerados	0,00	8,00
Data de outorga	N/A	15.03.2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	51.005
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	15.03.2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R$ 38,29
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R$ 1.952.981,45

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Ações Fantasmas (*Phantom shares*) – Exercício social encerrado em 31.12.2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	18,00	9,00
Número de membros remunerados	0,00	4,00
Número de ações	N/A	34.634
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R$ 43,22
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R$ 30,37
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	(-) R$ 445.046,90

Ações Fantasmas (*Phantom shares*) – Exercício social encerrado em 31.12.2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	18,00	8,00
Número de membros remunerados	0,00	7,00
Número de ações	N/A	34.620
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R$ 50,63
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R$ 40,67
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	(-) R$ 344.815,20

Ações Fantasmas (*Phantom shares*) – Exercício social encerrado em 31.12.2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	18,00	8,00
Número de membros remunerados	0,00	6,67
Número de ações	N/A	28.841
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R$ 39,50
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R$ 38,29
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	(-) R$ 34.897,61

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:

O Plano de ILP é proposto anualmente pelo acionista controlador direto, ENGIE Brasil Participações Ltda., considerando os seguintes parâmetros:

- O valor individual será estabelecido por meio de um percentual do salário base anual do executivo.
- Do valor do "ILP" será deduzido o valor médio nominal de desempenho dos últimos 3 anos na data de outorga do plano de ações por performance da ENGIE S.A. (*Performance Shares*) concedido no ano anterior.
- O valor resultante será convertido em um número de ações fantasma (*Phantom Shares*) de acordo com o valor de mercado da ação da Companhia (EGIE3), determinando a base para o montante do prêmio a ser pago pelo alcance dos objetivos na data do término do plano.

a. modelo de precificação

Para cálculo de outorga das ações fantasma (*Phantom Shares*) considera-se o valor de mercado da ação, sendo calculado por meio da média simples da cotação de fechamento da EGIE3 nos 3 meses anteriores à data de outorga. A data de outorga é a mesma estabelecida no plano das ações por performance (*Performance Shares*) do Grupo ENGIE, geralmente no mês de dezembro de cada ano.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Enquanto o plano estiver vigente, o número de ações atribuídas para a determinação do valor do incentivo poderá ser aumentado proporcionalmente baseado no valor da ação quando a Companhia pagar a seus acionistas os dividendos e juros sobre capital próprio declarados no ano em questão. Tal ajuste será realizado por meio do cálculo do *dividend yeld* do preço de fechamento da ação EGIE3 na data.

O valor exato do incentivo será calculado por meio da seguinte fórmula: (% SB – – média dos 3 últimos anos VF PSP) / Valor da ação EGIE3 na data de início do plano = X Número de ações fantasma (Início). Para o valor final das ações considerar: X Número de ações fantasmas x preço da ação EGIE3 na data final. E o pagamento total será o valor final das ações multiplicado pelos indicadores de performance. Sendo que:

• % SB significa um % do salário base anual variando pela grade salarial do executivo na data de início do plano;

• VF PSP representa o valor de face das ações por performance (Performance Shares) da ENGIE S.A. concedidas nos últimos 3 anos, com cotação e câmbio EUR/BRL da data de outorga destas ações; e

• Valor da ação EGIE3 conforme detalhado no item "a" desta seção

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não há previsão de exercício antecipado no modelo de ILP baseado em ações aplicado pelo Grupo ENGIE.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável ao modelo de plano de ILP baseado em ações aplicado pelo Grupo ENGIE, uma vez que a volatilidade das ações não foi considerada no cálculo para apuração do valor da bonificação.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

O pagamento total do ILP será um percentual do valor das ações ao final do ciclo. Este percentual será determinado pelos resultados alcançados nos quatro indicadores de desempenho do plano, no período de 3 anos do plano: ROCE (retorno sobre o capital empregado) do Grupo ENGIE – 30%, *Total Shareholder Return* (retorno total para o acionista) – 25%, RNRPG (receita líquida recorrente) – 25% e RSE (responsabilidade social empresarial) – 20%.

Ao término dos 3 anos do plano, o valor de mercado destas ações (novamente calculadas por meio da média do fechamento da EGIE3 nos 3 meses anteriores à data do término) será a base do valor da premiação a ser paga pelo atingimento das metas. A data de término será dia 15 do mês de março seguinte ao 3° ano do plano, após o fechamento dos resultados do exercício anterior.

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

O quadro abaixo demonstra a quantidade de ações detidas por membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

Órgão	Quantidade de ações ordinárias
Conselho de Administração	77.309
Diretoria Estatutária	4.923
Conselho Fiscal	8.400
Total	**90.632**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 1.142.298.836 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. As ações detidas por esses membros correspondem a 0,0079342% das ações emitidas.

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	18,00	9,00
Número de membros remunerados	0,00	5,00
Nome do Plano	Plano CD	Plano CD
Quantidade de Administradores que reúnem condições para se aposentar	0,00	1,00
Condições para se aposentar antecipadamente (idade mínima)	N/A	Aposentadoria Normal = 60 anos Aposentadoria Antecipada = 48 anos
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	0,00	R$ 9.745.778,89
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	0,00	R$ 707.648,26
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições[(1)]	Aplicável	Aplicável

(1) Desde 2023, o resgate antecipado é aplicável desde que esteja dentro das especificações do Art. 113 do Regulamento da Previg.

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Conselho de Administração[1]			Diretoria Estatutária[1]			Conselho Fiscal		
(Valores em R$)	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Nº de membros	18,00	18,00	18,00	9,00	8,00	8,00	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	12,00	12,33	13,00	5,00	8,00	8,00	6,00	6,00	6,00
Valor da maior remuneração[2]	1.646.617,00	449.078,16	393.635,94	5.670.404,00	4.269.033,47	3.856.088,03	223.899,00	189.194,97	179.152,72
Valor da menor remuneração[2]	85.559,00	224.539,08	196.817,97	225.479,00	1.289.732,82	1.183.096,98	29.508,00	94.597,53	89.576,36
Valor médio da remuneração[2]	472.784,17	530.766,69	474.200,00	2.084.839,89	2.502.210,29	2.200.489,35	108.521,22	95.383,19	142.706,99

(1) O número de membros "total" e "remunerados" foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP. O valor da maior e menor remuneração anual individual foi apurado considerando apenas membros que tiveram 12 meses completos de atuação no exercício; O valor médio da remuneração anual corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (letra "e" do item 8.2) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão (letra "c" do item 8.2). Conforme Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo "benefício de qualquer natureza", não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.

(2) Referente à maior remuneração e à remuneração média do Conselho de Administração da Companhia, os valores reportados estão abaixo da média uma vez que o montante total da remuneração, conforme reportado no item 8.2, reflete a somatória do valor reembolsado pela Companhia à sua controladora direta, vide explicação constante do item 8.20.

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária
31.12.2025	Os valores apresentados consideram apenas quadro próprio da Companhia, não englobando as posições de Diretoria Estatutária ocupadas pelo quadro da Controladora, ENGIE Brasil Participações Ltda., que consiste atualmente de quatro posições, Diretoria Estatutária de Recursos Humanos, Diretoria Estatutária de Transmissão de Energia, Diretoria Estatutária Financeiro e de Relações com Investidores e Diretoria Estatutária Jurídica e de Ética. Os valores relacionados a estas posições são integralmente mantidos pela Controladora.
31.12.2024	O número de membros "total" e "remunerados" foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP. O valor da maior e menor remuneração anual individual foi apurado considerando apenas membros que tiveram 12 meses completos de atuação no exercício. O valor médio da remuneração anual corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (letra "e" do item 8.2) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão (letra "c" do item 8.2). Conforme Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo "benefício de qualquer natureza", não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.
31.12.2023	O número de membros "total" e "remunerados" foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O membro da Diretoria que recebeu a maior remuneração individual no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 exerceu o cargo por 12 meses. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, sem qualquer exclusão uma vez que todos os membros exerceram o cargo por 12 meses. O valor médio da remuneração anual corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (letra "e" do item 8.2) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão (letra "c" do item 8.2). Conforme Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo "benefício de qualquer natureza", não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.

Conselho de Administração	
31.12.2025	O número de membros “total” e “remunerados” foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP. O valor da maior e menor remuneração anual individual foi apurado considerando apenas membros que tiveram 12 meses completos de atuação no exercício. O valor médio da remuneração anual corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (letra “e” do item 8.2) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão (letra “c” do item 8.2). Conforme Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo “benefício de qualquer natureza”, não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.
31.12.2024	O número de membros “total” e “remunerados” foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP. O valor da maior e menor remuneração anual individual foi apurado considerando apenas membros que tiveram 12 meses completos de atuação no exercício. O valor médio da remuneração anual corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (letra “e” do item 8.2) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão (letra “c” do item 8.2). Conforme Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo “benefício de qualquer natureza”, não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.
31.12.2023	O número de membros “total” e “remunerados” foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O membro do Conselho de Administração que recebeu a maior remuneração individual no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 exerceu o cargo por 12 meses. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, sem qualquer exclusão uma vez que todos os membros exerceram o cargo por 12 meses. O valor médio da remuneração anual corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (letra “e” do item 8.2) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão (letra “c” do item 8.2). Conforme Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo “benefício de qualquer natureza”, não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.

Conselho Fiscal	
31.12.2025	O número de membros “total” e “remunerados” foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP. O valor da maior e menor remuneração anual individual foi apurado considerando apenas membros que tiveram 12 meses completos de atuação no exercício. O valor médio da remuneração anual corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (letra “e” do item 8.2) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão (letra “c” do item 8.2). Conforme Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo “benefício de qualquer natureza”, não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.
31.12.2024	O número de membros “total” e “remunerados” foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP. O valor da maior e menor remuneração anual individual foi apurado considerando apenas membros que tiveram 12 meses completos de atuação no exercício. O valor médio da remuneração anual corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (letra “e” do item 8.2) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão (letra “c” do item 8.2). Conforme Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo “benefício de qualquer natureza”, não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.
31.12.2023	O número de membros “total” e “remunerados” foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O membro do Conselho Fiscal que recebeu a maior remuneração individual no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 exerceu o cargo por 12 meses. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, com a exclusão de todos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor médio da remuneração anual corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (letra “e” do item 8.2) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão (letra “c” do item 8.2). Conforme Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo “benefício de qualquer natureza”, não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item. O valor médio e menor remuneração do Conselho Fiscal em 2023 teve uma queda se comparado aos anos anteriores, em razão das mudanças de Conselheiros ocorridas no exercício de 2023.

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os Administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Previsão para o exercício social corrente (2026)	56,20%	44,44%	-
Exercício social encerrado em 31.12.2025	56,20%	44,44%	-
Exercício social encerrado em 31.12.2024	56,20%	-	-
Exercício social encerrado em 31.12.2023	56,00%	-	-

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não aplicável, tendo em vista que não houve pagamento de remuneração, reconhecido no resultado da Companhia, para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam, nos 3 últimos exercícios sociais, bem como não há expectativa de pagamento para o exercício corrente.

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Remuneração a ser Recebida em Função do Exercício do Cargo na Companhia		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Exercício social 2026	Controladores diretos e indiretos	-	R$ 2.438.559,33	-	-	R$ 2.438.559,33
	Controladas da Companhia	-	-	-	-	-
	Sociedades sob controle comum	-	-	-	-	-
Exercício social 2025	Controladores diretos e indiretos	-	R$ 2.869.432,60	-	-	R$ 2.869.432,60
	Controladas da Companhia	-	-	-	-	-
	Sociedades sob controle comum	-	-	-	-	-
Exercício social 2024	Controladores diretos e indiretos	-	R$ 3.085.582,98	-	-	R$ 3.085.582,98
	Controladas da Companhia	-	-	-	-	-
	Sociedades sob controle comum	-	-	-	-	-
Exercício social 2023	Controladores diretos e indiretos	-	R$ 4.101.120,00	-	-	R$ 4.101.120,00
	Controladas da Companhia	-	-	-	-	-
	Sociedades sob controle comum	-	-	-	-	-

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações complementares ao item 8.2 – Remuneração total por órgão

(i) Remuneração Global Anual

Em 2026 foi submetido à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) o valor global da remuneração anual dos Administradores de até R$ 54.098.253,00, dos quais R$ 10.038.638,00 correspondem a encargos sociais de ônus do empregador. Os valores apresentados consideram apenas quadro próprio da Companhia, não englobando as posições de Diretoria Estatutária ocupadas pelo quadro da Controladora, ENGIE Brasil Participações Ltda, que consiste atualmente de quatro posições, Diretoria Estatutária de Recursos Humanos, Diretoria Estatutária de Transmissão de Energia, Diretoria Estatutária Financeiro e de Relações com Investidores e Diretoria Estatutária Jurídica e de Ética. Os valores relacionados a estas posições são integralmente mantidos pela Controladora.

(ii) Encargos sociais de ônus do empregador

Conforme Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo "benefício de qualquer natureza", não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item. Os encargos sociais apartados das tabelas deste item para os exercícios 2026 (previsto), 2025, 2024 e 2023 foram de R$ 10.038.637,94 (previsto), R$ 8.238.401,86, R$ 6.785.839,09, R$ 5.068.526,67, respectivamente.

(iii) Reembolso pago pela Companhia à sua controladora direta, ENGIE Brasil Participações Ltda.

A partir de 2025 a prática de reembolso à controladora para a posição do Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente na ENGIE Brasil Participações Ltda, ocupada até 31.03.2025 pela mesma pessoa, deixou de ser executada e não compõem os valores apresentados no item 8.2 deste *Anexo IV – Remuneração dos Administradores*, no campo *"Salário ou Pró-Labore"*.

Informações complementares ao item 8.19 – Remuneração reconhecida do controlador/controlada

O Grupo ENGIE mantém um programa de concessão de ações ENGIE S.A. por desempenho (*Performance Shares*), que pode ser concedido, dentro das condições estabelecidas, aos executivos e profissionais seniores de todas as controladas do Grupo ENGIE, inclusive, aos diretores da Companhia. No quadro demonstra-se os valores reconhecidos no resultado do Grupo ENGIE aos membros da Diretoria Estatutária da Companhia, que as recebe em função do exercício dos seus respectivos cargos na Companhia.

ANEXO V – POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

Informações relativas à proposta de participação dos empregados nos resultados do exercício de 2025 baseadas no item 10.3 do Formulário de Referência

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A Companhia não possui política de remuneração para empregados não administradores.

A prática de remuneração da Companhia é a de manter um sistema de remuneração alinhado às práticas de mercado, que atenda aos interesses da Companhia e de seus empregados. Dessa forma, a Companhia considera os seguintes aspectos:

- O valor pago a cada empregado, por seu trabalho na Companhia, deve ser compatível com o valor desse trabalho no mercado de acordo com a estratégia de remuneração adotada pela Companhia; e
- A remuneração deve refletir as responsabilidades de cada empregado, o grau de desempenho e os resultados alcançados, individualmente e em equipe.

Sistema de remuneração variável:

Em complemento ao pagamento de remuneração fixa, a Companhia mantém um sistema de remuneração variável determinado em função da realização dos objetivos empresariais e do percentual de alcance das metas vinculadas aos mesmos. Esta mensuração é realizada anualmente, por meio dos resultados financeiros da Companhia e de cada área da Companhia. Neste contexto, a remuneração variável é composta por:

- Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR): aplicável a todos os empregados da Companhia e condicionada aos resultados empresariais, medidos pelo EBITDA do período, além de atingimento de metas departamentais. Estes critérios são negociados com os sindicatos e estabelecidos no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). O pagamento da PLR propicia a prática de valores de remuneração competitivos quando comparados aos praticados pelo mercado de trabalho no Brasil.
- Programa de Bônus Gerencial: aplicável a todos os empregados enquadrados na carreira gerencial, o programa é atrelado ao atendimento dos objetivos empresariais e metas da área e estará condicionado ao percentual de alcance delas.

A proposta da Administração contempla o valor de até R$ 48.750.000,00 a título de PLR dos empregados, relativa ao exercício de 2025, a ser distribuído de acordo com os critérios definidos no Sistema de Remuneração da Companhia e Acordos Coletivos de Trabalho.

b. Política de benefícios

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, todavia os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

O Grupo ENGIE mantém um programa de concessão de ações ENGIE S.A. por desempenho (*Performance Shares*), que pode ser concedido, dentro das condições estabelecidas, aos executivos e profissionais seniores de todas as controladas do Grupo ENGIE, inclusive, aos diretores da Companhia. Este programa é reconhecido no resultado da ENGIE S.A.

d. razão entre a maior remuneração individual e a mediana da remuneração individual dos empregados:

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
R$ 5.588.202,58	R$ 160.830,91	34,75

ANEXO VI – LAUDO DE AVALIAÇÃO

A seguir, a Companhia disponibiliza para apreciação o Laudo de Avaliação dos procedimentos aplicáveis ao artigo 256 da Lei nº 6.404/1976.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C



Projeto UHE Jari

Estudo de valor de 100% das ações da Companhia Energética do Jari – CEJA | Data-base: 13.08.2025

Emissão: 28.11.2025

Confidencial

forvis mazars

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Índice

1 Sumário Executivo 7

2 Avaliador e declaração de independência 13

3 Metodologia 15

4 Breve descrição de Mercado 17

5 Breve descrição da Empresa e Transação 20

6 Avaliação – Cotação Média das ações em bolsa 24

7 Avaliação – Valor do Patrimônio Líquido Ajustado a Valores de Mercado (PLA) 26

8 Avaliação – Valor do Lucro Líquido por ação 29

9 PLA: Valor justo de ativos intangíveis 37

10 PLA: Valor justo dos ativos imobilizados 45

11 PLA: Outros ativos e passivos 51

12 Taxa de desconto 54

13 Anexo I – Lei 6.404, artigo 256 56

14 Anexo II – Resultados da Avaliação de Bens Imóveis 59

15 Anexo III – Fotos 61

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Daniela Duarte

Romary dos Anjos

Engie Brasil Energia S.A.

Florianópolis – SC

CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19

São Paulo, 28 de novembro de 2025

Prezados senhores,

De acordo com a proposta comercial técnico-comercial datada de 21.07.2025, apresentamos os resultados do estudo de valor (avaliação econômico-financeira) de 100% das ações adquiridas da Companhia Energética do Jari – CEJA (“UHE Jari”, “CEJA”, “Empresa” ou “Adquirida”), na data-base 13.08.2025.

O estudo de valor de 100% das ações da CEJA foi preparado com base nas metodologias aplicáveis na forma do artigo 256 da Lei 6.404/76, sendo destinado a uso exclusivo da administração da Engie Brasil Energia S.A. (“Engie Brasil”, “Adquirente” ou “Cliente”) no atendimento aos requisitos do § 1º e § 2º do art. 256 da Lei 6.404/76 (“LSA”), no contexto da aquisição da Empresa.

O presente trabalho foi preparado considerando o objetivo acima descrito, e não deve ser utilizado para quaisquer outros propósitos, sejam eles de natureza contábil, tributário ou legal / societário.

Atenciosamente,

Assinado por:
Kenzo Otsuka
496EC0B9775E49D...

Kenzo Otsuka
Sócio
Forvis Mazars
CNPJ: 22.356.119/0001-34

Assinado por:
Cíntia Nakabayashi
A57981603A86488...

Cíntia Nakabayashi
Diretora
Forvis Mazars
CNPJ: 22.356.119/0001-34

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Glossário

Administração	Administração da Engie Brasil
Adquirente	Engie Brasil Energia S.A.
Adquirida	Companhia Energética do Jari – CEJA
Apresentação	Este documento, datado de 28.11.2025
BACEN, BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRL ou R$	Real [Moeda Brasileira]
CAGR	*Compound Annual Growth Rate* – Taxa Composta de Crescimento Anual
CAPEX	*Capital Expenditures*. – Investimentos em ativos imobilizados
CAPM	*Capital Asset Pricing Model* – Modelo de Precificação de Ativos
Cliente	Engie Brasil Energia S.A.
COPOM	Comitê de Política Monetária do BCB
CSLL	Contribuição Social sobre Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data-base	13.08.2025
Dívida líquida	Soma de ativos e passivos não operacionais, na data-base
DD	*Due-diligence*
EBIT	*Earnings Before Interest and Taxes* – Lucro Antes dos Juros e Impostos
EBITDA	*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização
EMBI	Índice de títulos de mercados emergentes [*Emerging Markets Bonds Index*]
Empresa	Companhia Energética do Jari – CEJA
EUA	Estados Unidos da América
EV	*Enterprise Value*. Valor operacional do negócio para provedores de capital [Equity+ Debt]
FCD	Fluxo de Caixa Descontado ou DCF
FCFE	Fluxo de caixa livre para o acionista
FCFF	Fluxo de caixa livre para a firma
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
Forvis Mazars	Forvis Mazars Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-M	Índice Geral de Preços – Mercado
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
MM	Milhão ou Milhões
NOP	Não operacional
PIB	Produto Interno Bruto
Relatório	Este documento, datado de 28.11.2025
RFB	Receita Federal do Brasil
ROB	Receita operacional bruta
ROL	Receita operacional líquida
SELIC	Taxa básica de juros definida pelo BACEN
SPA	*Sale and Purchase Agreement – Contrato de Compra e Venda de Cotas*
TIR	Taxa Interna de Retorno
USD ou US$	Dólares Americanos (Moeda dos Estados Unidos da América)
VPL	Valor Presente Líquido
WACC	*Weighted Average Cost of Capital* - Custo Médio Ponderado de Capital

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Preâmbulo (1/2)

Contexto do nosso trabalho	Nosso trabalho consistiu nos estudos de valor (avaliação econômico-financeira) independente de 100%das ações adquiridas da Empresa, na data-base 13.08.2025. Os trabalhos têm como propósito subsidiar a administração no atendimento aos requisitos do § 1º e § 2º do artigo 256 da Lei 6.404/76 (“LSA”), no contexto da aquisição da Empresa. Nosso relatório foi preparado somente para uso da administração da adquirente o contexto acima definido. Nosso relatório não deverá ser utilizado para qualquer outro fim daquele disposto nesse documento. Não expressamos nenhuma opinião sobre eventual reorganização societária e nossas conclusões não constituem recomendação de investimento ou “fairness opinion” ou “solvency opinion” ou consultoria/ assessoria tributária. Este documento foi preparado unicamente para a data-base e objetivo informados, não devendo ser utilizado para qualquer outro propósito. Nosso escopo de trabalho tem natureza essencialmente econômico-financeira relacionada a prática de avaliação de ativos e empresas. Portanto, não emitimos análise, opinião ou recomendação sobre procedimentos e tratamentos contábeis e tributários a serem adotados pela administração quanto aos resultados dos trabalhos de avaliação aqui apresentados. Por exemplo, não opinamos sobre eventual dedutibilidade tributária da amortização de ativos avaliados a valor justo ou da parcela não-alocada remanescente. Essas definições são de responsabilidade da administração e dos seus assessores tributários especializados no tema.
Processo de avaliação	Para a elaboração deste estudo realizamos discussões com a administração da adquirente e seus representantes com relação às suas operações atuais e perspectivas futuras da Empresa, bem como situação atual e tendências do mercado de atuação no Brasil. Examinamos certas informações financeiras e não financeiras da Empresa que nos foram fornecidas pela administração. Examinamos também informações públicas ou estudos específicos sobre o setor de atuação da Empresa. Realizamos discussões e entendimento sobre o Plano de Negócios junto a administração para subsidiar as projeções realizadas. Realizamos discussões com executivos e representantes da administração da Empresa, que revisaram e validaram os resultados, metodologias, critérios, premissas e projeções considerados no presente estudo. As estimativas e projeções preparadas envolveram premissas decorrentes de julgamento com relação às informações financeiras analisadas, aos cenários econômicos projetados e, portanto, ao comportamento futuro do mercado e do desempenho da Empresa no mercado que podem ou não se mostrar corretas no futuro, quando cotejadas com os resultados efetivamente observados. Não há e não haverá qualquer representação, garantia ou promessa de qualquer tipo, expressa ou implícita, por parte da Forvis Mazars e seus sócios e funcionários, de que as projeções ou estimativas sejam efetivamente concretizadas. Os resultados efetivamente verificados no futuro (tais como receitas, lucros, fluxos de caixa e outros) poderão ser diferentes das projeções aqui apresentadas, e tais diferenças podem ser significativas, podendo ainda ser impactadas por condições de mercado, da macroeconomia nacional e internacional, de eventos imprevistos de natureza política, entre outros. Nosso trabalho não envolveu procedimentos de auditoria contábil ou de consultoria tributária e foi baseado em informações fornecidas pela administração da Empresa, como por exemplo: demonstrações financeiras históricas e premissas discutidas com a administração, entre outros. Além disso, eventualmente podemos ter utilizado dados sobre o setor obtidos em fontes públicas ou exclusivas, tais como relatórios de analistas de mercado e dados de empresas comparáveis, entre outros. Essas informações foram consideradas fidedignas e não foram objeto de validação pela Forvis Mazars.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Preâmbulo (2/2)

Plano de negócios	Nossos trabalhos foram preparados considerando as melhores informações disponíveis à época da realização de nossos estudos, à luz do cenário considerado. Dessa forma, as projeções foram preparadas com base no Plano de Negócios e/ou em premissas discutidas com a administração. Não expressamos opinião sobre a probabilidade das projeções serem efetivamente atingidas, ou sobre a consistência das premissas. Nosso trabalho limitou-se ao entendimento do Plano de Negócios e à aplicação da metodologia mais adequada para a avaliação de 100% das ações da Empresa.
Limitações de escopo	Não fez parte do escopo dos trabalhos apresentados neste documento, entre outras atividades: ▪ Interpretação da legislação societária vigente e aplicável ao caso analisado ▪ Estudos de mercado de atuação da Empresa (análise de preços e demanda); ▪ Procedimentos de auditoria contábil ou due-diligence de qualquer natureza (legal, ambiental, tributária, trabalhista/previdenciária ou contábil); ▪ Consultoria contábil ou jurídica, ou planejamento tributário e/ou interpretação da legislação tributária vigente no Brasil; ▪ Cálculo de IR diferido; ▪ Fairness opinion ou solvency opinion; ▪ Cálculo de carrying amount e/ou conclusão sobre existência ou não de perda por impairment; ▪ Avaliação de valor justo de ativos biológicos e/ou de ativos complexos; ▪ Fornecimento de modelos e/ ou planilhas que suportam nossas análises; e ▪ Atualização dos trabalhos para outras datas-bases por conta de fatos ou circunstâncias que ocorram após a emissão do relatório final.
Distribuição deste documento	Este relatório foi preparado pela Forvis Mazars para a administração, com o objetivo de suportar a administração no atendimento aos requisitos do art.256 da LSA. A circulação e distribuição do nosso relatório a terceiros poderá ser realizada no âmbito da finalidade do nosso escopo, que se refere ao suporte a administração no cumprimento dos requisitos do art.256 da LSA. Esse relatório deve ser interpretado e circulado em sua versão completa, dentro deste contexto. A Forvis Mazars não se responsabilizará no caso deste relatório ser usado, por completo ou em parte, para outra finalidade. Este relatório deve ser interpretado em sua versão completa.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

1

Sumário Executivo



Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Sumário Executivo (1/5)

Contexto geral (1/2)

- A Engie Brasil é uma controlada do grupo franco-belga Engie, líder global na produção independente de energia. Foi fundada em 1996 e está sediada na cidade de Florianópolis (SC). Com aproximadamente 2.600 colaboradores, a Engie Brasil conta com 82 usinas, todas provenientes de fontes renováveis e com baixas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), totalizando 10 GW de capacidade instalada.
- A Companhia Energética do Jari – CEJA detém a concessão de geração de energia elétrica, conforme Contrato de Concessão nº 004/2002 – ANEEL – UHE Santo Antônio do Jari, firmado em 07 de fevereiro de 2002, e tem como única atividade a operação da usina de geração de energia hidrelétrica denominada UHE Santo Antônio do Jari, localizada entre as cidades de Laranjal do Jari e Almeirim na divisa dos Estados do Amapá e Pará
- A Empresa é detentora da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, usina de geração hidrelétrica com capacidade instalada de 393 MW, localizada entre os estados do Amapá e do Pará. Iniciou suas operações em 2014 e possui concessão válida até outubro de 2045.
- Em função de se tratar de aquisição de controle de sociedade por companhia aberta, a administração da Engie Brasil buscou realizar estudos de valor, considerando o preço de compra e o valor das ações da Empresa, em cumprimento aos requisitos do § 1º e § 2º art. 256 da LSA.
- Tendo em vista este contexto, a administração da Engie Brasil solicitou à Forvis Mazars Assessoria, Planejamento e Consultoria Empresarial Ltda. (“Forvis Mazars” ou “Avaliador”) a execução de serviços especializados de avaliação de 100% das ações adquiridas da Empresa, considerando as seguintes metodologias, na data-base 13.08.2025:

Contexto geral (2/2)

  - a) cotação média das ações em bolsa ou no mercado de balcão organizado, durante os noventa dias anteriores à data da contratação;
  - b) valor de patrimônio líquido da ação, avaliado o patrimônio a preços de mercado; e
  - c) valor do lucro líquido da ação ou quota, que não poderá ser superior a 15 (quinze) vezes o lucro líquido anual por ação nos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atualizado monetariamente.
- Nossos trabalhos não deverão ser utilizados para qualquer outro fim, seja tributário, legal ou societário. Nossos trabalhos tem natureza essencialmente econômico-financeira, relacionado a avaliação do valor das ações adquiridas da Empresa na data-base da análise. Nosso escopo portanto não envolveu quaisquer análises ou interpretações de natureza tributária, jurídica ou societária. A interpretação da legislação societária, incluindo o artigo 256 da Lei 6.404, é de inteira responsabilidade da administração e de seus assessores legais.
- Conforme solicitado pela administração, os trabalhos preparados pela Forvis Mazars consideraram a participação final e os preços finais ajustados após o fechamento da aquisição.
- Os resultados, cálculos, projeções e premissas considerados ou derivados de nossos trabalhos foram submetidos previamente a discussão, revisão e validação pela administração, por seus assessores tributários e auditores externos.
- Nossos trabalhos tem natureza essencialmente econômico-financeira, relacionado a avaliação de Empresas e do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos pela adquirente na aquisição da Empresa. Portanto, não emitimos qualquer opinião, julgamento ou aconselhamento sobre o tratamento contábil ou tributário a ser dado aos resultados da avaliação.
- Os trabalhos aqui apresentados não deverão ser utilizados para qualquer outro fim distinto daqueles aqui mencionados.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Sumário Executivo (2/5)

Fontes de informação e dados utilizados

- Dados sobre a Empresa fornecidos e preparados pela administração:
  - Data de fechamento (*Closing date*): 13.08.2028 (informada pela administração);
  - Data-base: 13.08.2025 (definida pela administração);
  - Balancetes analíticos referentes aos anos de 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e data-base preparados pela Administração;
  - Relação de contratos de compra e venda de energia (PPA) da Empresa;
  - SPA assinado pelas partes e *Side letter*; "Complete_com_o_Docusign_Project_Equinox_-_SP.pdf" e "Complete_com_o_Docusign_Projeto_Equinox_Tax Side Letter.pdf";
  - Plano de Negócios, com projeções preparadas pela Administração. Arquivo: "Proj. Equinox - Financial Model Phase II (May-24) - update scenario ENGIE.xlsx";
  - Preço de aquisição informado pela Administração conforme arquivo "Preço Final Aprovado - 08.08.2025 1.xlsx" enviado por e-mail dia 12.08.2025.
- Entrevistas com executivos da Engie Brasil:
  - Daniela Duarte, Ana Manes, Talisa Rezzieri e Romary Anjos – Contabilidade.
  - Marcelo Leite e Théo Allouch - Aquisições, Investimentos e Assessoria Financeira.
- Discussões com a administração sobre metodologia, projeções e resultados. Dados e informações públicas. Entre outras:
- Dados macroeconômicos históricos e projetados e parâmetros para cálculo de taxa de desconto: projeções macroeconômicas disponibilizadas pelo Banco Central (Relatório Focus), website do Prof. Damodaran, website do Ipeadata, website da CVM, BNDES, BACEN, Capital IQ, entre outros.

Escopo dos trabalhos

- Procedimentos realizados para a avaliação das ações adquiridas da Empresa:
  - Entrevistas com a administração para reforçar o entendimento sobre (i) preço da aquisição, (ii) racional da aquisição e (iii) perspectivas e Planos de Negócios;
  - Entendimento dos dados econômicos e financeiros históricos da Empresa e elaboração de projeções de resultado e fluxos de caixa operacionais da Empresa na data-base da aquisição, considerando como base o Plano de Negócios existente e as expectativas da administração;
  - Aplicação das três metodologias previstas no art.256 da LSA: (i) preço médio de ações cotadas em bolsa ou em balcão, (ii) patrimônio líquido avaliado a preços de mercado e (iii) valor do lucro líquido da ação ou cota;
  - Apresentação dos resultados, metodologia, premissas e projeções para a administração e seus auditores externos. Emissão de Relatório draft. Discussão, revisão e validação pela administração. Emissão de Relatório final.
- Não faz parte do escopo a realização de: (i) avaliação de passivos contingentes, (ii) auditoria ou due-diligences de qualquer natureza, (iii) consultoria contábil ou tributária, (iv) fairness opinion ou solvency opinion, (v) cálculo de IR diferido, (vi) avaliação de ativos biológicos e ativos complexos (derivativos), (vii) avaliação da adquirente com base no FCD (viii) planejamento tributário e/ou interpretação da legislação tributária vigente, (ix) estudos de mercado (preços/ demanda), (x) fornecimento de modelos e/ou planilhas, nem (xi) atualização dos estudos para outra data-base.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Sumário Executivo (3/5)

Resultados da avaliação | UHE Jari

- O quadro abaixo mostra os resultados obtidos para o estudo de valor de 100% das ações da Empresa na data-base 13.08.2025, considerando os valores calculados para os itens a), b) e c) do art. 256 da Lei das S.A.:

Companhia Energética do Jari - CEJA
Data-base: 13.08.2025

VALOR DE AQUISIÇÃO POR AÇÃO	
Valor da Aquisição (BRL 000)	1.938.998
Número de ações adquiridas (em milhares)	25.794
Valor da aquisição por ação (BRL)	75,17

Valor da cotação médias das ações em bolsa nos últimos 90 dias	Valor do patrimônio liquido avaliado a preços de mercado por ação (BRL 000)	Valor do lucro líquido por ação (BRL 000)
N/A	75,17	79,13
Comparação com valor de aquisição		
N/A	1,00x	0,95x

< 1,5

Conclusão: o estudo demonstra que o Preço de Compra por ação não ultrapassa 1,5x o maior dos 3 (três) valores indicados, conforme critérios previstos no inciso II do art. 256 da LSA.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Sumário Executivo (4/5)

Limitações (1/3)

- Na elaboração desse trabalho foram utilizados dados e informações [históricos ou projeções] fornecidas pela administração da Empresa ou disponíveis em fontes públicas ou exclusivas, os quais foram considerados razoáveis e fidedignos e portanto não foram objeto de procedimentos de auditoria ou revisão pela Forvis Mazars. Nossa conclusão depende da exatidão, confiabilidade ou integridade de qualquer informação fornecida a nós, sobre as quais a administração permanece como única responsável.
- Este material apresenta as análises feitas com base em informações e premissas fornecidas e discutidas com a Administração. As análises, premissas e resultados apresentados são apenas estimativas e não são garantia ou promessa de rentabilidade e resultados futuros ou isenção de risco pela Forvis Mazars, visto que as premissas e projeções estão sujeitas a diversos fatores externos circunstanciais e de mercado que não são previsíveis ou controláveis.
- Não faz parte do escopo a realização de: (i) avaliação de passivos contingentes, (ii) auditoria ou due-diligences de qualquer natureza, (iii) consultoria contábil ou tributária, (iv) fairness opinion ou solvency opinion, (v) cálculo de IR diferido, (vi) avaliação de ativos biológicos e ativos complexos (derivativos), (vii) avaliação da adquirente com base no FCD (viii) planejamento tributário e/ou interpretação da legislação tributária vigente, (ix) estudos de mercado (preços/ demanda), (x) fornecimento de modelos e/ou planilhas, nem (xi) atualização dos estudos para outra data-base.
- Trabalhos de avaliação de empresas ou negócios não constituem uma ciência exata. Como tal, as conclusões também dependem do julgamento individual. Os resultados indicados no presente documento não constituem recomendação de valor expressa ou indireta da Forvis Mazars; cada investidor ou analista deve considerar sua própria análise, devendo consultar seus próprios assessores financeiros, tributários e jurídicos, para definirem suas próprias conclusões, de forma independente.

Limitações (2/3)

- O nosso relatório se destina ao objetivo exposto no contexto e objetivos da proposta (avaliação econômico-financeira para atendimento a Lei 6404 artigo 256), sendo destinados a uso da administração do Cliente. A circulação e distribuição do nosso relatório a terceiros poderá ser realizada no âmbito da finalidade do nosso escopo, que se refere ao suporte à administração no cumprimento dos requisitos do art.256 da LSA. Esse relatório deve ser interpretado e circulado e em sua versão completa, dentro deste contexto.
- A Forvis Mazars não se responsabilizará no caso de nossos relatórios serem usados, por completo ou em parte, para outra finalidade distinta da explicitamente definida em nossa proposta. Dessa forma, a utilização dos valores determinados no presente documento para qualquer outra análise ou processo decisório sobre a empresa ou sobre investimentos ou desinvestimentos na empresa, ou para qualquer outra finalidade não contemplada no objetivo do trabalho, não é de responsabilidade da Forvis Mazars.
- Este documento não constitui julgamento, opinião, proposta, solicitação ou recomendação à administração ou acionistas da Empresa, ou a qualquer terceiro, quanto à conveniência e oportunidade, ou quanto à decisão de aprovação, realização de qualquer investimento ou desinvestimento em ações da Empresa. Este documento não poderá ser utilizado para justificar ou fundamentar qualquer decisão nesse sentido.
- Este documento não tem o objetivo de ser a única base para avaliação econômico-financeira da Empresa. Quaisquer decisões que forem tomadas em contexto e objetivos distintos daquele pertinente a nossa proposta, seja pela administração, seus acionistas, ou demais agentes incluindo potenciais investidores são de suas únicas e exclusivas responsabilidades.
- A Forvis Mazars não assume qualquer responsabilidade ou obrigação de indenizar relacionada à exatidão, veracidade, integridade, consistência, suficiência, razoabilidade e precisão das Informações disponibilizadas pela administração (dados financeiros e gerenciais históricos e projeções), as quais são de única e exclusiva responsabilidade da Empresa.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Sumário Executivo (5/5)

Limitações (3/3)

- A administração da Empresa assegurou a Forvis Mazars de (i) que as informações a nós disponibilizadas para a execução dos trabalhos são completas, corretas e suficientes, (ii) as informações disponibilizadas relativas a projeções representam suas melhores estimativas na data em que foram preparadas. Foi assegurado à Forvis Mazars de que Administração não têm conhecimento, até o presente momento, de nenhum fato que possa alterar tais expectativas, e que as projeções foram feitas com base em experiências passadas dos administradores e com base em estimativas que podem não se concretizar no futuro.
- A interpretação da legislação societária, assim como as análises pertinentes ao art.256 da LSA foi realizada pela administração e seus assessores legais.
- Os trabalhos realizados pela Forvis Mazars têm natureza essencialmente econômico-financeira, relacionada à prática de avaliação de empresas e ativos. Portanto, a interpretação da legislação societária, assim como as análises pertinentes ao art.256 da LSA foi realizada pela administração e seus assessores legais. Não opinamos sobre quaisquer matérias de natureza legal ou societária nem tributária ou contábil.
- Em 15.12.2023, a Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 45/19) e seu texto passa a integrar a Constituição Federal sob o título de Emenda Constitucional EC 132/2023. As alterações previstas pela EC 132/2023 no sistema tributário nacional deverão ser objeto de lei complementar federal, e serão implementadas gradualmente ao longo dos próximos anos. Essas alterações potenciais poderão afetar a carga tributária atual da Empresa e, portanto, poderão também alterar a efetiva rentabilidade futura da Empresa. No entanto, como essas mudanças ainda dependem de legislação complementar a ser definida no Congresso Nacional e estarão sujeitas a discussões, alterações e à aprovação do Poder Executivo, ainda não se tem clareza sobre os efeitos tributários da EC 132/2023 em cada setor da atividade econômica. Dessa forma, conforme discutido e alinhado com a administração, nas projeções realizadas em nossas análises foram consideradas as alíquotas e bases de cálculo de impostos vigentes na data-base das análises.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

2

Avaliador e declaração de independência



Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Introdução

Informações sobre o avaliador

- A Forvis Mazars é um grupo internacional, integrado e independente de auditoria, consultoria financeira, tributária e empresarial e serviços contábeis. Está presente em mais de 100 países e territórios, formando rede de 300 escritórios, com mais de 50.000 profissionais no mundo, sendo 1.200 na América Latina.
- No Brasil desde 1995, a Forvis Mazars fornece soluções abrangentes e personalizadas para seus clientes nacionais e internacionais. São cerca de 900 profissionais em 7 escritórios: São Paulo – SP, Barueri – SP, Campinas – SP, Rio de Janeiro – RJ, Curitiba-PR, Fortaleza – CE e Joinville – SC .
- A seguir apresentamos algumas experiências recentes em avaliação de empresas ou de ativos:



Declarações do avaliador

- A Forvis Mazars, bem como seus sócios (e equipe) envolvidos diretamente nesse trabalho não possuem ações ou nenhum interesse direto ou indireto na Empresa objeto deste laudo, ou nas demais empresas envolvidas na transação.
- Não há qualquer conflito de interesse que represente risco a independência necessária à realização do presente trabalho.
- Os honorários recebidos em conexão com o escopo de nossos trabalhos não estão condicionados pelos resultados da presente avaliação.
- Os trabalhos de avaliação econômico-financeira aqui apresentados foram realizados com base em informações disponíveis ao público e em informações sobre a Empresa fornecidas pela administração ou disponíveis ao público, tais como demonstrações financeiras históricas, relatórios e informações gerenciais preparados pela administração, e plano de negócios preparado e aprovado pela administração da Empresa. Consideramos tais informações fidedignas. Dessa forma, a Forvis Mazars não submeteu tais dados e informações a procedimentos formais de auditoria ou validação.
- Este documento é estritamente confidencial, para uso exclusivo no contexto aqui definido, e não deve ser disponibilizado a terceiros sem a autorização prévia da Forvis Mazars. A Forvis Mazars não se responsabilizará no caso deste relatório ser usado, por completo ou em parte, por terceiros ou para outra finalidade. Esse relatório deve ser interpretado em sua versão completa.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

3

Metodologia



Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Introdução (1/8)

- Para atendimento ao Art. 256 da LSA., aplicamos as seguintes metodologias:

Item	Descrição	Comentário
(1) Preço médio ponderado de quotas a valor de mercado	▪ Abordagem de mercado (“Market Approach”) ▪ Segundo essa metodologia, o valor das quotas da Empresa é determinado pelo preço médio ponderado das quotas cotadas em mercado ativo (bolsa de valores ou mercado de balcão organizado)	▪ Para empresas cujas quotas apresentam liquidez no mercado, o valor estimado com base no preço médio ponderado de quotas tende a refletir uma percepção adequada sobre o valor da ação. Essa característica do método não é absoluta, devendo ser revista caso a caso, conforme a situação do ativo (Empresa) e dos mercados.
(2) Valor do patrimônio líquido ajustado a valor de mercado	▪ Metodologia derivada Abordagem do custo (“Asset Based Approach”), e consiste partir do balanço contábil da Empresa na data base, e avaliando ativos e passivos individuais a valor de mercado. ▪ Segundo essa abordagem, o valor das quotas da Empresa corresponde ao valor do patrimônio líquido ajustado a valor de mercado da Empresa na data-base, dividido pelo número de quotas excluindo quotas em tesouraria	▪ Tem como desvantagem o fato de não capturar em geral as perspectivas de rentabilidade futura para o negócio avaliado, na medida em que, via de regra, tende a refletir apenas o desempenho histórico da Empresa, e não captura os riscos e perspectivas futuras do negócio. ▪ Para empresas em situação de continuidade operacional com margens positivas, tende a ser um método conservador de avaliação em geral. Essa característica do método não é absoluta, devendo ser revista caso a caso, conforme a situação do ativo (Empresa) e dos mercados.
(3) Valor econômico (DCF ou fluxo de caixa descontado)	▪ Abordagem da renda (“Income Approach”): DCF ou método do fluxo de caixa descontado ▪ Abordagem fundamentalista, baseada em projeções de longo prazo para a Empresa ▪ Segundo essa metodologia, o valor das quotas da Empresa é determinado com base na expectativa de geração de fluxos de caixas futuros, descontados a valor presente por estimativa do custo médio ponderado de provedores de capital da Empresa, ajustados por ativos e passivos não-operacionais na data-base (na abordagem do fluxo de caixa livre da firma, ou FCFF).	▪ As projeções foram baseadas no plano de negócios da administração, com base em premissas discutidas com executivos da administração ▪ Tem como vantagem o fato de capturar as perspectivas de rentabilidade futura para o negócio avaliado, os riscos e perspectivas futuras do negócio ▪ Tende a ser método adequado para empresas em situação de continuidade operacional com margens positivas. Essa característica do método não é absoluta, devendo ser revista caso a caso, conforme a situação do ativo (Empresa) e dos mercados.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

4

Breve descrição de Mercado



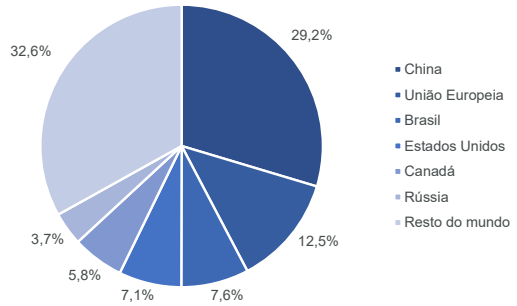
Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Breve descrição do setor (1/2)

Setor de energias renováveis (1/4)

- Mercado Brasileiro de Energia Hidrelétrica. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) classifica as usinas hidrelétricas em três categorias: Centrais Geradoras Hidrelétricas (“CGH”), com até 1 MW de potência instalada; Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCH”), entre 1,1 MW e 30 MW de potência instalada; e Usina Hidrelétrica de Energia (“UHE”), com mais de 30 MW.
- Segundo informações publicadas no relatório “2025 World Hydropower Outlook” do The International Hydropower Association (IHA), no ano de 2024, a capacidade hidroelétrica global atingiu 1.443 gigawatts (“GW”), 1,7% a mais que no ano anterior (2023). Dentre os países/regiões com as seis maiores frotas hidrelétricas, o Brasil ocupou a terceira posição, com 110 GW de capacidade em 2024, atrás da China (421 GW) e União Europeia (180 GW). Abaixo, observa-se a participação desses países na capacidade hidrelétrica global:

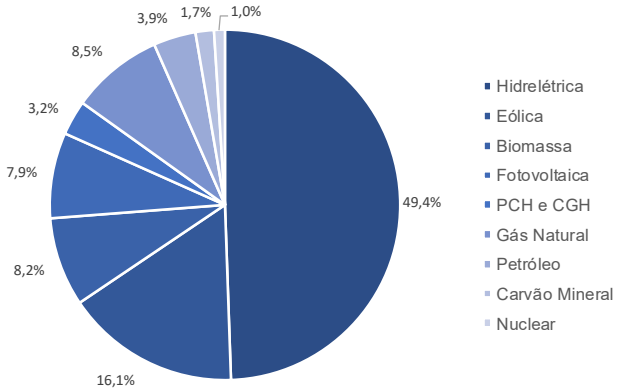
Participação Top 6 na Capacidade Hidrelétrica Global
% do total de 2024



Fonte: The International Hydropower Association (IHA)

Setor de energias renováveis (2/4)

Matriz elétrica brasileira - 2024
% do total de 2024



Fonte: ANEEL/ABEEólica

- De acordo com a Associação Brasileira de PCHs e CGHs (“ABRAPCH”), atualmente existem 732 CGHs em operação em todo o território nacional, com 808,6 MW de capacidade instalada, além de 425 unidades de PCHs em operação, totalizando 5.990,7 MW de capacidade instalada.
- Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), entre 2013 e 2014, houve uma redução na participação das energias renováveis na matriz energética devido à queda da oferta hídrica. Após 2015, ocorreu a retomada do crescimento das energias renováveis, atingindo 47,4% em 2022, resultado do aumento da geração de eletricidade a partir de fonte hidráulica.
- De acordo com o Anuário Estatístico de Energia Elétrica de 2024 da EPE, dos 225,9 GW de capacidade instalada no Brasil, 48,4% estavam alocados em fonte hidráulica, gerando 63,1% de energia elétrica consumida em 2023.

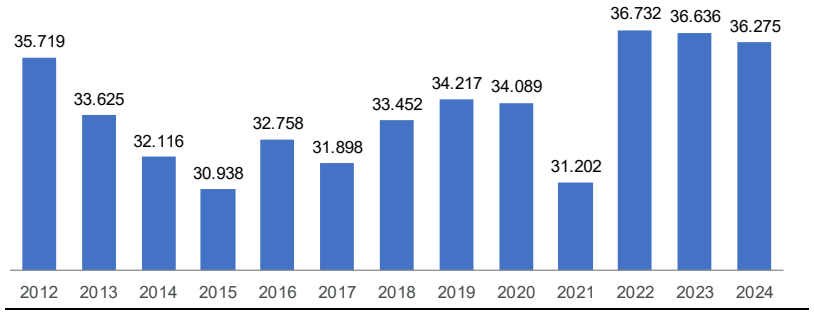
Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Breve descrição do setor (2/2)

Setor de energias renováveis (3/4)

- Nos últimos dez anos, a energia hidráulica representou uma média de 10,8% de participação na produção de energia primaria. Abaixo, pode-se observar a produção de energia hidráulica nos últimos anos:

Produção de Energia Hidráulica
Em 10³ tep



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética

- O segmento de energia renovável mostrou crescimento considerável nos últimos anos devido ao forte interesse de investidores, atingindo seu pico no ano de 2024. A seguir, é apresentada a capacidade instalada de geração elétrica das usinas nos últimos anos:

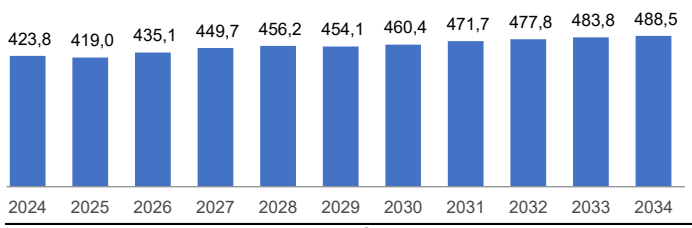
Usinas em operação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	%
Usinas Hidrelétricas de Energia - UHE	86.366	91.499	94.662	98.287	102.999	103.027	103.003	103.195	103.198	103.198	43,7%
Pequena Central Hidrelétrica - PCH	4.886	4.941	5.020	5.157	5.291	5.429	5.513	5.662	5.802	5.803	2,5%
Central Geradora Hidrolétrica - CGH	398	484	594	695	768	816	834	949	923	922	0,4%
Central Geradora Eolielétrica EOL	7.633	10.124	12.283	14.390	15.378	17.131	20.771	23.761	28.682	29.550	12,5%
Central Geradora Solar Fotovoltaica - UFV	21	24	935	1.798	2.473	3.287	4.632	24.453	37.843	48.468	20,5%
Usina Termelétrica de Energia - UTE	39.564	41.275	41.628	40.523	41.219	43.057	44.866	46.440	47.514	46.439	19,6%
Usina Termonuclear - UTN	1.990	1.990	1.990	1.990	1.990	1.990	1.990	1.990	1.990	1.990	0,8%
Megawatts	**140.858**	**150.338**	**157.112**	**162.840**	**170.118**	**174.737**	**181.610**	**206.451**	**225.952**	**236.370**	**100,0%**
% cresc. a.a	**5,2%**	**6,7%**	**4,5%**	**3,6%**	**4,5%**	**2,7%**	**3,9%**	**13,7%**	**9,4%**	**4,6%**	

Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2024

Setor de energias renováveis (4/4)

- Perspectivas. Segundo o relatório “Análise do tamanho e participação do mercado de energia no Brasil” da Mordor Intelligence (“Mordor”), espera-se que o mercado de energia brasileiro cresça de 239,0 GW em 2024 para 336,1 GW até 2029, apresentando um CAGR de 7,06%. De acordo com a Mordor, em relação à energia hidroelétrica, estima-se que o espaço para crescimento futuro em grande escala possa ser limitado. No entanto, prevê-se que os pequenos projetos aumentem nos próximos anos, apresentando menos impacto ambiental e necessitando menos investimentos. Segundo a EPE, está prevista uma adição média de 400 MW na capacidade instalada nas PCH e CGH entre 2027 a 2031, devido à expansão por tecnologia.
- De acordo com a EPE, estima-se que, no período de 2024 a 2034, o consumo de energia per capita cresça a uma taxa média de 1,4% ao ano no pais, favorecendo toda cadeia de energia, inclusive a geração hidráulica. Historicamente, a fonte hídrica no Brasil foi a base do sistema de geração elétrica do país, mas atualmente está passando por efeitos de redução de capacidade de geração devido à deterioração dos reservatório, de acordo com a EPE. Abaixo, pode-se observar gráfico da geração elétrica em Terawatt-hora (TW) projetados da energia hidráulica, segundo dados publicados pela “Plano Decenal de Energia – 2034” da EPE:

Geração elétrica - Energia Hidráulica
Em TWh



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

5

Breve descrição da Empresa e Transação



Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Breve descrição da Empresa e Transação (1/3)

Breve descrição da Empresa

- A Companhia Energética do Jari – CEJA é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo – SP. detém a concessão de geração de energia elétrica, conforme Contrato de Concessão nº 004/2002 – ANEEL – UHE Santo Antonio do Jari, firmado em 07 de fevereiro de 2002
- A Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, localizada no Rio Jari, entre os municípios de Laranjal do Jari (Amapá) e Almeirim (Pará), conta com 393 MW de capacidade instalada e 211 MW médios de capacidade comercial.
- O prazo de vigência do contrato de concessão foi estendido, estando atualmente previsto para encerrar em 28 de outubro de 2045. O contrato segue as regras estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que determina condições de operação, padrões de qualidade e de continuidade do fornecimento de energia elétrica.

Resultados históricos | UHE Jari (1/3)

- **Ativos:** O quadro abaixo mostra os ativos da Empresa na data-base:

Ativo [BRL 1.000]	2020H	2021H	2022H	2023H	2024H	2025H
Ativo Circulante	**161.842**	**269.340**	**320.688**	**150.576**	**172.006**	**206.844**
Caixa e equivalentes de caixa	9.618	8.167	8.610	14.455	10.478	8.441
Aplicações financeiras	67.455	180.197	241.202	60.648	87.361	142.911
Concessionárias	54.998	45.868	43.684	45.846	45.960	33.900
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - CP	11.600	5.239	7.317	17.342	16.151	8.554
IRRF sobre aplicações financeiras	3.637	271	2.964	1	1.755	3.457
Outros tributos compensáveis	7.558	22.237	3.887	3.934	1.939	2.037
Estoques	2.994	3.457	5.011	4.858	4.690	5.136
Prêmio de risco - GSF - CP	2.294	2.294	2.294	2.294	2.294	2.294
Outros créditos - CP	1.688	1.610	5.719	1.198	1.379	114
Ativo Não Circulante	**1.573.448**	**1.533.332**	**1.505.779**	**1.478.751**	**1.449.355**	**1.416.526**
Cauções e depósitos vinculados - LP	22.321	22.815	24.783	22.294	28.148	21.317
Prêmio de risco - GSF - LP	16.630	14.336	12.042	9.748	7.455	6.117
Outros créditos - LP	2.180	2.387	1.544	725	309	107
Direito de uso	2	-	-	-	-	-
Imobilizado	1.044.405	1.017.376	1.013.140	1.005.301	995.170	984.284
Intangível	487.910	476.418	454.271	440.682	418.273	404.701
Ativo Total	**1.735.290**	**1.802.672**	**1.826.467**	**1.629.327**	**1.621.361**	**1.623.370**

Fonte: Demonstrações financeiras | Balancetes analíticos

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Breve descrição da Empresa e Transação (2/3)

Resultados históricos | UHE Jari (2/3)

- **Passivos:** O quadro abaixo mostra os passivos da Empresa na data-base:

Passivo [BRL 1.000]	2020H	2021H	2022H	2023H	2024H	2025H
Passivo Circulante	**183.193**	**205.016**	**244.854**	**246.537**	**236.271**	**174.102**
Fornecedores	16.607	17.178	31.947	28.564	28.666	17.017
Operações CCEE	65.134	76.462	80.950	78.142	85.258	82.011
Empréstimos e financiamentos	54.029	53.755	54.098	54.289	50.801	47.920
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.110	3.498	1.701	1.382	4.600	7.077
Outros tributos a recolher	2.251	2.857	2.791	2.638	2.991	4.090
IRRF Juros sobre Capital Próprio	5.660	6.527	9.727	10.573	7.461	0
Dividendos a pagar	32.074	36.984	55.122	59.913	42.276	-
Uso de bem público	2.144	2.773	3.024	2.822	2.950	2.813
Provisões	2.205	2.326	2.510	5.998	8.742	10.523
Outras contas a pagar	1.978	2.657	2.983	2.216	2.526	2.651
Passivo de arrendamento - CP	-	-	-	-	-	-
Passivo Não Circulante	**638.083**	**596.514**	**543.314**	**493.561**	**439.146**	**419.571**
Empréstimos e financiamentos - LP	492.270	440.036	390.266	341.451	294.503	269.967
Imposto diferidos	8	10	15	20	25	27
Imposto diferidos (diferenças temporárias)	111.289	117.888	113.739	110.376	107.614	114.173
Uso do bem público - LP	27.758	31.927	33.143	31.367	32.719	32.688
Provisões - LP	6.699	6.600	6.143	10.329	4.266	2.410
Outras contas a pagar - LP	59	53	8	17	20	305
Patrimônio Líquido	**914.014**	**1.001.142**	**1.038.300**	**889.230**	**945.944**	**1.029.697**
Passivo Total	**1.735.290**	**1.802.672**	**1.826.467**	**1.629.327**	**1.621.361**	**1.623.370**

Fonte: Demonstrações financeiras | Balancetes analíticos

Resultados históricos | UHE Jari (3/3)

- **Demonstração de resultados:** O quadro abaixo mostra a demonstração de resultado do exercício na data-base:

DRE Histórico. [BRL 1.000]	2020H	2021H	2022H	2023H	2024H	2025H
Receita bruta	**320.196**	**363.574**	**367.065**	**391.173**	**407.122**	**244.156**
Deduções	**(44.895)**	**(45.730)**	**(51.870)**	**(52.535)**	**(53.880)**	**(37.322)**
Receita líquida	**275.301**	**317.843**	**315.195**	**338.638**	**353.241**	**206.835**
Custos operacionais	**(77.697)**	**(72.977)**	**(69.501)**	**(87.172)**	**(86.596)**	**(44.362)**
Lucro bruto	**197.604**	**244.866**	**245.694**	**251.466**	**266.645**	**162.472**
% ROB	62%	67%	67%	64%	65%	67%
Despesas operacionais	**(3.476)**	**(4.123)**	**(2.421)**	**(4.025)**	**(4.089)**	**(2.194)**
EBITDA	**194.128**	**240.743**	**243.273**	**247.441**	**262.556**	**160.279**
% ROL	71%	76%	77%	73%	74%	77%
Depreciação e amortização	**(53.032)**	**(51.340)**	**(50.563)**	**(52.714)**	**(52.260)**	**(31.075)**
EBIT	**141.096**	**189.404**	**192.710**	**194.727**	**210.296**	**129.203**
% ROL	51%	60%	61%	58%	60%	62%
Financeiras	**(52.537)**	**(41.850)**	**(22.798)**	**(16)**	**(27.703)**	**(10.811)**
Outras receitas (despesas) não operacionais	50	6.383	4.524	789	8.890	73
EBT	**88.610**	**153.936**	**174.436**	**195.500**	**191.483**	**118.466**
IRCS	**1.574**	**(16.725)**	**(4.469)**	**(6.215)**	**(7.559)**	**(34.713)**
Lucro/Prejuízo Líquido	**90.183**	**137.211**	**169.966**	**189.285**	**183.924**	**83.753**

Fonte: Demonstrações financeiras | Balancetes analíticos

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Breve descrição da Empresa e Transação (3/3)

A Transação (1/2)

- Na transação, a Engie Brasil adquiriu 100% das ações da Companhia Energética do Jari – CEJA em transação concluída em 13.08.2025. Os vendedores da UHE Jari são em conjunto a EDP Energias do Brasil S.A. (“EDP”) e a China Three Gorges Brasil Energia S.A. (“CTG”).
- **Preço de aquisição.** Conforme informado pela Administração e pela SPA, o preço de aquisição da UHE Jari correspondeu a **BRL 1.938.998,49 mil (valor justo)**. O pagamento foi composto por: [i] parcela à vista, no valor de BRL 1.908.912,49 mil; e [ii] um preço adicional, referente a earn-out, de BRL 30.086,00 mil.

Objetivos da Adquirente e racional da aquisição

- Objetivo: A aquisição da totalidade da Empresa pela Engie Brasil visa fortalecer a posição da Engie no mercado de setor de energia hidrelétrica no Brasil, ampliando a presença de sua atuação geográfica e a base de contratos.
- Racional da aquisição: A aquisição da Empresa está alinhada com a estratégia Engie Brasil de se tornar um líder global no mercado de energia renovável e fortalece sua atuação nos segmentos de geração, de energia elétrica e soluções energéticas. A aquisição permitirá à Engie Brasil atingir seus objetivos estratégicos de forma mais rápida e eficiente.
- Potencial direito de voto: A aquisição contempla 100% do capital social e votante.

Participações antes e após aquisição da UHE Jari

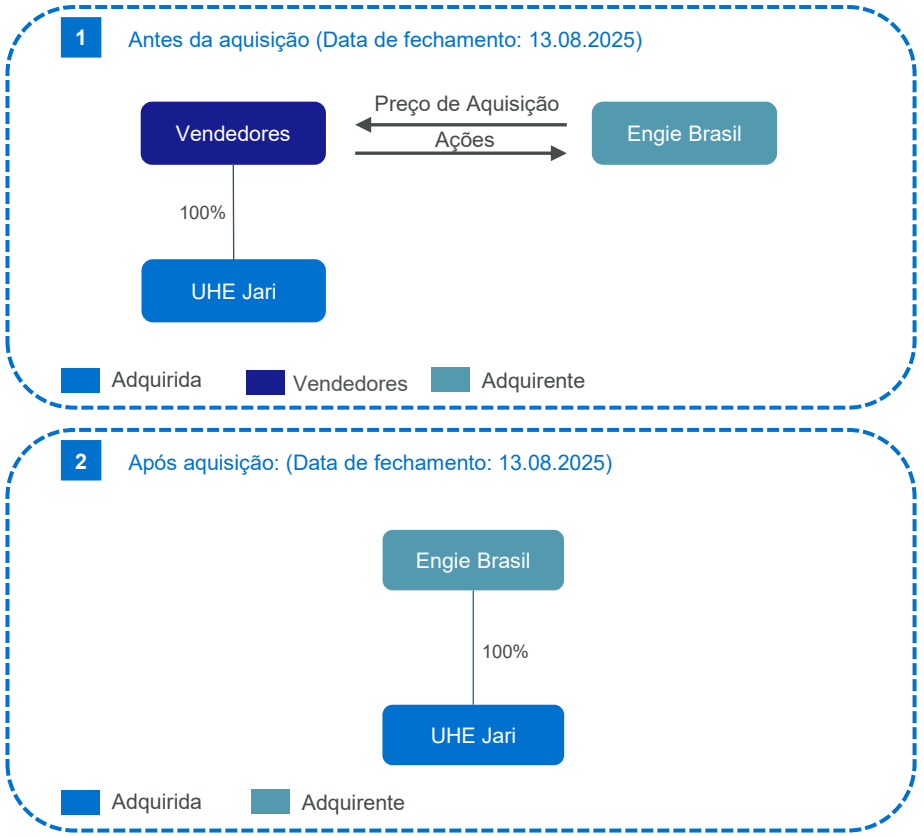
Companhia Energética do Jari - CEJA
Aquisição de 100% das ações.

#	Sócio	Participação Antes da aquisição		Participação Depois da aquisição	
		Ações	Ações %	Ações	Ações %
1	EDP Energias do Brasil S.A.	12.897	50,0%	-	0,0%
2	China Three Gorges Brasil Energia S.A.	12.897	50,0%	-	0,0%
3	Engie Brasil Energia S.A.	-	0,0%	25.794	100,0%
	Total	**25.794**	**100,0%**	**25.794**	**100,0%**

Fonte: SPA

A Transação (2/2)

- Os quadros seguintes mostram a configuração societária antes e depois da aquisição.



Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

6

Avaliação – Cotação Média das ações em bolsa



Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Avaliação – Cotação Média das ações em bolsa

Cotação Média das ações

- A UHE Jari é uma sociedade anônima de capital fechado e, portanto, não possui ações negociadas em bolsa ou balcão organizado. Assim sendo, **essa metodologia não se aplica a esta avaliação.**

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

7

Avaliação – Valor do Patrimônio Líquido Ajustado a Valores de Mercado (PLA)



Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Avaliação – Valor do Patrimônio Líquido Ajustado a Valores de Mercado (PLA) (1/2)

Resultados: Patrimônio Líquido Ajustado a Valores de Mercado (PLA)

- O quadro seguinte mostra os saldos contábeis dos ativos adquiridos da UHE Jari na data-base da aquisição e os respectivos saldos proforma (valores justos):

Ativo [BRL 1.000]	Valor contábil	Ajustes	Valor justo	VUR (meses)
Ativo Circulante	**206.844**	**-**	**206.844**	
Caixa e equivalentes de caixa	151.352	-	151.352	
Concessionárias	33.900	-	33.900	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - CP	8.554	-	8.554	
IRRF sobre aplicações financeiras	3.457	-	3.457	
Outros tributos compensáveis	2.037	-	2.037	
Estoques	5.136	-	5.136	
Prêmio de risco - GSF - CP	2.294	-	2.294	
Outros créditos - CP	114	-	114	
Ativo Não Circulante	**1.416.526**	**859.964**	**2.276.489**	
Cauções e depósitos vinculados - LP	21.317	-	21.317	
Prêmio de risco - GSF - LP	6.117	-	6.117	
Outros créditos - LP	107	-	107	
Ativos indenizatórios	-	13.499	13.499	
Imobilizado	984.284	668.244	1.652.528	234
Intangível	727	-	727	
Intangível em uso	28.944	-	28.944	
Intangível (PPA)	375.030	178.221	553.251	
[+] Contrato de concessão	375.030	178.221	553.251	242
Total Ativo	**1.623.370**	**859.964**	**2.483.333**	

Resultados: Patrimônio Líquido Ajustado a Valores de Mercado (PLA)

- O quadro seguinte mostra os saldos contábeis dos passivos assumidos da UHE Jari na data-base da aquisição e os respectivos saldos proforma (valores justos):

Passivo [BRL 1.000]	Valor contábil	Ajustes	Valor justo
Passivo Circulante	**174.102**	**-**	**174.102**
Fornecedores	17.017	-	17.017
Operações CCEE	82.011	-	82.011
Empréstimos e financiamentos	47.920	-	47.920
Imposto de renda e contribuição social a recolher - CP	7.077	-	7.077
Outros tributos a recolher	4.090	-	4.090
Outras contas a pagar	2.651	-	2.651
Provisões	10.523	-	10.523
Uso de bem público	2.813	-	2.813
Passivo Não Circulante	**419.571**	**(49.338)**	**370.233**
Empréstimos e financiamentos - LP	269.967	-	269.967
Imposto diferidos (diferenças temporárias)	27	-	27
Imposto de renda e contribuição social a recolher - LP	114.173	(99.537)	14.636
Uso do bem público - LP	32.688	-	32.688
Provisões - LP	2.410	-	2.410
Outras contas a pagar - LP	305	-	305
Contingências	-	50.199	50.199
Patrimônio Líquido	**1.029.697**	**909.302**	**1.938.998**
Total Passivo	**1.623.370**	**859.964**	**2.483.333**

Fonte: Demonstrações financeiras / Informação gerencial.
Valor justo dos intangíveis mensurados para fins de atendimento ao CPC 15 (R1)
VUR: Vida útil remanescente

- **CONCLUSÃO**: O resultado obtido com base no critério do PLA correspondeu a patrimônio líquido ajustado de BRL 1.938.998 mil, na data-base 13.08.2025. Considerando o total de 25.793,74 mil ações, o Valor do Patrimônio Líquido Ajustado a Valores de Mercado (PLA) por ações é de **BRL 75,17/ ação**.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Avaliação – Valor do Patrimônio Líquido Ajustado a Valores de Mercado (PLA) (2/2)

Ajustes efetuados no balanço da UHE Jari:

- Os ajustes efetuados no balanço patrimonial da UHE Jari corresponderam a:

Item	Comentários:
Ativos indenizatórios	▪ Conforme disposto no SPA, os vendedores da Empresa possuem a obrigação de indenizar e isentar o Adquirente por perdas sofridas ou incorridas decorrentes de ou relacionados a passivos e obrigações de qualquer natureza relacionados à Empresa cujo fato gerador tenha ocorrido no período anterior à data de fechamento.
Ativos Intangíveis	▪ A UHE Jari possui contrato de concessão. Portanto foram avaliados conforme Capítulo 9 deste relatório.
Ativo imobilizado	▪ Foram avaliados conforme descrito no Capítulo 10: Ativos Imobilizados.
Contingências	▪ Passivo contingente informado pela administração da Engie Brasil.
Imposto de renda diferido	▪ Write-off do Imposto de renda diferido, informado pela administração da Engie

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

8

Avaliação – Valor do Lucro Líquido por ação



Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Premissas Gerais

Critérios e premissas gerais:

- Abordagem metodológica: a avaliação do valor justo de ativos intangíveis e a conciliação entre WACC e TIR foi baseada em projeções de resultados e fluxos de caixa futuros para a Empresa, os quais foram baseados em Plano de Negócios fornecido pela administração e/ou em premissas fornecidas pela administração sobre o futuro dos negócios.
- Padrão de valor: valor justo ou "*fair value*".
- Moeda e data-base: as projeções de resultados e fluxos de caixa operacionais (FCFF) da Empresa foram preparadas em moeda nominal ou corrente (BRL nominais, correntes), considerando efeitos inflacionários, e data-base 13.08.2025.
- Taxa de desconto: coerentemente com a moeda de projeção, considerou-se taxa de desconto em termos nominais (com efeitos inflacionários), calculada com base na metodologia do WACC. Na avaliação do valor justo dos ativos intangíveis, eventualmente consideramos um prêmio de risco específico sobre o WACC.
- Fator de desconto dos fluxos de caixa: considerou-se o critério de "*mid-period*".
- Horizonte de projeção: Considerou-se projeção de 13.08.2025 a 31.10.2045.

Premissas macroeconômicas:

- Nossos trabalhos consideraram premissas sobre variáveis macroeconômicas retiradas de fontes públicas (Sistema de Expectativas do Banco Central em 13.08.2025):

Indicadores Macroeconômicos		2025HP	2026P	2027P	2028P	2029P	2030P	2031P	2032P
Descrição			2	3	4	5	6	7	8
Meses por Período		12	12	12	12	12	12	12	12
PIB	%	2,24%	1,85%	1,90%	2,02%	2,05%	2,05%	2,05%	2,05%
IPCA	%	5,08%	4,44%	3,95%	3,80%	3,76%	3,76%	3,76%	3,76%
IGP-M	%	1,18%	4,34%	4,02%	3,91%	3,87%	3,87%	3,87%	3,87%
CPI	%	2,88%	2,27%	2,37%	2,17%	2,18%	2,18%	2,00%	2,00%
Diferencial de Inflação	%	2,14%	2,12%	1,54%	1,60%	1,55%	1,55%	1,73%	1,73%
Selic (Avg)	%	13,58%	13,67%	11,44%	10,16%	9,75%	9,65%	9,65%	9,65%
TJLP	%	8,72%	8,82%	7,72%	7,72%	7,72%	7,72%	7,72%	7,72%

Fonte: Banco Central/ Ipea Data/ Portal Brasil/ Bradesco

Indicadores Macroeconômicos		2033P	2034P	2035P	2036P	2037P	2038P	2039P	2040P
Descrição		9	10	11	12	13	14	15	16
Meses por Período		12	12	12	12	12	12	12	12
PIB	%	2,05%	2,05%	2,05%	2,05%	2,05%	2,05%	2,05%	2,05%
IPCA	%	3,76%	3,76%	3,76%	3,76%	3,76%	3,76%	3,76%	3,76%
IGP-M	%	3,87%	3,87%	3,87%	3,87%	3,87%	3,87%	3,87%	3,87%
CPI	%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Diferencial de Inflação	%	1,73%	1,73%	1,73%	1,73%	1,73%	1,73%	1,73%	1,73%
Selic (Avg)	%	9,65%	9,65%	9,65%	9,65%	9,65%	9,65%	9,65%	9,65%
TJLP	%	7,72%	7,72%	7,72%	7,72%	7,72%	7,72%	7,72%	7,72%

Fonte: Banco Central/ Ipea Data/ Portal Brasil/ Bradesco

Indicadores Macroeconômicos		2041P	2042P	2043P	2044P	2045P
Descrição		17	18	19	20	21
Meses por Período		12	12	12	12	10
PIB	%	2,05%	2,05%	2,05%	2,05%	2,05%
IPCA	%	3,76%	3,76%	3,76%	3,76%	3,76%
IGP-M	%	3,87%	3,87%	3,87%	3,87%	3,87%
CPI	%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Diferencial de Inflação	%	1,73%	1,73%	1,73%	1,73%	1,73%
Selic (Avg)	%	9,65%	9,65%	9,65%	9,65%	9,65%
TJLP	%	7,72%	7,72%	7,72%	7,72%	7,72%

Fonte: Banco Central/ Ipea Data/ Portal Brasil/ Bradesco

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Premissas específicas

Item'	Premissas
1. Premissa geral	▪ Conceito geral: as projeções foram preparadas pela Forvis Mazars tendo como referência o Plano de Negócios preparado pela administração, considerando eventuais ajustes adicionados pela Forvis Mazars visando maior adequação ao padrão de valor justo (visão de participante de mercado). ▪ Negócios: foram considerados os negócios existentes em situação "as-is" (crescimento orgânico, sem aquisições).
2. Receita bruta	▪ A recita bruta foi projetada considerando o volume de energia vendida x preço unitário oriunda dos contratos de energia e posteriormente do mercado livre. • Contratos de energia (PPAs): Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e prazo de fornecimento de aproximadamente 20 anos. – Receita fixa: os contratos existentes foram projetados de acordo com o volume (MWh) e o preço (BRL/MWh) especificado em cada contrato e ajustados pela inflação (IPCA). – Receita de curto prazo: considerada venda da energia excedente no mercado spot. Foi projetada conforme plano de negócios da Administração.
3. Deduções	▪ Foram projetados com base nas alíquotas históricas sobre a ROB, lucro presumido, conforme informado pela administração: ▪ COFINS: 7,2%; PIS: 1,56%; ICMS: 0,9%; CFHUR: 3,0%; TFSEE: 0,4%; Outras deduções: 0,85%.
4.Custos operacionais	▪ Foram segregadas em custos fixos e variáveis, conforme premissas informadas pela administração na data-base: – Energia elétrica comprada para revenda: 100% fixas, variando com inflação (IPCA) projetada. – Encargo de uso de rede da energia elétrica: 100% fixas, variando com inflação (IPCA) projetada. – O&M: % da ROL conforme plano de negócios da Administração. – Custos de operação: 100% fixas, variando com inflação (IPCA) projetada.
5. Despesas Operacionais	▪ Projeção com base em segregação entre despesas fixas e despesas variáveis: – Despesas gerais e administrativas: foram considerados 100% fixas variando com inflação (IPCA) projetada. – Despesa de Uso de Bem Público: foram considerados 100% fixas variando com inflação (IPCA) projetada.
6. Depreciação	▪ Depreciação de ativos existentes e novos ativos: considerou-se a taxa de depreciação linear de modo a depreciar 100% dos ativos no fim da operação.
7. IRCS	▪ IRCS: considerou-se o regime de lucro real.
8. Capex	▪ Projeção Capex imobilizado: foi projetado de acordo com o plano de negócios da Administração.
9. Capital de giro	▪ Capital de giro: média histórica de drivers de capital de giro foram mantidos constantes ao longo da projeção, o que resultou em capital de giro líquido de 11,8% da ROL ao longo da projeção.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

por ação

UHE Jari | Projeção de Resultados (1/2)

DRE Projetado [BRL 000]		2021H	2022H	2023H	2024H	2025H	2025	2025HP	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
							1	0	2	3	4	5	6	7	8
Receita bruta	**BRL 000**	**363.574**	**367.065**	**391.173**	**407.122**	**244.156**	**165.206**	**409.362**	**439.430**	**459.399**	**479.163**	**496.075**	**514.859**	**533.880**	**555.492**
Deduções	**BRL 000**	**(45.730)**	**(51.870)**	**(52.535)**	**(53.880)**	**(37.322)**	**(23.102)**	**(60.423)**	**(58.059)**	**(60.671)**	**(63.273)**	**(66.111)**	**(68.600)**	**(71.146)**	**(74.020)**
Receita líquida	**BRL 000**	**317.843**	**315.195**	**338.638**	**353.241**	**206.835**	**142.104**	**348.939**	**381.371**	**398.728**	**415.890**	**429.964**	**446.260**	**462.734**	**481.471**
Custos operacionais	**BRL 000**	**(72.977)**	**(69.501)**	**(87.172)**	**(86.596)**	**(44.362)**	**(32.952)**	**(77.315)**	**(84.690)**	**(89.626)**	**(92.544)**	**(100.760)**	**(113.386)**	**(118.229)**	**(127.403)**
Lucro bruto	**BRL 000**	**244.866**	**245.694**	**251.466**	**266.645**	**162.472**	**109.152**	**271.624**	**296.681**	**309.102**	**323.345**	**329.204**	**332.873**	**344.505**	**354.068**
Despesas operacionais	**BRL 000**	**(4.123)**	**(2.421)**	**(4.025)**	**(4.089)**	**(2.194)**	**(1.389)**	**(3.582)**	**(3.740)**	**(3.887)**	**(4.033)**	**(4.184)**	**(4.340)**	**(4.501)**	**(4.669)**
EBITDA (Contábil)	**BRL 000**	**240.743**	**243.273**	**247.441**	**262.556**	**160.279**	**107.764**	**268.042**	**292.941**	**305.215**	**319.312**	**325.020**	**328.534**	**340.004**	**349.399**
Pagamentos UBP	**BRL 000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.158)**	**(1.158)**	**(3.139)**	**(3.262)**	**(3.385)**	**(3.511)**	**(3.642)**	**(3.778)**	**(3.919)**
EBITDA (Austado)	**BRL 000**	**240.743**	**243.273**	**247.441**	**262.556**	**160.279**	**106.606**	**266.884**	**289.802**	**301.953**	**315.927**	**321.509**	**324.892**	**336.226**	**345.481**
Depreciação e amortização	**BRL 000**	**(51.340)**	**(50.563)**	**(52.714)**	**(52.260)**	**(31.075)**	**(26.077)**	**(57.152)**	**(72.640)**	**(71.324)**	**(71.554)**	**(72.134)**	**(72.383)**	**(72.665)**	**(73.005)**
EBIT	**BRL 000**	**189.404**	**192.710**	**194.727**	**210.296**	**129.203**	**80.529**	**209.732**	**217.163**	**230.629**	**244.373**	**249.376**	**252.509**	**263.561**	**272.475**
Financeiras	**BRL 000**	**(41.850)**	**(22.798)**	**(16)**	**(27.703)**	**(10.811)**	**-**	**(10.811)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras receitas (despesas) não operacionais	**BRL 000**	**6.383**	**4.524**	**789**	**8.890**	**73**	**-**	**73**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
EBT	**BRL 000**	**153.936**	**174.436**	**195.500**	**191.483**	**118.466**	**80.529**	**198.994**	**217.163**	**230.629**	**244.373**	**249.376**	**252.509**	**263.561**	**272.475**
IR e CS	**BRL 000**	**(16.725)**	**(4.469)**	**(6.215)**	**(7.559)**	**(34.713)**	**(12.278)**	**(46.991)**	**(33.111)**	**(35.165)**	**(37.261)**	**(38.024)**	**(38.502)**	**(40.187)**	**(41.546)**
Resultado Líquido [proj: NOPAT]	**BRL 000**	**137.211**	**169.966**	**189.285**	**183.924**	**83.753**	**68.250**	**152.003**	**184.051**	**195.464**	**207.112**	**211.352**	**214.007**	**223.374**	**230.929**
Δ ROL	%aa	0%	-1%	7%	4%	-5%	10%	-1%	9%	5%	4%	3%	4%	4%	4%
Deduções	%ROB	13%	14%	13%	13%	15%	14%	15%	13%	13%	13%	13%	13%	13%	13%
Receita líquida	%ROB	87%	86%	87%	87%	85%	86%	85%	87%	87%	87%	87%	87%	87%	87%
Custos operacionais	%ROL	-23%	-22%	-26%	-25%	-21%	-23%	-22%	-22%	-22%	-22%	-23%	-25%	-26%	-26%
Margem bruta	**%ROL**	**77%**	**78%**	**74%**	**75%**	**79%**	**77%**	**78%**	**78%**	**78%**	**78%**	**77%**	**75%**	**74%**	**74%**
Despesas operacionais	%ROL	-1%	-1%	-1%	-1%	-1%	-1%	-1%	-1%	-1%	-1%	-1%	-1%	-1%	-1%
Margem EBITDA	**%ROL**	**76%**	**77%**	**73%**	**74%**	**77%**	**75%**	**77%**	**76%**	**76%**	**76%**	**75%**	**73%**	**73%**	**72%**
Margem EBIT	%ROL	60%	61%	58%	60%	62%	57%	60%	57%	58%	59%	58%	57%	57%	57%
IRCS. Alíquota efetiva	%ROB	-4,6%	-1,2%	-1,6%	-1,9%	-14,2%	-15,2%	-23,6%	-15,2%	-15,2%	-15,2%	-15,2%	-15,2%	-15,2%	-15,2%
Margem Líquida	%ROL	43%	54%	56%	52%	40%	48%	44%	48%	49%	50%	49%	48%	48%	48%

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

por ação

UHE Jari | Projeção de Resultados (2/2)

DRE Projetado [BRL 000]		2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045
		9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Receita bruta	**BRL 000**	**574.560**	**596.008**	**618.171**	**642.998**	**665.135**	**688.471**	**714.122**	**742.757**	**768.325**	**796.951**	**826.643**	**859.790**	**425.249**
Deduções	**BRL 000**	**(76.555)**	**(79.419)**	**(82.374)**	**(85.643)**	**(88.592)**	**(90.937)**	**(94.325)**	**(98.107)**	**(102.381)**	**(106.195)**	**(110.152)**	**(114.569)**	**(63.105)**
Receita líquida	**BRL 000**	**498.005**	**516.588**	**535.797**	**557.354**	**576.543**	**597.535**	**619.797**	**644.650**	**665.944**	**690.755**	**716.491**	**745.221**	**362.144**
Custos operacionais	**BRL 000**	**(122.943)**	**(115.138)**	**(111.854)**	**(121.936)**	**(125.510)**	**(129.289)**	**(136.487)**	**(143.023)**	**(150.674)**	**(161.954)**	**(160.182)**	**(181.910)**	**(141.826)**
Lucro bruto	**BRL 000**	**375.062**	**401.450**	**423.943**	**435.418**	**451.034**	**468.246**	**483.310**	**501.627**	**515.270**	**528.801**	**556.309**	**563.312**	**220.318**
Despesas operacionais	**BRL 000**	**(4.843)**	**(5.023)**	**(5.211)**	**(5.405)**	**(5.606)**	**(5.815)**	**(6.032)**	**(6.256)**	**(6.489)**	**(6.731)**	**(6.982)**	**(7.242)**	**(6.260)**
EBITDA (Contábil)	**BRL 000**	**370.219**	**396.427**	**418.733**	**430.014**	**445.428**	**462.431**	**477.279**	**495.371**	**508.781**	**522.070**	**549.327**	**556.070**	**214.058**
Pagamentos UBP	**BRL 000**	**(4.065)**	**(4.216)**	**(4.373)**	**(4.536)**	**(4.705)**	**(4.880)**	**(5.062)**	**(5.251)**	**(5.446)**	**(5.649)**	**(5.860)**	**(6.078)**	**(5.222)**
EBITDA (Austado)	**BRL 000**	**366.154**	**392.211**	**414.360**	**425.478**	**440.723**	**457.551**	**472.217**	**490.120**	**503.334**	**516.421**	**543.467**	**549.992**	**208.836**
Depreciação e amortização	**BRL 000**	**(73.386)**	**(73.815)**	**(74.300)**	**(74.856)**	**(75.523)**	**(77.427)**	**(80.802)**	**(84.902)**	**(87.929)**	**(89.732)**	**(92.301)**	**(96.609)**	**(74.035)**
EBIT	**BRL 000**	**292.768**	**318.396**	**340.059**	**350.622**	**365.199**	**380.124**	**391.415**	**405.218**	**415.405**	**426.689**	**451.167**	**453.382**	**134.801**
Financeiras	**BRL 000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras receitas (despesas) não operacionais	**BRL 000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
EBT	**BRL 000**	**292.768**	**318.396**	**340.059**	**350.622**	**365.199**	**380.124**	**391.415**	**405.218**	**415.405**	**426.689**	**451.167**	**453.382**	**134.801**
IR e CS	**BRL 000**	**(44.641)**	**(48.549)**	**(51.853)**	**(53.464)**	**(55.687)**	**(57.963)**	**(59.685)**	**(61.790)**	**(63.343)**	**(65.064)**	**(68.797)**	**(69.135)**	**(20.552)**
Resultado Líquido [proj: NOPAT]	**BRL 000**	**248.127**	**269.847**	**288.206**	**297.158**	**309.513**	**322.161**	**331.730**	**343.428**	**352.062**	**361.625**	**382.370**	**384.247**	**114.249**
Δ ROL	%aa	3%	4%	4%	4%	3%	4%	4%	4%	3%	4%	4%	4%	-42%
Deduções	%ROB	13%	13%	13%	13%	13%	13%	13%	13%	13%	13%	13%	13%	15%
Receita líquida	%ROB	87%	87%	87%	87%	87%	87%	87%	87%	87%	87%	87%	87%	85%
Custos operacionais	%ROL	-25%	-22%	-21%	-22%	-22%	-22%	-22%	-22%	-23%	-23%	-22%	-24%	-39%
Margem bruta	**%ROL**	**75%**	**78%**	**79%**	**78%**	**78%**	**78%**	**78%**	**78%**	**77%**	**77%**	**78%**	**76%**	**61%**
Despesas operacionais	%ROL	-1%	-1%	-1%	-1%	-1%	-1%	-1%	-1%	-1%	-1%	-1%	-1%	-2%
Margem EBITDA	**%ROL**	**74%**	**76%**	**77%**	**76%**	**76%**	**77%**	**76%**	**76%**	**76%**	**75%**	**76%**	**74%**	**58%**
Margem EBIT	%ROL	59%	62%	63%	63%	63%	64%	63%	63%	62%	62%	63%	61%	37%
IRCS. Alíquota efetiva	%ROB	-15,2%	-15,2%	-15,2%	-15,2%	-15,2%	-15,2%	-15,2%	-15,2%	-15,2%	-15,2%	-15,2%	-15,2%	-15,2%
Margem Líquida	%ROL	50%	52%	54%	53%	54%	54%	54%	53%	53%	52%	53%	52%	32%

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

por ação

UHE Jari | Projeção de fluxo de caixa (1/2)

FCFF [BRL 000]		2021H	2022H	2023H	2024H	2025H	2025	2025HP	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Fluxo de Caixa Operacional		-	-	-	-	-	**79.601**		**252.839**	**265.033**	**276.324**	**283.363**	**287.211**	**294.421**	**303.227**
(+) EBIT							80.529		217.163	230.629	244.373	249.376	252.509	263.561	272.475
(-) IRPJ/ CSLL							(12.278)		(33.111)	(35.165)	(37.261)	(38.024)	(38.502)	(40.187)	(41.546)
(+) Depreciação							17.164		49.358	50.096	50.931	51.510	51.760	52.041	52.382
(+) Amortização							8.914		23.282	21.229	20.624	20.624	20.624	20.624	20.624
(+/-) Variação no Capital de Giro							(14.726)		(3.852)	(1.756)	(2.342)	(122)	820	(1.618)	(708)
Fluxo de Caixa Investimento		-	-	-	-	-	**(4.820)**		**(13.588)**	**(14.172)**	**(15.536)**	**(4.289)**	**(4.449)**	**(4.614)**	**(4.786)**
(-) Capex do imobilizado							(4.820)		(13.588)	(14.172)	(15.536)	(4.289)	(4.449)	(4.614)	(4.786)
(-) Capex do Intangível							-		-	-	-	-	-	-	-
Fluxo de Caixa para a Firma [FCFF]		-	-	-	-	-	**74.781**		**239.251**	**250.861**	**260.787**	**279.074**	**282.762**	**289.806**	**298.440**

Capital de Giro	Driver	2021H	2022H	2023H	2024H	2025H	2025	2025HP	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Dias por ano		360	360	360	360	222	138	360	360	360	360	360	360	360	360
Aplicações		**86.578**	**74.228**	**87.634**	**80.596**	**58.182**	**77.914**	**77.914**	**85.168**	**89.112**	**92.888**	**96.354**	**100.563**	**104.317**	**108.819**
Caixa e equivalentes de caixa	d ROL	8.167	8.610	14.455	10.478	8.441	10.889	10.889	11.901	12.443	12.978	13.417	13.926	14.440	15.025
Concessionárias	d ROL	45.868	43.684	45.846	45.960	33.900	44.064	44.064	48.160	50.351	52.519	54.296	56.354	58.434	60.800
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - CP	d ROL	27.477	11.204	21.277	18.090	10.591	15.803	15.803	17.272	18.058	18.835	19.472	20.210	20.956	21.805
Estoques	d CPV	3.457	5.011	4.858	4.690	5.136	4.897	4.897	5.364	5.677	5.861	6.382	7.181	7.488	8.069
Outros créditos - CP	d ROL	1.610	5.719	1.198	1.379	114	2.262	2.262	2.472	2.584	2.695	2.787	2.892	2.999	3.121
Fontes		**26.190**	**39.421**	**34.799**	**38.783**	**30.835**	**35.840**	**35.840**	**39.242**	**41.430**	**42.864**	**46.207**	**51.237**	**53.373**	**57.168**
Fornecedores	d CPV	17.178	31.947	28.564	28.666	17.017	26.187	26.187	28.685	30.357	31.345	34.128	38.404	40.045	43.152
Imposto de renda e contribuição social a recolher - CP	d ROL	6.355	4.492	4.020	7.591	11.167	7.057	7.057	7.713	8.064	8.411	8.695	9.025	9.358	9.737
Outras contas a pagar	d CPV	2.657	2.983	2.216	2.526	2.651	2.597	2.597	2.844	3.010	3.108	3.384	3.808	3.971	4.279
Capital de Giro		**60.388**	**34.806**	**52.834**	**41.813**	**27.348**	**42.074**	**42.074**	**45.926**	**47.682**	**50.025**	**50.147**	**49.326**	**50.944**	**51.652**
Variação Capital de Giro			(25.582)	18.028	(11.021)	(14.465)	14.726	261	3.852	1.756	2.342	122	(820)	1.618	708
Capital de Giro [% ROL]		19,0%	11,0%	15,6%	11,8%	8,2%	11,4%	12,1%	12,0%	12,0%	12,0%	11,7%	11,1%	11,0%	10,7%

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

por ação

UHE Jari | Projeção de fluxo de caixa (2/2)

FCFF [BRL 000]		2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045
Fluxo de Caixa Operacional		**317.010**	**337.737**	**357.861**	**371.054**	**382.513**	**396.788**	**410.548**	**425.652**	**438.330**	**450.152**	**469.258**	**482.139**	**272.953**
(+) EBIT		292.768	318.396	340.059	350.622	365.199	380.124	391.415	405.218	415.405	426.689	451.167	453.382	134.801
(-) IRPJ/ CSLL		(44.641)	(48.549)	(51.853)	(53.464)	(55.687)	(57.963)	(59.685)	(61.790)	(63.343)	(65.064)	(68.797)	(69.135)	(20.552)
(+) Depreciação		52.763	53.191	53.677	54.232	54.900	56.803	60.178	64.279	67.306	69.108	71.677	75.995	73.350
(+) Amortização		20.624	20.624	20.624	20.624	20.624	20.624	20.624	20.624	20.624	20.624	20.624	20.615	686
(+/-) Variação no Capital de Giro		(4.503)	(5.924)	(4.646)	(960)	(2.523)	(2.801)	(1.984)	(2.679)	(1.661)	(1.205)	(5.412)	1.282	84.669
Fluxo de Caixa Investimento		**(4.965)**	**(5.150)**	**(5.341)**	**(5.540)**	**(6.178)**	**(22.488)**	**(23.325)**	**(24.098)**	**(6.652)**	**(6.900)**	**(7.157)**	**(7.424)**	**(7.701)**
(-) Capex do imobilizado		(4.965)	(5.150)	(5.341)	(5.540)	(6.178)	(22.488)	(23.325)	(24.098)	(6.652)	(6.900)	(7.157)	(7.424)	(7.701)
(-) Capex do Intangível		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo de Caixa para a Firma [FCFF]		**312.045**	**332.587**	**352.519**	**365.513**	**376.335**	**374.300**	**387.222**	**401.554**	**431.677**	**443.251**	**462.101**	**474.715**	**265.252**

Capital de Giro	Driver	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045
Dias por ano		360	360	360	360	360	360	360	360	360	360	360	360	300
Aplicações		**111.997**	**115.391**	**119.203**	**124.352**	**128.594**	**133.226**	**138.340**	**143.955**	**148.895**	**154.801**	**160.074**	**167.463**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa	d ROL	15.541	16.120	16.720	17.393	17.991	18.646	19.341	20.117	20.781	21.555	22.359	23.255	-
Concessionárias	d ROL	62.888	65.235	67.660	70.383	72.806	75.457	78.268	81.406	84.095	87.229	90.478	94.107	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - CP	d ROL	22.554	23.395	24.265	25.241	26.111	27.061	28.069	29.195	30.159	31.283	32.448	33.750	-
Estoques	d CPV	7.787	7.292	7.084	7.723	7.949	8.189	8.645	9.058	9.543	10.258	10.145	11.521	-
Outros créditos - CP	d ROL	3.228	3.348	3.473	3.612	3.737	3.873	4.017	4.178	4.316	4.477	4.644	4.830	-
Fontes		**55.842**	**53.312**	**52.477**	**56.667**	**58.385**	**60.217**	**63.347**	**66.283**	**69.562**	**74.263**	**74.124**	**82.794**	**-**
Fornecedores	d CPV	41.641	38.998	37.885	41.300	42.511	43.791	46.229	48.442	51.034	54.855	54.254	61.614	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher - CP	d ROL	10.071	10.447	10.835	11.271	11.660	12.084	12.534	13.037	13.467	13.969	14.490	15.071	-
Outras contas a pagar	d CPV	4.129	3.867	3.757	4.095	4.215	4.342	4.584	4.803	5.060	5.439	5.380	6.109	-
Capital de Giro		**56.155**	**62.079**	**66.725**	**67.685**	**70.208**	**73.009**	**74.993**	**77.672**	**79.333**	**80.539**	**85.951**	**84.669**	**-**
Variação Capital de Giro		4.503	5.924	4.646	960	2.523	2.801	1.984	2.679	1.661	1.205	5.412	(1.282)	(84.669)
Capital de Giro [% ROL]		11,3%	12,0%	12,5%	12,1%	12,2%	12,2%	12,1%	12,0%	11,9%	11,7%	12,0%	11,4%	0,0%

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Resultados

Resultados da avaliação (1/2)

- O quadro a seguir mostra os resultados obtidos para a avaliação econômico-financeira da UHE Jari na data-base, calculados com base no DCF na data-base 13.08.2025:

Companhia Energética do Jari - CEJA
Data-base: 13.08.2025

Valor justo [BRL 1.000]	WACC-Δ	WACC	WACC+Δ	
Tx desconto: WACC [%aa]	11,9%	12,4%	12,9%	
VP fluxos de caixa projetados	2.409.268	2.329.457	2.253.914	[1]
Enterprise value	**2.409.268**	**2.329.457**	**2.253.914**	
Ativos não operacionais	176.203	176.203	176.203	[2]
Passivos não operacionais	(427.800)	(427.800)	(427.800)	[2]
Contingências	(50.199)	(50.199)	(50.199)	[3]
Ativos indenizatórios	13.499	13.499	13.499	[3]
Ajustes não-operacionais	**(288.298)**	**(288.298)**	**(288.298)**	[4]=[2]+[3]
Equity value (100% ações)	**2.120.970**	**2.041.159**	**1.965.616**	[5]=[1]+[4]

Notas:
[1] Fluxos de caixa projetados entre 13.08.2025 a 31.10.2045
[2] Fonte: demonstrações financeiras não-auditadas em 13.08.2025.
[3] Valores informados pela administração.

Resultados da avaliação (2/2)

- O quadro a seguir apresenta o valor do lucro líquido por ação:

Companhia Energética do Jari - CEJA
Data-base: 13.08.2025

ANÁLISE DO LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		
Valor do lucro líquido projetado (BRL 000)		2.041.159
Quantidade de ações adquiridas		25.794
Valor por ações (BRL 000)	[a]	79,13
Valor por ações histórico (BRL 000)*	[b]	114,75
Valor utilizado (BRL 000)	**Mínimo entre [a] e [b]**	**79,13**

RESULTADO HISTÓRICOS AJUSTADOS		
	2023	2024
Resultado da empresa no período (BRL 000)	189.285	183.924
IPCA (anual)	4,8%	3,2%
IPCA (acumulado)	8,2%	3,2%
Resultado atualizado pelo IPCA (BRL 000)	204.807	189.835
Número total de ações	25.794	25.794
Lucro por ação (BRL 000)	7,94	7,36
15x	119,10	110,40
MÉDIA		114,75

*Limitado a 15 (quinze) vezes o lucro líquido médio anual por ação nos 02 (dois) últimos exercícios sociais, atualizados monetariamente pelo IPCA (BRL)

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

9

PLA: Valor justo de ativos intangíveis



Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

UHE Jari | Ativos Intangíveis | Identificação e reconhecimento

- A identificação dos ativos intangíveis deve manter consistência com critérios de materialidade e razoabilidade, e atender simultaneamente aos 4 critérios gerais definidos a seguir, definidos nas normas contábeis Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativos intangíveis e CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios:

Critérios	Requisitos: CPC 04 & CPC 15 R1 / IAS38 & IFRS3 R1
[1] Controle	A entidade deve controlar o ativo.
[2] Benefício econômico futuro	A entidade deve ter uma expectativa razoável de fluxos de caixa futuros econômicos a serem gerados pelo ativo. Benefícios económicos futuros podem incluir as receitas provenientes da venda de produtos ou serviços, redução de custo s ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.
[3] Identificável	**Separável**: o ativo deve ser separável, ou seja, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou em conjunto com outros ativos e passivos ou contrato relacionado, independentemente da intenção da entidade em fazê-lo, ou; **Contratual / legal:** o ativo deve surgir de um contrato ou de outro direito legal, independentemente de esse direito ser transferível ou separável da entidade e de outros direitos e obrigações.
[4] Mensuração confiável	O ativo deve ser confiavelmente mensurável. A entidade deve avaliar a probabilidade de benefícios econômicos futuros utilizando premissas razoáveis e justificáveis que representem a melhor estimativa da Administração sobre o conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo. A entidade deve usar seu julgamento para avaliar o grau de certeza relacionado ao fluxo de benefícios econômicos futuros atribuíveis ao uso do ativo, baseado nas evidências disponíveis no momento do reconhecimento inicial, dando maior peso à evidência externa.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

UHE Jari | Ativos intangíveis analisados

Item	Descrição	Observações
1) Contrato de concessão	▪ Natureza do ativo: contratual ▪ Mensuração: sim ▪ Método: MEEM (Multi-Period Excess Earnings Method)	▪ Requisitos atendidos: controle, geração de benefícios econômicos futuros, medição identificável e confiável. ▪ A estimativa do valor justo foi baseada no Multi-Period Excess Earnings Method (MEEM). Tal método estima o valor presente dos benefícios futuros derivados da propriedade do ativo intangível, que exceda a taxa de retorno exigida sobre os investimentos que contribuem para a geração de tal benefício. ▪ Vida útil: 20,2 anos. ▪ TAB (“tax amortization benefit”): considerado no cálculo. Conforme informado pela Administração, a amortização deste intangível de vida útil definida não é dedutível fiscalmente.
2) Força de trabalho (“Workforce”)	▪ Natureza do ativo: contratual ▪ Mensuração: sim ▪ Método: Replacement Cost	▪ Requisitos atendidos: controle, geração de benefícios econômicos futuros, identificável e mensuração confiável. ▪ Descrição: trata-se da mão de obra já constituída. ▪ o valor justo desse ativo intangível foi mensurado para cálculo do CAC, utilizado na aplicação do MEEM (cálculo do valor justo do contrato de concessão) ▪ Esse ativo intangível não é reconhecido separadamente do ágio.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

UHE Jari | Contratos de concessão – Método: MEEM (1/2)

Premissas Gerais	
Taxa de desconto	15,91%
Vida útil	20,2
IRCS	15,25%

Relacionamento com clientes (BRL '000)	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Período em meses	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
Período operacional	5	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
IPCA	1,7%	4,4%	3,9%	3,8%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%
Receita líquida	**142.104**	**381.371**	**398.728**	**415.890**	**429.964**	**446.260**	**462.734**	**481.471**	**498.005**	**516.588**	**535.797**
Δ %	10,4%	9,3%	4,6%	4,3%	3,4%	3,8%	3,7%	4,0%	3,4%	3,7%	3,7%
EBITDA	**106.606**	**289.802**	**301.953**	**315.927**	**321.509**	**324.892**	**336.226**	**345.481**	**366.154**	**392.211**	**414.360**
%ROL	75,0%	76,0%	75,7%	76,0%	74,8%	72,8%	72,7%	71,8%	73,5%	75,9%	77,3%
IRCS	**(16.257)**	**(44.195)**	**(46.048)**	**(48.179)**	**(49.030)**	**(49.546)**	**(51.274)**	**(52.686)**	**(55.839)**	**(59.812)**	**(63.190)**
Alíquota efetiva	-15,25%	-15,25%	-15,25%	-15,25%	-15,25%	-15,25%	-15,25%	-15,25%	-15,25%	-15,25%	-15,25%
EBITDA 'post-tax'	**90.348**	**245.607**	**255.906**	**267.748**	**272.479**	**275.346**	**284.951**	**292.795**	**310.316**	**332.399**	**351.170**
CAC post-tax [%RoI]	70,5%	68,2%	62,9%	58,3%	54,5%	50,5%	46,7%	43,0%	39,8%	36,7%	33,8%
CAC post-tax	(100.113)	(259.980)	(250.615)	(242.502)	(234.390)	(225.218)	(216.123)	(207.107)	(198.228)	(189.564)	(180.962)
Fluxo de caixa após CAC	**(9.764)**	**(14.373)**	**5.291**	**25.245**	**38.089**	**50.127**	**68.828**	**85.688**	**112.088**	**142.835**	**170.208**
Meses (mid-period)	2	11	23	35	47	59	71	83	95	107	119
Fator de desconto	0,97	0,88	0,76	0,65	0,56	0,49	0,42	0,36	0,31	0,27	0,23
Fluxo de Caixa Descontado	**(9.492)**	**(12.615)**	**4.007**	**16.494**	**21.469**	**24.377**	**28.878**	**31.018**	**35.006**	**38.486**	**39.568**

VPL	**493.463**
TAB	59.788
Valor Justo	**553.251**

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

UHE Jari | Contratos de concessão – Método: MEEM (2/2)

Premissas Gerais	
Taxa de desconto	15,91%
Vida útil	20,2
IRCS	15,25%

Relacionamento com clientes (BRL '000)	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045
Período em meses	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
Período operacional	12	12	12	12	12	12	12	12	12	10
IPCA	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%
Receita líquida	**557.354**	**576.543**	**597.535**	**619.797**	**644.650**	**665.944**	**690.755**	**716.491**	**745.221**	**362.144**
Δ %	4,0%	3,4%	3,6%	3,7%	4,0%	3,3%	3,7%	3,7%	4,0%	-51,4%
EBITDA	**425.478**	**440.723**	**457.551**	**472.217**	**490.120**	**503.334**	**516.421**	**543.467**	**549.992**	**208.836**
%ROL	76,3%	76,4%	76,6%	76,2%	76,0%	75,6%	74,8%	75,9%	73,8%	57,7%
IRCS	**(64.885)**	**(67.210)**	**(69.777)**	**(72.013)**	**(74.743)**	**(76.758)**	**(78.754)**	**(82.879)**	**(83.874)**	**(31.847)**
Alíquota efetiva	-15,25%	-15,25%	-15,25%	-15,25%	-15,25%	-15,25%	-15,25%	-15,25%	-15,25%	-15,25%
EBITDA 'post-tax'	**360.593**	**373.512**	**387.775**	**400.204**	**415.377**	**426.576**	**437.667**	**460.589**	**466.118**	**176.989**
CAC post-tax [%RoI]	30,9%	28,3%	26,2%	24,4%	22,8%	21,0%	18,9%	17,0%	14,5%	15,2%
CAC post-tax	(172.166)	(163.350)	(156.463)	(151.460)	(146.740)	(139.772)	(130.478)	(121.782)	(108.067)	(55.108)
Fluxo de caixa após CAC	**188.427**	**210.162**	**231.311**	**248.744**	**268.637**	**286.803**	**307.189**	**338.807**	**358.050**	**121.880**
Meses (mid-period)	131	143	155	167	179	191	203	215	227	238
Fator de desconto	0,20	0,17	0,15	0,13	0,11	0,10	0,08	0,07	0,06	0,05
Fluxo de Caixa Descontado	**37.792**	**36.366**	**34.533**	**32.039**	**29.852**	**27.497**	**25.410**	**24.179**	**22.045**	**6.554**

VPL	**493.463**
TAB	59.788
Valor Justo	**553.251**

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

UHE Jari | CAC (1/2)

Premissas Gerais		
IRCS		15,25%
Taxa de retorno	**Pre-tax**	**Post-tax**
Capital de Giro	10,33%	8,76%
Ativo Imobilizado	13,13%	11,13%
Ativos Intangíveis	14,68%	12,44%
Força de trabalho	14,68%	12,44%

CAC [BRL 000]	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Período em meses	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
Período operacional	5	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
IPCA	1,7%	4,4%	3,9%	3,8%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%
Receita Líquida	**142.104**	**381.371**	**398.728**	**415.890**	**429.964**	**446.260**	**462.734**	**481.471**	**498.005**	**516.588**	**535.797**
Δ %	10,4%	9,3%	4,6%	4,3%	3,4%	3,8%	3,7%	4,0%	3,4%	3,7%	3,7%
Volume gerado	**527**	**1.312**	**1.312**	**1.316**	**1.384**	**1.383**	**1.384**	**1.388**	**1.383**	**1.384**	**1.384**
Capital de Giro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial	27.348	42.074	45.926	47.682	50.025	50.147	49.326	50.944	51.652	56.155	62.079
[+/-] Variação Capital de Giro	14.726	3.852	1.756	2.342	122	(820)	1.618	708	4.503	5.924	4.646
Saldo Final	42.074	45.926	47.682	50.025	50.147	49.326	50.944	51.652	56.155	62.079	66.725
Média	34.711	44.000	46.804	48.853	50.086	49.737	50.135	51.298	53.903	59.117	64.402
Contribuição [post-tax]	1.166	3.852	4.098	4.277	4.385	4.355	4.389	4.491	4.719	5.176	5.639
% ROL	**0,8%**	**1,0%**	**1,0%**	**1,0%**	**1,0%**	**1,0%**	**0,9%**	**0,9%**	**0,9%**	**1,0%**	**1,1%**
Ativo Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial	1.652.528	1.626.318	1.554.385	1.482.459	1.411.467	1.328.648	1.245.713	1.162.637	1.079.393	995.950	912.305
[+] Capex	4.820	13.588	14.172	15.536	4.289	4.449	4.614	4.786	4.965	5.150	5.341
[-] Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
[-] Depreciação. Ajuste valor justo	(31.030)	(85.521)	(86.098)	(86.528)	(87.108)	(87.384)	(87.690)	(88.030)	(88.408)	(88.795)	(89.280)
Saldo Final	1.626.318	1.554.385	1.482.459	1.411.467	1.328.648	1.245.713	1.162.637	1.079.393	995.950	912.305	828.366
Média	1.639.423	1.590.351	1.518.422	1.446.963	1.370.057	1.287.181	1.204.175	1.121.015	1.037.672	954.128	870.336
CAC post-tax	96.257	249.412	241.899	234.313	226.248	217.262	208.287	199.323	190.371	181.404	172.494
% ROL	**67,7%**	**65,4%**	**60,7%**	**56,3%**	**52,6%**	**48,7%**	**45,0%**	**41,4%**	**38,2%**	**35,1%**	**32,2%**
Ativo Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial	29.671	28.176	24.233	22.344	21.060	19.776	18.492	17.208	15.924	14.640	13.356
[+] Capex	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
[-] Amortização	(1.496)	(3.942)	(1.889)	(1.284)	(1.284)	(1.284)	(1.284)	(1.284)	(1.284)	(1.284)	(1.284)
[-] Amortização. Ajuste valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	28.176	24.233	22.344	21.060	19.776	18.492	17.208	15.924	14.640	13.356	12.072
Média	28.923	26.204	23.289	21.702	20.418	19.134	17.850	16.566	15.282	13.998	12.714
CAC post-tax	2.648	6.602	4.499	3.789	3.629	3.469	3.309	3.150	2.990	2.830	2.670
% ROL	**1,9%**	**1,7%**	**1,1%**	**0,9%**	**0,8%**	**0,8%**	**0,7%**	**0,7%**	**0,6%**	**0,5%**	**0,5%**
Força de trabalho											
Força de trabalho	880	919	955	991	1.028	1.066	1.106	1.147	1.190	1.234	1.280
CAC post-tax	42	114	119	123	128	133	138	143	148	154	159
% ROL	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**
CAC Agregado	**70,5%**	**68,2%**	**62,9%**	**58,3%**	**54,5%**	**50,5%**	**46,7%**	**43,0%**	**39,8%**	**36,7%**	**33,8%**

Fonte: Administração/ Forvis Mazars.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

UHE Jari | CAC (2/2)

Premissas Gerais		
IRCS		15,25%
Taxa de retorno	**Pre-tax**	**Post-tax**
Capital de Giro	10,33%	8,76%
Ativo Imobilizado	13,13%	11,13%
Ativos Intangíveis	14,68%	12,44%
Força de trabalho	14,68%	12,44%

CAC [BRL 000]	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045
Período em meses	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
Período operacional	12	12	12	12	12	12	12	12	12	10
IPCA	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%
Receita Líquida	**557.354**	**576.543**	**597.535**	**619.797**	**644.650**	**665.944**	**690.755**	**716.491**	**745.221**	**362.144**
Δ %	4,0%	3,4%	3,6%	3,7%	4,0%	3,3%	3,7%	3,7%	4,0%	-41,7%
Volume gerado	**1.384**	**1.380**	**1.312**	**1.312**	**1.316**	**1.380**	**1.380**	**1.380**	**1.384**	**1.150**
Capital de Giro	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldo inicial	66.725	67.685	70.208	73.009	74.993	77.672	79.333	80.539	85.951	84.669
[+/-] Variação Capital de Giro	960	2.523	2.801	1.984	2.679	1.661	1.205	5.412	(1.282)	(84.669)
Saldo Final	67.685	70.208	73.009	74.993	77.672	79.333	80.539	85.951	84.669	-
Média	67.205	68.947	71.609	74.001	76.333	78.503	79.936	83.245	85.310	42.335
Contribuição [post-tax]	5.884	6.036	6.269	6.479	6.683	6.873	6.999	7.288	7.469	3.089
% ROL	**1,1%**	**1,0%**	**1,0%**	**1,0%**	**1,0%**	**1,0%**	**1,0%**	**1,0%**	**1,0%**	**0,9%**
Ativo Imobilizado	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldo inicial	828.366	744.071	659.745	589.825	517.369	441.585	345.328	247.516	147.393	50.835
[+] Capex	5.540	6.178	22.488	23.325	24.098	6.652	6.900	7.157	7.424	7.701
[-] Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
[-] Depreciação. Ajuste valor justo	(89.836)	(90.503)	(92.407)	(95.782)	(99.883)	(102.909)	(104.712)	(107.281)	(103.982)	(57.777)
Saldo Final	744.071	659.745	589.825	517.369	441.585	345.328	247.516	147.393	50.835	759
Média	786.218	701.908	624.785	553.597	479.477	393.456	296.422	197.454	99.114	25.797
CAC post-tax	163.606	154.792	147.825	142.765	137.994	130.989	121.722	112.888	99.152	51.357
% ROL	**29,4%**	**26,8%**	**24,7%**	**23,0%**	**21,4%**	**19,7%**	**17,6%**	**15,8%**	**13,3%**	**14,2%**
Ativo Intangível	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldo inicial	12.072	10.787	9.503	8.219	6.935	5.651	4.367	3.083	1.799	524
[+] Capex	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
[-] Amortização	(1.284)	(1.284)	(1.284)	(1.284)	(1.284)	(1.284)	(1.284)	(1.284)	(1.275)	(524)
[-] Amortização. Ajuste valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	10.787	9.503	8.219	6.935	5.651	4.367	3.083	1.799	524	0
Média	11.430	10.145	8.861	7.577	6.293	5.009	3.725	2.441	1.161	262
CAC post-tax	2.510	2.351	2.191	2.031	1.871	1.712	1.552	1.392	1.225	471
% ROL	**0,5%**	**0,4%**	**0,4%**	**0,3%**	**0,3%**	**0,3%**	**0,2%**	**0,2%**	**0,2%**	**0,1%**
Força de trabalho										
Força de trabalho	1.328	1.377	1.429	1.482	1.537	1.594	1.654	1.715	1.779	1.845
CAC post-tax	165	171	178	184	191	198	206	213	221	191
% ROL	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,1%**
CAC Agregado	**30,9%**	**28,3%**	**26,2%**	**24,4%**	**22,8%**	**21,0%**	**18,9%**	**17,0%**	**14,5%**	**15,2%**

Fonte: Administração/ Forvis Mazars.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

UHE Jari | Workforce (Método: Custo de Reposição)

- Cálculo auxiliar para o CAC.
- Workforce não é reconhecida separadamente do ágio.

Força de trabalho	Salário [BRL/mês] [inclui todos os funcionários]	Encargos e Benefícios [BRL /mês]	Salários, Encargos e Benefícios [BRL /mês]	Total Salários, Encargos e Benefícios [BRL 000 /ano]	Custo recrutamento [% sobre custo total]	Custo recrutamento anual [BRL 000 / ano]	Custo treinamento [% sobre custo total]	Custo treinamento anual [BRL 000/ano]	Custo evitado de recrutamento e treinamento [BRL 000]	Peformance média na data da contratação	Tempo médio para eficiência esperada	Custo evitado por redução de produtividade [BRL 000]	Custo estimado de reposição [BRL 000]
Pessoal	338	203	541	6.487	8,3%	541	5,0%	324	865	70%	3	0	865
Total	**338**	**203**	**541**	**6.487**		**541**		**324**	**865**		**3**	**0**	**865**

Custo de reposição estimado	**865**

Fonte: Administração/ Forvis Mazars.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

10

PLA: Valor justo dos ativos imobilizados



Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Avaliação do valor justo dos ativos tangíveis (1/5)

Introdução e objeto da avaliação:

- Apresentamos a seguir os resultados da avaliação técnica a valor justo dos ativos tangíveis pertencentes à Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, adquirido pela Engie Brasil.
- No desenvolvimento dos trabalhos, tomamos como referência as informações técnicas e contábeis, assim como, as documentações obtidas junto à administração da Empresa, as quais foram objeto de análise e aceitas como corretas para a data base de 13 de agosto de 2025.

Alcance do trabalho

- A avaliação técnica foi efetuada para os grupos de bens caracterizados como:
  - Máquinas e Equipamentos;
  - Móveis e Utensílios;
  - Reservatórios, Barragens e Adutoras;
  - Edificações, Obras Civis e Benfeitorias; e
  - Veículos.

Considerações gerais e premissas

- Esta avaliação foi elaborada com a finalidade específica mencionada anteriormente, não devendo ser utilizada para outra finalidade, além da especificada;
- Os dados referentes à propriedade dos bens foram obtidos de documentação fornecida pela contratante, que consideramos confiáveis.
- Investigações específicas envolvendo aspectos legais, tais como alienações, hipotecas e outros gravames, não fizeram parte do escopo do trabalho.
- Os profissionais envolvidos neste trabalho possuem as qualificações técnicas necessárias para a sua execução.
- As premissas técnicas para a formação dos valores foram baseadas em:
  - Características técnicas e operacionais;
  - Custos atuais e pertinentes à aquisição do bem, destacando-se: material empregado, mão-de-obra, instalação, impostos, entre outros, quando aplicável;
  - Idade e perspectiva de uso em comparação com novos bens com a mesma utilidade;
  - Incidência das parcelas de depreciação, tais como: deterioração física, obsolescência funcional, mutilação, entre outras; e
  - Confiabilidade e atualidade das informações e fontes de consulta.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Avaliação do valor justo dos ativos tangíveis (2/5)

Metodologia

- A avaliação de Máquinas e Equipamentos e demais bens móveis e imóveis, baseou-se na norma "NBR-14.653 – Avaliação de Bens", em suas partes: "Parte 1 – Procedimentos Gerais", "Parte 2 – Imóveis Urbanos" e "Parte 5 – Máquinas, Equipamentos, Instalações e Bens Industriais em Geral", emitida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, que define os procedimentos relativos à avaliação de máquinas, equipamentos, complexos industriais e instalações.
- As etapas do trabalho estão suportadas por metodologia consagrada, amparada nas normas e diretrizes determinadas pela: ABNT e IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, as quais disciplinam conceitos e estabelecem os critérios a serem empregados, além das melhores práticas em engenharia.
- O critério geral de avaliação adotado considerou os ativos tangíveis em bom estado de conservação e adequados para uso, ou seja, os bens foram avaliados supondo-se que continuarão a ser utilizados para a mesma finalidade e no estado de conservação físico e funcional. O nível de rigor do trabalho para avaliação é definido preferencialmente como de Grau de fundamentação 1 (tabela 4 – NBR14.653-5:2006), atendendo os requisitos e disposições atualizações das normas da ABNT.

Solicitação de informações iniciais

- Recebemos da Administração os seguintes documentos descritos a seguir:
  - Extração analítica contábil do ativo imobilizado na data-base de 13 de agosto de 2025 contendo a segregação dos itens do escopo da avaliação;
  - Projeto Básico da UHE Santo Antônio do Jari contendo a descrição técnica do empreendimento e planejamento construtivo; e
  - Ficha Técnica da UHE Santo Antônio do Jari.
  - .

Vistoria

- Foi realizada a vistoria técnica ao ativo constante do escopo, na UHE Santo Antônio do Jari (CEJA), localizada no município de Laranjal do Jari, no estado do Amapá, em 29 de julho de 2025.
- A vistoria técnica teve como objetivo principal o entendimento sobre a operação das unidades e condições dos bens incluídos no escopo da avaliação. Durante nossa visita, coletamos informações técnicas dos ativos a serem avaliados, tais como marca, modelo, número de série, capacidade, turnos de operação, estado de conservação, entre outras.
- Adicionalmente, realizamos reuniões com os responsáveis da Administração para coletar informações relacionadas à projetos, reformas ou modificações relevantes nos ativos, desempenho e capacidades operacionais inerentes à utilização dos bens.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Avaliação do valor justo dos ativos tangíveis (3/5)

Acervo fotográfico

- As fotografias dos principais ativos constantes do escopo encontram-se no Anexo III deste relatório.

Critérios para avaliação dos bens tangíveis

- Para os bens móveis avaliados, sempre que possível empregamos o “Método Comparativo Direto de Dados de Mercado”, que apura o valor através de bens similares usados analisando dados de mercado confiáveis e disponíveis sobre vendas e ofertas de ativos similares aos avaliados ou o “Método da Quantificação de Custo Direto”, que define o valor de reposição através da cotação de seu preço junto ao fabricante ou distribuidor autorizado, agregando-se os impostos devidos e demais custos indiretos, quando aplicáveis.
- Nos casos em que os métodos citados não puderam ser utilizados, adotamos o “Método da Quantificação do Custo Indireto”, que define o valor de reposição pela atualização monetária do seu custo de aquisição, apurado em registro contábil. Os ativos avaliados através deste método são atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, publicado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou por índices inflacionários específicos obtidos na página de índices de ajuste de preços publicados pela FGV (Fundação Getúlio Vargas).
- Na avaliação das construções, foram utilizadas fontes oficiais de custos amplamente reconhecidas no setor da construção civil, como a TCPO (Tabela de Composições de Preços para Orçamentos), publicada pela Editora PINI.
- Para as principais benfeitorias, como barragens, adutoras, vertedouros e casa de força, os orçamentos foram extraídos do projeto básico fornecido pela Engie Brasil, servindo como referência para a atualização dos custos à data-base da avaliação.

Critérios para avaliação dos bens tangíveis (Cont.)

- Os custos destas benfeitorias foram atualizados com base em parâmetros oficiais, utilizando o SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), divulgado pela Caixa Econômica Federal, e o SICRO (Sistema de Custos Referenciais de Obras), publicado pelo DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).A depreciação dos valores de reprodução apurados foi aplicada utilizando-se o método da linha reta, considerando a vida útil vinculada ao prazo contratual da concessão e a idade real das edificações e demais obras civis.

Principais premissas

- Tem-se abaixo as definições das principais premissas utilizadas na avaliação:
  - Valor de reposição: O custo para repor um bem a novo com características e condições similares.
  - Valor Justo: O preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
  - Vida Útil Remanescente (VUR): Período contado em anos desde a data-base até a data prevista em que o bem deixará de ser economicamente viável.
  - Valor Residual: Estimativa do valor de um ativo ao final de sua vida útil econômica.
  - Vida Útil: Intervalo de tempo contado da data de instalação ou da colocação em serviço até o momento em que o serviço prestado deixa de ser economicamente interessante. Foi determinada tendo como premissa o prazo de concessão vigente e também estudos oficiais como o “Estimated Normal Useful Life Study", da American Society of Appraisers – Machinery & Technical Specialties Committee – 2010 e Referência de estudos de Vida útil do IBAPE-SP.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Avaliação do valor justo dos ativos tangíveis (4/5)

Principais premissas (Cont.)

- Depreciação Física: Depreciação devida ao desgaste de componentes em consequência de sua utilização, desde o momento em que o bem esteja pronto para entrar em operação até a data da vistoria. Analisada segundo as condições em que se encontra o bem, quanto ao estado de conservação, carga horária de trabalho e características de manutenção. Foram adotados os perfis de depreciação das curvas de Iowa ou linha reta, de acordo com as características dos bens avaliados.

- A tabela a seguir contém os principais parâmetros considerados na depreciação dos bens tangíveis avaliados:

Cód. Conta	Descrição de conta	Vida Útil	Depreciação	Fator Residual
1320111030	Imob em Serviço - Reserv. Barr. e Adutoras	25 a 31	Linear e Iowa – R2	10 a 20%
1320111040	Imob em Serviço - Edific Obras Benfeit	25 a 31	Linear	10 a 20%
1320121040	Imobilizado em Serviço - Edific Obras Benfeit	31	Linear	20%
1320411040	Imobilizado em Serviço - Edific Obras Benfeit	31	Linear	20%
1320111050	Imob em Serviço - Máquinas e Equipamentos	6 a 31	Linear e Iowa - R2	5 a 20%
1320121050	Imobilizado em Serviço - Máquinas e Equipamentos	17 a 31	Linear e Iowa - R2	10 a 20%
1320411050	Imobilizado em Serviço - Máquinas e Equipamentos	6 a 16	Linear e Iowa - R2	5 a 10%
1320111070	Imob em Serviço - Móveis e Utensílios	16	Linear	5%
1320411070	Imobilizado em Serviço - Móveis e Utensílios	6 a 16	Linear	5%
1320111060	Imob em Serviço - Veículos	7	Linear	30%
1320411060	Imobilizado em Serviço - Veículos	7	Linear	30%

Fonte: Análises Forvis Mazars.

Obsolescência

- Durante a execução dos procedimentos para a avaliação dos ativos, foram conduzidas análises abrangentes sobre possíveis cenários de obsolescência funcional ou econômica, em conformidade com as diretrizes normativas.
- A obsolescência econômica, vinculada à desvalorização do bem devido a condições externas, foi analisada considerando fatores como a baixa demanda de mercado e regulamentações governamentais relacionadas ao ativo ou ao setor da Empresa.
- Já a obsolescência funcional, relacionada à perda de eficiência ou capacidade operacional, foi avaliada considerando avanços tecnológicos, desgastes ao longo do tempo, custos excessivos de reposição, manutenção, operação ou construção de um ativo ou grupo de bens.
- Aspectos como a compatibilidade com tecnologias recentes, níveis de desgaste, e custos associados à operação foram analisados para compreender o impacto na eficiência operacional.
- No contexto analisado para o mercado em que a Empresa está inserida, e de acordo com as informações verificadas durante nossa análise, não identificamos a necessidade de aplicação de penalidades referentes à obsolescências para a avaliação dos ativos constantes do escopo.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Avaliação do valor justo dos ativos tangíveis (5/5)

Limitações

- Ressalvamos que não fez parte do escopo do presente trabalho:
  - Verificação independente dos dados e das informações fornecidas pelo Cliente e não se constituiu em uma auditoria conforme as normas de auditoria geralmente aceitas;
  - Investigações específicas envolvendo aspectos jurídicos, tais como: propriedade, titularidade, alienações, hipotecas, ônus, entre outros gravames;
  - Avaliação de outros grupos de bens, de itens de almoxarifado, estoques e peças sobressalentes;
  - Inventário e/ou conciliação físico-contábil de ativos e estoques;
  - Atestar e validar os valores apresentados nos registros contábeis, contratos, notas fiscais, entre outros, mesmo se eles forem disponibilizados pela administração a Empresa.
- Não foi escopo do presente trabalho qualquer tipo de processo de carga de dados no sistema de controle patrimonial, especificação funcional de programas de carga e diagnóstico/desenvolvimento de quaisquer integrações requeridas no sistema de gestão patrimonial da Empresa.

Resultados da avaliação

- De acordo com a metodologia adotada, concluímos que o valor justo dos bens tangíveis de propriedade da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari que foram objeto de avaliação, na data-base 13 de agosto de 2025, é de **BRL 1.652.528.106 (Um bilhão, seiscentos e cinquenta e dois milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e seis Reais).**

Valor justo de ativos fixos (BRL 000)	Valor contábil	Ajustes	Valor justo	VUR (anos)*
Ativos fixos	**984.284**	**668.244**	**1.652.528**	**19,5**
Terrenos	759	-	759	-
Reservatórios, barragens e adutoras	314.850	66.182	381.032	20,0
Edificações, obras civis e benfeitorias	273.447	58.598	332.045	20,0
Máquinas e equipamentos	312.694	542.157	854.851	19,2
Veículos	4	1.183	1.187	2,1
Móveis e utensílios	247	124	372	8,3
Imobilizado em curso**	82.283	-	82.283	-

* Vida util remanescente.

**Conforme informado pela Administração o valor contábil reflete o valor justo.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

11

PLA: Outros ativos e passivos



Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Outros ativos

- Fonte: informações fornecidas pela administração.

Ativos indenizatórios | UHE Jari

- Conforme disposto no SPA e informado pela administração da Engie, segue abaixo o valor justo do ativo indenizatório.

Ativo indenizatório	BRL 000
Companhia Energética do Jari - CEJA	13.499

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Outros passivos

- Fonte: informações fornecidas pela administração.

Contingências | UHE Jari

- Seguem abaixo as informações sobre o valor justo das contingências fornecidas pela Administração.

Contingências fiscais, trabalhistas e previdenciárias			
Descrição	**Impostos envolvidos**	**Período quantificado**	**Jari - BRL 000**
1. PIS/Cofins – Créditos questionáveis			42.368
1a. PIS/Cofins – TUST	PIS/Cofins	2019 - 2024	41.266
1c. PIS/Cofins – Serviços em geral	PIS/Cofins	2019 - 2024	101
1e. PIS/Cofins – CFURH	PIS/Cofins	2019 - 2024	235
1f. PIS/Cofins – Obrigações ambientais	PIS/Cofins	2019 - 2024	394
1g. PIS/Cofins – Telefonia	PIS/Cofins	2019 - 2024	133
1h. PIS/Cofins – Materiais de escritório e limpeza	PIS/Cofins	2019 - 2024	239
2. Renegociação – Receita de GSF			7.726
2a. IRPJ/CSLL – Renegociação – Receita de GSF	IRPJ/CSLL	2020 - 2021	7.726
7. Descanço semanal – Não pagamento de plantão de sobreaviso	INSS/FGTS/WHT	2019 - 2024	105
Total			**50.199**

Fonte: Administração

Impostos de renda diferido

- Conforme informado pela Administração, na data-base havia um saldo de R$ 99.537 mil de "Imposto de renda diferido (diferenças temporárias)", referente a uma transação dos vendedores da Empresa.
- O montante já foi pago pelos vendedores, no entanto ainda não havia sido efetuada a baixa do valor contábil (write-off). Dessa forma, conforme informado pela Administração, o valor justo desse passivo na data-base é zero.

Imposto de renda diferido	BRL 000
IR Diferido - diferenças temporárias	91.544
CSLL Diferido - diferenças temporárias	32.956
(-) IR Diferido - diferenças temporárias	(18.355)
(-) CSLL Diferido - diferenças temporárias	(6.608)
Total	**99.537**

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

12

Taxa de desconto



Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

I. Taxa de desconto (WACC)

WACC (1/2)

- A tabela abaixo mostra o WACC calculado para a Empresa, na data-base:

Taxa de desconto:	T=15,25%	
WACC		
Taxa Livre de Risco	4,81%	[a]
Risco Brasil	2,25%	[b]
Beta Desalavancado	0,46	[c]
E / (D+E)	46,7%	[d]
D / (D+E)	53,3%	[d]
D / E	114,2%	[d]
Beta Empresa	0,91	
Prêmio de Risco de Mercado	5,5%	[e]
Prêmio por Tamanho	2,7%	[f]
Custo do Capital Próprio USD	14,7%	
Inflação LP BRA	3,7%	[h]
Inflação LP EUA	2,0%	[i]
Diferencial de inflação	1,7%	
Custo do Capital Próprio | BRL nominal	**16,7%**	
Custo do capital de terceiros bruto BRL	10,3%	[j]
Custo do Capital de Terceiros Líquido | BRL nominal	**8,8%**	
WACC | BRL nominal	**12,44%**	
Custo capital terceiros:	**10,3%**	
TJLP - Média projeção 2025-2029	8,1%	
Spread (%)	2,0%	
Tax shield	**15,25%**	

Notas

[a] Fonte: Kroll. Baseado no US Treasury 20-y spot.
[b] Fonte: Capital IQ. Baseado no spread do CDS 10y do Brasil e EUA. Média 1 ano.
[c] Fonte: S&P Capital IQ.
[d] Fonte: S&P Capital IQ.
[e] Fonte: Kroll.
[f] Kroll CRSP Size Study.
[h] Inflação de longo prazo. Fonte: Banco Central do Brasil.
[i] Meta de inflação de longo prazo. Fonte: FOMC (Federal Open Market Committee).
[j] Fonte: Custo de capital estimado das empresas.

WACC (2/2)

- Alavancagem e betas. Utilizamos alavancagem de mercado, conforme betas de peers consultadas no Capital IQ e no website do Prof. Damodaran.

CIQ Peers (customizada)	Ticker (CIQ)	Blev	E / (E+D)	D / (E+D)	Tax rate	Bu
Engie Brasil Energia S.A.	BOVESPA:EGIE3	0,67	53,5%	46,51%	34,00%	0,42
Equatorial S.A.	BOVESPA:EQTL3	1,07	44,9%	55,15%	34,00%	0,59
Energisa S.A.	BOVESPA:ENGI3	1,37	36,8%	63,23%	34,00%	0,64
EDP Renováveis, S.A.	ENXTLS:EDPR	0,67	48,1%	51,88%	25,00%	0,37
CPFL Energia S.A.	BOVESPA:CPFE3	0,78	58,9%	41,10%	34,00%	0,54
The AES Corporation	NYSE:AES	0,84	23,1%	76,88%	25,77%	0,24
NextEra Energy, Inc.	NYSE:NEE	0,62	61,5%	38,50%	25,77%	0,43
Média		**0,86**	**46,7%**	**53,3%**	**30,4%**	**0,46**

Fonte: S&P Capital IQ / Análise Forvis Mazars.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

13

Anexo I – Lei 6.404, artigo 256



Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Anexo I | Lei 6.404, artigo 256 (1/2)

Requisito legal: Lei 6404, artigo 256

- Art. 256. A compra, por companhia aberta, do controle de qualquer sociedade mercantil, dependerá de deliberação da assembleia-geral da compradora, especialmente convocada para conhecer da operação, sempre que:
- I - O preço de compra constituir, para a compradora, investimento relevante (artigo 247, parágrafo único); ou
- II - o preço médio de cada ação ou quota ultrapassar uma vez e meia o maior dos 3 (três) valores a seguir indicados:
  - a) cotação média das ações em bolsa ou no mercado de balcão organizado, durante os noventa dias anteriores à data da contratação; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)
  - b) valor de patrimônio líquido (artigo 248) da ação ou quota, avaliado o patrimônio a preços de mercado (artigo 183, § 1º);
  - c) valor do lucro líquido da ação ou quota, que não poderá ser superior a 15 (quinze) vezes o lucro líquido anual por ação (artigo 187 n. VII) nos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atualizado monetariamente.
- § 1º A proposta ou o contrato de compra, acompanhado de laudo de avaliação, observado o disposto no art. 8º, §§ 1º e 6º, será submetido à prévia autorização da assembleia-geral, ou à sua ratificação, sob pena de responsabilidade dos administradores, instruído com todos os elementos necessários à deliberação. (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)
- § 2º Se o preço da aquisição ultrapassar uma vez e meia o maior dos três valores de que trata o inciso II do caput, o acionista dissidente da deliberação da assembleia que a aprovar terá o direito de retirar-se da companhia mediante reembolso do valor de suas ações, nos termos do art. 137, observado o disposto em seu inciso II. (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

Verificação quanto ao requisito do artigo 256, inciso I: investimento relevante

- Conforme informado pela administração da Engie Brasil, o investimento na Empresa corresponderá a aproximadamente BRL 1.938.998 mil por 100% das ações da Empresa.
- O patrimônio líquido da Engie Brasil correspondeu a BRL 12.309.401 mil em 30 de junho de 2025, antes da aquisição da Empresa. Informação disponível no website de RI da Engie Brasil.
- Dessa forma, o investimento na Empresa corresponde a mais de 10% do patrimônio líquido da Engie Brasil. Essa constatação permite caracterizar o investimento na Empresa como sendo relevante para a adquirente, conforme previsto no artigo 247 da Lei 6404.

Verificação quanto ao requisito do artigo 256, § 2º: direito a retirada com reembolso

- Conforme informado pela administração da Engie Brasil, o investimento na Empresa correspondeu a aproximadamente BRL 1.938.998 mil por 100% das ações da Empresa.
- Conforme verificado no quadro seguinte, o preço de aquisição por ação não ultrapassa uma vez e meia o maior dos três valores de que trata o inciso II do caput, conforme demonstrado na próxima página.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Anexo I | Lei 6.404, artigo 256 (2/2)

Verificação quanto ao requisito do artigo 256, § 2º: (continuação)

- O quadro abaixo mostra os resultados obtidos para o estudo de valor de 100% das ações da Empresa na data-base 13.08.2025, considerando os valores calculados para os itens a), b) e c) do art. 256 da Lei das S.A.:

Companhia Energética do Jari - CEJA
Data-base: 13.08.2025

VALOR DE AQUISIÇÃO POR AÇÃO	
Valor da Aquisição (BRL 000)	1.938.998
Número de ações adquiridas (em milhares)	25.794
Valor da aquisição por ação (BRL)	75,17

Valor da cotação médias das ações em bolsa nos últimos 90 dias	Valor do patrimônio liquido avaliado a preços de mercado por ação (BRL 000)	Valor do lucro líquido por ação (BRL 000)
N/A	75,17	79,13
Comparação com valor de aquisição		
N/A	1,00x	0,95x

< 1,5

Conclusão: o estudo demonstra que o Preço de Compra por ação não ultrapassa 1,5x o maior dos 3 (três) valores indicados, conforme critérios previstos no inciso II do art. 256 da LSA.

- Ressaltamos que não faz parte do nosso escopo analisar os aspectos jurídicos e societários da Lei n. 6.404/76.

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

14

Anexo II – Resultados da Avaliação de Bens Imóveis



Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Anexo II - Resultados da Avaliação de Bens Imóveis

Construções e Benfeitorias – UHE Jari

#	Identificação do ativo	Área Construída	Unid.	Tipologia	Padrão construtivo	Custo Unitário	Fonte do Custo	Ajuste Padrão	Custo com projetos e outros aplicáveis	Custos Indiretos	Custo unitário Final	Estado de Conservação	VU (vida útil)	Idade (em anos)	Método Depreciação	FD	Valor de Reprodução (BRL)	Valor Justo (BRL)
1	Portaria	50,00	m²	Construções	Residencial médio	2.790,85	TCPO	0,70	3,0%	31,0%	2.616,84	Entre nova e regular	31,00	11,00	SL	0,72	130.842,03	93.699,77
2	Depósito de Resíduos	35,00	m²	Construções	Galpão de uso geral médio	2.611,01	TCPO	0,70	3,0%	31,0%	2.448,21	Entre nova e regular	31,00	11,00	SL	0,72	85.687,47	61.363,29
3	Depósito de Inflamáveis	120,00	m²	Construções	Galpão de uso geral médio	2.611,01	TCPO	0,70	3,0%	31,0%	2.448,21	Entre nova e regular	31,00	11,00	SL	0,72	293.785,62	210.388,41
4	Auditório e Refeitório	220,00	m²	Construções	Prédio sem elevador médio (comercial)	2.731,23	TCPO	1,00	3,0%	31,0%	3.658,48	Entre nova e regular	31,00	11,00	SL	0,72	804.866,17	576.388,03
5	Edifício controle	280,00	m²	Construções	Prédio sem elevador médio (comercial)	2.731,23	TCPO	1,00	3,0%	31,0%	3.658,48	Entre nova e regular	31,00	11,00	SL	0,72	1.024.375,12	733.584,77
6	Edifício comando - Subestação	190,00	m²	Construções	Galpão de uso geral médio	2.611,01	TCPO	1,00	3,0%	31,0%	3.497,45	Entre nova e regular	31,00	11,00	SL	0,72	664.515,10	475.878,56
7	Obra Civil da Usina e Casa de Força	1,00	Unid.	Benfeitorias	Estruturas de concreto	988.253.793,19	SINAPI	1,00	0,0%	0,0%	977.545.727,95	Entre nova e regular	31,00	11,00	SL	0,72	977.545.727,95	700.048.876,15
8	Pavimentação	11.500,00	m²	Benfeitorias	Estrada de Acesso	1.962,07	SINAPI	1,00	0,0%	0,0%	1.962,07	Regular	25,00	11,00	SL	0,65	22.563.767,92	14.621.321,61
9	Cerca	10.000,00	m	Benfeitorias	Alambrado e cerca	148,08	SINAPI	1,00	0,0%	0,0%	148,08	Regular	20,00	11,00	SL	0,56	1.480.823,92	829.261,39
		895,00	**m²**														**1.004.594.391,30**	**717.650.761,98**

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

15

Anexo III – Fotos



Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Anexo III – Fotos – UHE Santo Antônio do Jari

Bens Móveis



Foto 1 – Turbina



Foto 2 – Gerador



Foto 3 – Sala de painéis

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Anexo III – Fotos – UHE Santo Antônio do Jari

Bens Móveis



Foto 4 – Transformador



Foto 5 – Viga pescadora



Foto 6 – Ponte rolante

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Anexo III – Fotos – UHE Santo Antônio do Jari

Bens Imóveis



Foto 7 – Portaria



Foto 8 – Casa de Força principal



Foto 9 – Casa de Força auxiliar

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Anexo III – Fotos – UHE Santo Antônio do Jari

Bens Imóveis



Foto 10 – Edifício controle (Escritório)



Foto 11 – Refeitório e Auditório



Foto 12 – Acesso Deck

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Anexo III – Fotos – UHE Santo Antônio do Jari

Bens Imóveis



Foto 13 – Vista Barragem



Foto 14 – Vista Vertedouro



Foto 15 – Subestação

Docusign Envelope ID: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C

Contato

Forvis Mazars

Contato

Av. Francisco Matarazzo, 1350, 19° andar
CEP 01049-911 – São Paulo / SP
Tel.: +55 (11) 3524 4500

www.forvismazars.com/br

A Forvis Mazars é uma parceria internacionalmente integrada, especializada em Audit, BPO, TAX, Advisory e Financial Advisory. Operando em mais de 90 países e territórios, nos apoiamos na expertise de 40.400 profissionais - 24.400 na parceria integrada da Forvis Mazars e 16.000 através da Forvis Mazars North America Alliance - para apoiar clientes de todos os tamanhos em todas as etapas de seu desenvolvimento.

© Forvis Mazars. All rights reserved.

Follow us

LinkedIn :
https://www.linkedin.com/company/forvismazarsnobrasil/

Facebook :
https://www.facebook.com/forvismazarsnobrasil /

Instagram :
https://www.instagram.com/forvismazarsbr/

Youtube :
https://www.youtube.com/user/ForvisMazarsBrasil

forvis mazars

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 291C06BA-A7C2-49F8-91F5-2BDD9EF0426C
Status: Concluído
Assunto: Complete com o Docusign: Forvis_Mazars_Jari_Art.256_28.11.2025_Final.pdf
Envelope fonte:
Documentar páginas: 67
Assinaturas: 2
Certificar páginas: 5
Rubrica: 0
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:
Eduardo Alexandre de Souza Monteiro
Rua Formosa, 367, 12º andar, Centro
SP, SP 01049-911
eduardo.monteiro@forvismazars.com
Endereço IP: 191.255.120.130

Rastreamento de registros

Status: Original
12/12/2025 09:48:44
Portador: Eduardo Alexandre de Souza Monteiro
eduardo.monteiro@forvismazars.com
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Cintia Nakabayashi cintia.nakabayashi@forvismazars.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Assinado por: Cintia Nakabayashi A57981603A86488... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 201.42.22.11	Enviado: 12/12/2025 09:53:50 Visualizado: 12/12/2025 10:49:42 Assinado: 12/12/2025 10:50:06
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 12/12/2025 10:49:42 ID: 6e4cd32a-c3e3-419a-8ce5-89bbc839fd30		
Kenzo Otsuka kenzo.otsuka@forvismazars.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Assinado por: kenzo Otsuka 496EC0B9775E49D... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 177.82.55.247	Enviado: 12/12/2025 09:53:51 Visualizado: 14/12/2025 10:06:31 Assinado: 14/12/2025 10:06:40
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 14/12/2025 10:06:31 ID: 4fe30d5c-7f04-480e-84d7-d16f7f10c70b		

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eduardo Alexandre de Souza Monteiro eduardo.monteiro@forvismazars.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 12/12/2025 09:53:51 Reenviado: 14/12/2025 10:07:03
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	12/12/2025 09:53:51
Entrega certificada	Segurança verificada	14/12/2025 10:06:31
Assinatura concluída	Segurança verificada	14/12/2025 10:06:40
Concluído	Segurança verificada	14/12/2025 10:06:40

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, CABRERA CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTARIA LTDA (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact CABRERA CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTARIA LTDA:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: arthur.cabrera@mazars.com.br

To advise CABRERA CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTARIA LTDA of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at arthur.cabrera@mazars.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from CABRERA CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTARIA LTDA

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to arthur.cabrera@mazars.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with CABRERA CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTARIA LTDA

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to arthur.cabrera@mazars.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify CABRERA CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTARIA LTDA as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by CABRERA CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTARIA LTDA during the course of your relationship with CABRERA CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTARIA LTDA.

ANEXO VII – AQUISIÇÃO DE CONTROLE

A seguir, a Companhia disponibiliza para apreciação as informações previstas no Anexo G da Resolução CVM nº 81/2022, nos termos do artigo 20.

1. Descrever o negócio

Trata-se de operação de aquisição, pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("Companhia"), de 25.793.746 (vinte e cinco milhões, setecentas e noventa e três mil, setecentas e quarenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia Energética do Jari – CEJA ("CEJA"), correspondente a 100% do capital social total e votante da CEJA ("Operação"), nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado em 21 de março de 2025, entre a Companhia a EDP Energias do Brasil S.A. ("EDP") e a China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("CTG") ("Contrato"). O fechamento do contrato com a transferência da titularidade ações para a companhia ocorreu em 13 de agosto de 2025 ("Data de Fechamento").

2. Informar a razão, estatutária ou legal, pela qual o negócio foi submetido à aprovação da assembleia

A Operação será submetida à prévia aprovação em Assembleia Geral Extraordinária uma vez que o preço de compra constitui investimento relevante para a Companhia, na forma do inciso I do artigo 256 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

A esse respeito, conforme exposto no laudo de avaliação preparado pela Forvis Mazars, tendo em vista que o patrimônio líquido da Companhia é de aproximadamente R$ 12.304.168.458 (doze bilhões, trezentos e quatro milhões, cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais), conforme demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2025, e que o valor da aquisição é de R$ 1.938.998.492 (um bilhão, novecentos e trinta e oito milhões, novecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais), em valores atualizados à data base de 13 de agosto de 2025, trata-se de um investimento superior a 10% do patrimônio líquido da Companhia.

3. Relativamente à sociedade cujo controle foi ou será adquirido:

a. Informar o nome e qualificação

Companhia Energética do Jari – CEJA, sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, à Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, bairro Agronômica, CEP 88.025-255, inscrita no CNPJ sob o nº 03.581.989/0001-62, inscrita no CNPJ sob o nº 03.581.989/0001-62, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESC, sob NIRE nº 42300069116.

b. Número de ações ou quotas de cada classe ou espécie emitidas

O capital social da CEJA é composto por 25.793.746 (vinte e cinco milhões, setecentas e noventa e três mil, setecentas e quarenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

c. Listar todos os controladores ou integrantes do bloco de controle, diretos ou indiretos, e sua participação no capital social, caso sejam partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Os dois únicos controladores da CEJA estão listados no item 4.a abaixo e são considerados partes relacionadas, conforme definido pelas regras contábeis. Após a efetivação da aquisição da CEJA pela Companhia, o controle será exercido exclusivamente pela Companhia, que deterá 100% das quotas representativas do respectivo capital social.

d. Para cada classe ou espécie de ações ou quota da sociedade cujo controle será adquirido, informar:

i. Cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 3 (três) anos

Não aplicável, tendo em vista que a CEJA não tem suas ações negociadas em bolsas de valores ou mercados de balcão organizado.

ii. Cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 2 (dois) anos

Não aplicável, tendo em vista que a CEJA não tem suas ações negociadas em bolsas de valores ou mercados de balcão organizado.

iii. Cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 6 (seis) meses

Não aplicável, tendo em vista que a CEJA não tem suas ações negociadas em bolsas de valores ou mercados de balcão organizado.

iv. Cotação média, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 90 dias

Não aplicável, tendo em vista que a CEJA não tem suas ações negociadas em bolsas de valores ou mercados de balcão organizado.

v. Valor de patrimônio líquido a preços de mercado, se a informação estiver disponível;

R$ 1.029.696.659 (um bilhão, vinte e nove milhões, seiscentos e noventa e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove reais)

vi. Valor do lucro líquido anual nos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atualizado monetariamente

Ano	Lucro Líquido Original	Percentual de Atualização	Lucro Líquido Atualizado
2023	R$ 189.285.472,43	5,78%	R$ 200.226.172,74
2024	R$ 183.923.936,39	3,21%	R$ 189.827.894,75

4. Principais termos e condições do negócio, incluindo:

a. Identificação dos vendedores

I. EDP Energias do Brasil S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Edifício EBPARRK, conjunto 22, bloco A, mezanino, Lapa de Baixo, CEP 05.069-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.983.431/0001-03, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35300179731; e

II. China Three Gorges Brasil Energia S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Funchal, 418, 3º andar, sala 1, Vila Olimpia, CEP 04551-060, inscrita no CNPJ sob o nº 19.014.221/0001-47, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35300591445.

b. Número total de ações ou quotas adquiridas ou a serem adquiridas

Serão adquiridas 25.793.746 (vinte e cinco milhões, setecentas e noventa e três mil, setecentas e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas pela CEJA, na proporção de 50% (cinquenta por cento) de cada vendedor acima descrito.

c. Preço total

O preço total de aquisição "*Equity Value*" foi de R$ 1.938.998.492 (um bilhão, novecentos e trinta e oito milhões, novecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais) na proporção de 50%

(cinquenta por cento) de cada vendedor acima descrito. A operação prevê um possível "Earn-out" no montante de, aproximadamente, R$ 31.028.000,00 (trinta e um milhões e vinte e oito mil reais) caso determinadas condições operacionais sejam atendidas.

d. Preço por ação ou quota de cada espécie ou classe

Razão entre os itens "c" e "b" acima resultando em R$ 75,17 (setenta e cinco reais e dezessete centavos).

e. Forma de pagamento

À vista, por meio de transferência bancária.

f. Condições suspensivas e resolutivas a que está sujeito o negócio

A eficácia da operação está sujeita à implementação das seguintes condições suspensivas, constantes no Contrato de Compra e Venda de Quotas celebrado entre a Companhia e os vendedores, sócios da CEJA, sendo elas: (i) obtenção da Aprovação CADE para a consumação da Operação; (ii) obtenção da aprovação definitiva da ANEEL para a consumação da Operação; (iii) conclusão satisfatória do registro da Operação perante a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China; e (iv) anuência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a consumação da Operação.

g. Resumo das declarações e garantias dos vendedores

Conforme o Contrato, os vendedores declaram e garantem: (i) **Constituição, poderes e autorizações:** declaração de que os vendedores são sociedades devidamente constituídas e confirmação de que os vendedores possuem todas as autorizações societárias necessárias para celebrar este Contrato e cumprir com as obrigações nele previstas; (ii) **litígios**: declaração de ausência de litígios cujo objeto vise à imposição de limitações ou restrições sobre as ações de emissão da Companhia; (iii) **solvência:** solvência do vendedor e inexistência de qualquer ameaça de insolvência; (iv) **ética/anticorrupção**: declaração de que pauta suas condutas no código de conduta ética, prezando pelos direitos humanos, meio ambiente e gestão sustentável, respeitando as leis anticorrupção; (v) **declarações e garantias usuais para a operação do dia a dia da companhia**: incluindo declarações quanto à não violação legal e consentimento, solvência da CEJA, forma correta e completa dos balanços, livros contábeis e registros da companhia, legitimidade da propriedade dos ativos, autorizações governamentais e outros; (vi) **tributos:** declaração de que todas as declarações relativas à determinação, lançamento ou cobrança de Tributos foram apresentadas de acordo com a legislação, representando todos os tributos devidos nos respectivos períodos de apuração; (vii) **trabalhista:** conformidade da companhia com as obrigações trabalhistas, sem processos ou passivos não informados, garantindo que tomou todas as medidas previdenciárias, trabalhistas e relativas à contribuição social aplicáveis; (viii) **questões ambientais**: declaração de que a CEJA e os vendedores cumpre com todas as leis ambientais e que não há violações passíveis de responsabilização dos vendedores ou da CEJA; (ix) **seguros:** declaração de pleno vigor e efeito das apólices de seguro e pagamento de todos os prêmios; (x) **imóveis:** declaração da legítima posse dos imóveis listados, conformidade dos imóveis da CEJA com as licenças e autorizações aplicáveis, além da ausência de citação da CEJA em processos de expropriação e apropriação.

h. Regras sobre indenização dos compradores

A Companhia deverá indenizar de qualquer perda ou dano advindo ou resultante de: (a) qualquer violação, falsidade, omissão, erro ou inexatidão de qualquer declaração prestada pela Companhia; (b) qualquer violação ou não cumprimento, parcial ou total, pelo Companhia de quaisquer de suas obrigações e/ou compromissos; e/ou (c) demandas trabalhistas buscando impor responsabilidade ou penalidade aos Vendedores pela transferência dos empregados para Companhia no âmbito do processo de venda, incluindo dano moral.

i. Aprovações governamentais necessárias

Será necessário (i) obter a Aprovação CADE para a consumação da Operação; e (ii) obter a aprovação definitiva da ANEEL para a consumação da Operação.

j. Garantias outorgadas

N/A

5. Descrever o propósito do negócio

A ENGIE tem como meta global atingir 80 GW de capacidade instalada em fontes renováveis até 2030, um objetivo que demanda expansão significativa em geração limpa. A aquisição da usina hidrelétrica Santo Antônio do Jari contribui diretamente para esse propósito, adicionando capacidade renovável ao portfólio e reforçando o compromisso da companhia com a transição energética.

6. Fornecer análise dos benefícios, custos e riscos do negócio

No Brasil, é essencial consolidar a posição da ENGIE como um player estratégico no mercado de energia renovável. A ENGIE Brasil Energia (EBE), maior comercializadora no mercado livre e pioneira no setor, precisa garantir crescimento para manter oferta e participação de mercado, considerando a expiração parcial das concessões hidrelétricas após 2030 (cerca de 4 GW) e a perda de 1,2 GW decorrente da saída do carvão. A aquisição dessas usinas hidrelétricas é uma resposta estratégica a esse cenário, pois antecipa a reposição de capacidade, assegura geração estável e fortalece a competitividade da empresa no longo prazo.

O custo da operação são os valores pagos aos vendedores e assessores que participaram do processo de *due dilligence* e confecção de laudos contábeis.

Embora o negócio envolva riscos inerentes à operação de hidrelétricas, a ENGIE já possui amplo conhecimento técnico e experiência no setor, sendo um dos principais players do mercado. Essa expertise reduz significativamente a exposição a riscos operacionais e regulatórios, garantindo maior segurança na integração dos ativos ao portfólio.

7. Informar quais custos serão incorridos pela companhia caso o negócio não seja aprovado

O negócio foi firmado em caráter irrevogável e irretratável, constituindo obrigações legais, válidas e vinculativas, nos termos da Cláusula 13 do Contrato, não sendo possível estimar eventuais custos pela hipótese de não ratificação da aquisição, uma vez que o fechamento da Operação já ocorreu e a ratificação em assembleia é apenas uma obrigação pós-fechamento assumida pela Companhia.

8. Descrever as fontes de recursos para o negócio

Recursos próprios e captação de recursos junto ao mercado por meio de emissão de debenture.

9. Descrever os planos dos administradores para a companhia cujo controle foi ou será adquirido

A aquisição foi fundamentada em estudos robustos do ativo e está alinhada ao plano de crescimento da Companhia, com foco em investimentos no segmento hidrelétrico. Esse plano contempla a modernização das usinas e a implementação de tecnologias que possibilitem operação remota, garantindo maior confiabilidade dos ativos.

10. Fornecer declaração justificada dos administradores recomendando aprovação do negócio

A Operação está em linha com a estratégia de crescimento da Companhia, com ênfase na geração de energia renovável. Essa aquisição representa uma adição na capacidade instalada em geração renovável e ampliação da exposição em segmentos regulados com contratos de longo prazo, além do alto potencial de integração dos negócios adquiridos.

Desta forma, a administração da Companhia recomenda a aprovação do negócio, visto que a aquisição atende a estratégia da Companhia, criando valor para os seus acionistas.

11. Descrever qualquer relação societária existente, ainda que indireta, entre:

a. Qualquer dos vendedores ou a sociedade cujo controle foi ou será alienado; e

N/A

b. Partes relacionadas à companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

N/A

12. Informar detalhes de qualquer negócio realizado nos últimos 2 (dois) anos por partes relacionadas à companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, com participações societárias ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida da sociedade cujo controle foi ou será adquirido

N/A

13. Fornecer cópia de todos os estudos e laudos de avaliação, preparados pela companhia ou por terceiros, que subsidiaram a negociação do preço de aquisição

Os laudos de avaliação para a aquisição do controle acionário preparado pela Forvis Mazars, para fins do artigo 256, estão disponíveis para consulta nos Anexos à presente Proposta.

14. Em relação a terceiros que prepararam estudos ou laudos de avaliação

a. Informar o nome

Forvis Mazars Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda.

b. Descrever sua capacitação

Forvis Mazars é uma firma internacionalmente integrada, especializada em Audit, Advisory, Financial Advisory e Valuation, presente em mais de 100 países, com mais de 40.000 profissionais. No Brasil, atua há mais de 20 anos, sendo uma das 10 maiores empresas do setor. A equipe responsável pelo projeto possui experiência em avaliação econômico-financeira, PPA (Purchase Price Allocation), mensuração de valor justo de ativos tangíveis e intangíveis, testes de *impairment* e modelagem financeira, com formação em áreas como Engenharia, Economia, Administração e certificações como CFA Charterholder. Os profissionais têm histórico em Big Four e consultorias globais, com atuação em projetos complexos de M&A, infraestrutura e energia, incluindo ENGIE, Petrobras, CPFL, AES, entre outros.

c. Descrever como foram selecionados

A escolha considerou os procedimentos internos de compras da companhia, priorizando menor preço e qualificação técnica, com base na análise das propostas comerciais enviadas pelo contratado e outros fornecedores. A Forvis Mazars apresentou proposta competitiva e alinhada ao escopo requerido, atendendo aos requisitos normativos (CPC 15 / IFRS 3) e às necessidades societárias (art. 256 da LSA).

d. Informar se são partes relacionadas à companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não. A Forvis Mazars não é parte relacionada à companhia conforme definição das normas contábeis aplicáveis (IAS 24 / CPC 05).

ANEXO VIII – INFORMAÇÕES SOBRE AVALIADORES

Informações sobre avaliadores baseados no Anexo L da RCVM 81/2022

1. Lista dos avaliadores recomendados pela administração

Forvis Mazars Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda., sociedade devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 22.536.119/0001-34, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Trindade, nº 254, sala 1314 e 1315, bairro Bethaville, CEP 06.404-326.

2. Capacitação dos avaliadores recomendados

O Avaliador foi selecionado para os trabalhos aqui descritos considerando a ampla e notória experiência que a empresa especializada tem na preparação de laudos e avaliações desta natureza. Forvis Mazars é uma firma internacionalmente integrada, especializada em Audit, Advisory, Financial Advisory e Valuation, presente em mais de 100 países, com mais de 40.000 profissionais. No Brasil, atua há mais de 20 anos, sendo uma das 10 maiores empresas do setor. A equipe responsável pelo projeto possui experiência em avaliação econômico-financeira, PPA (*Purchase Price Allocation*), mensuração de valor justo de ativos tangíveis e intangíveis, testes de *impairment* e modelagem financeira, com formação em áreas como Engenharia, Economia, Administração e certificações como CFA Charterholder. Os profissionais têm histórico em Big Four e consultorias globais, com atuação em projetos complexos de M&A, infraestrutura e energia, incluindo ENGIE, Petrobras, CPFL, AES, entre outros.

3. Propostas de Trabalho e Remuneração dos Avaliadores Recomendados

A seguir a Companhia disponibiliza para apreciação a cópia da proposta de trabalho e remuneração dos avaliadores recomendados.



Projeto Equinox

Proposta de prestação de serviços de avaliação | Avaliação do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos para fins contábeis e estudo de valor para artigo 256 LSA

16 de maio de 2025

Confidencial

forvis mazars

Índice

1	Contexto	4
2	Requerimentos Normativos e Metodologia	6
3	Escopo de Trabalho	13
4	Prazos	20
5	Honorários Profissionais	22
6	Equipe Chave	24
7	Apêndices	34
8	A Forvis Mazars	40
9	Experiências	44
10	Aceitação	50



Romary dos Anjos
Engie Brasil Energia S.A.
Florianópolis - SC | Brasil | CNPJ: 02.474.103/0001-19

São Paulo, 16 de maio de 2025

Prezados senhores,

Temos a satisfação de apresentar nossa proposta de serviços especializados de avaliação para a Engie Brasil Energia S.A. (“Engie”, “Cliente” ou “Contratante”), referente a aquisição de 100% das ações da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (“UHE Cachoeira”) e Companhia Energética do Jari - CEJA (“UHE Jari”) em conjunto denominadas “Empresas” ou “Adquiridas” pela Engie Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (“EBECP” ou “Adquirente”).

1) Avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos referentes à aquisição de 100% das ações da UHE Jari e UHE Cachoeira pela EBECP, na data-base 31.05.2025. A avaliação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos tem como propósito suportar a administração da Engie na alocação do preço de aquisição à luz do pronunciamento contábil CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios / IFRS 3 – Business Combinations.

2) Avaliação econômico-financeira (estudo de valor) das Empresas, na data-base 31.05.2025 para suportar a administração da Engie no cumprimento de obrigações societárias a luz do artigo 256 da Lei 6.404/76 (“LSA”).

Nossos trabalhos de avaliação tem natureza essencialmente econômico-financeira e não envolvem escopos de auditoria, consultoria legal, contábil, atuarial ou tributária. Dadas as finalidades societária e eventualmente tributária dos trabalhos de avaliação aqui propostos, recomendamos que a administração envolva seus assessores legais e tributários na revisão dos trabalhos de avaliação, quanto ao atendimento dos requisitos legai e tributários pertinentes.

A descrição do escopo e dos produtos de nossos trabalhos estão apresentados no corpo deste documento. O trabalho descrito nesta proposta não deverá ser utilizado para qualquer outro fim distinto deste fim aqui expressamente definido, seja ele contábil, tributário, legal / societário. Essa proposta tem caráter confidencial, e destina-se a uso exclusivo da Contratante, não podendo ser divulgada a terceiros. Esta proposta é válida por 30 dias após a data de sua emissão.

Kenzo Otsuka
Sócio
Forvis Mazars

Bruno Matrai
Sócio
Forvis Mazars

Cintia Nakabayashi
Diretora
Forvis Mazars

Contratada: FORVIS MAZARS ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EMPRESARIAL LTDA. (“Forvis Mazars”)
CNPJ: 22.356.119/0001-34
Endereço: Avenida Trindade, 254 | Sala 1314 e 1315 | Bethaville I | Barueri - SP

1

Contexto



1. Contexto

- A Engie Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("EBECP“ ou “Adquirente”) é uma subsidiária da Engie Brasil Energia S.A. (“Engie”, “Cliente” ou “Contratante”). A Engie foi fundada em 1994 e está sediada na cidade de Florianópolis, em Santa Catarina. Atua no setor de energia renovável, nos segmentos de geração, comercialização e transmissão de energia elétrica, transporte de gás e soluções energéticas. Com aproximadamente 2.600 colaboradores, a EBECP conta com 77 usinas, totalizando 10 GW de capacidade instalada, todas provenientes de fontes renováveis.
- A Companhia Energética do Jari – CEJA é detentora da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (“UHE Jari”), usina de geração hidrelétrica com capacidade instalada de 393 MW, localizada entre os estados do Amapá e do Pará. Iniciou suas operações em 2014 e possui concessão válida até outubro de 2045.
- A Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. é detentora da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (UHE Cachoeira), usina de geração hidrelétrica com capacidade instalada de 219 MW, localizada no estado do Amapá. Iniciou suas operações em 2016 e possui uma concessão válida até agosto de 2048.
- Como parte de sua estratégia de crescimento, a EBECP assinou contrato de compra e venda em março de 2025 para aquisição de 100% das ações das duas usinas hidrelétricas, cuja conclusão da operação depende da aprovação dos órgãos competentes.
- A administração necessita proceder a alocação do preço da aquisição para atendimento aos requisitos contábeis do CPC 15 (R1) e IFRS 3, e ao mesmo tempo necessita de suporte no atendimento aos requisitos societários a luz do artigo 256 da Lei 6.404/76 (“LSA”). Tendo em vista esse contexto, a administração da Engie solicitou à Forvis Mazars uma proposta de serviços especializados de avaliação, considerando os seguintes escopos:
  1) Avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos referentes à aquisição de 100% das ações da UHE Jari e UHE Cachoeira pela EBECP, na data-base 31.05.2025. A avaliação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos tem como propósito suportar a administração da Engie na alocação do preço de aquisição à luz do pronunciamento contábil CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios / IFRS 3 – Business Combinations.
  2) Avaliação econômico-financeira (estudo de valor) das Empresas, na data-base 31.05.2025 para suportar a administração da Engie no cumprimento de obrigações societárias a luz do artigo 256 da Lei 6.404/76 (“LSA”).
- A avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos têm como propósito suportar a administração na alocação indicativa do preço de aquisição e no atendimento aos requisitos do CPC 15 (R1) e IFRS 3. Subsidiariamente, a administração informou-nos que poderá utilizar os resultados do trabalho para finalidade tributária no Brasil, a luz da Lei 12.973/14 e IN RFB1700/17.
- Nosso trabalho de avaliação tem natureza essencialmente econômico-financeira e não envolvem escopos de auditoria, consultoria legal ou tributária, bem como serviços referentes à procedimentos de alocação contábil. Dadas as finalidades societária e tributária dos trabalhos de avaliação aqui propostos, recomendamos que a administração envolva seus assessores legais e tributários na revisão dos trabalhos de avaliação, quanto ao atendimento dos requisitos legais e tributários pertinentes.
- O trabalho descrito nesta proposta não deverá ser utilizado para qualquer outro fim. Qualquer escopo ou atividade posterior a entrega dos laudos finais é de responsabilidade da administração, tais como o protocolo dos laudos na RFB ou interação ou reuniões com autoridade tributária.
- A presente proposta foi emitida antes da conclusão dos processos de verificação de independência e aceitação de clientes da Forvis Mazars. A Forvis Mazars reserva-se o direito de declinar participação no trabalho descrito na proposta, caso sejam identificados impedimentos até a conclusão destes processos.

2

Requerimentos Normativos e Metodologia



2. Requerimentos Normativos e Metodologia

2.1. CPC 15 [R1]

- O pronunciamento contábil CPC 15 – Combinação de Negócios define que uma das formas de obtenção de controle consiste na “Aquisição do capital de outra entidade, diretamente ou por meio de subscrição de capital”. Uma vez atendido o requerimento para a existência de uma Combinação de Negócios, a entidade adquirente deve:
  - Calcular e reconhecer o valor justo, em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, dos ativos identificáveis (tangíveis e intangíveis) adquiridos e das obrigações assumidas da entidade adquirida.
  - Calcular e reconhecer o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura [goodwill] resultante da combinação de negócios ou o ganho auferido em uma compra vantajosa [operação com deságio, ou “goodwill negativo”].
  - Reconhecer o valor justo dos ativos e passivos da entidade fusionada ou incorporada ou derivada de uma cisão, no momento da transação de fusão, incorporação ou cisão; e
  - Determinar as informações necessárias a serem divulgadas para permitir que os usuários das demonstrações contábeis consigam avaliar a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócio.
- Segundo o Pronunciamento Técnico no. 46 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o valor justo é definido como: “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.”
- De acordo com o CPC 15 – Combinações de Negócios, ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física. Adicionalmente, um ativo satisfaz o critério de identificação na definição de um ativo intangível quando:
  - É separável, ou seja, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um correspondente contrato, ativo ou passivo; ou
  - Surge a partir de outros direitos legais ou contratuais, independentemente desses direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

2. Requerimentos Normativos e Metodologia

2.1. CPC 15 [R1]

- O gráfico abaixo apresenta as principais etapas geralmente envolvidas em trabalhos de avaliação para fins de alocação do preço de compra [PPA]:



- Aspectos relevantes:
  - O valor justo é definido como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.
  - Sinergias específicas que possam ser obtidas como resultado da aquisição não serão incluídas na mensuração dos ativos adquiridos.
  - A aplicação do princípio e as condições de reconhecimento pelo adquirente podem resultar no reconhecimento de alguns ativos e passivos que não tenham sido anteriormente reconhecidos como tais nas demonstrações contábeis da adquirida.
  - O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill* adquirido) advindo da combinação de negócios ou o ganho proveniente de compra vantajosa é então derivado da diferença entre [i] a contraprestação transferida e [ii] o valor justo dos ativos líquidos.

2. Requerimentos Normativos e Metodologia

2.2. Identificação e Reconhecimento de Ativos Intangíveis

- Para o reconhecimento de um ativo intangível, os critérios abaixo devem ser atendidos simultaneamente.

Critério	Requisitos (IAS 38, CPC04 e CPC15)
(1) Controle	A entidade deve estar em posição de controlar o uso de qualquer ativo intangível a ser apresentado em seu balanço patrimonial. O termo controle implica o poder de obter benefícios econômicos futuros do ativo e / ou de restringir o acesso de terceiros a tais benefícios.
(2) Benefício econômico futuro	Um ativo é reconhecido quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a ele fluirão para entidade. Os benefícios econômicos futuros podem assumir a forma de receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.
(3) Identificável	1. Separável, ou seja, o ativo pode ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou em conjunto com outros ativos e passivos ou contrato relacionado, independentemente da intenção da entidade em fazê-lo. Ou, 2. Resultar de direitos contratuais ou legais, independentemente de esses direitos serem transferíveis ou separável da entidade ou de outros direitos e obrigações.
(4) Mensuração confiável	A entidade deve avaliar a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros utilizando premissas razoáveis que representem a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo. A entidade deve utilizar seu julgamento baseando-se em evidências disponíveis no momento do reconhecimento, dando maior peso às evidências externas.

2. Requerimentos Normativos e Metodologia

2.3. Métodos mais utilizados para mensuração do valor justo de ativos intangíveis

Uma vez identificados, os ativos intangíveis deverão ter seus valores justos mensurados por uma (ou o conjunto) das seguintes abordagens:

- Abordagem de mercado
  - Método geralmente relevante quando um mercado ativo para ativos comparáveis pode ser estabelecido, ou se puramente transações comerciais envolvendo ativos comparáveis puderam ser identificados.
  - Método pouco aplicado quando se considera os ativos intangíveis, diante da ausência de informações disponíveis, principalmente em transações que possam dar base comparativa para o valor justo de tais ativos.
- Abordagem de custo
  - Método que pressupõe que o investidor não deve pagar mais por um ativo que o valor pelo qual ele pode ser substituído. O custo de substituição deve ser analisado como para determinar se um ativo existente daria menos utilidade do que um novo (devido à obsolescência funcional e / ou econômica). Se for o caso, a substituição do novo custo é ajustado em conformidade.
  - O método do custo de reposição pode ser considerado, por exemplo, para o software, IPR&D, Máquinas e Equipamentos (abordagem RDC), entre outros.
- Abordagem de renda
  - De acordo com este método, o valor justo é baseado no Free Cash Flows / benefícios econômicos futuros esperados que o ativo em questão pode gerar ao longo da sua vida útil remanescente. Diversos métodos de avaliação através de uma abordagem de renda podem ser utilizadas: método relief from royalty, método excess earnings, with and without, entre outros.
  - Método que pode ser considerado, por exemplo, para ativos biológicos, ativos fixos, marcas, licenças, carteira de cliente, direito de uso, contratos favoráveis, entre outros.

A equipe da Forvis Mazars, a seu critério, considerará a abordagem mais adequada para avaliação dos possíveis ativos intangíveis identificados, com base nas características e importância para as operações analisadas, bem como na visão de participante de mercado.

Nosso trabalho será baseado nos contratos de compra e venda, nas demonstrações financeiras históricas, no plano de negócios existente e / ou em informações a serem disponibilizadas pela administração.

2. Requerimentos Normativos e Metodologia

2.4. Métodos mais utilizados para mensuração do valor justo de ativos tangíveis

- A avaliação dos bens do imobilizado seguirá a metodologia determinada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, em sua norma técnica NBR-14.653, partes 1-Procedimentos gerais, 2 – Imóveis Urbanos e 5-Máquinas, equipamentos, instalações e bens industriais em geral, adotando-se no mínimo o grau de fundamentação I, além das orientações do IBAPE-Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia.
- Os métodos de avaliação que poderão ser adotados no trabalho são:
  - **Método comparativo direto de dados de mercado:** Consiste em se determinar o valor de mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes. Nesse método, ajustes são procedidos através da utilização de fatores que visam corrigir eventuais diferenças entre os bens disponíveis no mercado e o bem objeto da avaliação.
  - **Método da quantificação do custo (direto):** Neste método, estima-se o custo de reposição ou reprodução a novo (CRN) do bem através de orçamento sumário ou detalhado ou da composição do custo de outros, idênticos aos que são objeto da avaliação (reprodução) ou equivalentes (substituições), através de fontes e premissas de mercado. Em seguida, aplica-se penalizações decorrentes de depreciação técnica ou obsoletismos.
  - **Método da quantificação do custo (indireto):** Quando o CRN do bem é determinado a partir da atualização monetária do seu custo de aquisição, apurado em registros contábeis, aplicando-se índices econômicos específicos, geralmente utilizados por órgãos competentes e oficiais. Em seguida, aplica-se penalizações decorrentes de depreciação técnica ou obsoletismos. A utilização deste método é permitida de forma limitada pela referida norma.
- Os procedimentos a serem realizados podem ser resumidos da seguinte forma:
  - Reunião inicial e solicitação de informações;
  - Realização de visita técnica in loco;
  - Realização, com o auxílio da target, de pesquisas de mercado para as principais máquinas e equipamentos;
  - Modelagem matemática das planilhas de cálculo do valor justo, com base nos dados levantados nas etapas acima;
  - Envio e discussão de resultados draft; e
  - Emissão final.
- A equipe da Forvis Mazars, a seu critério, considerará a abordagem mais adequada para avaliação dos ativos, com base nas características e importância para as operações analisadas e na disponibilidade de informações internas e de mercado.

2. Requerimentos Normativos e Metodologia

2.5. Fluxo de Caixa Descontado (DCF)

- Existem 3 abordagens metodológicas para a mensuração do valor justo de ativos ou empresas: a abordagem da renda (cujo método mais difundido é o Fluxo de Caixa Descontado ou DCF), a abordagem de mercado (i.e., preços cotados em bolsa, múltiplos de empresas comparáveis e transações comparáveis) e a abordagem do custo (o ativo sendo avaliado com base em seu custo de reposição, por exemplo). A definição da abordagem de avaliação dependerá de uma série de fatores, tais como existência de mercado ativo, disponibilidade e qualidade das informações disponíveis sobre o ativo, situação do ativo e do ambiente econômico, finalidade da avaliação, entre outras.
- Para as empresas que estejam em fase operacional (ou que estejam em fase pré-operacional mas que já tenham licenças e autorizações / concessões), será utilizada a metodologia do Fluxo de Caixa Descontado ou DCF, reconhecida como aquela que pode traduzir adequadamente o valor econômico de uma empresa e / ou de um negócio. Para as investidas que não se enquadrem nessa situação acima descrita, a metodologia do DCF poderá vir a ser aplicada, porém em conjunto as abordagens de custo ou de mercado conforme a disponibilidade de dados.
- De forma simplificada, com base no DCF o valor da empresa ou negócio é determinado pela capacidade de geração de fluxos de caixa futuros, em uma determinada data-base. O trabalho de avaliação pelo DCF consiste na projeção dos parâmetros operacionais e financeiros da empresa. Para tanto, é importante a identificação das principais variáveis através da análise histórica dos demonstrativos financeiros e dos dados gerenciais e contratuais da empresa, assim como das variáveis macroeconômicas e de mercado. Em geral, recomenda-se que os resultados do DCF sejam corroborados por resultados com base em múltiplos de mercado ou de transações comparáveis, sempre que possível.
- Na abordagem do "free cash flow to firm" (ou FCFF), os fluxos de caixa operacionais projetados durante o período explícito são descontados a valor presente até a data-base da avaliação, considerando-se taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado do capital próprio e de terceiros ("WACC"), obtendo-se o valor operacional da empresa ("Enterprise Value", ou "EV"). Ao Enterprise Value são efetuados ajustes não-operacionais (empréstimos e financiamentos, contingências fiscais e trabalhistas, etc.) para se obter a estimativa / expectativa do valor da empresa para os acionistas ("Equity Value" ou "EqV"). Alternativamente, na abordagem "free cash flow to equity" (ou FCFE), os fluxos de caixa livres para o acionista projetados após o fluxo de caixa do capital de terceiros (ou fluxo da dívida) são descontados a valor presente pelo custo de capital próprio (Ke), calculado pelo método do Capital Asset Pricing Model"("CAPM"), obtendo-se o Equity Value. Ambas as abordagens devem em teoria gerar os mesmos resultados para a estimativa do Equity Value de um mesmo ativo.
- A taxa de desconto deve refletir o custo de oportunidade dos provedores de capital, ponderado pela estrutura de capital da empresa. Esta taxa corresponde ao Custo Médio Ponderado do Capital (via WACC) ou ao Custo de Capital Próprio (via CAPM), dependendo da existência de endividamento e do tratamento dado ao mesmo nas projeções realizadas. Para ativos em fase pré-operacional, em geral aplica-se um prêmio de risco adicional para refletir o estágio em que se encontra o projeto.
- Em geral, os fluxos de caixa futuros são projetados para um período de explícito de projeção, sendo que após o período explícito é calculado seu valor residual. O método mais usado para o cálculo do valor residual é o da perpetuidade, no qual perpetua-se um fluxo de caixa considerado padrão. A premissa implícita é o de continuidade das atividades de forma indefinida se pertinente. Para o caso específico de ativos relacionados a atividades realizadas sob concessão ou autorização, em geral o período projetivo corresponde ao período do prazo de concessão ou autorização, sem perpetuidade.
- Cálculo de valor justo. Na ausência de inputs de mercado / preços cotados (nível 1 na hierarquia de valor justo) para o ativo, o resultado com base na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado ou DCF pode ser considerado um proxy adequado para o valor de mercado ou valor justo de um ativo, desde que sejam consideradas premissas compatíveis com a visão de participante de mercado.
- Admite-se a abordagem multi-cenário ou probabilística, que poderá ser utilizada pela Forvis Mazars a seu critério.

3

Escopo de Trabalho



3. Escopo de trabalho

3.1. PPA. Principais atividades

- **Avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos referentes à aquisição de 100% das ações das Empresas pela EBECP.** Data-base: 31.05.2025. Padrão de valor: Valor Justo. Objetivo: atendimento ao CPC 15 (R1). Principais atividades incluem:
  - Entrevistas com a administração para reforçar o entendimento sobre (i) operações realizadas (incluindo reorganizações societárias precedentes), (ii) racional da potencial aquisição e (iii) perspectivas e planos para o futuro dos negócios.
  - Entendimento da formação do preço de aquisição, incluindo retenções e outros mecanismos de ajuste (se aplicável).
  - Entendimento dos dados econômicos e financeiros históricos das adquiridas e do plano de negócios existentes na data-base, preparados e aprovados pela administração à época da aquisição.
  - Elaboração de projeções de resultados e fluxos de caixa (conceito FCFF) para as empresas com base nos planos de negócios existentes e preparados pela administração.
  - Identificação dos potenciais ativos intangíveis adquiridos e validação junto à administração (e seus auditores independentes, se aplicável). Avaliação do valor justo dos ativos intangíveis adquiridos, com base nas metodologias indicadas no item 2.3.
  - Avaliação do valor justo dos ativo tangíveis adquiridos, com base nas metodologias indicadas no item 2.4.
  - Discussão com a administração, sobre os demais ativos e passivos das adquiridas, sobretudo capital de giro (e contingências ativas e passivas, que deverão ser fornecidas ou estimadas por assessores legais da administração).
  - Reconciliação entre WACC/WARA/IRR com base nas projeções do FCFF a ser preparado para as adquiridas e no preço de aquisição.
  - Reuniões com a administração para solucionar dúvidas, apresentar os resultados da análise e para eventuais ajustes (e esclarecimentos com o auditor externo e com o assessor tributário da administração, se aplicável). Apresentação dos resultados, projeções e análises para a administração.
- **Produto final:** O produto final dos nossos serviços será 1 (um) relatório completo em português e 1 (um) sumário executivo em português, com os resultados do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos de cada empresa adquirida, na data-base do trabalho. O sumário executivo (se solicitado) será preparado para registro em cartório.
- **Limitações deste escopo:** Não faz parte deste escopo a realização de: (i) avaliação de passivos contingentes, (ii) auditoria ou due-diligence, (iii) consultoria contábil, (iv) cálculo de IR diferido, (v) avaliação de ativos biológicos ou complexos (cálculos derivativos), (vi) fairness opinion ou solvency opinion, (vii) avaliação da adquirente com base no DCF; (viii) consultoria ou planejamento tributário e / ou interpretação da legislação tributária vigente, (ix) estudos de mercado (preços / demanda), (x) fornecimento de modelos e / ou planilhas, (xi) conversão dos demonstrativos financeiros de local GAAP para IFRS (e vice-versa),), (xii) avaliação dos contratos de locação ou leasing (IFRS 16); nem (xiii) atualização dos estudos para outra data-base. nem (xii) atualização para outras datas-base. A elaboração de laudos para atendimento a finalidade tributária fora do Brasil também está fora do nosso escopo, e poderá ser realizada mediante proposta adicional.
- Nota: caso seja identificado pela administração a presença de UGC's adicionais que devam ser incluídas no escopo acima além das UGC's já identificadas, revisaremos os nossos honorários de acordo.

3. Escopo de trabalho

3.1.1. Avaliação do valor justo de ativos tangíveis adquiridos

- **Abrangência:** Com base em informações recebidas, entendemos que o escopo da avaliação dos ativos tangíveis inclui ativos localizados nas 2 usinas adquiridas pela Engie, localizadas nas seguintes unidades:
  - CEJA: UHE Santo Antônio do Jari, no município de Laranjal do Jari, Amapá; e
  - Cachoeira Caldeirão: UHE Cachoeira Caldeirão: no município de Tartarugalzinho, Amapá.
- Adicionalmente, entendemos que os principais ativos a serem avaliados são os das classes de Máquinas e Equipamentos, Edificações, Reservatório, Veículos e Mobiliário.
- De acordo com nosso entendimento, os custos registrados na conta de Terrenos correspondem aos custos relacionados às indenizações pagas aos proprietários das áreas desapropriadas, entre outros. Esses bens, por sua natureza, não estão incluídos no escopo da avaliação. Caso a administração entenda que há terrenos a serem avaliados, nossos honorários e prazo poderão ser revistos.
- Assumimos que não há ativos operacionais localizados em endereços distintos dos acima mencionados. Caso a administração entenda pela necessidade de inclusão de classes ou ativos adicionais aos acima descritos, nossos honorários e prazo poderão ser revistos.
- Os produtos finais dos nossos serviços consistirão de:
  - Inclusão de capítulo específico no relatório do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos de cada empresa adquirida, contendo o detalhamento do escopo, procedimentos, premissas e resultados da estimativa do valor justo dos ativos tangíveis.
- **Limitações deste escopo:** Não faz parte do escopo a realização de: [i] auditoria ou due-diligence, [ii] consultoria contábil, [iii] estudos de mercado [preços/ demanda], [iv] o inventário físico ou conciliação físico-contábil dos ativos [v] fornecimento de modelos e/ ou planilhas, nem [vi] atualização dos estudos para outra data-base. Limitação de escopo adicional: Investigações específicas envolvendo aspectos jurídicos ou ambientais, tais como: passivos, alienações, ônus, hipotecas, desapropriações, entre outros gravames, não farão parte do trabalho e sua existência e efeitos de ajuste ao PPA deverão ser fornecidos pela administração; A validação dos procedimentos contábeis adotados pela empresa e origem da documentação relativa à aquisição dos bens também não fazem parte do nosso escopo.
- Uma vez que não está incluído no escopo da presente proposta a realização de inventário físico, a avaliação será realizada com base em uma listagem de ativos a ser fornecida pela administração, assumindo-se que esta conterá os dados mínimos descritivos dos ativos individuais, assim como marca, modelo e especificações técnicas.
- Durante a inspeção física dos ativos, solicitamos o acompanhamento por pessoal da empresa, para melhor identificação dos bens, além de facilitar nosso acesso à documentação solicitada.

3. Escopo de trabalho

3.2.1. PPA. Ativos e Passivos incluídos em nosso Escopo

- A lista a seguir foi elaborada com base nas informações recebidas até agora sobre as Adquiridas:

Item	Valor Histórico (BRL MM)	Identificável	Materialidade esperada	Escopo de valor justo	Comentários
Marcas	**N.D.**	∅	∅	∅	▪ Nesse tipo de negócio, não é esperado que esse ativo intangível seja avaliado. ▪ Método: N.A.
Contrato de concessão / Autorização ANEEL	**N.D.**	✓	✓	✓	▪ Requer análises adicionais. Nesse negócio é esperado que esse ativo intangível seja reconhecido e avaliado, dependendo da disponibilidade de dados. ▪ Método: Renda (MEEM ou Multiperiod Excess Earnings Method)
Acordo de não-competição	**N.D.**	∅	∅	∅	▪ Nesse tipo de negócio, não é esperado que esse ativo intangível seja avaliado. ▪ Método: N.A.
Contrato com fornecedor em condição vantajosa	**N.D**	≈	≈	≈	▪ Será investigado se as Empresas possuem algum contrato ou fornecimento que garanta vantagem competitiva. ▪ Método: Renda (With and Without)
Tecnologia / patentes / licenças / software	**N.D.**	∅	∅	∅	▪ Nesse tipo de negócio, não é esperado que esse ativo intangível seja avaliado. ▪ Método: N.A.
Workforce	**N.D.**	✓	✓	✓	▪ Será mensurado para fins de suporte ao cálculo (CAC) do valor justo do contrato de concessão.

✓ : escopo do trabalho
∅: fora do escopo de trabalho
≈: limitação de informações mais completas

3. Escopo de trabalho

3.2.1. PPA. Ativos e Passivos incluídos em nosso Escopo

- A lista a seguir foi elaborada com base nas informações recebidas até agora sobre as Adquiridas:

Item	Valor Histórico (BRL MM)	Identificável	Materialidade esperada	Escopo de valor justo	Comentários
Imobilizado	**N.D**	✓	✓	✓	▪ Será avaliado com base nas metodologias indicadas no item 2.3.4.
Estoques	**N.D**	∅	∅	∅	▪ Não faz parte do escopo. Em princípio será assumido que o book value está a valor justo.
Capital de Giro	**N.D**	∅	∅	∅	▪ Não faz parte do escopo. Em princípio será assumido que o book value está a valor justo.
Dívida	**N.D**	∅	∅	∅	▪ Não faz parte do escopo. Em princípio será assumido que o book value está a valor justo.
Passivos contingentes	**N.A.**	∅	∅	∅	▪ Não faz parte do escopo. ▪ Consideraremos as informações constantes nos relatórios de Diligência como verdadeiras.
Análise do preço pago, cálculo de earnout, etc...	**N.A.**	∅	∅	∅	▪ Não faz parte do escopo. ▪ Em nosso trabalho utilizaremos as informações fornecidas pelo Cliente.

✓ : escopo do trabalho
∅: fora do escopo de trabalho
≈: limitação de informações mais completas

3. Escopo de trabalho

3.2.1. PPA. Ativos e Passivos incluídos em nosso Escopo

- A lista a seguir foi elaborada com base nas informações recebidas até agora sobre as Adquiridas:

Item	Valor Histórico (BRL MM)	Identificável	Materialidade esperada	Escopo de valor justo	Comentários
Aspectos tributários (impostos diferidos e outros)	**N.A.**	∅	∅	∅	▪ Não faz parte do escopo ▪ Consideraremos as informações constantes nos relatórios de Diligência e recomendação dos assessores tributários da empresa como verdadeiras ▪ Recomendação de amortização fiscal (RIR): não faz parte do escopo. Recomendamos que sejam consultados assessores tributários/ legais da empresa.
Geral	**N.A.**	✓	✓	✓	▪ Estão incluídos no escopo: Análise de consistência global representada pelo WARA e TIR
UGC, Impairment	**N.A.**	∅	∅	∅	▪ Primeiro teste de impairment: não faz parte do escopo.
Avaliação da Adquirente com base no DCF ou cálculos derivativos para fins de determinação do preço de aquisição	**N.A.**	∅	∅	∅	▪ Caso sejam necessários, esses escopos serão dimensionados e adicionados a proposta técnica e comercial.

✓ : escopo do trabalho
∅ : fora do escopo de trabalho
≈ : limitação de informações mais completas

3. Escopo de trabalho

3.2. Estudo de valor para artigo 256 LSA

- **Avaliação econômico-financeira (estudo de valor) das Empresas.** Data-base 31.05.2025. Objetivo: atendimento ao artigo 256 da Lei 6.404/76 (“LSA”). Padrão de valor: valor de investimento. Principais atividades:
  - Entendimento dos dados operacionais e financeiros históricos das e do plano de negócios existente e atualizado, incluindo orçamento de capex
  - Leitura dos principais contratos (comerciais, de locação ou autorizações (se pertinentes), etc.), licenças ambientais e outros documentos relevantes
  - Entendimento do estágio de cada projeto ou ativo (fase operacional ou em fase pré-operacional) e discussão com a administração do Cliente sobre as metodologias de avaliação mais adequadas em cada caso. (vide item 2.Metodologia anteriormente apresentado).
  - Análise através da abordagem da renda (DCF). Para ativos em fase pré-operacional, será aplicado prêmio de risco específico para o estágio do projeto:
    - Elaboração de projeção de resultados e fluxos de caixa operacionais (abordagem do FCFF)
    - Cálculo de taxa de desconto (WACC). Ajuste com base em ativos e passivos não-operacionais (se aplicável). Cálculo do Equity Value.
    - Análise de sensibilidade sobre as principais variáveis analisadas no modelo (conforme nosso critério)
  - Análise através da abordagem de mercado (múltiplos de mercado e de transações comparáveis caso haja dados públicos disponíveis) e da abordagem do asset approach / NAV ou PLA (quando aplicável, em nosso entendimento).
  - Apresentação de resultados preliminares. Discussão e validação com a administração do Cliente. Eventual revisão de premissas. Apresentação de resultados finais, contendo principais premissas, projeções de resultados e resultados para a avaliação econômico-financeira.
  - Apresentação de resultados finais, contendo principais premissas, projeções de resultados e resultados para a avaliação econômico-financeira.
- **Produto final:** O produto final dos nossos serviços será 1 (um) laudo em português para cada empresa adquirida, com os resultados de nossas análises, metodologia e premissas adotadas.
- **Limitações deste escopo:** Não faz parte deste escopo a realização de: (i) avaliação de passivos contingentes, (ii) auditoria ou due-diligence, (iii) consultoria contábil, (iv) cálculo de IR diferido, (v) avaliação de ativos tangíveis, biológicos ou complexos (cálculos derivativos), (vi) fairness opinion ou solvency opinion, (vii) avaliação da adquirente com base no DCF; (viii) consultoria ou planejamento tributário e societário e / ou interpretação da legislação societária e tributária vigente, (ix) estudos de mercado (preços / demanda), (x) fornecimento de modelos e / ou planilhas, (xi) conversão dos demonstrativos financeiros de local GAAP para IFRS (e vice-versa), nem (xii) atualização para outras datas-base. **A interpretação do artigo 256 da LSA não faz parte do escopo da Forvis Mazars.**
- Nota: estamos assumindo que a data-base do trabalho desse escopo seja a mesma do PPA, caso haja alteração de data-base revisaremos os nossos honorários de acordo.

4

Prazos



4. Prazos

- Para execução dos trabalhos descritos no escopo, estimamos um prazo total de 6 [seis] a 7 [sete] semanas para o PPA, contados da data da entrega das informações a serem solicitadas em reunião de início dos trabalhos, bem como do andamento da revisão pela administração.
- Após a revisão do PPA pelos auditores, consideramos mais 2 a 3 semanas para elaboração do laudo visando atendimento ao artigo 256 da LSA (na mesma data-base).
- Lembramos que informações adicionais poderão ser requeridas no decorrer dos trabalhos, sem que sua análise necessariamente impacte no prazo estimado para conclusão dos trabalhos.
- Nos casos em que informações fornecidas inicialmente tiverem de ser substituídas por versões mais atuais e/ ou identifiquemos que a falta de uma ou mais informações alterará nossa estimativa de prazo de conclusão dos trabalhos, avisaremos tempestivamente a administração e buscaremos equacionar as necessidades da mesma com a capacidade de atendimento dos profissionais responsáveis pela execução.
- Os prazos acima estimados pressupõem o pleno acesso às informações solicitadas e à administração.

5

Honorários Profissionais



5. Honorários Profissionais

Honorários

Escopo	Fees (BRL)
1.a) Avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição de 100% das ações das Empresas pela EBECP. Data-base: 31.05.2025.	BRL 60.000,00
1.b) Avaliação do valor justo dos ativos tangíveis (fixos) adquiridos.	BRL 60.000,00
Total PPA (Premissa: contratação simultânea dos escopos do PPA)	**BRL 120.000,00 (Cento e vinte mil Reais)**
2. Avaliação econômico-financeira (estudo de valor) das Empresas. Data-base 31.05.2025. Objetivo: atendimento ao artigo 256 da Lei 6.404/76 (“LSA”).	BRL 15.000,00
Total (Premissa: contratação simultânea dos dois escopos)	**BRL 135.000,00 (Cento e trinta e cinco mil Reais)**

Esses honorários serão faturados em 2 (duas) parcelas da seguinte forma:

1ª parcela. 50%. Na aprovação da proposta (início dos trabalhos). Evento: entrega de check-list inicial na reunião de kick-off.

2ª parcela. 50%. Após a entrega do relatório draft.

Impostos e despesas

Nossos honorários acima incluem impostos, taxas e outros tributos incidentes sobre a prestação de serviço (PIS, COFINS e ISS). Estes tributos não serão adicionados por ocasião do faturamento.

Despesas vinculadas ao projeto (transporte, hospedagem, refeições...) não estão incluídas nos honorários e serão cobradas separadamente.

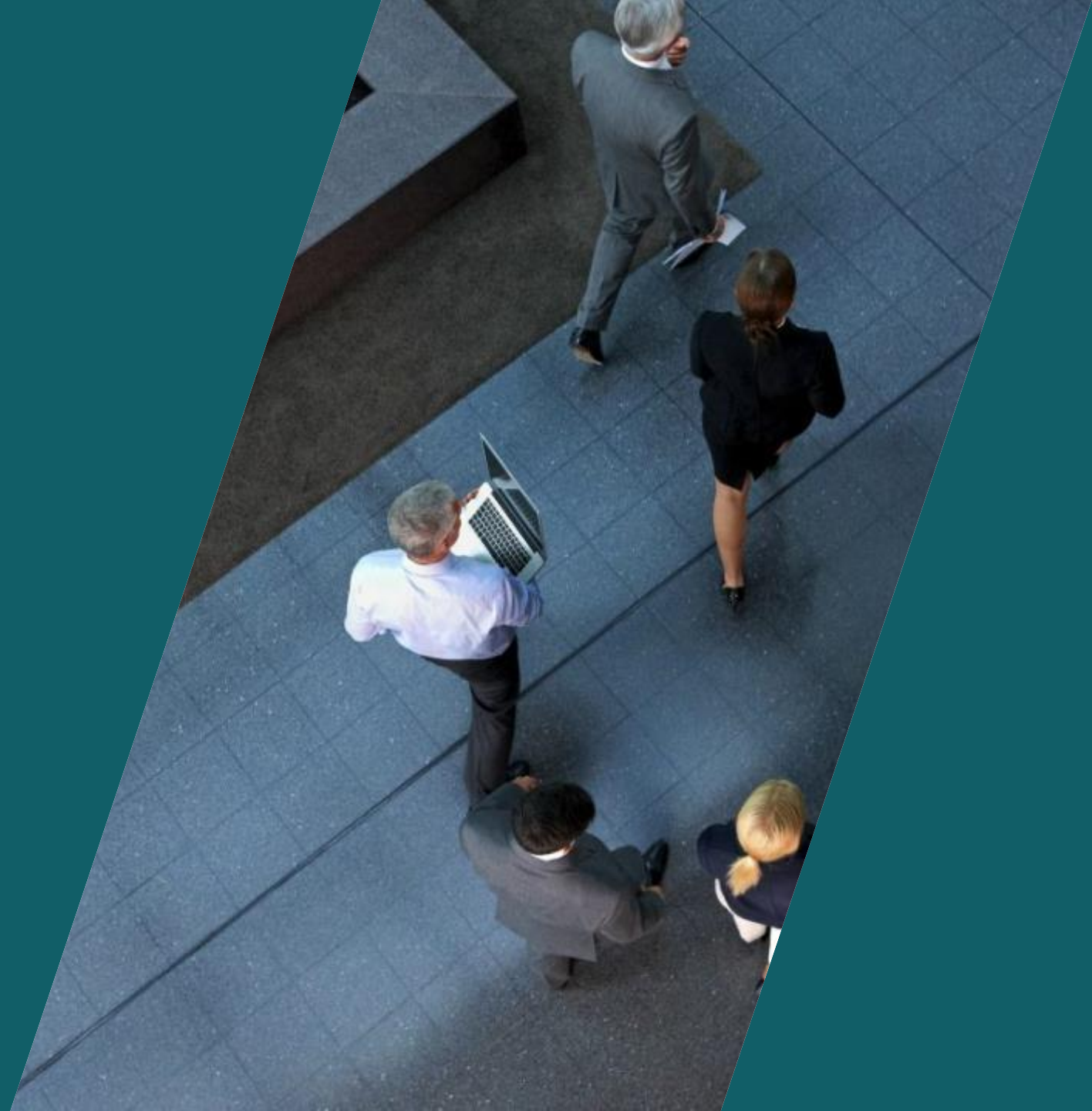
Termos de pagamento

As faturas e eventuais notas de débito serão emitidas por uma das empresas do grupo Forvis Mazars, com prazo de vencimento de 30 dias após a emissão.

Nosso escopo se encerra na entrega de nosso relatório (draft). Entre a emissão do draft e o final, estamos considerando máximo de 8h de trabalhos de revisão já incluídos. Trabalhos adicionais serão cobrados separadamente com base nas horas dedicadas e taxas horárias por categoria de colaboradores (Sócio: BRL 950, diretor: BRL 700, gerente sênior/ gerente: BRL 400, consultor sênior: BRL 250).

6

Equipe Chave



6. Equipe Chave



Kenzo Otsuka

Sócio – FAS / Valuation

+23 anos de experiência

kenzo.otsuka@forvismazars.com.br

Cel.: + 55 11 98265-8383

Formação:

- CFA Charterholder (CFA Institute)
- CAIA Charterholder (CAIA Association)
- Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco – USP
- Graduado em administração pela FEA – USP
- Graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica – USP
- Fluente em Português e Inglês

Experiência profissional:

- Forvis Mazars Brasil: desde 2014
- EY Brasil: 2010-2013
- Trevisan (ex-BDO / Grant Thornton do Brasil): 2001-2010
- Arcadis: 1997-2001

Experiência de mais de 23 anos em finanças corporativas / serviços de consultoria em transações e valuation, adquiridos em Big4 (EY) e firmas de consultorias nacionais.

Especialista em avaliação de empresas e ativos intangíveis (PPA); estudos de viabilidade econômico-financeiras, modelagem financeiras; revisão econômico-financeira de contratos públicos; consultoria financeira em disputas & litígios; estudos de seleção de localização (site-selection); e assessoria em transações (M&A).

Amplo conhecimento em IFRS / CPC aplicado a avaliações. Em sua carreira, desenvolveu conhecimento em vários setores e indústrias, incluindo serviços financeiros (financial services), concessões (ferrovias, rodovias, portos, energia, e água e saneamento), agronegócio, real estate, healthcare, IT / Telecom, entre outros.

Clientes e projetos relevantes (incluindo aqueles desenvolvidos antes da atuação pela Forvis Mazars):

- Concessão de transmissão: revisão de projeções para auditoria da Lago Azul Transmissão S.A.;
- Infraestrutura (energia): Engie, Votorantim Energia S.A. (VTRM) Mitsui, CPFL Renováveis, CPFL Energia, AES Eletropaulo, Petrobras;
- Mineração: Vale, Carmeuse, MMX, CBMM, Rio Tinto;
- Financial Services: BTG Pactual, Banco ABN Amro Real, Easyinvest (Advent);
- Infraestrutura: Odebrecht Ambiental, Estre, Haztec, Odebrecht Transporte, Arteris (antiga OHL), CCR, Grupo Ecorodovias, CSN, Fraport (Aeroporto), Via Bahia, Viarondon, Elog S.A., Log Z (Itapoá Terminais Portuários), entre outros;
- Agronegócio, food & beverages: Invivo, Tereos, Mitsubishi Coffee, Vanguarda Agro, Brasil Ecodiesel, Renuka do Brasil, Sara Lee, Frigorifico Marba, British American Tobacco;
- Real Estate: JHSF Participações S.A., Gafisa, PDG, Helbor;
- IT / Telecom: Locaweb, CI&T (Advent), Praxio, Econocom, Bionexo, Apax Partners (Tivit), Contax S.A., Telefonica S.A.;
- Papel e Celulose: CMPC Melhoramentos Ltda., Suzano Papel e Celulose S.A.;
- Outros: Amil (UnitedHealthGroup), Estapar, Advent International, Gol, Smiles Votorantim Cimentos, Sumitomo Corporation, Rexam, Thyssen Krupp.

6. Equipe Chave



Bruno Matrai

Sócio – FAS / Valuation

+16 anos de experiência

bruno.matrai@forvismazars.com.br

Cel.: + 55 11 98425-4304

Formação:

- MBA em Gestão Estratégica e Econômica de Projetos pela FGV – Fundação Getúlio Vargas
- Graduado em Engenharia Mecânica pela Poli – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo
- Curso de Avaliações de bens inseridas no contexto da Lei 11.638, pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia – IBAPE/SP
- Fluente em Português, Espanhol e Inglês

Experiência profissional:

- Forvis Mazars Brasil: Desde Outubro de 2022
- EY Brasil: 2008 - 2022

Experiência de mais de 16 anos em finanças corporativas / serviços de consultoria em transações e valuation, adquiridos em Big 4 (EY), com ênfase em serviços de assessoria em ativos imobilizados.

Especialista em engenharia de avaliações e serviços afins, possui em seu portfolio o expertise para prover serviços como: avaliação de complexos industriais, avaliações de bens imóveis, estudo de vidas úteis, estudo de depreciação acelerada, controle patrimonial (inventário físico de ativos), diligência de ativos e diligência operacional, entre outros.

Suas experiências englobam finalidades e escopos para atendimento a regras contábeis (IFRS/ CPC), finalidades fiscais, suporte a transações (M&A) e também para suporte a disputas ou procedimentos legais.

Em sua carreira, desenvolveu extenso conhecimento em vários setores como, infraestrutura, healthcare, varejo (clássico e online), automotivo e transportes, papel e celulose, energia, IT / Telecom, agronegócio, entre outros.

Clientes e projetos relevantes incluem:

- Infraestrtura: EPL, Minfra, ANTT, ANTAQ, ANP;
- Bens de consumo: BRF – Marfrig, Carrefour, Bunge, Unilever, Reckit, entre outros.
- Automotivo: Honda, BMW, Volkswagen, Chery, Ford, Bosch, entre outros.
- Real Estate: JHSF, FIIs e FIPs diversos;
- Entre outros.

6. Equipe Chave



Haissam Andari

Sócio – FAS / Valuation

+15 anos de experiência

haissam.andari@forvismazars.com.br

Cel.: + 55 11 98870-7623

Formação:

- MBA Executivo – Insper (SP)
- Extensão em M&A / Private Equity pela University of California – Los Angeles (UCLA)
- Graduado em Economia - Insper (SP)
- Fluente em Português e Inglês

Experiência profissional:

- Forvis Mazars Brasil: desde 2019
- AES Brasil: 2015-2018
- Duff & Phelps Brasil: 2012-2015
- EY Brasil: 2009-2012

Experiência de mais de 15 anos em Corporate Finance / assessoria em transações, adquirida em empresa de geração de energia listada em bolsa (AES Tietê) e grandes firmas de consultoria (EY, Duff & Phelps) no Brasil.

Especialista em avaliação de empresas e ativos intangíveis (PPA); assessoria em transações (M&A) e estratégias de crescimento (greenfield e brownfield), financiamento de projetos de infraestrutura (Project Finance), estudos de viabilidade econômico-financeira, e elaboração de planos de negócios.

Extenso conhecimento em transações no setor de energias renováveis, tendo participado de vários projetos de buy-side M&A, incluindo 4 transações efetivadas (Enterprise Value total de aproximadamente USD 1 bilhão).

Amplo conhecimento nos setores de serviços financeiros (financial services), mineração, energia elétrica, infraestrutura, telecomunicações, serviços, entre outros.

Clientes e projetos relevantes incluem:

- Energia: Copel, AES Tietê, CEEE, Cobra Energia, China Three Gorges (CTG), Mitsubishi, Gastrading, DME, Renova Energia, Votorantim Energia, YPF, entre outros;
- Mineração: Santa Fé Mining, Carmeuse;
- Financial Services: Artesia, Banco do Brasil, Banco Máxima, BRZ Investimentos, Cetelem, Endurance Capital, Banco Indusval, IRB Brasil, Mapfre, Mitsui Insurance, Legg Mason, Transunion;
- Infraestrutura: Dock Brasil, Enapor (Cabo Verde), Grupo Ecorodovias, Haztec, Porto de Rotterdam (Projeto Porto Central);
- Consumer: DSM, HB Fuller, InVivo, Sweet Hair;
- IT / Telecom: Bionexo, Locaweb, SBA Towers, Torre Sur, Vivo;
- Outros: Meridian Auto, Abengoa, Amil, Arco Educação, Cabnave (Cape Verde), IGA (Portugal), Meheje, NH Hoteles (Spain), Prosegur Brazil, Sercom, Value Partners.

6. Equipe Chave



Cíntia Nakabayashi

Diretora – FAS / Valuation

+13 anos de experiência

cintia.nakabayashi@forvismazars.com.br

Cel.: + 55 11 96060-3466

Formação:

- Graduada em administração de Empresas – Universidade Estadual de Maringá (UEM)
- Pós-Graduada m Finanças Corporativas e Investment Banking – (FIA-USP)
- Fluente em Português e Inglês

Experiência profissional:

- Forvis Mazars Brasil: desde 2021
- Deloitte: 2018-2020
- KPMG: 2014-2018
- EY: 2010-2014

Experiência de 13 anos em Corporate Finance / serviços de Valuation e assessoria em transações, adquiridos em Big 4 (EY, KPMG e Deloitte).

Especialista em avaliações econômico-financeiras para fins de M&A, decisões estratégicas, fins fiscais e contábeis; análise de viabilidade e modelagem financeira. Possui sólido conhecimento em PPA (Purchase Price Allocation) e avaliações de ativos intangíveis.

Possui vasta experiência nos segmentos de Energia, Varejo, Bens de Consumo, Healthcare, Infraestrutura, Educação, etc.

Clientes e projetos relevantes incluem:

- Energia Elétrica: AES, CPFL, ISA CTEEP;
- Healthcare: Qualicorp, Aliança Administradora de Benefícios, Fleury, Ouro Fino;
- Educação: Kroton, Somos Educação, Apollo Education Group;
- Bens de consumo: Boticário, Duratex, Forno de Minas, Lenovo, Verisure;
- Infraestrutura: Odebrecht, BRK Ambiental Participações, Sete Brasil, Concremat;
- Outros: Vale (mineração), Raízen, Verizon (telecomunicação), entre outros.

6. Equipe Chave



Thomas Chang

Diretor – FAS / Valuation

+12 anos de experiência

thomas.chang@forvismazars.com.br

Cel.: + 55 11 99963-1699

Formação:

- MBA Executivo em administração Financeira – FGV (SP)
- Graduado em administração de Empresas – FGV (SP)
- Fluente em Português e Inglês

Experiência profissional:

- Forvis Mazars Brasil: desde 2019
- Deloitte: 2018-2019
- Qualicorp S.A: 2014-2018
- Um Investimentos: 2012-2014

Experiência de mais de 12 anos em M&A e avaliação econômico-financeira adquirida em grandes firmas de consultoria (Deloitte), empresas listadas na bolsa (Qualicorp) e em equity research de corretoras de valores mobiliários (Um Investimentos) no Brasil

Especialista em avaliação de empresas, modelagem financeira, análise de viabilidade econômico-financeira, elaboração de plano de negócios/orçamento e gestão de carteira de investimentos em renda variável.

Amplo conhecimento nos setores de healthcare, varejo, alimentos, mineração, entre outros.

Clientes e projetos relevantes incluem:

- Healthcare: Qualicorp, Aliança Administradora de Benefícios, Q Saúde, CRC Gama, Amil, entre outros;
- Varejo: Le Biscuit, Intelbras, Cobra Rolamentos e Auto-Peças, entre outros;
- Alimentos: Cargill, Tirol, Jasmine, entre outros;
- Mineração: Vale, Samarco, Sojitz (nióbio), entre outros;
- Outros: Klabin (papel e celulose), BBM (logística), Livelo (serviços financeiros), Colégio Porto Seguro (educação), CI&T (tecnologia), Sojitz (varejo de automóveis), Trico (auto-peças), entre outros.

6. Equipe Chave



Giancarlo Falkenstein

Diretor – FAS / Valuation

+11 anos de experiência

giancarlo.falkenstein@forvismazars.com.br

Cel.: + 55 11 98385-6930

Formação:

- Graduado em Ciências Contábeis – Mackenzie (SP)
- Graduado em administração de Empresas – Mackenzie (SP)
- Fluente em Português e Inglês

Experiência profissional:

- Forvis Mazars Brasil: desde 2021
- Apsis Consultoria: 2012-2020
- Agrega Brasil: 2011-2012

Experiência de mais de 11 anos em Corporate Finance / assessoria em transações, em parceria com empresas internacionais e nacionais.

Especialista em avaliação de empresas e ativos intangíveis (PPA); Análises de Indicadores Financeiros (KPIs); assessoria em transações (M&A); estudos de viabilidade econômico-financeira, e elaboração de planos de negócios.

Experiencia nos setores de Energia elétrica, seguradoras, saúde, infraestrutura, serviços, entre outros.

Clientes e projetos relevantes incluem:

- Energia Elétrica: AES, ISA CTEEP, Alupar, entre outros;
- Seguradoras: Qualicorp, Odontoprev, Athena ES, entre outros;
- Saúde: Rede D'or, Notre Dame Intermédica, Grupo Athena, entre outros;
- Infraestrutura: BR Towers, Rodovias do Tietê, Odebrecht, entre outros;
- Outros: Klabin (papel e celulose), JSL (logística), Nubank (serviços financeiros), Claro (Comunicações), entre outros.

6. Equipe Chave



Rafael Assis

Gerente Sênior – FAS / Valuation

+10 anos de experiência

rafael.assis@forvismazars.com.br

Cel.: + *55 21 96757-6562*

Formação:

- MBA Corporate Finance – FGV (RJ)
- Graduado em Economia - UFRJ
- Fluente em Português e Inglês
- Avançado em Espanhol

Experiência profissional:

- Forvis Mazars Brasil: desde 2023
- Cubico: 2023-2023
- Rio Energy: 2020-2023
- Deloitte: 2018-2020
- STS GAEA Capital: 2018-2018
- Deloitte: 2013-2018

Experiência de mais de 10 anos em Finanças Corporativas. As principais, incluem mais de 7 anos de atuação em Big 4 (Deloitte) e cerca de 3 anos de atuação no setor de geração de energia renovável (Rio Energy).

Atividades profissionais desenvolvidas ao longo da carreira incluem a elaboração de modelos econômico-financeiros para fins de PPA – Purchase Price Allocation (Avaliação de Ativos Intangíveis), Testes de Impairment, Estimativas de Valor Justo (Mark-to-Market de Fundos, Reorganizações Societárias, M&A, Real Estate, Ativos Biológicos), Captação de Recursos (DCM), Análises de Viabilidade Econômico-Financeira, entre outros.

Experiência com projetos em setores como geração de energia elétrica, siderurgia, saúde, telecomunicações, entre outros.

Clientes e projetos relevantes incluem:

- Energia: Eletrobras, Furnas e ESBR;
- Mineração/Siderurgia: Vale, ArcelorMittal, Aperam, Anglo American, CSP e Astec Industries do Brasil;
- Petróleo & Gás: Petrobras, Constellation e Svitzer;
- Saúde: GlaxoSmithKline, Air Liquide, Sulamerica, Alko do Brasil e Total Care;
- IT / Telecom: Hughes, Yahsat e Intelbras;
- Outros: BNY Mellon (Financeiro), Rock in Rio (Entretenimento), Red Bull Bragantino (Futebol), CMPC (Papel e Celulose), Afya (Educação), Multiterminais (Logística), entre outros;

6. Equipe Chave



Adriano Nelly

Gerente Sênior – FAS / Valuation

+8 anos de experiência

adriano.silva@forvismazars.com.br

Cel.: + *55 21 99461-8541*

Formação:

- Graduado em Economia - UFRJ
- Fluente em Português e Inglês

Experiência profissional:

- Forvis Mazars Brasil: desde 2024
- Deloitte: 2018-2024
- Sistema Fecomércio: 2016-2018

Experiência de mais de 8 anos como economista e na prestação de serviços de avaliação econômico-financeira de empresas e ativos.

Tem atuado em projetos de avaliação econômico-financeira para fins de M&A, desenvolvimento de modelos financeiros para estudos de viabilidade e processos concorrenciais e avaliação de ativos intangíveis e ativos biológicos para atendimento às normas contábeis. Possui também experiência na mensuração de instrumentos financeiros (opções) no contexto de Planos de Remuneração por Ações e cálculos de Earn Out.

Também atuou como economista, no desenvolvimento de modelos macroeconômicos e na estimativa do impacto de políticas públicas sobre as empresas de comércio de bens e serviços do Estado do Rio de Janeiro.

Possui experiência nos segmentos de Energia, Mineração, Educação, Saúde, entre outros.

Clientes e projetos relevantes incluem:

- Energia: Eletrobras, EDP e Furnas;
- Mineração/Siderurgia: Vale S.A.;
- Educação: Afya Educacional;
- Bens de Consumo: Unilever;
- Saúde: Hospital Santa Marta, Centro Tratamento Oncológico Petrópolis, Alko do Brasil e Hospital Total Health
- Outros: avaliação do bônus de subscrição da Eve Urban Air Mobility, subsidiária da EMBRAER; avaliação do plano de remuneração por ações da Nubank e desenvolvimento de modelos financeiros para suporte à tomada de decisão – Sumitomo e CRCCII.

6. Equipe Chave



Adriano Monteiro

Gerente Sênior – FAS / Valuation

+9 anos de experiência

adriano.monteiro@forvismazars.com.br

Cel.: + 55 11 97038-4081

Formação:

- Graduado em Engenharia Mecânica pela UNESP – Universidade Estadual Paulista
- Pós-Graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pela PUC Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Experiência profissional:

- Forvis Mazars Brasil: Desde abril de 2023
- EY Brasil: 2017 – 2023
- Valora Engenharia: 2014 - 2017

Experiência de mais de 8 anos em consultoria e suporte à auditoria em operações de fusões e aquisições, em projetos de avaliação de ativos fixos e controle patrimonial.

Especialista em engenharia de avaliações com atendimento à norma técnica da ABNT NBR 14.653 e serviços relacionados, com experiência em execução de projetos de avaliação (IFRS/CPC, USGAAP e BRGAAP), diligências, controle patrimonial, estudos de valor e de vidas úteis de bens móveis e imóveis, para fim gerencial, contábil, fiscal, seguro, garantia, entre outros.

Suas experiências englobam finalidades e escopos para atendimento às regras contábeis (IFRS/ CPC), finalidades fiscais, regulatórias, suporte a transações (M&A), garantias bancárias e finalidades judiciais.

Entre os ativos avaliados estão, principalmente, máquinas, equipamentos e instalações industriais, plantas industriais completas, imóveis urbanos e rurais.

Atuação em industrias de diversos setores tais como automotivo, instituições financeiras, indústria química, papel e celulose, mineração, logística, energia, setor agrícola, telecomunicação, óleo e gás, entre outros.

Clientes e projetos relevantes incluem:

- Mineração: Vale, MBR, Mosaic, Hydro, CBA.
- Regulatório: ANTT, ANTAQ, ANP, ANEEL;
- Logística: DHL, Fadel Transportes, JSL, LM Frotas;
- Telecom: Telefônica, Claro, Oi, America Net;
- Energia: AES Eletropaulo, CPFL Renováveis, CTG, ICE - Instituto Costarricense de Electricidad, COBEE - Compañía Boliviana de Energía Eléctrica;
- Agronegócio: Amaggi, Bunge, Grupo Schefer, SLC Agrícola, Jalles Machado, Grupo Bom Jesus;
- Outros: Fibria, Suzano Papel e Celulose, Nestlé, Femsa, Thomson Reuters, DASA, Grupo J&F, Carmo Energy, Fras-le, , Sumitomo Corporation.

7

Apêndices



7. Termos e Condições Gerais

Limitações e Responsabilidades

- Durante o nosso trabalho, vamos usar os dados relevantes e disponíveis. Esses dados financeiros gerados internamente, ou de qualquer outro tipo (indústria, etc), serão dados históricos ou previsões, alguns dos quais sendo usados e / ou fornecidas pelo Contratante (daí permanecendo a sua responsabilidade). Os dados também podem vir de bancos de dados públicos. Nossa conclusão dependerá da exatidão, confiabilidade ou integridade de qualquer informação fornecida a nós.
- Lembramos que qualquer evolução que afeta o setor da Empresa-Alvo ou suas perspectivas específicas, ou seu ambiente de operação, e qualquer informação incompleta, incorreta ou reservada pode ter efeitos significativos sobre as conclusões de nossas análises.
- Nosso trabalho pode envolver algumas análises de informações financeiras ou registros contábeis. No entanto, o nosso compromisso não inclui uma auditoria em conformidade com as normas de auditoria geralmente aceitas. Por isso, ressaltamos que não será assumida qualquer responsabilidade, inclusive não será nosso papel garantir a exatidão e integridade das informações fornecidas.
- Lembramos que as projeções e previsões se relacionam com suposições que podem não ser válidas durante todo o período relevante. Estas informações não devem ser confiáveis para o mesmo grau que as derivadas de contas auditadas.
- Vale ressaltar que o escopo anteriormente descrito não tem como objetivo suportar ou servir de recomendação para a decisão da empresa em aproveitar fiscalmente eventual ágio, sendo tal decisão exclusiva de sua administração e seus assessores tributários/ legais.
- Em um contexto geral, nós não assumimos nenhuma responsabilidade para o seguinte: previsões e projeções, aspectos técnicos e estratégicos, questões jurídicas (incluindo, sem prejuízo de outros assuntos, validade e eficácia dos contratos de arrendamentos, licenças, títulos de propriedade, investimentos e ações, gravames, de conformidade com as leis e regulamentos pertinentes e todas as questões relacionadas com a responsabilidade do produto), questões fiscais abrangentes, análise e avaliação dos procedimentos de controlo interno e de TI, relacionados a assuntos trabalhistas, incluindo benefícios a empregados abrangente a pensão, questões ambientais, incluindo as responsabilidades decorrentes, mudanças na legislação relevante e correspondentes da Companhia, de conformidade a adequação da cobertura do seguro. Nosso trabalho não vai incluir a identificação completa para litígios possíveis ou pendentes ou, perdas ou passivos contingentes não identificados ou que não sejam a nós comunicados.
- Como a avaliação de ativos não é uma ciência exata, nenhum valor deve ser considerado como indiscutível em trabalhos desta natureza. Como tal, as conclusões também dependem do julgamento individual. Nós normalmente expressamos a nossa opinião em um intervalo de valores. No entanto, como o propósito deste projeto requer a expressão de um único valor, irá ser adotado um valor geralmente no ponto médio da nossa gama de avaliação. Enquanto nós vamos considerar o nosso valor a ser razoável e defensável com base nas informações disponíveis para nós, outros podem colocar um valor diferente sobre os ativos em consideração.
- Ao assinar esta proposta de contratação, a Contratante concorda em reembolsar a Forvis Mazars de quaisquer gastos em que esta incorrer decorrentes de reclamações advindas de terceiros e que estejam relacionadas com os trabalhos executados a pedido do Contratante, desde que não decorram de ato ilícito ou descumprimento de normas profissionais por parte da Contratada.
- A Contratada responderá perante a Contratante por comprovados danos causados, decorrentes de comprovados atos ilícitos praticados por seus representantes ou por qualquer descumprimento das normas profissionais que regulam o exercício profissional de nossa atividade, no limite do montante dos honorários profissionais vigentes. A limitação ora estabelecida não se aplica aos danos decorrentes de atos dolosos ou fraudulentos e devidamente comprovados em ação judicial com sentença final.
- Vamos executar nossos serviços com o devido cuidado, em âmbito e limitações. Fica aqui expresso que, concordam e reconhecem as partes, que a Forvis Mazars será responsável por comprovadas perdas, danos diretos, custos ou despesas (“perdas”) que o Contratante venha a sofrer, causadas por uma comprovada violação intencional do nosso trabalho, como descrito nesta carta, sujeito às seguintes limitações: nós não seremos responsáveis por quaisquer danos indiretos, incidentes ou similares, incluindo, sem limitações, lucros cessantes, interrupção de negócios, custo de capital, a perda de oportunidades de negócios ou danos à reputação dos negócios da Contratante;
  - nós não seremos responsáveis se tais perdas são devidas à prestação de informações e / ou documentação imprecisas ou falsas, deturpadas ou incompletas devido a atos ou omissões de qualquer pessoa que não seja Forvis Mazars; e
  - nossa responsabilidade por qualquer perda ou dano de qualquer natureza decorrentes desse acordo não poderá exceder um montante igual aos honorários (excluindo as despesas e impostos) recebidos para executar o projeto.
- No decorrer de nossos trabalhos, é possível que, a guisa de agilidade, comuniquemo-nos com V.Sas. por meio eletrônico. No entanto, como é do conhecimento de V.Sas., não se pode garantir que a transmissão eletrônica de informações seja segura ou livre de erros, podendo as mencionadas informações serem interceptadas, danificadas, extraviadas, destruídas, chegar com atraso ou incompletas ou ainda ser afetadas de forma adversa ou não apresentarem segurança de uso.

7. Termos e Condições Gerais

Legislação e Jurisdição Aplicáveis

- Os termos e condições deste acordo estão sujeitos à interpretação das leis da República Federal do Brasil.
- No evento de um discordância entre a Forvis Mazars e V.Sas. relacionado, em particular, à formação, desempenho, interpretação, validade ou rescisão desse contrato, imprimiremos esforços para que sejam resolvidos de forma amigável.
- Caso não ocorra uma solução amigável, as disposições contidas na legislação brasileira serão aplicadas. As partes elegem o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para resolver qualquer litígio relacionado ao contrato, renunciando qualquer outro foro por mais privilegiado que seja.
- Os termos deste parágrafo continuarão vigentes após a data de expiração do contrato ou enquanto houver obrigações entre as partes.

Subcontratação

- V.Sas. autorizam a Forvis Mazars a subcontratar prestadores de Serviços, bem como, parceiros, quando necessário, para garantir a execução dos trabalhos cobertos pela proposta. Em caso de subcontratação ou contratação de parceiros, a Forvis Mazars permanecerá responsável pela boa execução dos trabalhos.
- Certos serviços considerados nesta proposta podem ser objeto de subcontratação pela equipe de outros membros da rede Forvis Mazars. Em tais circunstâncias, a Forvis Mazars será a única responsável por quaisquer atos e omissões dos seus subcontratados. Consequentemente, V.Sas. reconhecem que nenhum dos membros da rede Forvis Mazars tem qualquer responsabilidade direta e renuncia a qualquer direito de regresso contra qualquer membro ou membros da rede Forvis Mazars relacionados ao desenvolvimento deste trabalho.

Confidencialidade

- Qualquer uma das partes (Forvis Mazars e V.Sas.) poderá receber informações de natureza confidencial da outra parte. Essas informações poderão vir a ser designadas como informações confidenciais (incluindo, sem limitação, informações financeiras, informações relacionadas com os processos internos, políticas, organização, produtos, clientes, planos de negócios e outras informações de negócios...).
- A Forvis Mazars poderá divulgar tais informações confidenciais aos seus empregados e subContratantes que necessitem das informações confidenciais para execução dos trabalhos, desde que tais partes sejam informadas e concordem em cumprir os requisitos desta seção.
- Em caso de rescisão dos serviços, a Forvis Mazars compromete-se a devolver todos os documentos recebidos, além de informações e dados preparados em decorrência dos serviços prestados com exceção de: (i) documentos e informações que devam ser mantidos pela Forvis Mazars em cumprimento da legislação vigente ou de regras regulatórias aplicáveis; (ii) documentos que evidenciem ou que sirvam para consubstanciar a relação contratual entre as partes deste Contrato; (iii) documentos que tenham sido usados para evidenciar os serviços fornecidos pela Forvis Mazars a Contratante;
- Cada uma das partes compromete-se a:
  - assegurar o caráter confidencial das informações;
  - utilizar tais informações apenas no contexto e para os efeitos da realização ou recebimento de Serviços, e não para qualquer outro uso; e
  - não transmitir ou divulgar qualquer informação confidencial para terceiros sem consentimento prévio, por escrito, da parte divulgadora.
- Esta obrigação de não divulgação não é aplicável:
  - a qualquer parte das informações confidenciais, se a parte receptora puder comprovar que tais informações são ou tornaram-se de conhecimento público não por culpa da parte receptora; e
  - se a Forvis Mazars for legalmente obrigada a revelar qualquer Informação Confidencial, por ordem de um tribunal ou órgão regulador competente.
- Se uma das Partes, por determinação legal ou em decorrência de ordem judicial ou de autoridade fiscalizadora, tiver que revelar algo sigiloso, conforme especificado na acima, sem prejuízo do atendimento tempestivo à determinação legal ou administrativa, dará notícia desse fato à outra Parte, dentro do menor prazo possível, desde que não impedida pela Lei , pela Ordem ou determinação, e lhe prestará as informações e subsídios razoáveis que possam ser necessários para que a outra Parte, a seu critério, possa defender-se contra a divulgação de qualquer das informações sigilosas.
- As Partes, por si, seus empregados e prepostos, sob as penas da lei, manterão, inclusive após a rescisão deste contrato, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, documentos, especificações técnicas e comerciais de produtos e de informações da outra Parte, ou de terceiros, que venham a ter conhecimento ou acesso, ou que lhes venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação/execução de serviços objeto desta proposta. A inobservância do disposto nesta cláusula acarretará sanções legais, respondendo a Parte infratora e a quem mais tiver dado causa à violação, no âmbito civil e criminal, conforme determinado em sentença condenatória transitada em julgado.
- Esta obrigação de não divulgação entrará em vigor na data de sua assinatura e deverá continuar, a menos que rescindido por comum acordo de ambas as partes, até a data do segundo aniversário da assinatura da proposta.

7. Termos e Condições Gerais

Responsabilidade Socio Ambiental / Disposições Anticorrupção e Anti-lavagem de Dinheiro

- As Partes declaram e garantem mutuamente, inclusive perante seus fornecedores de bens e serviços, que:

a) exercem suas atividades em conformidade com a legislação vigente a elas aplicável, e que detêm as aprovações necessárias à celebração desta proposta, e ao cumprimento das obrigações nela previstas;

b) não utilizam trabalho ilegal, e comprometem-se a não utilizar práticas de trabalho análogo ao escravo, ou de mão de obra infantil, salvo este último na condição de aprendiz, observadas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, seja direta ou indiretamente, por meio de seus respectivos fornecedores de produtos e de serviços;

c) não empregam menor até 18 anos, inclusive menor aprendiz, em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerando este o período compreendido entre as 22h e 5h;

d) não utilizam práticas de discriminação negativa, e limitativas ao acesso na relação de emprego ou a sua manutenção, tais como, mas não se limitando a, motivos de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;

e) comprometem-se a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que tange à Política Nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlata, emanados das esferas Federal, Estaduais e Municipais.

- As Partes comprometem–se a tomar as medidas necessárias e cabíveis conforme previsto na Circular n.º 3.461/2009 do BACEN, na Instrução CVM n.º 301/99 e posteriores alterações com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de “lavagem de dinheiro” ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei n.º 9.613/98.
- As Partes declaram e garantem que não estão envolvidas ou irão se envolver, direta ou indiretamente, por seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, subcontratados, parte relacionada, seus diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores ou consultores, durante o cumprimento das obrigações previstas neste Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das Leis Anticorrupção.
- As Partes declaram e garantem que não se encontram, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, direta ou indiretamente (i) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção; (ii) no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foram condenados ou indiciados sob a acusação de corrupção ou suborno; (iii) listados em alguma entidade governamental, tampouco conhecidos ou suspeitos de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro; (iv) sujeitos a restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental; e (v) banidos ou impedidos, de acordo com qualquer lei que seja imposta ou fiscalizada por qualquer entidade governamental.
- Toda documentação de cobrança a ser emitida nos termos deste Contrato deverá estar acompanhada de nota fiscal detalhada, contendo discriminação dos serviços prestados, bem como se obriga a manter livros, contas, registros e faturas precisos e de acordo com a legislação.
- O não cumprimento por qualquer das Partes das Leis Anticorrupção e/ou da Política Anticorrupção será considerada uma infração grave a este Contrato e conferirá à Parte prejudicada o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o presente Contrato, sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a Parte infratora responsável pelas perdas e danos, nos termos da lei aplicável.
- As Partes declaram que, direta ou indiretamente, não ofereceu, prometeu, pagou ou autorizou o pagamento em dinheiro, deu ou concordou em dar presentes ou qualquer coisa de valor e, durante a vigência deste Contrato, não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar o pagamento em dinheiro, dar ou concordar em dar presentes ou qualquer coisa de valor a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de beneficiar ilicitamente a outra Parte e/ou seus negócios.
- As Partes declaram que, direta ou indiretamente, não irão receber, transferir, manter, usar ou esconder recursos que decorram de qualquer atividade ilícita, bem como não irão contratar como empregado ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas com atividades criminosas, em especial as Leis Anticorrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e terrorismo.
- As Partes declaram e garantem que (i) os seus atuais representantes não são funcionários públicos ou empregados do governo; (ii) informará imediatamente, por escrito, qualquer nomeação de seus representantes como funcionários públicos ou empregados do governo; e (iii) eventual nomeação, nos termos do item “ii” anterior, resultará automaticamente na rescisão deste Contrato, sem a imposição de qualquer multa ou penalidade.
- A Contratada notificará, por escrito, a Contratante a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas Leis Anticorrupção e/ou na Política Anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta cláusula.

7. Termos e Condições Gerais

Lei Geral de Proteção de Dados

- As Partes concordam e reconhecem que deverão seguir todos os termos previstos nesta cláusula, adotando as melhores práticas de mercado e as condutas necessárias para cumprir com a legislação aplicável de proteção dos dados e privacidade, no âmbito da execução do Contrato.

Definições

Os seguintes termos deverão ter o significado abaixo estabelecido:

- Dados Pessoais: qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, como por exemplo: nome, CPF, RG, endereço residencial ou comercial, número de telefone fixo ou móvel, endereço de e-mail, informações de geolocalização, entre outros.
- Dados Pessoais Sensíveis: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- Titular dos Dados: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- Tratamento: qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas com dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a coleta, o registro, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, a eliminação ou a destruição.;
- Controlador: a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, especialmente relativas às finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais. Durante a vigência deste Contrato, a Contratante será o Controlador;
- Operador: aquele que trata dados pessoais de acordo com as instruções do Controlador e das leis. Durante a vigência deste Contrato, Forvis Mazars será o Operador;
- Base Legal: são hipóteses legais que autorizam o Tratamento de Dados Pessoais, conforme elencadas na Lei 13.709/2018; e
- Incidentes: qualquer acesso, aquisição, uso, modificação, divulgação, perda, destruição ou dano acidental, ilegal ou não autorizado que envolva dados pessoais.

Tratamento de Dados Pessoais:

- As Partes declaram e garantem que cumprem com toda e qualquer obrigação legal aplicável relacionada à privacidade e à proteção de Dados Pessoais em decorrência do exercício de suas atividades no contexto deste Contrato.
- O Operador tratará os dados pessoais somente para executar as suas obrigações estabelecidas neste Contrato, sendo vedado qualquer Tratamento de Dados Pessoais que possam gerar efeitos discriminatórios ou ilegais. O Controlador declara que todo Tratamento de Dados Pessoais em decorrência deste Contrato será feito por meio de uma Base Legal adequada..

Compartilhamento de Dados Pessoais:

- O Operador assegurará que os Dados Pessoais não sejam acessados, compartilhados ou transferidos para terceiros (incluindo subcontratados, agentes autorizados e afiliados) sem autorização prévia do Controlador.
- Caso seja necessária a transferência internacional de Dados Pessoais para o cumprimento do presente Contrato, o Controlador, desde já, autoriza o Operador a fazer esse tipo de transferência, e o Operador se compromete a implementar as medidas de segurança necessárias para a garantia da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos Dados Pessoais transferidos, bem como o cumprir as leis nacionais e estrangeiras aplicáveis.
- O Controlador deverá exigir de seus fornecedores, comprovação da adequação as leis de privacidade e proteção de dados pessoais em relação às operações de Tratamento das quais o Operador faça parte, ou esteja relacionado, para os fins do cumprimento deste Contrato. O Operador poderá mediante aviso prévio exigir que tais comprovações sejam disponibilizadas.

Transparência:

- O Controlador deverá incluir em suas políticas de proteção de dados e privacidade informação sobre a forma de Tratamento de Dados Pessoais, em estrita conformidade com a legislação aplicável, comprometendo-se ainda a incluir informações sobre o compartilhamento de Dados Pessoais com o Operador quando necessário.

Medidas e Controles de Segurança:

- O Controlador declara possuir medidas implementadas para proteger as informações pessoais tratadas, possuir uma política de segurança da informação instituída, a qual deverá determinar medidas técnicas e administrativas capazes de garantir a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações tratadas.
- Uma Parte deverá informar a outra Parte em caso de Incidente ou suspeita do uso indevido de Dados Pessoais com o propositivo de resguardar e mitigar perdas e danos aos Titulares e Terceiros afetados, bem como notificar as autoridades competentes.

Direitos dos Titulares:

- Em caso de requisição dos Titulares dos Dados, o Operador encaminhará tal requisição ao Controlador, em até 72 (setenta e duas) horas para que ele próprio prossiga com a análise e atendimento da requisição.

Responsabilidades:

- O Operador não poderá ser responsabilizado por qualquer violação, dano, omissões, falhas, erros ou incidentes de Dados Pessoais decorrentes das ações ou determinações do Controlador ou de terceiros por ele contratados, ficando o Controlador responsável por indenizar o Operador, bem como resguarda-lo de qualquer obrigação ou indenização, salvo quando houver culpa ou dolo exclusivo por parte do Operador.

Comunicação:

- O Operador informará o Controlador caso seja acionado judicial ou administrativamente em relação ao Tratamento de Dados Pessoais relacionado a este Contrato.

7. Termos e Condições Gerais

Prazo de Vigência e Rescisão

O presente Instrumento entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá vigente até a data de entrega do relatório final e pagamento integral de honorários.

O descumprimento de qualquer condição estabelecida por meio deste instrumento, assim como a execução de seu objeto em desacordo com o estabelecido, dará à Parte ofendida o direito de rescindir o Contrato, desde que haja a comunicação prévia de uma à outra Parte, com, no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Além das hipóteses acima, a relação contratual ora estabelecida, poderá ser rescindida nas seguintes hipóteses:

(i) Alteração contratual ou do estatuto social ou modificação da finalidade ou da estrutura societária das partes que prejudique a execução deste instrumento;

(ii) Transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a esta proposta sem prévia e expressa autorização da outra Parte, exceto pelas hipóteses expressamente previstas neste instrumento;

(iii) Cometimento reiterado de faltas devidamente anotadas e comprovadas pelas Partes;

(iv) Pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou dissolução de qualquer uma das Partes;

(v) Transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a esta proposta sem prévia autorização da outra Parte;

(vi) Caso venha a ser constatado fato superveniente, em razão de normas nacionais ou internacionais, que impliquem impedimento à continuidade dos trabalhos;

(vii)Ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados, nos termos estabelecidos no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, que perdure por mais de 30 (trinta) dias e afete a execução deste Contrato;

Este Contrato poderá ser motivadamente encerrado pela Forvis Mazars, mediante simples comunicação com efeitos imediatos à Contratante, no caso de inadimplência de pagamento dos valores devidos em razão da prestação de serviços por período superior a 30 (trinta) dias contados do vencimento da respectiva Nota Fiscal ou Nota de Débito.

Sejam quais forem o motivo e a origem da rescisão, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a Contratante obriga-se ao reembolso de todos os gastos incorridos pela Contratada até a data da efetiva rescisão, bem como ao pagamento dos serviços executados até a mesma data.

Demais Disposições

Uma vez formalmente aprovado pelas Partes, este instrumento se converterá automaticamente no Contrato de Prestação de Serviços (“Contrato”).

Na hipótese de qualquer disposição deste instrumento ser declarada nula, ou ilegal, de conformidade com a legislação então em vigor, nesse caso, a cláusula em questão será havida como não escrita, não invalidando, todavia, a eficácia e exequibilidade das demais disposições aqui contidas. Na ocorrência do evento aqui previsto, a cláusula declarada nula ou ilegal será substituída por outra que conduza às Partes ao mesmo resultado econômico ou jurídico almejado.

As Partes reconhecem que o presente instrumento foi elaborado dentro dos mais rígidos princípios de boa-fé e da probidade, sendo fruto do mútuo consentimento expresso em cláusulas que atendem plenamente os seus recíprocos interesses comerciais. Declaram, outrossim, que leram e compreenderam integralmente o conteúdo ora avençado, tendo sido exercida em toda a sua plenitude a autonomia da vontade das Partes, reconhecendo que o presente ajuste é equânime e livre de ambiguidades e contradições.

Este instrumento constitui o acordo integral entre as partes com relação aos serviços e direitos e responsabilidades das Partes. Este Contrato substitui todos os entendimentos anteriores com relação à prestação de nossos serviços.

Nenhuma das Partes será responsabilizada pela outra por qualquer atraso ou falha na prestação de algum serviço ou obrigações determinadas neste instrumento devido a causas que vão além do seu controle, nos termos da legislação vigente.

Nenhum atraso ou omissão de qualquer uma das Partes no exercício de qualquer direito ou obrigação prejudicará esse direito ou obrigação, ou será interpretado como uma renúncia. Nenhuma renúncia ou dispensa será válida a menos que seja por escrito e assinada por um representante autorizado da Parte contra quem essa renúncia ou dispensa deverá vigorar.

Eventuais inclusões de outras cláusulas, exclusões ou alterações das já existentes, serão consignadas em Termo Aditivo escrito que, assinado pelas Partes, passará a fazer parte integrante e inseparável deste Contrato.

As Partes declaram, sob as penas da lei, que os signatários do presente Instrumento são seus bastantes representantes/procuradores legais, devidamente constituídos na forma dos respectivos estatutos/contratos sociais, com poderes suficientes para assumir as obrigações ora pactuadas.

As Partes comprometem-se a envidar esforços razoáveis no sentido de tentar resolver amigavelmente qualquer dúvida, controvérsia ou disputa relacionada ou oriunda deste Contrato, antes de propor qualquer ação, demanda ou procedimento judicial para tanto.

O presente Contrato vincula as Partes, bem como seus sucessores a qualquer título, ao cumprimento das obrigações ora pactuadas, podendo, em razão de seu inadimplemento, se constituir em título executivo extrajudicial, conforme disposto no Código de Processo Civil Brasileiro.

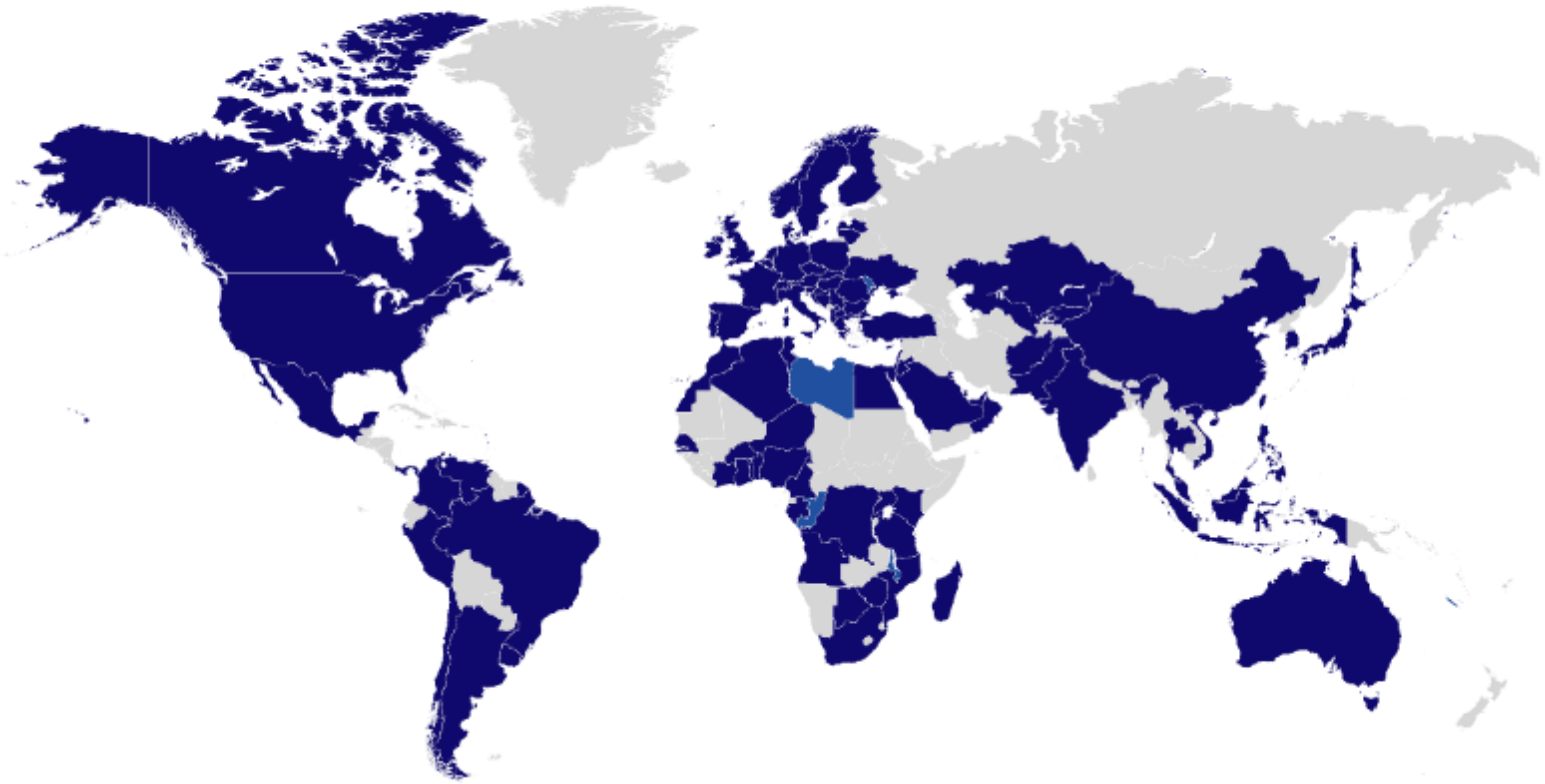
A Forvis Mazars não será obrigada ou terá a obrigação de prestar qualquer serviço ou realizar e entregar qualquer produto que, baseado em seu julgamento profissional resulte na perda de independência da Forvis Mazars segundo as normas e os princípios profissionais a ela aplicáveis, ou venha a fazer com que a Forvis Mazars descumpra leis, regras, normas, requerimentos ou códigos éticos.

8

A Forvis Mazars



8. Forvis Mazars no Mundo



- Afeganistão
- Albânia
- Argélia
- Angola
- Argentina
- Austrália
- Áustria
- Bahrein
- Bélgica
- Benim
- Bermudas
- Bósnia e Herzegovina
- Botsuana
- Brasil
- Bulgária
- Burquina Faso
- Camarões
- Canadá
- Ilhas Cayman
- Chile
- China
- Colômbia
- Congo
- Costa do Marfim
- Croácia
- Chipre
- República Tcheca
- República Democrática do Congo (RDC)
- Dinamarca
- Egito
- Finlândia
- França
- Gabão
- Alemanha
- Gana
- Grécia
- Hong Kong
- Hungria
- Índia
- Indonésia
- Irlanda
- Israel
- Itália
- Costa do Marfim
- Japão
- Jordânia
- Cazaquistão
- Quênia
- Coreia
- Kosovo
- Kuwait
- Quirguistão
- Letônia
- Líbano
- Líbia
- Lituânia
- Luxemburgo
- Madagascar
- Malaui
- Malásia
- Malta
- Mauricio
- México
- Moldávia
- Marrocos
- Moçambique
- Países Baixos
- Nova Caledônia
- Níger
- Nigéria
- Macedônia do Norte
- Noruega
- Omã
- Paquistão
- Palestina
- Panamá
- Peru
- Filipinas
- Polônia
- Portugal
- Catar
- Romênia
- Ruanda
- Arábia Saudita
- Senegal
- Sérvia
- Singapura
- Eslováquia
- Eslovênia
- África do Sul
- Espanha
- Suécia
- Suíça
- Taiwan
- Tanzânia
- Tailândia
- Togo
- Tunísia
- Turquia
- Uganda
- Ucrânia
- Emirados Árabes Unidos
- Reino Unido
- Estados Unidos
- Uruguai
- Uzbequistão
- Venezuela
- Vietnã
- Zimbábue

Forvis Mazars

Correspondentes do Grupo Forvis Mazars

Forvis Mazars é o nome da marca da rede Forvis Mazars Global (Forvis Mazars Global Limited) e seus dois membros independentes: Forvis Mazars LLP nos Estados Unidos e Forvis Mazars Group SC, uma parceria internacional, integrada, que opera em mais de 100 países e territórios.

8. Forvis Mazars no Mundo

No Brasil desde 1995, a Forvis Mazars fornece soluções abrangentes e personalizadas para seus clientes nacionais e internacionais.

- **Mais de 800 profissionais**
- **7 escritórios:**
- **São Paulo**
- **Rio de Janeiro**
- **Campinas**
- **Curitiba**
- **Barueri**
- **Joinville**
- **Fortaleza**
- **Mais de 20 anos de presença no Brasil**
- **Entre as 10 maiores empresas do setor no Brasil**

Terceirização de Processos e Serviços Contábeis

- Terceirização Contábil, Financeira e de Impostos
- Terceirização da Folha de Pagamento e administração de Benefícios
- Paralegal

Auditoria

- Auditoria independente das demonstrações financeiras para fins locais ou de consolidação
- Revisão limitada das demonstrações financeiras
- Adoção de procedimentos previamente acordados
- Trabalhos de asseguração



Serviços Tributários

- Compliance e Consultoria Fiscal
- TAX I.T.
- Tributos Indiretos
- International TAX
- Atendimento à Auditoria
- SISCOSERV
- Imposto de renda pessoa física
- Global Mobility
- Trabalhista e Previdenciário
- Tax Controversy
- Diagnóstico Tributário
- Transfer Pricing

Financial Advisory Services

- Assessoria em transações
- Avaliação de empresas e ativos
- Project Finance & Modelagem financeira
- Litígios e arbitragens

Advisory

- Anticorrupção e Lavagem de Dinheiro
- Gestão Estratégica e Financeira
- Fraudes
- Serviços de T.I.
- Redução de Custos & Sourcing 360°
- Big Data Analytics
- Controles Internos
- Gestão de Risco
- Governança
- Auditoria Interna

8. Apresentação do FAS (Serviços)

Avaliações – *Valuation*

- Avaliações de empresas ou de ativos tangíveis e intangíveis para cada fase de um processo de transação:

  i. Pre-deal: suporte para negociação e tomada de decisão;

  ii.Pós-aquisição: fins contábeis e fiscais, de acordo com as respectivas normas contábeis (CPC / IFRS / USGAAP) e fiscais; e

  iii.Determinação pericial para disputas legais e para propósitos de reestruturação.

- Avaliação de ativos fixos (valor justo ou valor de mercado) e revisão de vidas úteis

Modelagem financeira e *Project Finance*

- Apoio em projetos de infraestrutura, Parcerias Público-Privadas (PPP) e outras modelagens financeiras em um contexto estratégico, fornecendo modelos customizados ou revisão / auditoria independente de modelagem.
- Desenvolvimento de modelos financeiros para planejamento e controle, sob encomenda para atender as necessidades específicas de cada negócio.

Assessoria em transações *(Due Diligence)*

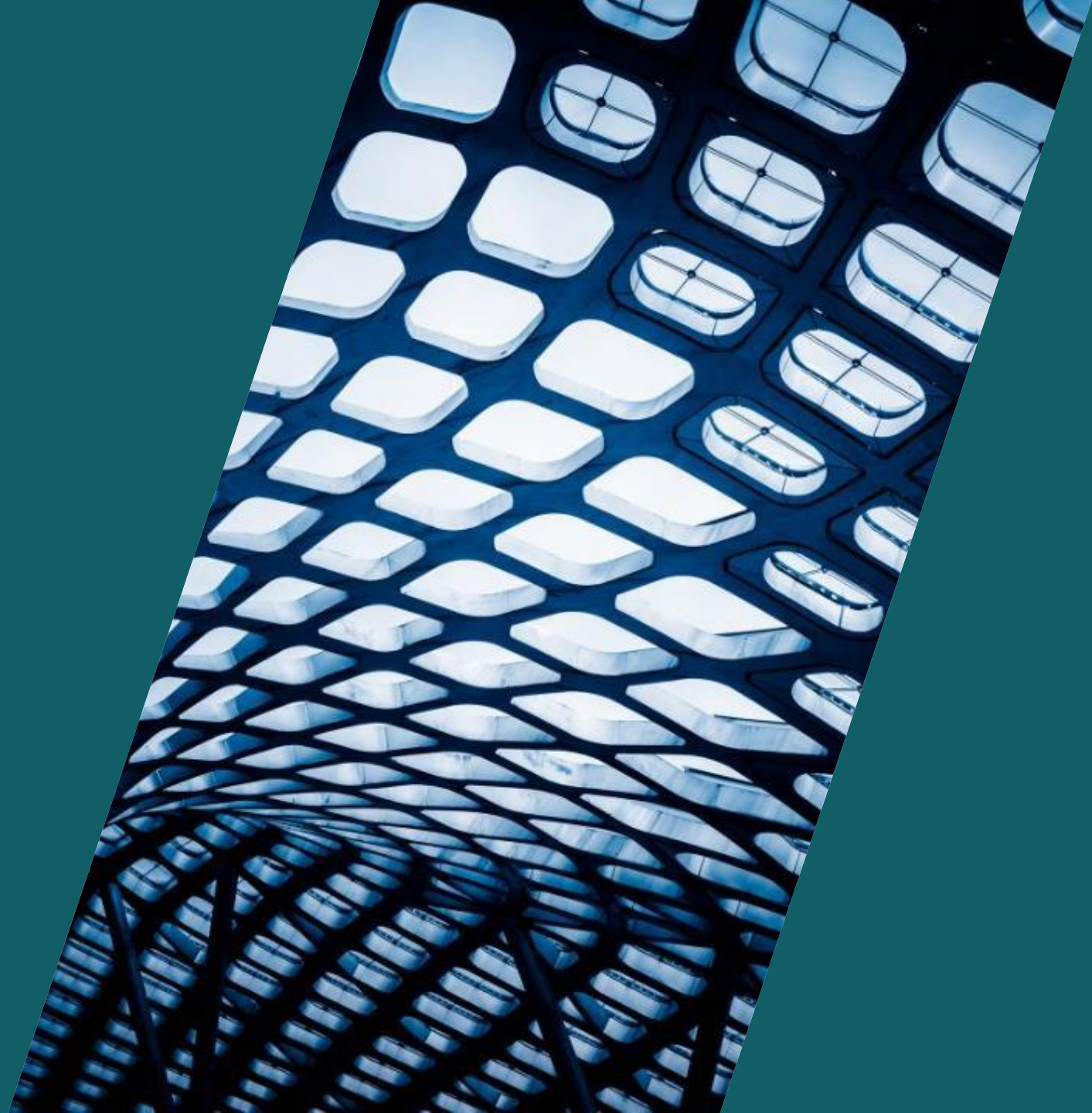
- Assessoria em due diligence financeira, tributária, trabalhista e previdenciária, com identificação de principais riscos e atributos. Atuação em buy-side e sell-side junto ao cliente durante todo o processo de transação e no pós-transação.

Fraude, litígios e arbitragens

- Investigações no contexto de fraude, litígios e arbitragens de natureza econômica e financeira (avaliação de danos e lucros cessantes, ajuste de preço de compra pós-transações, etc.)

9

Experiências



9. Algumas experiências em diversos setores

Avaliação econômico-financeira (1) | Confidencial



9. Algumas experiências em diversos setores

Avaliação econômico-financeira (2) | Confidencial

UnitedHealth Group: PPA & valuation of intangible assets — Brazil 2020	Fair value of assets (invested companies) — Brazil 2020	SAMARCO: PPA & valuation of tangible and intangible assets — Brazil 2020	SAS Plataforma de Educação: Valuation for several purposes (PPA, impairment test, stock options) — Brazil 2020	BI&P Banco Industrial & Partners: Valuation for strategic purposes (delisting / "OPA") — Brazil 2020	GPA: PPA & valuation of intangible assets — Brazil 2020	bbm Logística: Valuation of intangible and fixed assets — Brazil 2020
locaweb: Valuation of intangible assets — Brazil 2020	JHSF: Valuation for impairment test and fair value of investments — Brazil 2020	bionexo: Valuation for impairment test — Brazil 2020	Buritirama: Valuation for several purposes (PPA, advisory) — Brazil 2019	Suzano Papel e Celulose: Valuation for impairment test — Brazil 2018	MERIEUX NutriSciences: PPA & valuation of intangible assets — Brazil 2018	Tecipar: Fair value of non-performing loans — Brazil 2018
CANVAS Capital: Valuation for impairment test — Brazil 2018	ecoRodovias: Valuation for M&A purposes and impairment test — Brazil 2017	NEC: PPA & valuation of intangible assets — Brazil 2017	Amil: PPA & valuation of intangible assets — Brazil 2017	Smiles: Valuation for corporate purposes — Brazil 2017	SulAmérica: Fair value of assets (FIP Volluto) — Brazil 2016	edp: PPA & valuation of intangible assets — Brazil 2016

9. Algumas experiências em diversos setores

Avaliação econômico-financeira (3) | Confidencial

ELOG PPA and valuation for impairment test Brazil 2016	WESTERN UNION Valuation for impairment test Brazil 2016	raízen Valuation for regulatory purposes Brazil 2015	HITACHI Valuation for impairment test Brazil 2015	Tereos Internacional PPA & valuation of Usina Vertente Brazil 2015	PEARSON Valuation of stock options Brazil 2015	HBR Value study for corporate purposes Brazil 2014
IBOPE Fair value measurement of intangible assets and PPA Brazil 2014	contax Valuation for internal purposes Brazil 2014	MGI MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A. Fair value measurement of a receivables portfolio Brazil 2014	ThyssenKrupp Value study for corporate purposes Brazil 2014	AMATA Fair value of tangible and intangible assets in the context of PPA Brazil 2014	VANGUARDA AGRO Tax valuation Brazil 2014	KUHN Tax valuation and fair value of intangible assets in the context of PPA Brazil 2014
queiroz galvão Fair value of intangible assets in the context of PPA Brazil 2014	Sumitomo Corporation Fair value of tangible and intangible assets in the context of PPA Brazil 2014	THE CARLYLE GROUP Stock option fair value measurement Brazil 2014	ecoRODOVIAS ecoPORTO SANTOS PPA in the context of the acquisition of TECONDI Brazil 2013	Pão de Açúcar PPA in the context of a Confidencial acquisition Brazil 2013	isa CTEEP Valuation and PPA in the context of a Confidencial acquisition Brazil 2013	LAFARGE Valuation of Brazilian assets and assistance in the context of a restructuration of the group in Brazil Brazil 2012

9. Algumas experiências em diversos setores

Avaliação de ativos fixos | Confidencial

Galvani Fixed assets valuation of real property (land, buildings and improvements) Brazil 2018	JHSF Fixed asset valuation for impairment test Brazil 2018	CBC Fixed assets valuation of real property (land, buildings and improvements) Brazil 2017	inpaer Fixed assets management and useful life studies Brazil 2017	INVICTA Fixed assets management and fixed assets valuation for impairment purposes (CPC 01) Brazil 2017	UNIPAR SOLVAY INDUPA Fixed asset valuation of real property and personal property Brazil / Argentina 2017	Bateria MOURA Fixed assets valuation of real property (land, buildings and improvements) Brazil 2016
MILCLEAN Fixed assets management and useful life studies Brazil 2016	AMATA Fixed assets valuation (biological assets and lands) Brazil 2016	DeLonghi Living innovation Fixed assets management and useful life studies Brazil 2016	MERIEUX NutriSciences labor Fixed asset valuation (machinery, equipment, furniture, vehicles, hardware, etc.) Brazil 2016	SIG Fixed assets management and useful life studies Brazil 2016	stone Elavon Fixed asset valuation (machinery, equipment, furniture, vehicles, hardware, etc.) Brazil 2016	somfy Fixed assets management and useful life studies Brazil 2016

9. Algumas experiências em diversos setores

Modelagem financeira | Confidencial

Review of financial model to support price acquisition Brazil 2022	Valuation for strategic purposes (model deliverable) Brazil 2019	Financial modelling build – Monorail (Salvador) Brazil 2019	Review of financial models for Brazilian roadways concessions Brazil 2017	Analysis of the financial model for the SP Line 18 metro concession Brazil 2014	Analysis of the financial model for a US$ 5 billion steel mill investment in Northern Brazil Brazil 2014	Business modeling Brazil 2014
Analysis of financial models for Brazilian International airports of Galeão (Rio de Janeiro) and Confins (Belo Horizonte) Brazil 2013	Analysis of financial models in the context of Brazil 2013					

10

Aceitação



Aceitação

Os nossos trabalhos terão início imediato após a aprovação desta proposta. Neste caso, solicitamos a sua aprovação formal, para que possamos dar início à nossa prestação de serviços.

A Forvis Mazars e a Contratante declaram estar autorizadas a assinar esta proposta de prestação de serviços, e ao fazê-lo, não implicarão na violação de seus instrumentos societários e normas internas ou contratos assinados anteriormente.

As Partes deverão também observar ao disposto nos Apêndices. A assinatura da proposta implicará na contratação dos serviços e concordância com todos os termos nela constantes e nos Apêndices por ambas as Partes.

Os honorários, termos e condições de pagamento aqui propostos são válidos por 30 (trinta) dias para aprovação do Cliente, contados da data de emissão deste documento.

Escopo:

(1) PPA. Avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos referentes à aquisição de 100% das ações das Empresas pela EBECP. Data-base: 31.05.2025. **(2)** Avaliação econômico-financeira das Empresas. Data-base 31.05.2025. Objetivo: atendimento ao artigo 256 da LSA.

Engie Brasil Energia S.A.

_____ _____

Nome: Nome:

Cargo: Cargo:

Forvis Mazars Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda.

_____

Kenzo Otsuka

Sócio e Procurador



Testemunhas

_____

Nome:
RG nº:

_____

Nome:
RG nº:

ANEXO I – Carta de Representação (Modelo)

INCLUIR LOGOTIPO DA EMPRESA

XX de XXXX de 2024

À Forvis Mazars Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda.

Av. Trindade, 254 – Sala 1314 e 1315 – Bethaville I

Barueri – SP - 06.404-326

Brasil

At.: Sr. Kenzo Otsuka

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao Laudo enviado a nós, "XXXXXXXXXX" ("Laudo"), datado de XX de XXX de 20XX, referente à estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da XXXXXX. ("XXXXXX" ou "Empresa") pela YYYY ("YYYY", "adquirente" ou "Cliente"), em conformidade com a proposta para prestação de serviços de consultoria, datada de XX de XXXX de 20XX, doravante "Proposta", firmada entre o Cliente e a Forvis Mazars Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda. ("Forvis Mazars"). O trabalho de avaliação descrito no Laudo foi efetuado na data-base de XX de XXXX de 2022 ("Data-base").

Confirmamos que fornecemos à Forvis Mazars durante o desenvolvimento do trabalho e a preparação do Laudo, por escrito, verbalmente ou por meios eletrônicos, todas as informações financeiras e outras informações que acreditamos ser relevantes para a execução dos trabalhos, e que as informações são completas e precisas em todos os aspectos materiais. Tais informações incluíram, mas não limitaram-se a: (relacionar todas as informações abaixo:)

- Demonstração Financeira auditada da Empresa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018, 2019, 2020;
- Balancetes analíticos da Empresa em 31 de dezembro de 2018, 2019, 2020 e da Data-base;
- Business Plan preparado pela administração da Empresa, incluindo a projeção de receita, custos/despesas, investimentos, entre outros, com a descrição do racional das premissas adotadas que resultaram no Business Enterprise Value (BEV);
- Informações contábeis da Empresa, que incluem: natureza das contas contábeis, informações sobre endividamento e custos financeiros e abertura das contas a pagar, contas a receber, estoque, depósitos judiciais entre outras;
- Informações financeiras e dados gerenciais da Empresa na Data-base;
- Contrato de Compra e Venda entre a adquirente e a Empresa;

ANEXO I – Carta de Representação (Modelo)

- Estrutura societária da Empresa na Data-base.
- Banco de Dados Forvis Mazars e outras informações públicas.

Nós revisamos o Laudo e confirmamos que:

- As projeções financeiras contidas no Laudo foram preparadas com base em premissas estabelecidas por nós e pela administração da Empresa, e que estas premissas representam nossa melhor estimativa dos resultados futuros da Empresa na Data-base;
- As metodologias e conceitos aplicados estão em linha com as práticas contábeis da Empresa;
- Não temos conhecimento de quaisquer fatos pendentes ou ocorridos até a presente data que não tenham sido divulgados a V.Sas., e que possam afetar as demonstrações financeiras da Empresa até a Data-base, ou afetar a conclusão dos nossos trabalhos apresentada no Laudo; e
- O Laudo foi revisado por nós e por nossos auditores independentes e não foram identificados erros ou omissões materiais, de modo que concordamos com o seu conteúdo e conclusões.

Nós reconhecemos que o trabalho da Forvis Mazars não incluiu a verificação independente dos dados e das informações fornecidas por nós e não se constituiu em uma auditoria conforme as normas de auditoria geralmente aceitas. Desta forma, as demonstrações financeiras não auditadas utilizadas como base para o trabalho são de nossa exclusiva responsabilidade.

Nós pretendemos usar o Relatório preparados por V. Sas. somente no âmbito de suporte na estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos das Empresas para suporte na alocação do preço de compra, em atendimento ao pronunciamento contábil CPC 15 – Combinação de Negócios e à Lei 12.973/2014 - (art.20 – §3). Nós nos comprometemos a não citar ou referir ou usar o relatório para qualquer outro propósito, sem autorização prévia de V. Sas.

Reconhecemos também que é nossa responsabilidade exclusiva substanciar e produzir qualquer documentação suporte para todas as declarações relevantes efetuadas pela Empresa e contidas no Laudo.

Portanto, não temos conhecimento de quaisquer fatos que não tenham sido divulgados ou refletidos no Laudo e que, em nossa opinião, possam afetar as conclusões contidas neste Laudo.

Entendemos que os resultados do trabalho devem ser interpretados apenas em conexão com as circunstâncias estabelecidas na referida Proposta.

Atenciosamente,

(Nome e posição]

OBS.: O signatário acima deve ter autorização e poderes para representar a Companhia avaliada e os demais diretores devem estar de acordo com os termos acima.

Contato

Forvis Mazars

Avenida Francisco Matarazzo, 1.350 - 19º andar

CEP 05001-100 – São Paulo / SP

Tel.: +55 (11) 3524 4500

A Forvis Mazars é uma parceria internacionalmente integrada, especializada em Audit, BPO, TAX, Advisory e Financial Advisory. Operando em mais de 100 países e territórios, nos apoiamos na expertise de 40.400 profissionais - para apoiar clientes de todos os tamanhos em todas as etapas de seu desenvolvimento

www.forvismazars.com/br

Siga-nos

LinkedIn:
https://www.linkedin.com/company/forvismazarsnobrasil/

Facebook:
https://www.facebook.com/forvismazarsnobrasil/

Instagram:
https://www.instagram.com/forvismazarsnobrasil/

Youtube:
https://www.youtube.com/user/ForvisMazarsBrasil

4. **Descrever qualquer relação relevante existente nos últimos 3 (três) anos entre os avaliadores recomendados e partes relacionadas à companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

Não aplicável, tendo em vista não ter existido qualquer relação relevante entre o Avaliador e partes relacionadas à Companhia nos últimos três anos.

Presidência

Diretoria Jurídica e de Ética

Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Bairro Agronômica

CEP 88025-255 – Florianópolis – SC

Fone (048) 3221-7287

www.engie.com.br